



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

A VIDA NA PONTA DOS DEDOS:

A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo,
sindicalismo e identidade política

PATRÍCIA CIBELE DA SILVA TENÓRIO

BRASÍLIA
2020



PATRÍCIA CIBELE DA SILVA TENÓRIO

A VIDA NA PONTA DOS DEDOS:

A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo, sindicalismo e identidade política

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Teresa Cristina de Novaes Marques

Brasília
2020

Sou um projeto político de meus pais, Analia (em memória) e Juarez, um casal que driblou a pobreza para proporcionar aos filhos a melhor formação educacional possível. Estes dois trabalhadores fizeram sacrifícios impensáveis para que eu pudesse chegar a espaços que lhes foram negados, como a universidade. Mainha e Painho, dedico este trabalho a vocês.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só foi possível graças ao meu encontro com Teresa Marques, minha orientadora. Com sua competência, erudição e sensibilidade, Teresa foi minha mentora na difícil tarefa de encontrar Almerinda. Este trabalho é fruto de nossas muitas trocas em conversas demoradas e agradáveis pelos cafés da cidade. Em um dos nossos primeiros papos, Teresa me incentivou a “psicografar” Almerinda, criando um espaço sensível de escuta de minha personagem. Guardei esse conselho comigo e fiz dele meu lema. Teresa, sua amizade foi um dos presente que esta pesquisa me deu.

Agradeço imensamente a Dona Alana (em memória) e a Juliana Leite, familiares de Almerinda que abriram a casa e coração para mim. Jamais esquecerei os dois dias que passamos juntas e o carinho com que me receberam. Obrigada pelo privilégio de poder ouvi-las. Não tenho dúvidas de que foi Almerinda quem me levou até vocês.

Também preciso citar aos amigos que me incentivaram e ajudaram na caminhada das mais diferentes formas: Eugênio Santos, Guilherme Strozi, Nathalia Mendes, Patrícia Serrão, Kariane Costa, Mauricélia Ramos, Roberta Manajaras, Mariana Moreira, Mari Leal, Raquel Monteah, Débora Mesquita, Leonor Costa, Marcos Urupá, Lucas Krauss, Lilian Ferreira e muitos outros que certamente esquecerei o nome. Preciso destacar dois amigos que foram fundamentais: Pedro Batista que sendo historiador e conhecendo bem as agruras da vida acadêmica, ajudou esta jornalista a se situar em que terreno estava pisando. Pedrinho também me ajudou com as traduções em língua inglesa. Agradeço também a meu amigo e compadre Luiz Claudio Ferreira que foi só generosidade ao ler o rascunho do meu primeiro capítulo quando ele era ainda bem confuso. Suas contribuições também me iluminaram as ideias na reta final da pesquisa.

Agradeço também ao professor Álvaro Barreto que sabendo que sua tese seria importante para minha pesquisa e não estando este trabalho disponível online em nenhum lugar, se prontificou em digitalizar para mim sua excelente pesquisa sobre as eleições classistas.

Este trabalho só foi possível graças às instituições de guarda, que mesmo sob constante ataque e desmonte de um governo que despreza a ciência, continuam firmes. Vida longa ao Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional.

Meus agradecimentos também às pesquisadoras do CPDOC, lugar onde encontrei Almerinda pela primeira vez. e

Agradeço às professoras Maria Filomena Pinto da Costa Coelho e Eloisa Pereira Barroso pelas críticas feitas durante a banca de qualificação da pesquisa e aos queridos Jorge e Rodolfo, funcionários da secretária do Programa de Pós Graduação em História, por sempre serem tão prestativos.

Por fim, agradeço a Gésio, companheiro que escolhi para compartilhar a vida, que foi meu maior incentivador desde a seleção do mestrado e apoio fundamental ao longo destes anos de pesquisa. Agradeço sua paciência em me ouvir contar por tantas e tantas vezes histórias recém descobertas sobre Almerinda. Em 2019, com a pesquisa em curso, formalizamos nossa união em uma festa de casamento. Dias depois da celebração saíamos para nossa “lua-de-mel” que foi, na verdade, uma viagem destinada à realização de entrevistas com os familiares de Almerinda. Só um companheiro compreensivo toparia estas aventuras. Gésio também foi meu revisor e assistente de pesquisa, gastou horas me ajudando em tarefas chatas como a extração dos dados censitários. Além disso tudo, sempre tinha um estoque extra de carinho e palavras de incentivo para me oferecer quando me senti desanimada. Obrigada por tudo, meu bem!



Eu sempre, por instinto, me revoltei contra a desigualdade de direito entre homem e mulher. Lembro-me de que, quando criança, brincava com um primo [...] Nós éramos crianças – talvez com 10, 11 anos – e dessa discussão amigável surgiu uma dúvida: eu dizia que no casamento o homem e a mulher tinham direitos iguais e igual autoridade, que na casa, no casal, o direito era igual. Ele dizia que era do homem. Eu, não me conformando com aquilo, achei que devia servir de árbitro a nossa avó, que era considerada uma mulher sábia e que de fato era. [...] Então, fomos juntos perguntar a ela quem era que mandava. Ela com certo tato, com muito jeito, disse que deveria haver harmonia, mas a autoridade do casal era do homem. Isso me deixou convencida da injustiça dos fatos, mas revoltada com isso. Meu primo saiu vitorioso eu saí cada vez mais revoltada e achando que devia haver igualdade.

Almerinda Gama (1984)

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo investigar a trajetória de vida da feminista, sindicalista, datilografa, jornalista e poetisa Almerinda Farias Gama (1899-1999). Nascida em Maceió, no estado de Alagoas, Almerinda Gama atuou em múltiplas frentes de ação política, sendo a principal delas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que liderou a campanha pelo voto feminino no Brasil. Almerinda é uma pioneira entre as mulheres negras na política tendo sido a única representante feminina a participar como delegada-eleitora da escolha de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Ela também foi candidata a uma vaga na Câmara Federal nas eleições de outubro de 1934. Além de dedicar boa parte de sua vida à causa feminina, Almerinda também foi atuante no movimento sindical durante a Primeira República, criando o Sindicato das Datilógrafas e Secretárias do Distrito Federal, e atuando na Federação do Trabalho do Distrito Federal. A análise privilegia dois períodos da vida de Almerinda: os anos de sua atuação pública na década de 1930 e os anos de sua velhice, nas décadas de 1980 e 1990. A pesquisa apresenta quem foi Almerinda a partir de suas memórias, suas convicções, sua consciência política, suas expressões artísticas e seus afetos. Também é analisada a contribuição de Almerinda para a construção da emancipação feminina e sua experiência sendo uma mulher negra na sociedade brasileira do pós-abolição.

Palavras chaves: Almerinda Farias Gama; biografia; feminismo; sufrágio; sindicalismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the feminist, unionist, typist, journalist, and poet, Almerinda Farias Gama's life path (1899-1999). Born in Maceió, in the state of Alagoas, Almerinda Gama worked on multiple fronts of political action, the main one being the Brazilian Federation for Female Progress, an entity that led the campaign for the female vote in Brazil. Almerinda is a pioneer among black women in politics, having been the only female representative to take part as a delegate-elect in the choice of class representatives for the National Constituent Assembly, in 1933. She was also a candidate for a seat in the Federal Chamber of Deputies, in the October 1934 elections. Besides dedicating a great deal of her life to the female cause, Almerinda was also active in the union movement during the First Republic, creating the Union of Typists and Secretaries of the Federal District, and working in the Federation of Labor of the Federal District. The analysis privileges two periods in Almerinda's life: the years of her public performance in the 1930s and the years of her elderly life, comprising the 1980s and 1990s. The research explores who Almerinda was based on her memories, convictions, political consciousness, artistic expressions, and affections. Additionally, Almerinda's contribution to the construction of female emancipation and her experience as a black woman in the Brazilian post-abolition society are also objects of investigation.

Key words: Almerinda Farias Gama; biography; feminism; suffrage; unionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Almerinda Farias Gama vota na eleição de deputados classistas em 20 de julho de 1933.....	13
Figura 2: Carteira de delegada sindical de Almerinda Gama.....	45
Figura 3: Almerinda Farias Gama na eleição de deputados classistas em 20 de julho de 1933.	49
Figura 4: Almerinda e outros colegas comemoram em jantar sucesso da eleição classista.....	57
Figura 5: Almerinda votando no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989.	60
Figura 6: Documento da FBPF aponta quais bancadas as dirigentes da entidade deveriam abordar na Constituinte.	75
Figura 7: Panfleto da candidatura de Almerinda para as eleições de 1934.....	84
Figura 8: Manifesto ao Eleitorado Carioca, 1934.....	86
Figura 9: Excursão das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1931.	97
Figura 10: Almerinda Farias Gama e outros em reunião no Sindicato dos Chauffeurs do Rio de Janeiro em 1935.	120
Figura 11: Reportagem do jornal A Batalha ouve Sylvia Serafim e Almerinda Gama sobre a concessão dos direitos políticos à mulher.....	128
Figura 12: Almerinda participa da comissão de apoio à Conferência Mundial de Mulheres Trabalhadoras que seria realizada em Viena em junho de 1956.	139
Figura 13: Anúncio da Casa Pratt exalta as qualidades das máquinas Remington	146
Figura 14 : Almerinda e sua máquina de escrever.....	148
Figura 15: Revista Vida Doméstica comemora a expansão do trabalho feminino apresentando trabalhadoras de escritório.....	152
Figura 16: Almerinda recepciona as garçonetes na FBPF.....	163
Figura 17: Registro de Almerinda em seu local de trabalho.	171
Figura 18: Certidão de óbito de Almerinda Farias Gama.....	181
Figura 19: Amigos reunidos na casa da Rua Getúlio. Almerinda está ao centro, e ao seu lado direito, a jovem Alana	183
Figura 20: A bailarina Alana Mara, quando fazia parte do corpo de baile da TV Tupi	184
Figura 21: Fotos 3x4 de Almerinda e Alana	187
Figura 22: A visão de fora da casa de Almerinda na Rua Getúlio, no Cachambi. ..	190
Figura 23: Almerinda é uma das personagens da reportagem especial feita pelo O Dia na ocasião do Dia das Mães de 1991.....	192
Figura 24: Sala de estar da casa de Almerinda Gama	195
Figura 25: Almerinda posa ao piano.	196
Figura 26: Ilustração de autoria de Almerinda Gama.....	201
Figura 27: Benigno Farias Gama.	204
Figura 28: Registro de Almerinda em uma aldeia da etnia Karitiana, em Rondônia, em dezembro de 1980.	209
Figura 29: Reportagem do jornal O Globo sobre as eleições presidenciais de 1989.	210
Figura 30: Registro de Almerinda e seu bisneto, Guilherme, na casa de Juliana, em São Paulo, em 1998.....	216
Figura 31: Uma criança da vizinhança toma aulas com Almerinda	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANM	Aliança Nacional de Mulheres
CEMAP	Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa
CIL	Centro Internacional de Leprologia
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNB	Frente Negra Brasileira
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSPB	Partido Socialista Proletário do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - ALMERINDA E O VOTO: DA FAMÍLIA AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LUTA POR REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	32
1.1 - 1933: uma eleição peculiar	34
1.1.1 - Um lugar, um novo sistema de votação	36
1.1.2 - Um dia muito esperado	39
1.2 - 1989: a pioneira volta às urnas	58
1.3 - De Maceió a Belém: primeiros anos e formação da consciência política	62
1.4 - Uma “franca atiradora” no movimento sufragista	72
1.5 - “O movimento foi se desmoronando, eu não o podia aguentar nas mãos”	78
2 - ALMERINDA E A MÁQUINA DE ESCREVER: A FERRAMENTA DE LUTA E DE SOBREVIVÊNCIA	89
2.1 - Almerinda no cruzamento das avenidas identitárias: gênero, raça e classe	91
2.1.1 - Branca, morena jambo, mulata ou índia? Almerinda no limbo da identidade racial	96
2.1.2 - Organização e luta: Almerinda no movimento sindical	117
2.2 - "Eu nunca abandonei meu papel de jornalista": a militância na imprensa.....	125
2.3 - Do piano à máquina de escrever, a vida na ponta dos dedos: mulheres nos escritórios	139
3 - ALMERINDA E A CASA: O LUGAR ONDE SE GUARDA A MEMÓRIA	176
3.1 - Uma família erguida sobre o afeto	178
3.2 - Rua Getúlio, nº 181: uma casa de portas abertas para o mundo	187
3.3 - O relicário domiciliar: memórias, poemas, canções e amores.....	194
3.4 - A casa, uma herança	215
CONCLUSÃO	220
BIBLIOGRAFIA	231
1 - Fontes Arquivísticas.....	231
2 - Depoimentos orais	232
3 - Jornais e revistas	232
4 - Bibliografia geral	237

ANEXOS	245
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou com uma imagem. A fotografia em preto e branco carrega o terrível fardo do tempo: as bordas amareladas avançam e os rostos que a lente capturou em um tempo do passado já não são tão nítidos quanto antes. Nela, uma jovem mulher sorri. Ao fundo, três homens a observam, mas ela parece ignorá-los. Está plenamente concentrada em sua missão cívica. Trajada elegantemente com sua estola de pele e com os cabelos adornados por uma boina chique, a moça deposita seu voto em uma urna.

Figura 1: Almerinda Farias Gama vota na eleição de deputados classistas em 20 de julho de 1933.



Fonte: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

Por anos a fio, esta imagem foi reproduzida à exaustão, sendo utilizada para ilustrar artigos e reportagens que rememoravam a luta histórica das mulheres brasileiras por igualdade política e jurídica. Raro era que a fotografia fosse acompanhada de legenda. Quem é a mulher da foto? De que eleição participou? O uso da imagem era meramente ilustrativo. Apesar do seu silêncio, as fotografias parecem querer falar. Mesmo dispersas por entre pastas empoeiradas, algumas imagens resistem como se soubessem que precisam contar uma história. Este

trabalho se debruça sobre a trajetória da eleitora da fotografia. Seu nome é Almerinda Farias Gama.

Meu caminho e o de Almerinda se cruzaram em 2015, quando participei na II Oficina de Produção Audiovisual, promovida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). A proposta era que os participantes do evento propusessem, a partir do acervo da instituição, argumentos para curtas-metragens. Ao me debruçar sobre o acervo, fiz um recorte de gênero. Deparei com uma alagoana desconhecida que, em uma das fotos sob a guarda do CPDOC, surge radiante ao cumprir seu ato cívico de votar, sendo a única mulher em um plenário lotado de homens.

A ficha catalográfica do CPDOC informava que se tratava de uma militante feminista que havia atuado junto ao movimento organizado de mulheres nos anos de 1930. Fiquei surpresa por nunca ter ouvido falar a seu respeito. Sendo também alagoana (e jornalista, como Almerinda), conheço a cultura local que costuma exaltar seus filhos “ilustres”. Tentei puxar à memória, mas não me recordei de nenhuma homenagem, de menção honrosa ou verbete, algo do tipo. Para Almerinda, não havia busto, prêmio, nome de escola ou de rua; só silêncios.

Como produto final de minha participação no evento, produzi e dirigi com as poucas informações disponíveis, um curta-metragem sobre Almerinda, feito com imagens de arquivo, intitulado *Almerinda, a luta continua*¹. Esta pesquisa nasce, a princípio, do meu próprio desejo de conhecê-la e da inquietação diante das tiranias do silêncio que deixaram nas sombras mulheres como Almerinda, que foram sujeitas da História e tinham uma experiência rica a compartilhar.

Mulher, negra, nordestina, jornalista, datilógrafa, militante feminista, sindicalista, advogada, poetisa e musicista. Essas são algumas das múltiplas facetas de Almerinda Gama, uma mulher que nasceu em Maceió, no estado de Alagoas, em 18 de maio de 1899, no raiar do século XX. Ela assumiu múltiplas responsabilidades na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade que esteve à frente da campanha sufragista brasileira entre os anos de 1920 e 1930. Entre as tarefas que desempenhava na FBPF estava a de prestar assessoria de imprensa. Era Almerinda que, com perspicácia e competência, convertia a agenda feminista

¹ ALMERINDA, a luta continua. Direção de Cibele Tenório. Rio de Janeiro: CPDOV/ FGV, 2015. (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yI&t=7s> Acesso em: 14 de outubro de 2020.

em material jornalístico. Com suas mãos ágeis, produziu reportagens, notas e artigos que lançavam o debate da autoafirmação da mulher e seu direito à participação política na imprensa carioca.

Almerinda também teve destaque ao participar de um experimento político que antecedeu a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34 – a chamada representação das associações profissionais, em julho de 1933. Como presidenta do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, Almerinda foi a única mulher a votar como delegada na eleição de representantes classistas para a Constituinte. É o registro fotográfico de sua participação neste pleito que está sob a guarda do CPDOC e que, como mencionei anteriormente, é usado indiscriminadamente sem que se nomeie a eleitora fotografada. Almerinda também foi uma pioneira entre as mulheres negras brasileiras no âmbito da política, sendo candidata a uma vaga na Câmara dos Deputados nas eleições de outubro de 1934.

Viúva e sem posses, Almerinda dependia do trabalho assalariado para se sustentar. Era da ponta dos dedos que obtinha sua subsistência, atuando como datilógrafa. Foi pioneira entre as lideranças sindicais femininas ao fundar, em 1933, o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas. Mesmo com a rotina frenética dos escritórios, Almerinda desdobrava-se em muitas, alternando frentes de atuação política. Além da militância na FBPF e no Sindicato das Datilógrafas, Almerinda fundou e presidiu a Ala Moça do Brasil, uma associação que promovia a educação cívica em bairros suburbanos da então capital federal e uniu-se a outros companheiros de luta no fortalecimento de outros sindicatos de trabalhadores. De maneira independente, no mesmo período, levou o debate da discriminação de gênero para imprensa, a partir de suas contribuições em diversos periódicos cariocas. E para não perder a ternura diante da luta, exercitava sua sensibilidade por meio de duas expressões artísticas que foram suas paixões até o fim da vida: a música e a poesia.

Fruto de seu tempo, Almerinda é uma mulher de 1930, do Brasil que experimenta transformações profundas em seu tecido social. O país vive a transição de uma economia tipicamente rural para um modelo urbano e industrial de desenvolvimento econômico e assiste à ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Esse período é marcado pelo rompimento com a experiência liberal da Primeira República

e pelo surgimento de um projeto político em que o Estado se impõe como mediador das relações entre o capital e trabalho.

Embora, mais recentemente, Almerinda venha sendo lembrada em alguns poucos espaços, sua trajetória é desconhecida e percebe-se um apagamento de sua atuação e de suas memórias nas discussões historiográficas sobre a participação feminina na política brasileira, ou mesmo sobre a história das mulheres no mundo do trabalho e no movimento sindical. Nem mesmo a data de sua morte era de conhecimento público até o desenvolvimento desta pesquisa. Pouco se sabe sobre a atuação de Almerinda nos anos de 1930, ainda menos se conhece sobre os caminhos que Almerinda percorreu na velhice.

Fazendo oposição a esse cenário de indiferença e apagamento, esta pesquisa se propõe a fazer uma biografia histórica de Almerinda Farias Gama a partir das memórias construídas pela própria personagem. Além de nos ajudar a compreender formas de ações políticas protagonizadas por mulheres nas primeiras décadas do século XX, a trajetória de Almerinda mostrou-me que o posicionamento independente de uma mulher negra em uma sociedade repleta de injustiças e desigualdades requereu aplicar intensa energia em mais de uma esfera de atuação. Não bastou ser boa profissional. Ela também foi atuante na comunidade, deu vazão à sua criatividade literária e musical e esteve atenta à vida política. Ao subverter o lugar de submissão que lhe estava destinado enquanto mulher e negra, erguendo sua voz e assumindo posições de destaque, Almerinda reverte a história escravocrata.

O ideal burguês da família, filhos e propriedade, não foi sua meta. A seu modo, alcançou cada um desses itens respondendo às circunstâncias da vida. Não tendo sobrevivido seus filhos naturais, se tornou mãe de muitos. Ergueu uma casa com seu próprio esforço e a manteve aberta a quem precisasse de pouso. Sua independência não esteve a serviço da individualidade, mas a serviço da comunidade.

Dessa forma, as principais questões que busco responder com esta pesquisa são: quem foi Almerinda Farias Gama, qual o seu papel na luta pela emancipação feminina e como sua trajetória revela a experiência de ser uma mulher negra no Brasil do pós-abolição.

Se o contato com o reduzido acervo de Almerinda no CPDOC despertou em mim a curiosidade de saber mais sobre a moça da fotografia, encontrei durante a

pesquisa a companhia de autores que me inspiraram a formular questões sobre a experiência de Almerinda, mulher, negra e pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira.

A obra de Michelle Perrot é um dos pilares desta pesquisa, que se propõe a contribuir na escrita de uma “nova” história, que é a história das mulheres. Sendo personagens menos presentes na cena pública, elas foram apagadas das narrativas que, escritas por homens, não hesitavam em servir-se de um masculino universal. É Perrot (2005, p. 11) quem nos lembra “que as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas” e constantemente a História se “esqueceu” das mulheres. Sabemos pouco sobre as que vieram antes de nós. Relegadas a um lugar de esquecimento, as mulheres foram incitadas ao silêncio, à obediência e à resignação.

Nos debates historiográficos, nos arquivos ou nos museus, lugares que definem o que se diz sobre o passado, o que merece ser lembrado, nota-se a invisibilidade da presença feminina. Mesmo quando estão presentes, é comum serem sombras tênues, dados fragmentados. Não raro, nas instituições de memória, as mulheres surgem como a mãe, a esposa, a filha ou a viúva de alguém. São apresentadas como apoiadoras dos “grandes homens” públicos. Enquanto eles escrevem a História, elas são as coadjuvantes; quando não, figurantes.

Foi em Perrot que encontrei o ponto de partida para investigar como determinadas profissões, como a de datilógrafa e secretária, principais ocupações de Almerinda, foram definidas como “trabalho de mulher”. A mecanização do espaço do escritório colocou em destaque a máquina de escrever, que necessitaria de mãos “graciosas” para ser operada. Segundo a autora (2005, p. 252):

Estas profissões colocam em ação as qualidades “inatas”, físicas e morais: flexibilidade do corpo, agilidade dos dedos - aqueles “dedos de fada”, hábeis na costura e no piano, propedêutico do teclado da datilógrafa e da estenotipista - destreza que faz maravilhas nas montagens eletrônicas de precisão, e até mesmo passividade que predispõe à execução, doçura, ordem.

É intrínseca à discussão sobre uma história das mulheres no mundo do trabalho a compreensão sobre determinadas construções sociais que delimitaram os ofícios destinados às mulheres. Uma das profissões que sofreu essa feminização foi

justamente a de datilógrafa e secretaria. As tarefas burocráticas exercidas pelas mulheres no âmbito dos escritórios eram associadas a atributos considerados próprios da natureza feminina (QUEIROLO, 2014, p.118).

As contribuições de Perrot também me ajudaram a investigar o universo particular da intimidade de Almerinda e indicaram o porquê são as mulheres de sua família as responsáveis pela manutenção de seu arquivo privado. Interessadas na preservação da memória de Almerinda, são sua filha e neta afetivas que transformam suas cartas, fotos e papéis envelhecidos em relíquias, dignas de serem guardadas e repassadas de geração em geração. Para Perrot, às mulheres foram destinadas a memória do privado. São elas que, por convenção e posição, foram designadas as secretárias da família. Ainda segundo Perrot (1989, p. 15):

Às mulheres cabe a transmissão das histórias de família, feitas frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em vias de se apagarem. Às mulheres, o culto aos mortos e o cuidado das sepulturas. Florir os túmulos dos seus no dia de Finados, costume instaurado a partir da metade do século XIX, se torna uma obrigação das filhas e das viúvas.

Para compreender as escolhas de Almerinda e como ela se constituiu como projeto político, uso como uma das chaves de interpretação o conceito de identidade, especialmente como este é pensado por Stuart Hall (1992). Para o autor, a identidade dos sujeitos não é única e estável, mas fragmentada. Dentro das subjetividades dos indivíduos, existem múltiplas identidades que, por vezes, são contraditórias ou até mesmo não resolvidas. Busquei problematizar as identidades de Almerinda para evitar reduzi-la a uma única dimensão.

Destaco este ponto, porque mesmo sendo Almerinda uma mulher que mergulhou na luta por emancipação feminina, por exemplo, a identidade de gênero em várias ocasiões não foi sua identidade guia. Ao longo do trabalho, analiso como as identidades se deslocam continuamente em Almerinda e como ela parece estar sempre jogando com elas. Para Hall (2006, p. 21), “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”.

Hall parte do princípio de que a identidade não é algo pronto, existente na consciência no momento do nascimento, mas está sempre em processo, em transformação. Sendo uma mulher que viveu muito, Almerinda pôde, ao longo da vida, desarticular identidades e articular novas possibilidades identitárias. Foi possível ser muitas versões de si vivendo por nove décadas.

Conforme pensado por Joan Scott (1990), também utilizo nesta pesquisa *gênero* como categoria de análise, entendendo que gênero não é uma definição dada pela natureza, nem se baseia simplesmente em diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, mas sim, assinala a construção social das diferenças sexuais. Seja nos terrenos da cidadania, do trabalho, ou da intelectualidade, argumentos sobre gênero foram construídos historicamente para demarcar os limites de atuação das mulheres, tendo a biologia como principal fundamentação. Segundo Scott (1996, IV e V, livre tradução):

A exclusão das mulheres era variavelmente atribuída: à fraqueza de seus corpos e mentes; às divisões físicas do trabalho, que tornavam as mulheres aptas apenas à reprodução e à domesticidade; e, às suscetibilidades emocionais, as quais as conduziam ao excesso sexual ou ao fanatismo religioso. Para cada uma dessas razões, entretanto, a autoridade última invocada era “natureza”. E, a natureza era uma autoridade difícil de desafiar².

Ainda segundo Joan Scott (1988), a categoria gênero foi diversas vezes ignorada ou subutilizada pelos historiadores clássicos do trabalho. Mulheres e crianças até surgem nas discussões sobre a classe trabalhadora, mas os trabalhos apenas evidenciam os papéis desempenhados por ambos na estrutura de classe. Ignoram-se as análises críticas que reformulam nossa compreensão do lugar do gênero na história das operações de diferença sexual na construção da classe trabalhadora.

² “The exclusion of women was attributed variously to the weakness of their bodies and minds, to physical divisions of labor which made women fit only for reproduction and domesticity, and to emotional susceptibilities that drove them either to sexual excess or to religious fanaticism. For each of these reasons, however, the ultimate authority invoked was “nature”. And nature was a difficult authority to challenge”.

Também me proponho nesta pesquisa a analisar da história do trabalho no Brasil em termos de gênero, direcionando o olhar para o ambiente do escritório, onde diariamente datilógrafas, taquígrafas e secretárias, como Almerinda, tiram da ponta dos dedos seu sustento. Enquanto buscam reconhecimento profissional, as trabalhadoras administrativas lidam com uma gama de estereótipos que colocam em xeque suas reputações. Por meio de Almerinda, proponho um debate sobre a história do trabalho no Brasil em termos de gênero, ao mesmo tempo que discuto as experiências políticas de uma mulher da classe trabalhadora. Tomo por hipótese, a partir das memórias de Almerinda inscritas principalmente em termos de classe, que ela se percebe enquanto mulher justamente a partir das opressões de gênero do mundo do trabalho e isso passa a ser determinante em sua ação e em sua busca, juntamente a outras mulheres, por igualdade política e jurídica.

Ao problematizar as identidades de Almerinda, busco analisar aquela que parece ser, ao menos a princípio, sua identidade mais imprecisa: a racial. Antes de apresentar o debate proposto, evidencio neste trabalho que assim como gênero, raça não é uma categoria da natureza, fixada por diferenças biológicas, mas seu caráter foi construído politicamente ao longo da história. Raça é uma categoria presente no imaginário social e está ligada ao fenótipo de um determinado grupo de pessoas.

A protagonista desta pesquisa dá nome ao prêmio criado em 2016 pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo, para contemplar iniciativas de comunicação que se destacam na defesa dos direitos da população negra, e é lembrada como verbete no livro *Mulheres Negras do Brasil (2017)*, obra organizada por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil e na *Enciclopédia da Diáspora Africana (2004)*, obra do músico, escritor e pesquisador Nei Lopes, que destaca o fato de Almerinda ser considerada uma das primeiras mulheres negras na política do Brasil. No entanto, nos registros que consegui levantar para a pesquisa, Almerinda não se refere a ela mesma como uma mulher negra.

Por entender que a ausência de declarações não esvazia a questão, procurei problematizar esse suposto silêncio de Almerinda, trazendo algumas hipóteses, construídas a partir do diálogo com autores como Sueli Carneiro, que resgata os significados de ser uma mulher negra em uma sociedade, como a brasileira,

alicerçada sobre o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento. Para Carneiro (2011):

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Sendo lida socialmente enquanto uma mulher negra, Almerinda teve que lidar com as violências físicas e simbólicas de quem teve seu corpo objetificado, sexualizado e tratado historicamente como mercadoria. Penso que os estigmas atrelados às mulheres negras, que as retratam como destinadas a servir, impondo-lhes um lugar de subalternidade, ou as apresentam como exóticas, sensuais e destinadas ao prazer sexual, interferiram na construção de identidade racial sólida em Almerinda. Creio também ser em razão desses estereótipos, que Almerinda fará questão de, em diferentes oportunidades, reforçar sua honra, explicitando ser uma mulher que “se dava ao respeito”.

Mesmo diante deste cenário, não acredito que a protagonista desta pesquisa tenha tentado fugir de sua negritude. Há alguns indícios apresentados nesta pesquisa que me fazem pensar que, embora não falasse explicitamente sobre o assunto, Almerinda se percebia uma mulher negra. Na principal fonte dessa pesquisa, uma entrevista de história oral concedida por Almerinda em junho de 1984 aos historiadores Angela de Castro Gomes e Eduardo Stotz para o projeto *Velhos Militantes*, o qual ouviu trabalhadores que tiveram militância política na Primeira República; Almerinda não fala sobre possíveis episódios de racismo e também não é perguntada sobre o assunto. Na entrevista, os pesquisadores que provocaram Almerinda sobre os mais diversos temas, não questionaram, por exemplo, se ela chegou a ser vítima de racismo no interior do movimento de mulheres ou no movimento sindical.

Para a mesma pesquisa, Angela de Castro entrevistou outros militantes já aposentados da luta, entre eles João Lopes, um fluminense de São João da Barra, ex-militante do Partido Comunista. João era um negro de pele retinta, analfabeto que começara sua vida política atuando na Liga dos Padeiros de Campos (RJ) na

década de 1920. Na entrevista, disponível no livro *Velhos Militantes* (1988), Angela se atém às questões relacionadas à militância política e à atuação sindical, sem fazer necessariamente um recorte racial ou questioná-lo sobre sua experiência de ser um homem negro no seio do Partido Comunista. João era neto de avó angolana e filho de mãe nascida do ventre livre e justifica daí, dessa origem familiar, sua inclinação para a “rebeldia” (GOMES, 1988, p. 74). Espontaneamente, João descreve diversos episódios em que foi vitimado pelo racismo e fala sobre a curiosidade dos camaradas do partido em Moscou, quando da sua ida à cidade de forma clandestina, sobre como era a vida dos trabalhadores no Brasil e como estava colocada a questão racial no país. Obviamente, os documentos orais são frutos de seu tempo e naquele momento histórico, no início da década de 1980, a questão racial não era uma prioridade para boa parte dos acadêmicos.

Creio também que um dos fatores que contribuíram para que chegássemos ao século XXI desconhecendo quase que completamente a trajetória de Almerinda deve-se ao fato de ser Almerinda um sujeito negro. Se há um silêncio sobre as mulheres em geral, a situação de invisibilidade pode ser ainda maior para as mulheres negras que enfrentam tanto a subalternização de gênero, quanto à subalternização racial. Por isso, Sueli Carneiro (2004) reforça a importância de lembrar e nomear para combater o lugar de invisibilidade relegado às mulheres negras.

Como a identidade racial, de gênero e a situação de classe são uma composição intrincada na vida de Almerinda, busquei analisar sua trajetória sob a ótica da interseccionalidade, como pensada pela pesquisadora negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (1994). Para a autora, em determinadas situações, há uma interseção entre diferentes identidades sociais que interagem, resultando em múltiplas formas de opressão. Segundo Crenshaw (1994, p. 1246):

Onde os sistemas de raça, gênero, dominação de classe convergem, como ocorre nas experiências de mulheres não brancas, as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências das mulheres que não compartilham a mesma classe ou raça de fundo serão de ajuda limitada

para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentam obstáculos diferentes³.

A categoria gênero por si só se mostrou insuficiente para análise da vida de Almerinda, assim como classe ou raça isoladamente. Essa sensibilidade analítica permite compreender, por exemplo, que embora estivessem pelejando no mesmo campo minado, Almerinda e as demais mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinham experiências individuais muito distintas. Também a partir da ótica da interseccionalidade, é possível compreender que a FBPF estabeleceu uma relação assistencialista com outros grupos de mulheres, falando em seu nome, porém sem possibilitar a sua real participação no debate. Por diversas vezes, a FBPF também ignorou o recorte racial e as demandas específicas das mulheres trabalhadoras das camadas mais populares, por exemplo. Sem mencionar o fato de que o sufrágio que defendiam era “universal”, mas restrito aos pares, excluindo da pauta as mulheres analfabetas, por exemplo. Para a intelectual negra, Lélia Gonzalez⁴, o movimento feminista brasileiro pautou-se em um viés eurocentrista, que omitiu a centralidade das questões de raça nas hierarquias de gênero.

Creio ser essa uma das razões que fizeram Almerinda se afastar do movimento feminista. Ao deixar a FBPF, ela diversificou suas frentes de atuação. Defendeu a instrução gratuita como uma plataforma de mudança social e buscou diálogo com as populações do subúrbio carioca ao presidir a Ala Moça do Brasil e, juntamente a outros colegas, fundou o Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB), que em seu programa defendia o divórcio e a extensão do voto a analfabetos, temas que a FBPF jamais ousou abordar. Para além dessa atuação, por meio de associações e partidos, Almerinda levou a política para vida por meio de uma prática pautada pela solidariedade. Esta ética pessoal foi o seu guia durante toda a sua vida. Almerinda nunca foi solitária. Ela era comunitária. Construiu redes de apoio por onde passou, estabeleceu um vínculo de solidariedade com a classe operária e

³ “Where systems of race, gender, and class domination converge, as they do in the experiences of battered women of color, intervention strategies based solely on the experiences of women who do not share the same class or race backgrounds will be of limited help to women who because of race and class face different obstacles”.

⁴ Texto de Lélia citado por BAIROS, Luiza. *Lembrando Lélia Gonzalez*. In, WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas. 2000, p. 52

abriu as portas de sua casa para gente como ela: os sozinhos, os migrantes, mulheres desamparadas/divorciadas, os sem família, os que dependiam somente de si para viver, os velhos que, esquecidos, não tinham onde repousar a cabeça. Ser solidária era a sua política pessoal.

Como toda historiografia surge do exame de fontes e apenas elas podem autorizar o historiador a desenvolver uma interpretação sobre os fatos históricos, cabe apresentar a seguir as fontes que subsidiam este estudo.

Um das problemáticas para a realização de pesquisas biográficas de figuras públicas que não fizeram parte de círculos hegemônicos de poder, como é o caso de Almerinda, diz respeito à tarefa complexa de localização de documentos e fontes. Embora tenha sido uma mulher inteiramente ligada ao ofício textual, Almerinda não escreveu sobre si. Talvez tenha sido engolida pelas urgências da vida prática, pelas contas para pagar, na lida de quem dependia de si mesma para ter algum sustento. Para falar sobre si e contar sua história, ela escolheu traçar os caminhos da oralidade.

“A memória das mulheres é verbo”, aponta Perrot (1989, p. 15). Na falta de testemunhos escritos, os testemunhos orais surgem insurgentes trazendo à superfície memórias de mulheres tanto sobre a sua existência particular (também política), quanto sobre sua participação nos acontecimentos públicos. Não à toa, Michelle Perrot (1989, p. 16) afirma que a história oral é a “revanche das mulheres”. Para além de dar a palavra às mulheres, os testemunhos orais têm sido, conforme Ecléa Bosi (2003), um instrumento precioso para trazer à tona outras camadas da população excluídas da história como os velhos, os negros e os trabalhadores. A trajetória de Almerinda se enquadra em todas essas categorias.

Dessa forma, a principal fonte utilizada nesta pesquisa é a entrevista realizada por Angela de Castro Gomes e Eduardo Stotz. Por quatro horas, Almerinda rememorou os principais episódios de sua vida. Orgulhava-se de lembrar: “Eu, além de ser datilógrafa e taquígrafa, tinha uma memória prodigiosa, como estou provando hoje” (GAMA, 1984, p. 49). Essa entrevista, juntamente a alguns poucos registros fotográficos e documentos pessoais, faz parte do acervo do CPDOC-GFV.

Apesar de ser uma fonte imprescindível para a realização da pesquisa, o documento me impôs algumas limitações. Como eu não tive a oportunidade de entrevistar Almerinda, restou-me trabalhar com esta fonte produzida por terceiros. Meu ponto de vista sobre o relato de vida coletado por Angela Gomes e Eduardo

Stotz é essencialmente o de leitora, embora esse, como aponta Leonor Arfuch (1995), não seja um lugar passivo, já que como leitores reinterpretemos a entrevista. Nesse “jogo dos personagens”, expressão usada por Leonor Arfuch para se referir à entrevista, estou de fora, não pude ser protagonista nesse exercício de provocação da memória.

Por vezes, senti-me frustrada por não ter podido eu mesma ter feito as muitas perguntas que me ocorreram ao longo da pesquisa e que seriam fundamentais para unir os fios soltos e as lacunas dessa história de vida, que não foram preenchidas. Identifiquei-me com as palavras do historiador Daniel James (2004, p. 272) que, pego de surpresa com a morte de Doña Maria, a sindicalista argentina de quem ele vinha colhendo um testemunho oral já há alguns anos, afirmou se sentir como um dramaturgo que, na ausência de sua heroína, desenrolava sua trama apelando a personagens secundários. De toda forma, esse testemunho de Almerinda é valioso e nos leva ao encontro dos ditos e não ditos da trama construída pela alagoana.

Fez parte do esforço desta pesquisa localizar familiares de Almerinda Gama. A tarefa foi árdua, visto que, até onde se sabia, Almerinda não havia deixado filhos. Imaginava-se a princípio que, por essa razão, Almerinda tivesse tido um fim de vida solitário. Com as poucas pistas que tinha à disposição e graças à tecnologia e às redes sociais, descobri que Almerinda formou uma família afetiva, e seus descendentes, que a conheceram tão intimamente, são hoje os guardiões de sua memória.

A partir do encontro com sua família, pude eu mesma conduzir uma entrevista com a filha afetiva de Almerinda, Alana Mara Batista de Souza, e com sua neta, Juliana Leite. Utilizei os procedimentos metodológicos da história oral, em especial, os propostos por Eclea Bosi (2003), o qual enfatiza que a entrevista ideal é aquela que possibilita vínculos de amizade entre o narrador e o ouvinte. Para ela, se a condução é diferente disso, a entrevista se assemelha ao fenômeno da mais-valia, sendo uma apropriação indébita do tempo do outro.

Pude realizar uma pré-entrevista, o que na metodologia se chama de *estudo exploratório*, com a neta de Almerinda, Juliana Leite, e em seguida, munida de gravador e uma espécie de diário de bordo, onde escrevi uma espécie de roteiro, fui ao encontro delas em Caraguatatuba, no estado de São Paulo. Dona Alana já me esperava ansiosa no portão. Ela e a filha estavam entusiasmadas com a pesquisa,

mas percebi que o regozijo maior era o fato de minha presença ali lhes dar a oportunidade de, longe das demandas do cotidiano, separar um tempo sem pressa para voltar ao passado e, assim, lembrar a matriarca da família. Entre cartas com papel amareladas, bilhetinhos, fotografias em preto e branco, mãe e filha garimpavam as lembranças. Lágrimas de emoção vieram à tona ao final do percurso. Nesse exercício familiar de rememorar, uma lembrança abria espaço para outra, exatamente como descrito por Halbwachs (2013). Embora o relato oral permita a reflexão do narrador, o ouvinte que o acompanha em sua jornada sente-se também transformado pela experiência.

Para montar o quebra-cabeça da trajetória de Almerinda, busquei outros vestígios. Os jornais foram imprescindíveis na pesquisa, preenchendo lacunas de informações e ajudando a localizar onde estava Almerinda em determinado momento de sua vida. A partir dos periódicos, temos acesso também a Almerinda articulista que expressava sua visão crítica do mundo por meio de colunas, crônicas, poemas e reportagens para os jornais.

Além disso, foi importante o acesso aos documentos do Fundo da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional. Estive presencialmente na sede da instituição, no Rio de Janeiro, mas em 2020, boa parte dos arquivos que integram o Fundo começaram a ser digitalizados, o que facilitou meu acesso aos mesmos. Os documentos sob a guarda do Arquivo Nacional revelam as minúcias das estratégias de ação da FBPF e como as feministas aprenderam a linguagem de representação política importante para participar do teatro político e do debate de ideias sobre a ampliação dos direitos femininos. Os arquivos relevam outros detalhes, como qual o papel desempenhado de fato por Almerinda na FBPF e, nas entrelinhas de correspondências, também trazem à tona os conflitos da relação de Almerinda com Bertha Lutz.

Para a pesquisa também me dediquei a localizar as canções registradas por Almerinda. Essa foi uma tarefa árdua, porque envolveu um imbróglgio jurídico. Encontrei 28 composições de Almerinda registradas na Escola Nacional de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A norma da instituição só permite que o próprio compositor ou seus herdeiros legais tenham acesso às partituras. Como Almerinda não deixou filhos e seus descendentes são afetivos, sem terem com ela vínculo legal, a Escola Nacional de Música não permitiu, em um primeiro momento, o acesso às canções. Foi necessário o envio de cópia da certidão

de óbito de Almerinda e do projeto de pesquisa para a análise do departamento jurídico da UFRJ que, por fim, liberou o acesso às canções.

Outra instituição importante para a pesquisa foi a Biblioteca Nacional. Graças a sua hemeroteca digital, foi possível chegar aos inúmeros jornais que utilizei nesta pesquisa. Foi também em sua sede, a cidade do Rio de Janeiro, que localizei um exemplar, único que se tem notícia, do livro de poemas de Almerinda, *Zumbi*, lançado em 1942.

A forma que a pesquisa tem hoje, passados cinco anos do primeiro contato com o acervo de Almerinda no CPDOC, também só foi possível graças aos documentos e registros familiares que me deram acesso a uma outra faceta de Almerinda.

Nesta pesquisa, não tive a pretensão de me debruçar sobre as quase dez décadas de vida de Almerinda, tarefa que seria impossível, visto que existem muitos pontos cegos em sua trajetória. Optei por lançar luz sobre os acontecimentos centrais da vida de Almerinda, a fim de compreender as razões por trás de sua militância política e sindical, sua experiência no mundo do trabalho e também suas práticas políticas pessoais enquanto mulher negra que se coloca no mundo de maneira ativa e que se recusa a ocupar o lugar do silêncio a ela destinado.

Muitos autores já fizeram alertas sobre os perigos das biografias que contam histórias únicas, que formatam seus personagens e induzem o leitor a crer que estão tendo um encontro com personagens plenamente coerentes. Busquei seguir ao longo da pesquisa os conselhos de Pierre Bourdieu (1996) sobre a necessidade de se afastar de uma narrativa linear, pautada pela cronologia dos acontecimentos e que esvazia a vida do biografado. Além disso, busco articular a trajetória de Almerinda com problemas mais amplos, crendo que toda biografia histórica é válida e legítima, desde que nos ajude a compreender questões sobre o passado. Conforme a afirmação de Alexandre Avelar (2010, p. 160), “o lugar da biografia como possibilidade de uma escrita da História só poderá ser pensado a partir da colocação de outras questões e de outros termos do debate”.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. Em cada um deles, uso como fio condutor um elemento que entendo estar associado à Almerinda. No primeiro, o voto; em seguida, a máquina de escrever; e, por último, a casa.

No primeiro capítulo apresento como Almerinda se organiza politicamente em múltiplas frentes. Ao mesmo tempo em que luta por representação política feminina

junto às feministas da FBPF, a alagoana esteve à frente da Ala Moça do Brasil e foi uma das fundadoras do Partido Socialista Proletário do Brasil, em 1934.

Para apresentar o caminho político traçado por Almerinda, coloco em destaque duas eleições que foram marcantes na vida da protagonista: a de julho de 1933, quando Almerinda votou na escolha de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte, e a eleição presidencial de 1989, quando Almerinda recebe certo reconhecimento pelo seu pioneirismo.

A partir das fontes, remonto o cenário e os acontecimentos da eleição de 1933, o dia mais importante da vida pública de Almerinda, quando, a partir de uma estratégia criada dentro da FBPF, ela participou como única delegada-eleitora mulher na escolha de representantes classistas. Para discutir como se construiu o processo da representação das associações profissionais e o debate de ideias políticas em torno deste experimento único na história da política brasileira, apoio-me nas contribuições feitas por Angela de Castro Gomes e por Álvaro Barreto. Destaco, em especial, o trabalho de Álvaro Barreto (2001), que investiga os aspectos políticos e institucionais que motivaram a adoção dessa representação. Seu trabalho se contrapõe a uma bibliografia viciada sobre o tema que nega a importância e a complexidade da representação de associações profissionais que, frequentemente, só a toma como exemplo de uma tendência mundial na qual está inserida. No entanto, a questão de gênero é um dos pontos cegos do seu trabalho, visto que ignora qualquer problematização sobre a baixa presença feminina nas associações de classe e, conseqüentemente, no pleito classista.

Para a compreensão do trabalho de articulação política empreendido pela FBPF e o tipo de ativismo das feministas das primeiras décadas do século XX, foram fundamentais também os trabalhos de Teresa Cristina de Novaes Marques e Susan Besse. Neste primeiro capítulo, intercalo as temporalidades para apresentar a Almerinda criança, os primeiros anos de formação e a família. Foi já nessa fase que ela vivenciou rupturas, as quais creio terem sido determinantes para as escolhas que ela fez ao longo da vida.

No segundo capítulo, o elemento que conduz a narrativa é uma velha companheira de Almerinda: a máquina de escrever. Começo discutindo, sob a lente da interseccionalidade, como Almerinda é atingida pelo cruzamento e sobreposição das estruturas de gênero, raça e classe. A partir de sua experiência, levanto evidências para discutir as contradições e os conflitos de classe e raça no interior do

próprio movimento feminista. Como sabemos, *mulher* não é uma categoria única e universal, mas, por vezes, as feministas da FBPF falaram em nome das mulheres brasileiras, ignorando questões de raça e classe nas hierarquias de gênero.

Nessa seção, ainda discuto duas identidades políticas de Almerinda: a de raça e a de classe. Levanto algumas hipóteses sobre o silêncio de Almerinda sobre sua identidade racial, trazendo a contribuição de autores como Sueli Carneiro e Elaine Pereira e, ao apresentar a Almerinda engajada no movimento sindical, analiso como a alagoana vai aos poucos substituindo gênero por classe como sua identidade política primordial.

Ao usar a máquina de escrever como fio condutor, procuro ainda apresentar como a capacidade intelectual unida ao domínio mecanográfico possibilitaram a Almerinda ocupar um espaço de destaque na imprensa, na qual tratava um debate sobre as limitações e privações políticas, econômicas e sociais impostas às mulheres. A máquina de escrever também foi a companheira de trabalho de Almerinda por décadas. Era da datilografia que ela tirava seu sustento.

Dessa forma, também me debruço sobre as experiências profissionais das empregadas de escritório, categoria da qual Almerinda fazia parte. Nesta proposta, apoio-me as contribuições de Graciela Queirolo, que tem uma vasta pesquisa sobre a participação feminina nos empregos administrativos na província de Buenos Aires, na Argentina. A partir de um olhar comparativo, foi possível identificar dinâmicas semelhantes nas experiências das trabalhadoras administrativas argentinas e brasileiras.

Depois de apresentar a Almerinda pública, busco no terceiro e último capítulo ir ao encontro de Almerinda em sua intimidade. A protagonista é reelaborada a partir das memórias de duas mulheres: sua filha e sua neta, as guardiãs de seu legado. Ao reconstruir o passado, Alana Batista e Juliana Leite revelam a potência do afeto que transformou solidão em família. Se nos primeiros capítulos conhecemos a sindicalista, feminista, datilógrafa, nessa última seção, conhecemos a Almerinda mãe.

Surgem aqui as lembranças da vida compartilhada no lugar onde Almerinda foi feliz: sua casa no bairro do Cachambi, na cidade do Rio de Janeiro. A residência tinha valor inestimável para Almerinda e era, de alguma forma, símbolo de seu triunfo pessoal como migrante que chegou a então capital federal, anos antes, sem muitos recursos.

Usando a casa como elemento principal, busco, com o apoio dos escritos de Ecléa Bosi e Michelle Perrot, analisar tanto as problemáticas do lembrar — a partir das memórias da própria Almerinda que, na velhice, recorre à oralidade para se inscrever na posteridade como uma testemunha da História —, quanto de seus descendentes, que reelaboram as múltiplas identidades de Almerinda. Em um passeio por entre os cômodos da velha casa do Cachambi, destaco os ícones da intimidade de Almerinda, seus objetos biográficos e, a partir deles, sua faceta de poetisa e musicista.

Como mencionei anteriormente, não pretendo aqui retratar a totalidade da história de vida de Almerinda. Junto-me à Almerinda, à Alana e à Juliana e faço, eu mesma, a partir dos vestígios que colhi, minha própria reelaboração sobre quem foi essa conterrânea e colega de profissão. Qual o lugar dessa mulher na história política brasileira? Ou qual lugar que ela ocupa entre as pioneiras do feminismo brasileiro? Comecei a pesquisa fazendo essas perguntas. Dei-me conta, ao longo do processo, que as memórias estão sempre em disputa e que, nesta batalha, Almerinda lutou até o fim com as poucas armas que tinha.

Para explicitar meu argumento, recorro a Enzo Traverso (2012), que diz que o reconhecimento e a visibilidade de uma memória dependem da força de quem as possui. Para o autor, é possível falar em “memórias fortes”, aquelas sustentadas pelos aparatos institucionais, pelo Estado, e as “memórias fracas” ou, como mencionado por Pollack, as “memórias subterrâneas”. Para Pollack (1992, p. 2)

(...) ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”.

Não é difícil imaginar em que categoria a memória de Almerinda se enquadra. Ignorada pelos livros de história, longe dos acervos públicos, Almerinda não foi acolhida pelas instituições nem respaldada pelas historiografias. Já sua companheira de FBPF, Bertha Lutz, preocupou-se em fazer um inventário de sua vida pública: preservou seus documentos, cartas, projetos parlamentares e registrou com um gravador seus anos de atuação. E, depois de transcrever e datilografar as

lembranças, fez ainda anotações manuscritas sobre os episódios narrados. Segundo Marques (2016b, p. 18): “Como sempre fizera em tudo na vida, assumiu o controle da forma como desejava ser lembrada”. Não à toa, as memórias dos projetos sufragistas no Brasil estão cristalizadas quase que unicamente em sua pessoa. Se a lembrança pública do movimento sufragista tem um rosto, este rosto é o de Bertha Lutz. Desbotadas, ao fundo, surgem as “Almerindas”, aquelas que também foram incansáveis na batalha, mas que por causa do racismo e do preconceito de classe foram excluídas da História.

Se a memória de Almerinda é subterrânea, nas próprias páginas, proponho-me ao trabalho de escavar. Retiro dos escombros camadas de memórias soterradas desde há muito tempo. Vasculho acervos pessoais, revolvo fragmentos desconexos e busco ordená-los para lhes conferir sentido. Este trabalho também é fruto da minha busca pessoal por Almerinda. Ao desenterrar estas memórias, busco que a eleitora da fotografia ganhe voz.

Estive na companhia de Almerinda nos últimos cinco anos. O ponto de partida, sua foto na eleição classista, levou-me a um segundo vestígio e assim sucessivamente. A cada passo dado, aproximava-me mais da personagem. Senti como se precisasse ganhar sua confiança para que ela se revelasse cada vez, um pouco mais, até o ponto de me permitir localizar e conhecer aquelas que ela amou incondicionalmente: sua filha e neta. Conhecendo esta mulher extraordinária, assumi o compromisso de lutar por ela. Escrever sua trajetória é minha tentativa de contribuir com a história das mulheres e romper com um processo contínuo de apagamento.

Se a alagoana trabalhou incansavelmente ao longo de toda sua vida, hoje eu trabalho por ela e para ela. O leitor conhecerá nas próximas páginas, comportamentos, sonhos, aspirações e contradições de uma mulher que viveu 99 anos e tem uma experiência a compartilhar. Seu nome é Almerinda Farias Gama e ela tem muito a dizer.

1 - ALMERINDA E O VOTO: DA FAMÍLIA AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LUTA POR REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

*Por que a ciência nos é inútil?
Porque somos excluídas dos cargos públicos;
e por que somos excluídas dos cargos públicos?
Porque não temos ciência.*

Nísia Floresta. Direitos das mulheres e injustiça dos homens, 1832.

Poucos entre nós conseguem percorrer um caminho de longevidade a ponto de celebrar o aniversário de 100 anos. A alagoana Almerinda Gama esteve bem perto disso. Em 31 de março de 1999, a cerca de um mês para seu centenário, que seria celebrado com festa pela família, Almerinda faleceu em São Paulo. A mulher que vivenciou dois prolongados períodos ditatoriais revelava que um dos seus maiores orgulhos era ser uma eleitora: “Eu jamais faltei uma eleição!”⁵, disse satisfeita. Seus títulos eleitorais foram guardados como tesouros e o primeiro deles, emitido em 1933, está hoje disponível para consulta no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), no Rio de Janeiro.

Nas próximas páginas, destaco dois pleitos que tiveram especial significado para Almerinda, como revelam as lembranças que ela partilhou destes momentos em mais de uma oportunidade, em registros raros. Trata-se, primeiramente, do ciclo eleitoral de 1933, quando mulheres escolarizadas, pela primeira vez no Brasil, puderam votar. Naquele ano, Almerinda foi às urnas duas vezes: na eleição geral em 3 de maio para formação da Assembleia Nacional Constituinte, e na escolha de representantes classistas, em 20 de julho. A outra votação expressiva foi a eleição presidencial de 1989, quando o país ensaiava retornar à democracia. Este foi o último pleito em que Almerinda votou.

Há entre essas duas eleições um espaço de tempo de 55 anos que separam a jovem mulher — que não hesita em deixar para trás a cidade de Belém (PA) ligada à sua família, para embarcar para o Rio de Janeiro com uma mala contendo mais

⁵ GAMA, Almerinda Farias. *Almerinda Farias Gama: depoimento*. 1984.

expectativa do que roupas, em busca de uma vida mais digna — e a idosa Almerinda de cabelos brancos, olhos experimentados de quem viu a vida e o Brasil mudarem ao longo das décadas e que, ciente de suas vivências político-sociais e de sua contribuição para a cidadania feminina brasileira, aceita de bom grado as pequenas glórias de ser reconhecida como uma das pioneiras do voto no Brasil. Ambas as Almerindas são mulheres que acreditaram profundamente no processo eleitoral e que exerceram ativamente o direito de cidadania.

Neste capítulo, busco usar o voto como fio condutor para apresentar a Almerinda política, que se posiciona no espaço público como sujeito protagonista e que tenta interferir no jogo político, seja como ativista pelo sufrágio feminino, seja como candidata a um cargo público nas eleições de 1934. Também descrevo o cenário em que Almerinda nasceu e viveu seus primeiros anos da infância, sua família e as primeiras rupturas decisivas nos rumos que a sua vida irá tomar. Serão esses primeiros deslocamentos que começaram a desestabilizar aquilo que Stuart Hall (2003) chama de “mitos fundadores”, as identidades estáveis do passado, abrindo a possibilidade para a emergência de novas identidades.

Como chave de interpretação, neste capítulo utilizarei o conceito de identidade, conforme a discussão proposta por Stuart Hall. O autor fala da identidade cultural não como sendo uma concepção rígida e fixa, estabelecida em um eu coerente, mas como uma “celebração móvel”, na qual o sujeito assume camadas de identidades múltiplas, que podem inclusive ser contraditórias:

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos os identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13)

As discussões sobre identidade ressurgem no segundo capítulo, onde também analisarei a tríade gênero-raça-classe na trajetória de Almerinda. Aqui inicio a reflexão ao pensar no peso que a família e a terra de origem têm para moldar o seu imaginário e suas práticas sociais. Almerinda é o produto de várias histórias, lugares e processos culturais; elementos que se conectam para promover

constantes transformações nas suas identidades. É ao encontro dessa mulher que vamos a partir de agora.

1.1 - 1933: uma eleição peculiar

Era o ano de 1924. Já tinham se passado alguns meses desde que Eliseu Visconti (1866-1944), um pintor nascido na Itália e radicado no Brasil, assinara um contrato para criar um painel decorativo para o mais novo palácio do Rio de Janeiro. O novo prédio substituiria a Casa de Câmara e Cadeia, a antiga Cadeia Velha, lugar que tinha sido palco de importantes acontecimentos políticos e legislativos há pelos menos dois séculos. Foi lá que Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, um dos líderes da Inconfidência Mineira, foi preso e condenado. O lugar também abrigou a primeira Assembleia Constituinte em 1823. No entanto, aquele espaço havia chegado ao século XX em decadência, deteriorado pelo tempo e já destoava do restante da cidade que se remodelava buscando ares de modernidade.

Nos primeiros anos do novo século, a administração da capital da República passou a impor um reordenamento do espaço urbano buscando alinhamento com uma estética europeia e com um sentido de civilidade pautado pelos valores positivistas de “Ordem e Progresso”. Era preciso transformar a velha cidade colonial em uma capital moderna.

Em 1921, o prédio da Cadeia Velha veio abaixo para dar lugar a um projeto em estilo eclético idealizado pelos arquitetos Archimedes Memória e Francisco Couchet. Para abrilhantar o espaço que passaria a ser a nova casa do legislativo e que foi nomeado de Palácio Tiradentes, nada mais adequado do que uma obra de arte que exaltasse a nova face da República feita por um artista consagrado. Visconti já tinha trabalhado em outras encomendas governamentais durante este período de modernização da cidade do Rio de Janeiro, construindo uma identidade visual que colaborava com os ideais do governo republicano⁶.

Era chegada a hora de Visconti apresentar à comissão que o contratou o primeiro esboço do trabalho empreendido. O ano era 1925. Os responsáveis chegam ao atelier do artista na ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, e não

⁶ ALVES, Fabíola Cristina. Olhando o passado no Palácio Tiradentes: um retrato coletivo da autoridade republicana disfarçado de esperança. *Revista Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP. v. 27, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672019v27e09>.

gostam do que veem. Na pintura feita a óleo, Visconti pôs em destaque a posse de Deodoro da Fonseca na Presidência da República. A cerimônia é abençoada por um anjo representado por uma figura feminina de cabelos dourados e asas esplêndidas. Ao redor de Deodoro, um grupo assiste à cena. A comissão logo deu o veredicto: a obra estava vetada, porque entre aqueles que acompanhavam a posse, o artista retratou mulheres⁷.

Quando foi inaugurado em 1926, o Palácio de Tiradentes, localizado na Praça XV, tinha em seu plenário a segunda versão da obra feita por Visconti. Dessa vez a obra retratava a assinatura da primeira Constituição da República em 1891. Em tamanho real, estão representados os 63 constituintes. Os tons são sisudos, em variações de marrom. Todas as figuras femininas desaparecem, inclusive a angelical.

A exigência não foi à toa. A Constituição assinada pelos personagens retratados no painel de Visconti considerava eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei”. Embora o texto não negasse explicitamente o direito das mulheres de votar, na prática, as mulheres não eram cidadãs, portanto estavam de fora do processo eleitoral. O recado está dado: a República é uma república de homens. A eles (e só a eles) está reservado o espaço público, a política. As mulheres estão destinadas à dimensão da domesticidade e da família, à esfera privada.

Sete anos depois de sua inauguração, o mesmo Palácio Tiradentes tem um dia de grandes movimentações, tanto é que o jornal *A Batalha* afirmava que o edifício da Antiga Cadeia “regurgitava”⁸. Naquela manhã de 20 julho de 1933, percebia-se um burburinho nas ruas. Dentro do Palácio, funcionários do Ministério do Trabalho se apressavam para deixar tudo em seu devido lugar para o evento de logo mais. Não se tratava apenas de uma questão de organização, era necessário

⁷ A obra rejeitada pela comissão responsável pela reforma do Palácio Tiradentes encontra-se hoje no Museu do Ingá – Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói. EM: ALVES, Fabíola Cristina. *Do metafísico ao documental: projeto, realização e recepção da obra de Eliseu Visconti para o Palácio Tiradentes*. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/fca_visconti.htm Acesso em: 01 de julho de 2019.

⁸ A representação de classes na Assembleia Constituinte. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 21/07/1933, p.1

ordenar o espaço de acordo com as regras do processo eleitoral determinadas no Código Eleitoral Brasileiro publicado em fevereiro do ano anterior⁹.

Em 19 de julho de 1933, os jornais da capital da jovem República estampavam em suas manchetes que o país faria no dia seguinte uma experimentação política inédita: a eleição de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte. Além dos parlamentares eleitos pelo voto direto da população, o Código Eleitoral instituiu a participação de representantes classistas, eleitos indiretamente por delegados escolhidos por associações de categorias profissionais¹⁰. No dia seguinte ao pleito classista, sem muito alarde, os jornais informavam em pequenas notas um fato apontado como curioso: uma mulher chamada Almerinda Farias Gama, representando o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, esteve presente e participou da votação. Ignorando os olhares masculinos que lhe fitavam com certo desdém, Almerinda sorriu enquanto depositava seu voto na urna. Um sorriso que perduraria mais de seis décadas.

1.1.1 - Um lugar, um novo sistema de votação

Aqueles eram tempos de esperança no cenário político do país. Por meio de um golpe de Estado, em 1930, Getúlio Vargas ascendeu ao poder e inaugurou uma nova fase da história política brasileira. Em um avanço de modernização que é acompanhado por um viés de autoritarismo, o Governo Provisório de Getúlio cria a Justiça Eleitoral, reforma o Código Eleitoral, que institui o voto secreto no Brasil e o sufrágio para mulheres alfabetizadas. Nesse contexto, desenha-se um novo modelo de representação política no parlamento. Os novos tempos exigiam mudanças. Há,

⁹Na Primeira República, o país já tinha uma legislação que organizava o sistema eleitoral e o processo de votação, mas o processo era viciado, com fraudes generalizadas. O Código Eleitoral de 1932 introduziu modificações importantes em um processo de saneamento do sistema eleitoral, tais como: voto universal e secreto, extensão do direito do voto às mulheres, criação da Justiça Eleitoral para administrar o processo eleitoral desde o alistamento, homologação de candidaturas, apuração de votos e reconhecimento dos eleitos, Para garantia de sigilo do voto, o Código Eleitoral ordenava em seu artigo 73 que “no local da votação, será separado do público o recinto da Mesa, e, ao lado desta, deverá achar-se a máquina de votar, ou um gabinete indevassável, para que, dentro dele, possam os eleitores, á medida que compareçam, colocar suas cédulas nas sobrecartas oficiais.” O lugar indevassável que podia ser fechado por uma cortina ou porta, dava ao eleitor privacidade para colocar sua cédula de votação na sobrecarta (envelope) oficial. Ver: NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2004.

¹⁰ O artigo 142 do Código Eleitoral estabelecia que ao convocar os eleitores para a eleição de representantes à Constituinte, o Governo determinaria “o número de representantes nacionais que a cada Estado caiba eleger, bem como o modo e as condições de representação das associações profissionais”.

por parte de determinadas forças políticas por trás do movimento revolucionário de 1930, o interesse de devolver o Brasil à ordem legal e isso passava pela constitucionalização do país (GOMES, 1980, p. 27). A proposta ampliava os perfis dos que poderiam tomar assento nas cadeiras do Parlamento. Além dos deputados eleitos pelo voto direto, também fariam parte do Congresso deputados-empresários e deputados-trabalhadores que, assim, teriam a oportunidade de discutir os interesses e as necessidades de suas categorias. Cria-se, portanto, a chamada representação de associações profissionais.

Essa experiência política implantada na Assembleia Nacional Constituinte de 1933 teve curta duração, já que em 1937, o Estado Novo fechou os órgãos legislativos do país. Angela de Castro Gomes aponta que a criação deste modelo que se propunha a transformar as associações e grupos que poderiam ser hostis ao governo em elementos reais de colaboração era mais do que uma sugestão, já que se articulava com duas importantes medidas já tomadas: “a própria criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e a elaboração da Lei de Sindicalização de 19 março de 1931” (GOMES, 1980, p. 431).

Álvaro Barreto em sua tese que se propõe a recuperar o processo histórico relativo à representação das associações profissionais e que investiga sobre os aspectos institucionais e políticos para a adoção do modelo, aponta que a representação teve de fato um papel importante na luta política empenhada por Getúlio Vargas, “fez parte de uma reivindicação dos ‘tenentes’, foi um recurso com o qual o Governo fortaleceu o sindicalismo oficial e procurou reforçar aqueles princípios aplicados pelo MTIC” (BARRETO, 2001, p. 12).

Ainda de acordo com Barreto, a experiência brasileira estava inserida em um contexto mais amplo. Ela vinha sendo discutida e chegou a ser implantada em outros países numa conjuntura de “crise internacional do modelo liberal-democrático de Estado” (BARRETO, 2001, p. 13).

A nova experiência política que contemplaria associações e sindicatos, o Governo Provisório determinou que das 254 vagas para a Constituinte, 40 destinavam-se a “sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissões liberais e as de funcionários públicos existentes nos termos da lei civil”¹¹.

¹¹ Ver Brasil (1933). Decreto nº 22.621, de 5 abr. 1933. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22621-5-abril-1933-509274-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 de julho de 2019. Vale ressaltar que embora trouxesse

Desde o final do século XIX, o país contava com a atividade de movimentos sindicais que se apoiavam nas mais variadas tendências políticas, mas com o movimento de 1930 as coisas mudam. O Estado passa a interferir diretamente nas questões vinculadas ao mundo do trabalho. Desenha-se a partir daí um novo modelo de sindicalismo de cunho oficial, em que o aparelho sindical passa a ser um “ramo subalterno do aparelho burocrático do Estado” (BOITO JR, 1991, p. 26).

O governo dispunha de instrumentos que fortaleciam o controle do Estado sobre a massa trabalhadora. Além disso, a medida facilitava a formação de bases confiáveis na Constituinte. Tanto que a oficialização do sindicato ou associação junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) era condição básica para que uma entidade participasse do pleito. Ou seja, na prática, a representação das associações profissionais fortalecia o sindicalismo oficial e cumpria um papel importante na luta política do governo. Esta também era uma medida de tirar do jogo político lideranças operárias mais combativas. Segundo Álvaro Barreto (2001), mesmo que a oficialização não fosse obrigatória, dificilmente as correntes revolucionárias participariam da eleição por entenderem que a experiência era uma maneira do governo manobrar os trabalhadores, ou por não terem articulação suficiente para tal¹².

O peso dado pelo Governo Provisório para as categorias na Constituinte foi o seguinte: 20 cadeiras para a classe dos empregados, sendo duas de associações de funcionários públicos, e as 18 restantes dos sindicatos de empregados; a dos empregadores também 20 cadeiras: três para associações de profissões liberais e 17 reservadas a representantes de sindicatos de empregadores. Nos novos tempos, sindicalizados devidamente enquadrados teriam a chance de ter alguma voz no

em seu texto a inclusão da participação da representação de classes, o Código Eleitoral de 1932 não apresentava nenhum tipo de detalhamento sobre como essas 40 vagas seriam preenchidas. Foram precisos quatro decretos para que o processo eleitoral fosse esclarecido. Para alguns autores, essa demora em apresentar um formato definido para uma maneira de ganhar tempo para controlar com razoável segurança esta eleição.

¹² Uma dessas críticas foi feita pelo líder anarquista Hélio Oiticica: “Que diabo vai fazer o proletariado num parlamento burguês? Considera-se um pobre tecelão semianalfabeto e mais um plantador de mandioca, analfabeto de todo, a discutir leis sociais, orçamentos, escola nova e valorização da moeda! (...) Representação de classe é um programa encapuzador, que o proletariado organizado repele, só aceitável à desprezível fração de obreiros amarelões, chefiados por socialistas de moda, funcionários de ordenado certo ou ex-proletários a serviço de governos e patrões”. OITICICA, Hélio. *A Plebe*. 24 de dezembro de 1932, apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 104.

espaço político, e, se existia um grupo que mapeava qualquer espaço de participação política, esse grupo era o das feministas¹³.

1.1.2 - Um dia muito esperado

A poucos metros da Praça XV, na pensão comercial em que morava com outras moças na Rua do Rosário, nº 157, Almerinda Gama preparava-se para o dia da votação. Acordou cedo, vestiu sua melhor toailete, coloriu os lábios e as faces para mostrar externamente a alegria que sentia no íntimo. Naquela quinta-feira, ela não foi ao cartório Fonseca Hermes onde trabalhava como datilógrafa/escrevente, pois havia sido liberada do serviço. Tomou a máquina de escrever portátil, sua companheira de trabalho, e agora também de vida política. Quem sabe já não poderia escrever *in loco* uma notícia sobre a votação? Apesar de o calendário indicar a estação do inverno, a temperatura na cidade do Rio de Janeiro nem estava tão fresca assim. Almerinda não desistiu de colocar a estola de raposa por sobre os ombros. Alguma amiga feminista lhe havia emprestado a estola, que, naquele tempo, era considerada acessório de bom gosto e refinamento. Chamou um carro de praça e seguiu para o Palácio Tiradentes, onde suas companheiras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino a aguardavam para a batalha do dia.

No caminho, talvez tenha refletido sobre sua trajetória até ali. Não restavam dúvidas de que aquele era o dia mais importante desde que seus pés pisaram no Rio de Janeiro pela primeira vez, ao desembarcar de um navio na avenida Rodrigo Alves, em uma manhã chuvosa de 1929. Com a esperança de se beneficiar do progresso que a capital federal parecia oferecer, ela tinha deixado para trás a cidade de Belém, onde passou parte da infância e da juventude com os poucos familiares que lhe restavam.

O Rio de Janeiro que Almerinda conheceu em 1929 experimentava um período de grande ebulição não só política, mas também nos âmbitos cultural e social. As mulheres já vinham ocupando espaços públicos, no entanto ainda existia

¹³ Como aponta Susan Besse (1999, p. 182), ser uma feminista era um tema controverso nas primeiras décadas do Brasil no século XX, porque dentro deste escopo estavam desde “feministas católicas, que pregavam que ‘sem Deus, Pátria, Honra e Família não há feminismo possível’, até muitas profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideravam que o emprego assalariado era o pré-requisito mais essencial para a emancipação feminina”.

pela frente um longo caminho de conquistas de direitos básicos, como o de ser alfabetizada, poder assumir melhores postos de trabalho, ou simplesmente ser considerada dotada de saber e inteligência.

Quando o dia começa, uma multidão de trabalhadores acelera o passo nas ruas da capital da República para evitar atrasos ao serviço. Não à toa, Almerinda deve ter ficado satisfeita quando encontrou uma vaga na pensão na Rua do Rosário, Centro do Rio de Janeiro, umas das pioneiras da cidade, repleta de casas comerciais e onde estavam as redações de diversos jornais da capital. Estava cansada de tomar bondes, de perder tempo à espera de transporte quando ainda morava no bairro do Estácio, na casa de um colega de seu irmão. Comodamente instalada, estava agora a poucos metros do cartório onde trabalhava. Há em toda parte um movimento intenso. O tempo é curto e os negócios empolgam no centro comercial. Almerinda integra o exército de trabalhadoras que tomam as ruas e adentram fábricas, oficinas de costura, bancos, cartórios. Os lugares onde têm “trabalho de mulher”. Em especial, ela é uma entre as muitas datilógrafas que enche as ruas do Centro do Rio.

Os dias na pensão no centro do Rio de Janeiro eram alegres, com gente jovem a tagarelar por toda a parte e a fazer planos. Além das moças e rapazes que ali moravam, o lugar ainda recebia outros pensionistas que faziam parada apenas para o almoço. Era, portanto, um ótimo lugar para quem tinha acabado de chegar na cidade, já que se fazia amigos facilmente e não se gastava muito.

No entanto, há pouco espaço para a privacidade quando se divide um quarto com outras duas moças, o que era o caso de Almerinda. Como resolver a questão da falta de espaço? A estratégia certamente seria a de guardar suas coisas mais estimadas na gaveta da cômoda, um cantinho só seu. Lugar para guardar além de suas roupas, diários, fotos dos familiares que ficaram em Belém. Podemos especular que também estivesse ali, armazenado dentro de um de seus livros, o título de eleitora recém-conquistado.

Naquela tarde de 20 de julho de 1933, Almerinda daria o arremate final em uma estratégia construída a quatro mãos por ela e pela militante feminista Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que, desde 1922 funcionava como um núcleo de articulação política abrindo caminhos para a construção de direitos iguais para homens e mulheres. Diante de um novo

modelo de representação classista, as feministas percebem uma janela de oportunidade para participar da eleição¹⁴.

Bertha e Almerinda eram mulheres de mundos e de temperamentos distintos. Lutam no mesmo campo minado, mas com experiências e alcances diversos. Bertha tinha tido a oportunidade de estudar em ótimas escolas e frequentar uma universidade de prestígio na Europa. É uma paulista de personalidade forte que empresta seu rosto ao movimento feminista organizado no Brasil. Seu sobrenome era o indicativo de que era uma filha da elite: o Lutz vem de seu pai, o cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Zoóloga por formação, Bertha já anunciava seu vanguardismo quando foi aprovada em um concurso do Museu Nacional em 1919, sendo a segunda brasileira a ingressar no serviço público.

Em comparação à figura caucasiana de Bertha, Almerinda é uma mulher mestiça, de pele não retinta, que nasceu em Maceió e vivera boa parte da juventude no norte do país. Tem o corpo franzino, *mignon* – como se costumava dizer, tanto que já na casa dos 30 anos, ao acompanhar uma amiga que levava uma criança para ser matriculada na escola primária, foi confundida com uma das alunas. Interpreta o mundo com sensibilidade através de seus olhos grandes e expressivos. É oriunda de uma família que tinha posição confortável na sociedade alagoana, no entanto desde adulta trabalha pelo próprio sustento. Bertha é a líder sob os holofotes; Almerinda trabalha diligentemente, quase sempre nos bastidores.

No entanto, ambas defendem com convicção a igualdade de homens e mulheres perante a lei. São mulheres conscientes do fato de que carregar no corpo uma identidade feminina significava viver por amarras morais e legais que limitavam

¹⁴ A FBPF não chega a ter uma representante de seus quadros no plenário da Assembleia Constituinte. No entanto, além de conseguir emplacar Almerinda como uma das delegadas-eleitoras no pleito dos empregados, a FBPF aproveitou a eleição classista para fazer articulações políticas em prol de suas causas, como aponta Teresa Marques (2016b, p. 73);, autora da biografia de Bertha Lutz: “Ao que parece, construir alianças com representantes classistas representou um dos elementos da estratégia das feministas também no resto do país. Ao tomar posse, o deputado Evaldo da Silva Possolo, eleito representante dos empregados no comércio do estado de Alagoas, apresentou um documento contendo os princípios que defendia e, entre eles, estava o da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Tudo indica que a médica Maria José Salgado Lages, também conhecida como Lily Lages, presidente da Federação Alagoana do Progresso Feminino, contribuiu para elaborar a plataforma do deputado Possolo. Lily viria a se eleger deputada estadual em 1934”. Ainda segundo Marques (2016b, p. 64): “Conversando com uns e oferecendo apoio político a outros, as feministas conseguiram fazer constar da Carta os princípios que sempre defenderam. Fizeram isso sem ocupar cadeiras na Assembleia”.

suas existências. Cada uma, a seu modo, é inquieta e visceral em seus ideais. São filhas diretas de mentes feministas que, anos antes, passam a questionar papéis e comportamentos tidos como naturais às mulheres. O cansaço com a dominação masculina lhes proporciona uma conexão.

Os ventos que sopram forte vindos da América do Norte e da Europa trazem ares de mudança e é impossível ignorá-los. A discussão está nos jornais, nas revistas, no cinema: ao redor do mundo, mulheres buscam reconhecimento como ser político e comandam a agitação feminista eleitoral exigindo o voto feminino. "Votes for women" gritam as *suffragettes* pelas ruas de Londres. Todas essas vozes proporcionam à Bertha e à Almerinda uma compreensão mais significativa das dimensões de opressão que elas mesmas e demais mulheres experimentam num lugar social que muitas vezes se compara a uma prisão. Não conseguem aceitar como "natural" a superioridade legal masculina e acreditam na igualdade incondicional entre homens e mulheres. Por caminhos e motivações diferentes, tomam parte na luta pelo fim das desigualdades nas relações entre os sexos. A entidade que pauta esta discussão no espaço público é a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, comandada por Bertha, e que, a partir de 1930, contaria também com a colaboração de Almerinda. No escopo feminista do começo do século XX, estão as lutas por igualdade de tratamento jurídico para homens e mulheres, igualdade salarial e igualdade de oportunidades¹⁵.

Ambas eram vistas com desconfiança moral por serem mulheres que não estavam sob a guarda masculina. Como definiriam uma mulher se ela não era nem esposa nem mãe? Bertha nunca se casou e também não teve filhos e Almerinda tinha ficado viúva muito jovem. Essa condição, no entanto, proporciona a ambas a liberdade para se envolverem em atividades políticas sem maiores preocupações com as coisas do lar, marido ou filhos.

Reféns de uma legislação que delimitava bem seu espaço de atuação, as mulheres do começo do século XX têm suas vivências atreladas à dos homens. Sem

¹⁵ Este feminismo que tinha como principal mote interesses jurídicos é alvo de críticas de diversas autoras por não destacar questões relevantes para as mulheres trabalhadoras, muitas delas alijadas do direito de voto por não serem escolarizadas. Há ainda a questão da ausência de mulheres negras e indígenas dentro do movimento. Bell Hooks aponta que "desde o princípio, mulheres brancas reformistas com privilégio de classe eram bem cientes de que o poder e a liberdade que queriam era a liberdade que elas percebiam que os homens da sua classe aproveitavam" (HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. p. 67).

direitos políticos, tratadas pela legislação civil como tuteladas e com limitadas perspectivas de trabalho, as mulheres no Brasil viviam no limbo dos valores que a ordem liberal proclamara serem universais (MARQUES, 2016b). Privadas de direitos políticos, as mulheres não têm mecanismos institucionais para se esquivar das injustiças que sentem cotidianamente na própria pele pelos abusos do poder masculino. Estão sufocadas por leis civis que regem o casamento e por uma engrenagem social que lhes coloca sob vigilância constante e que está sempre a lembrá-las de que seu lugar é no seio da instituição social mais primordial pela qual devem zelar acima de tudo: a família.

Bertha rapidamente reconheceu que Almerinda seria o nome adequado para estar à frente de um sindicato vinculado à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e que colocaria uma de suas associadas no plenário do Palácio Tiradentes para a eleição dos deputados classistas. Mais do que um nome adequado, Almerinda era o nome possível, já que as feministas tinham pouco diálogo com os sindicatos que representavam outras trabalhadoras assalariadas, como os da indústria têxtil.

Onde mais estavam as mulheres trabalhadoras? No serviço doméstico, certamente. Esta era uma categoria ampla e dispersa; porém, sem uma organização política com a qual fosse possível dialogar. O mesmo ocorria nos ateliês de costura, de bordado e de chapéus. Havia muitos deles na cidade. Novamente, este era um ofício sem voz política. (MARQUES, 2016b, p. 50)

Deslocar as lutas feministas para o âmbito do movimento sindical permitiria à federação criar um instrumento para ter um de seus nomes numa competição eleitoral e, conseqüentemente, em um espaço de representação política. Furar esse bloqueio e estar nos lugares de tomada de decisão, mais do que um ato simbólico, permitiria ao movimento de mulheres ampliar os atores no jogo político: além da eleição regular, também poderiam ter um nome do seu grupo entre os representantes classistas.

Sendo Almerinda representante de uma categoria profissional majoritariamente feminina, nada mais apropriado do que fundar um Sindicato das Datilógrafas, Taquígrafas e Secretárias. Além disso, ela não seria uma completa

estranha que aproveitava a situação para se intitular sindicalista, uma vez que ela já conhecia elementos do movimento operário na cidade, inclusive, seu irmão, José Antonio Gama, era uma liderança no Sindicato dos Gráficos do Distrito Federal.

Para ter o controle de quem poderia participar daquele processo eleitoral, o Governo Provisório estabeleceu que apenas sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até o dia 15 de julho, portanto 5 dias antes da data marcada para a escolha dos deputados classistas, poderiam indicar delegados-eleitores. Foi grande a movimentação para sindicalizar trabalhadores, tanto que no dia 15 de julho, o *Correio da Manhã* relatava que eram 346 o número de sindicatos operários aptos a indicar delegados eleitores (GOMES, 1980, p. 470).

Foi preciso correr contra o tempo, pois a data limite para registros de sindicatos aproximava-se. Uma assembleia extraordinária foi convocada pelo Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas e Secretárias do Distrito Federal para o dia 24 de junho de 1933, a fim de escolher o seu delegado-eleitor. Evidentemente, tratava-se apenas de uma formalidade, já que o nome de Almerinda já havia sido validado pela diretoria da FBPF tempos antes. As poucas associadas chegaram na hora marcada na sede provisória do sindicato na Rua Pedro I, número 7, no Centro da velha cidade, onde boa parte dos sindicatos funcionavam. Quem aparece na ata desse encontro como presidente do sindicato é Maria Eugenia Celso, uma escritora mineira que nesse momento ocupava o posto de vice-presidente da FBPF e que sendo de família nobre – era neta do Visconde de Ouro Preto e filha do Conde Afonso Celso de Assis, estava longe de ganhar a vida como datilógrafa. Entre as associadas, são poucas as que de fato exerciam a profissão. Juntou-se ali um punhado de colegas de cartório de Almerinda e algumas integrantes da FBPF que tinham outras ocupações, mas ajudam a encorpar e dar legitimidade à entidade. Com 15 votos, Almerinda foi a “escolhida” para representar o sindicato na Convenção Nacional¹⁶. Sobre o episódio da escolha de seu nome, Almerinda disse anos depois em entrevista: “Me consideraram porque eu era a criatura que estava em evidência, mais em contato com o movimento, mais conhecedora, de maneira que era a que estava mais bem aparelhada para ser delegada. E assim eu consegui” (GAMA, 1984, p. 69). O primeiro passo para chegar à eleição havia sido dado. Com

¹⁶ Ata da sessão de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Datilógrafos, Taquígrafos e Secretários para eleição de delegado (a) eleitor (a) à convenção que elegeria os representantes de classes, Arquivo Nacional, referência: BR_RJANRIOQ0_ADM_EAF_SDS_0001.

essa estratégia idealizada por Bertha e tirada do papel por Almerinda, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino colocaria uma mulher no plenário da eleição para representantes classistas.

O sentimento de frustração foi grande quando, no ato do registro do sindicato, Almerinda ouviu do auditor do Ministério do Trabalho duas objeções: não seria aceito o nome do sindicato no feminino, alegando que deveria aceitar pessoas de ambos os sexos, embora fossem as mulheres maioria nesse tipo de trabalho; e teria que ser suprimida a expressão “secretárias”. Ao passar os olhos no pedido de registro, o auditor riu e afirmou que secretário não era profissão. Sendo assim, o sindicato concebido pelas mentes feministas teria o nome de Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal, embora Almerinda sempre se referisse ao mesmo no feminino¹⁷. O Ministério do Trabalho até poderia interferir na nomenclatura do sindicato, mas não poderia impedir que uma mulher estivesse à frente dele.

Figura 2: Carteira de delegada sindical de Almerinda Gama



Fonte: CPDOC/FGV

¹⁷ Neste trabalho, sempre que possível, ao nos referirmos ao sindicato presidido por Almerinda, seguiremos a nomenclatura original proposta pelas feministas, com os substantivos no feminino.

Na carteira representativa de delegada sindical, emitida pela Federação do Trabalho e que hoje faz parte do arquivo do CPDOC, podemos ver que, insatisfeita com os vários substantivos masculinos, Almerinda puxou um pequeno traço na letra “o” para transformá-lo em “a”. Assim, companheiro virou companheira e portador, portadora.

Voltemos ao dia da eleição. Naquela quinta-feira de julho de 1933, só estavam autorizados a entrar no Palácio os eleitores devidamente diplomados e os funcionários em serviço. O que se viu, no entanto, foram curiosos e convidados por toda parte. Esse foi apenas o primeiro dia de votação dos classistas: era a vez da eleição dos empregados. Cinco dias após, em 25 de julho, foi a vez dos empregadores. No dia 30 de julho, foram definidas as vagas dos funcionários públicos. Por fim, no dia 3 de agosto, os profissionais liberais votaram. As eleições para a escolha dos classistas seriam o segundo pleito realizado no país desde que mulheres alfabetizadas passaram a ter direito de voto. A primeira eleição com participação feminina tinha ocorrido dois meses antes, em maio, nas eleições legislativas.

Nas eleições classistas, as mulheres também tomariam lugar. Almerinda não estaria só na votação do dia 20. Em sua companhia estaria outra mulher, Euphrosina Messena, que representaria o sindicato sergipano de uma profissão majoritariamente masculina, a dos magarefes, um sinônimo para açougueiro. Tomariam parte nas eleições também como delegadas eleitoras nos dias de votação que se seguiriam Bertha Lutz, pela União das Funcionárias Públicas e entre os profissionais liberais; Maria Eugenia Celso, pela União Profissional Feminina; e Carmen Portinho Lutz, pela União Universitária Feminina¹⁸. Todas essas associações reuniam-se no mesmo lugar, na Rua Pedro I no Centro¹⁹. Ao que tudo indica, eram como o Sindicato das Datilógrafas, ramificações da Federação Pelo Progresso Feminino, que buscavam ocupar qualquer brecha de participação social.

Diferentemente de maio, em que a população foi às urnas e participou da eleição, dessa vez o voto seria indireto, feito pelos delegados dos grupos profissionais designados expressamente para esse fim. Um dos diferenciais do modelo brasileiro de representação era que a participação estava restrita a

¹⁸ DIÁRIO OFICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 29 /07 e 3/08/ 1933, p. 15106, 15420.

¹⁹ SYNDICATO e Associações. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro: 20/06/1933, p. 4

entidades profissionais e não diretamente aos trabalhadores. Como aponta Álvaro Barreto, na Europa, a temática podia envolver tanto instituições (e não só os sindicatos, como a Igreja e as universidades, por exemplo), quanto representantes individuais (BARRETO, 2001, p. 17).

O pleito estava marcado para o meio-dia. Antes disso, os jornalistas destinados para a cobertura do evento já se amontoavam no local. Havia uma queixa generalizada entre os profissionais de imprensa sobre o lugar destinado a eles pela Comissão Eleitoral. Estavam distantes do plenário, mantidos em nichos. Alegavam que, de lá, pouco se ouvia e que seria impossível acompanhar o desenrolar da votação. A celeuma foi resolvida quando o ministro do Trabalho, Salgado Filho, que presidiria a votação naquele dia, chegou ao local e concedeu uma entrevista aos jornalistas: “Os senhores podem se sentar onde quiserem”, determinou o ministro²⁰. Afinal de contas, era importante para o Governo Provisório que os jornais veiculassem que a votação fora um sucesso. Isso demonstraria o comprometimento de Vargas com a lisura do processo eleitoral.

Em sua coletiva de imprensa improvisada, Salgado Filho salientou que era o desejo do governo que o pleito ocorresse com isenção e liberdade, sem interferência das autoridades sobre os delegados-eleitores. Falou sobre sua satisfação em ver que os empregados e operários do país haviam atendido ao apelo e à boa vontade do governo no sentido de envolver as classes trabalhadoras nos negócios do país²¹. O que estava evidenciado naquela fala era o interesse do governo, tanto nos resultados das eleições, que percebia ali uma chance de criar uma base de sustentação política, quanto no próprio enquadramento sindical dos trabalhadores no modelo já ditado pelo Decreto 19.770 de 1931, conhecido como a Lei da Sindicalização.

Almerinda e os outros delegados entravam no Palácio Tiradentes pelo portão dos fundos. A credencial para ter acesso ao plenário era apresentar o título de delegado-eleitor. Teria Almerinda percebido alguns olhares que fitavam pelos salões? Não há registros sobre isso, mas possivelmente havia algum estranhamento de ter ali uma mulher em um ambiente até então inteiramente masculino.

²⁰ A representação de classes na Assembleia Constituinte. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 21/07/1933, p.1.

²¹ A representação de classes na Assembleia Constituinte. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 21/07/1933, p.1.

Possivelmente, o incômodo maior tenha se dado quando Almerinda tomou assento no plenário. Ela não estava ali para um baile ou uma cerimônia qualquer, muito menos era uma das curiosas que acompanhavam a votação nas galerias da Casa Legislativa. Assentou-se nas cadeiras destinadas aos protagonistas daquela tarde. Destacava-se ali com sua boina encarnada e seu sorriso contente.

Nesse voo solo, Almerinda possivelmente vasculhou o salão nobre à procura de um olhar de cumplicidade. Onde estaria Euphrosina, a representante dos magarefes? Ao examinar a imagem do plenário, reconhece-se como a única mulher sentada nas cadeiras reservadas aos delegados-eleitores. No dia seguinte, os jornais veiculam que, por problemas de saúde, Euphrosina não pôde comparecer. Coube ao destino que fosse Almerinda a única mulher presente naquela votação. Na ausência de Euphrosina, Almerinda encara o mural de Eliseu Visconti que está bem a sua frente.

Os céus sobre sua cabeça são de outros tempos. A monumental cúpula de vitrais do Palácio Tiradentes é uma representação do céu brasileiro no exato momento da Proclamação da República, às 9h15 da manhã do dia 15 de novembro de 1889. Quando o sol incide sobre o vidro trabalhado com técnica e esmero, o palácio ganha ares de sonho. O som que enche o ambiente é uma mistura de estilos de pronúncia, são prosódias das mais diversas. Prevaleciam, obviamente, as vozes masculinas no salão. A eleição contava com representantes de todas as unidades da Federação, com exceção de Amazonas, Alagoas e Mato Grosso e Goiás.

Além do maior número de delegados de estados mais ricos, chamava a atenção o alto número de representantes de estados do Norte, como o Pará que contava com 21 delegados na eleição. Isso demonstrava como, fora dos grandes centros urbanos onde o movimento proletário independente era menor, o sindicalismo estatal alcançava maior adesão. Os estados do Norte, por exemplo, formaram um bloco que buscava levantar o maior número de votos para um candidato da região. A ideia era que na bancada classista surgisse a chance de enfraquecer a dominância do Sul do país na Assembleia Constituinte (GOMES, 1980, p. 471)²².

²² Ainda segundo Ângela de Castro Gomes, a representação profissional estava "articulada a um objetivo maior que sobrepunha aos 'interesses de classe' os 'interesses políticos da região'" (GOMES, 1980, p. 471).

Diferente da eleição da bancada dos empregadores, que viria a ocorrer naquela mesma semana, o governo teve um controle estrito no pleito dos empregados. Segundo Ângela Araújo, “através do Ministério do Trabalho e da Justiça, o governo não só promoveu a sindicalização dos trabalhadores como também interveio diretamente na escolha de seus empregados” (ARAÚJO, 1994, p. 243). O controle vinha não só do fato de as eleições serem organizadas pelo Ministério do Trabalho, mas porque Luiz Aranha, chefe de gabinete do Ministério da Justiça e secretário-geral da União Cívica Nacional orientava delegados eleitores sobre a escolha dos delegados classistas. Fazia isso a partir de seu gabinete.

Os jornalistas que acompanhavam a votação para os deputados classistas à constituinte que se instalaria ao final daquele ano não pouparam os leitores de detalhes dos bastidores da votação. Eram eleitores os presidentes de sindicatos e os representantes de categoriais profissionais. Os conchavos eram costurados até poucos minutos antes do início dos trabalhos. Na edição do dia 21 de julho de 1933, o jornal *A Batalha* relatava jamais ter presenciado uma eleição com *cabala* mais intensa²³. As combinações de votos eram feitas no plenário, nos corredores e até nos botequins próximos²⁴.

Figura 3: Almerinda Farias Gama na eleição de deputados classistas em 20 de julho de 1933.

²³ Plácido Silva define a cabala eleitoral como o “conjunto de manejos postos em prática pelos *cabos eleitorais* no intuito de conseguir votos favoráveis ao candidato indicado pelo partido político a que são afiliados. In: SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 137.

²⁴ “A representação de classes na Assembleia Constituinte”. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 21/ 07/1933, p. 1.



Fonte: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

Embora a FBPF enxergasse na eleição para representantes classistas uma oportunidade para construir alianças e para oferecer apoio a categorias com quem tinha bom trânsito, como a dos servidores públicos da qual a própria Bertha Lutz fazia parte (MARQUES, 2016b), Almerinda relatou que não houve articulação política com as principais chapas que disputavam o pleito encabeçadas pela União Cívica Nacional, de Luiz Aranha, e outra que se congregava em torno da Federação do Trabalho, coordenada por Juarez Távola. Segundo Almerinda, era claro que alguns delegados estavam articulados com o governo:

O que eu via aí era que cada um queria ser eleito tão somente pelo proveito pessoal, como também pelo proveito político que cada um teria. Agora, notei que havia alguns que estavam assim como que comprometidos com os poderes organizados com os meios oficiais. (GAMA, 1984, p. 21)

Almerinda estava ali, orgulhosamente, representando o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas, uma categoria composta majoritariamente por mulheres. Naquele dia, fez um voo independente e lançou sua candidatura por conta própria.

Os candidatos não eram designados previamente, então, no dia do pleito, qualquer um dos 282 delegados-eleitores poderia concorrer a uma das vagas de deputados classistas²⁵.

Prontamente, Almerinda sentou-se à máquina de escrever e pôs-se a datilografar cédulas com seu nome, deixando os outros 17 lugares em branco. “Era, pois, uma candidata sem alianças, sem combinações com quem quer que fosse”, destacou o jornal *A Noite* numa reportagem publicada no dia 21, dia seguinte ao da eleição.

Seus compromissos eram com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que não era necessariamente um núcleo político. O programa defendido pela entidade na eleição era formado por ideias muito vinculadas à FBPF: equiparação de direitos dos dois sexos, sem quaisquer restrições, a obrigação do governo de prestar assistência à infância, à velhice e à invalidez e a instrução gratuita em todos os níveis. Almerinda explicou ao repórter do jornal *A Noite* sua participação no pleito da seguinte forma: “Fiz-me candidata a deputada avulsamente, por mim mesma, sem me aliar a ninguém, embora com a certeza da derrota. Uma simples experiência”²⁶.

A máquina de escrever portátil que levava consigo, talvez para fazer jus à categoria que representava, e que colocara sobre sua bancada, logo chamou a atenção dos colegas que formaram fila para lhe pedir ajuda na confecção de suas chapas de votação. Isso aconteceu porque as quatro datilógrafas do Ministério do Trabalho presentes na votação já não davam conta do trabalho intenso. Entre uma conversa e outra, Almerinda valeu-se de sua *Remington* para datilografar cédulas de outros votantes. Um favor se paga com outro favor. Em depoimento dado em 1984, Almerinda relembrou o fato: “Me sentei na máquina, comecei a datilografar, quem queria a chapa me pedia para fazer no papel em branco, preenchia entregava”. (GAMA, 1984, p. 99). Assim, atendeu gentilmente a uma fila de colegas mesmo após

²⁵ O número de delegados-eleitores terminou sendo bem inferior ao de 343 sindicatos habilitados a participar do pleito já que cada um poderia indicar um delegado-eleitor. Em sua tese, Ângela Araujo (ARAÚJO, 1990) afirma que, possivelmente, esta diferença se deva ao fato de alguns sindicatos não terem indicado seus delegados eleitores “e ou a impugnação de delegados pelo Ministério do Trabalho, por não terem sido atendidas as disposições legais que regulamentavam a sua escolha” (1990, 244).

²⁶ “SE fosse eleita. As ideias e as impressões da única mulher que votou na primeira eleição dos representantes de classe”. *A Noite*. Rio de Janeiro: 21/07/1933, p. 1.

o início da eleição. E como viria a destacar o *Diário da Noite*, “bateu a sua máquina durante quase todo o tempo da votação”²⁷.

O modelo de votação era a novidade do ano. Algumas estratégias haviam sido definidas pelo Código Eleitoral para garantir o sigilo do voto: um envelope uniforme oficial, que não poderia ter marcas que o identificasse, dentro dele, seria inserida a cédula que devia ser datilografada, mimeografada ou impressa, além do “gabinete indevassável”, uma cabine que colocaria o eleitor em segurança no ato de envelopar a cédula.

A votação começaria pelos estados do Norte e terminaria no Sul do país. Embora o número de eleitores fosse alto, 270 delegados (12 não compareceram), a votação seguiu rápido, pois cada eleitor gastava em média dois minutos para finalizar o voto. A chamada do nome de Almerinda quebrou a sequência masculina de nomes que se estendia desde o começo da tarde:

– *Senhora Almerinda de Faria Gama: favor comparecer à mesa eleitoral para depositar seu voto.*

Os fotógrafos se apressaram em cercar a mesa de votação. Um certo tumulto se formou, mas o escrivão interviu para colocar ordem na casa. Almerinda recolocou a estola de raposa em volta do pescoço. Que calor, que nada! Desejava obter o melhor registro de seu momento como cidadã-eleitora. Abriu um largo sorriso, coisa que não lhe custava muito, pois toda a vida foi alegre. Particularmente naquele dia, estava muito mais do que feliz, porque saboreava a vitória da longa campanha pelo direito de votar.

No meio do burburinho, de última hora, o grupo de oposição ligado à Federação do Trabalho convocou Almerinda para ingressar na chapa como suplente. “Disseram: ‘Não, vamos botar gente nossa, gente que trabalha’. Fizeram e então me botaram”, lembrou Almerinda em 1984. A chapa buscava formar um grupo com elementos representativos dos mais diversos estados.

A contagem dos votos começou às 16h40 e seguiu noite adentro. Só às 2h40 da madrugada os votos terminaram de ser contabilizados. Foram eleitos 12 titulares e quatro suplentes que tiveram a maioria absoluta dos votos. Almerinda obteve 50 votos no primeiro escrutínio, mas não foi o suficiente para ser eleita. Ainda restavam algumas vagas que não tinham sido preenchidas por maioria absoluta dos votos. Um

²⁷ “O pleito de hoje no Palácio Tiradentes”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro. 20/07/1933, p. 1.

segundo turno foi convocado pelo ministro Salgado Filho. A essa altura, já eram 5 horas da manhã.

A segunda votação foi mais rápida e correu até as 6h35min. A apuração começou somente às 8h45 da manhã – quase 18 horas depois do início da sessão. O segundo escrutínio teve 225 votantes. Destes, três votos estavam em branco e três foram anulados (um deles por estar rasurado, outro por ter sido escrito a lápis, e mais um por estar fora da sobrecarta – o envelope). No total foram 219 votos válidos.

Os estudos que analisam a experiência das representações profissionais são quase que unânimes em afirmar que o processo foi viciado e sofreu com interferências governamentais em várias esferas. Segundo Álvaro Barreto, ao contrário da eleição política que era conduzida por um órgão alheio ao Governo Provisório – a recém-criada Justiça Eleitoral, “a administração e a condução das eleições dos representantes classistas ficaram concentradas nas suas próprias mãos. A Justiça Eleitoral só teria participação no final do processo: a homologação dos eleitos e reconhecimentos dos diplomas” (BARRETO, 2001, p. 101).

O processo eleitoral foi alvo de críticas por parte de vários operários que participaram da eleição como delegados-eleitores, em especial os que representavam categorias como as dos operários têxteis, ceramistas, maquinistas, entre outros. Aos jornais, os empregados queixavam-se de que de um modo geral, a eleição não correspondeu às expectativas do proletariado. Segundo eles, a lei estava sendo desvirtuada, já que o critério de votação tinha sido mais estadual do que de fato proporcional ao número de categoria que tinha mais operários. A categoria dos ferroviários denunciava que a chapa da União Cívica Brasileira tinha sido composta “ao sabor da política” e ignorava a maioria dos representantes de classe que enviaram delegados eleitores:

Vejamos a grande classe ferroviária que, pode-se dizer é uma das maiores do país, não foi contemplada. Paraíba do Norte que enviou apenas um delegado eleitor, foi contemplada, além de outros estados que enviaram dois ou três delegados eleitores foram contemplados. A classe ferroviária do Brasil enviou 15 delegados eleitores e não conseguiu nenhum. Por aí se

depreende que a representação não é de classe e sim política, e além de tudo regional.²⁸

Almerinda apresentou opiniões com tons diferentes sobre a representação parlamentar de classes em dois momentos de vida distintos. Em depoimento, 40 anos após os fatos em questão, ela concordou que existiam elementos que tinham ligações e interesses oficiais e ampliou a crítica ao afirmar que, naquele grupo, poucos eram realmente de “classe”. Para ela, existiam muitos representantes de classes fidalgas ou mais letradas e “os trabalhadores queriam que aquilo fosse dado a gente do pesado, a gente que de fato encontrava a dureza da vida” (GAMA, 1984). Em uma fala no dia da votação em 1933, embora tenha também apontado que existiam elementos estranhos ao proletariado que articulavam para ficar com uma das 18 vagas, Almerinda elogiou a votação afirmando que tudo tinha ocorrido com a mais absoluta honestidade e que a interferência oficial tinha tido o “louvável intuito de articular e coordenar”. Percebe-se uma adequação do discurso de acordo com as temporalidades. Na velhice, já longe dos conchavos e colocando a sua própria história em perspectiva, ela se sente à vontade para falar dos “pelegos”, os representantes de classe que faziam jogo duplo junto ao Ministério do Trabalho para conseguir algum benefício. Na juventude, ainda ativa na cena pública e participando da FBPF, ela suaviza a fala ao criticar as interferências do Governo Provisório junto aos delegados-eleitores. De toda forma, a combinação de votos não configurava uma manipulação do processo eleitoral, pois fazia parte da lógica de funcionamento do pleito.

A chapa da União Cívica Nacional foi a vencedora das eleições, elegendo 17 deputados e 05 dos nove suplentes. No primeiro turno, Almerinda obteve 43 votos. No segundo escrutínio foram 53 votos.

Quadro 1: Lista com os candidatos mais votados no segundo escrutínio, entidades que representavam e número de votos no primeiro e segundo escrutínio

TITULARES

²⁸ A representação de classes na Assembleia Constituinte. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1933, p. 1

Candidato	Sindicato ou Associação	Est.	Vot.1	Vot. 2
Alberto Surek*	Comerciários de Juiz de Fora	MG	127	163
Eugenio Monteiro de Barros	Comerciários	DF	123	109
Antonio de Oliveira Sobrinho	Não informado	?	106	?
Guilherme Plaster*	Metalúrgicos de Campinas	SP	105	125
Armando Avellonal Laydner*	Ferrovários de Sorocaba	SP	104	151
Edmar da Silva Carvalho*	Aux. do Com de Rio Grande	RS	100	104
Edwald da Silva Possolo*	Bancários	DF	94	144
Antonio Telles Martins	União dos Emp. Hotéis, Restaurantes	DF	74	53
Armando de Almeida	Não Informado	?	72	46
Viriato Antonio Mendes	Trab. Em Transporte Terrestres	DF	67	32
Cornélio José Fernandes Netto	Professores	DF	59	82
Alvarim Mangueira Marques	Empr. na Usina de Eletric. de Aracaju	SE	55	34

SUPLENTE

Candidato	Sindicato ou Associação	Est.	Vot.1	Vot. 2
Asterio Luiz dos Prazeres*	Marceneiros	BA	134	96
Francisco da Silva Duarte*	Carpinteiros de Porto Alegre	RS	134	86
Salvador Guilizia*	Barbeiros e Cabelereiros	SP	131	128
Cyro Mendes*	Bancários de Fortaleza	CE	122	125
Armando de Almeida	Não informado	?	98	?

Francisco Carmo Villaça	Não informado	?	77	55
Olívio Capitulino de Barros	Soc. Aux. do Comércio de Maceió	AL	60	40
Raimundo Nonato da Costa Rosa*	Emp. Câmara, Culinários e Panific.	DF	54	128
Almerinda Farias Gama	Datilógrafos e Taquígrafos	DF	43	53

*eleitos

Fonte: Diário Oficial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 24 jul., 1933. p. 14694

Como já antevia não ser eleita, Almerinda, ao que tudo indica, não cultivou o sentimento de derrota. O plano de ter mulheres tomando parte no pleito fora bem-sucedido. Questionada por um repórter que fazia a cobertura naquela madrugada no Palácio Tiradentes sobre qual era seu sentimento de ser a única mulher entre tantos homens, ela respondeu: “Minhas impressões? Sinto-me muito bem aqui. Que culpa tenho eu de estar sozinha?”²⁹.

Na velhice, ao lembrar esses acontecimentos, Almerinda deixa entrever certo ressentimento com o resultado do esforço do dia 20 de julho. A alagoana deixa escapar que sentira certa animosidade ou rixa por parte de outras integrantes da federação. A conquista coletiva que Almerinda tinha empreendido naquele dia não foi comemorada pelas demais.

(...) parece que algumas acharam que *tavam* esquecidas porque sempre há uma certa rivalidade. Eu não digo que tenha havido. Mas não houve mesmo assim um regozijo coletivo que chamasse atenção, não houve. As pequenas vitórias foram alcançadas paulatinamente, mas sem grande alarido” (ALMERINDA, 1991).

Na ausência de comemoração com as colegas feministas, Almerinda se juntou aos delegados eleitores para celebrar a experiência da primeira eleição de

²⁹ SE fosse eleita... As ideias e as impressões da única mulher que votou na primeira eleição dos representantes de classe”. *A Noite*. Rio de Janeiro: 21/07/1933, p. 1.

representantes classistas. Seria mais um evento em uma semana agitada. Saiu da pensão rumo ao Magnífico Hotel, na Rua do Riachuelo, onde as delegações de outros estados estavam hospedadas. Mais uma vez era a única mulher entre companheiros homens. O jantar foi oferecido no sábado, dia 22 de julho, pelos deputados eleitos Francisco Menna, químico de São Paulo; Guilherme Plaster, comerciário de Minas Gerais; Ennio Lepage, comerciante de Santos; Armando Laydner ferroviário de São Paulo e Alberto Surek, comerciário de Minas. No momento da sobremesa, Almerinda pediu a palavra e fez um apelo aos colegas eleitos no sentido de atentarem para a mulher trabalhadora, “para que ela não seja ‘peso morto’ nas atividades trabalhistas”³⁰.

Figura 4: Almerinda e outros colegas comemoram em jantar sucesso da eleição classista



Fonte: REPRESENTAÇÃO profissional na Constituinte - Foi oferecido hontem um jantar aos deputados e delegados-eleitores. *Diário da Noite – Terceira edição*. Rio de Janeiro: 22/07/1933.

A despeito dos percalços, este dia tornar-se-ia um marco em sua vida. Ainda falaria sobre o 20 de julho de 1933 por muitos anos. A partir deste dia também, a

³⁰ REPRESENTAÇÃO profissional na Constituinte – Foi oferecido hontem um jantar aos deputados e delegados-eleitores”. *Diário da Noite – Terceira edição*. Rio de Janeiro: 22/07/1933.

foto em preto e branco em que aparece depositando seu voto com satisfação na urna, passaria a ser reproduzida à exaustão em artigos, textos, reportagens sobre a história do sufrágio feminino brasileiro. Contudo, esta imagem é carregada de um silêncio incômodo. Quase nunca ela é acompanhada de uma legenda em que se nomeie quem é a eleitora em questão e o contexto daquela votação em que ela foi a única mulher presente e atuante.

1.2 - 1989: a pioneira volta às urnas

Poderia ser mais um sábado qualquer naquele fim de inverno ensolarado de 1989 na cidade do Rio de Janeiro. Mas, naquele fim de semana a democracia brasileira voltaria a respirar. Almerinda possivelmente começou a manhã lendo atentamente os jornais que assinava e que chegavam diariamente em sua casa. Para ela, ninguém jamais ousou dizer o ditado “casa de ferreiro, espeto de pau”. Na casa da jornalista, lia-se jornais sempre. Era um costume trazido desde a juventude no Pará. Diferente de muitas pessoas de sua idade, que envoltas pela nostalgia, estão sempre com os pensamentos fincados nos tempos passados, a alagoana era uma mulher atenta ao mundo ao seu redor, queria estar a par das discussões nacionais sobre economia e política. As notícias davam conta de que o candidato do PRN, Fernando Collor, estava eufórico com a repercussão do debate televisionado no dia anterior. Essa era a primeira eleição presidencial direta em 29 anos. Entre os 22 candidatos que disputaram a eleição, dois deles chegaram ao segundo turno. Eram dois projetos políticos antagônicos. Um deles, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, um metalúrgico que ganhara destaque com atividade do movimento sindical do ABC Paulista e exercia seu primeiro mandato como deputado federal com a maior votação obtida por um candidato à Câmara dos Deputados até então, e se colocava como “candidato dos trabalhadores”. Seu opositor era Fernando Collor, representante de uma oligarquia política em Alagoas onde era governador. Sua campanha ganhou força com a promessa de uma caça aos “marajás” e modernização política.

A leitura dos jornais foi interrompida pelo toque do já desgastado telefone residencial. Naquele 16 de dezembro de 1989, véspera do segundo turno das eleições, um repórter do *Jornal do Brasil* ligou para Almerinda Gama. Gostaria de saber se a velha mulher votaria no dia seguinte. O jornal procurava pioneiras do voto

feminino no Brasil para acompanhá-las nessa eleição que seria histórica. Almerinda prontamente respondeu que sim, votaria. Jamais havia perdido um pleito desde que conquistara seu título de eleitora e dessa vez não seria diferente. Também não teria problemas de ser acompanhada pelo repórter: cada entrevista que concede é uma arma na sua luta contra a morte social – o esquecimento.

Em maio daquele 1989, ela tinha se tornado uma nonagenária. Ao longo de dez décadas foi testemunha de muitos Brasis: o país comandado por Getúlio Vargas, a quem admirava profundamente, mesmo com ressalvas às ações do Estado Novo, assistiu militares assumirem o poder e há pouco tinha visto milhares nas ruas pedindo a redemocratização do país. Aos 90 anos, reencontraria a urna, sua velha conhecida. A nova Constituição Federal promulgada em 1988 determinava que para pessoas acima de 70 anos, o voto seria facultativo. A despeito do corpo que já não respondia com tanta presteza aos comandos do cérebro, que continuava ali, ágil, Almerinda deixou sua casa para votar mais uma vez.

O convite feito pela reportagem de acompanhá-la até sua sessão eleitoral na Escola George Bernanos, na 14ª Zona Eleitoral, no bairro carioca do Meier, foi aceito com prontidão. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* trazia fotos e depoimentos de eleitores ilustres como o do líder comunista Luís Carlos Prestes: “De um lado está esse senhor Collor, um reacionário que defende ardentemente o fascismo. De outro, o Lula defendendo o interesse da classe trabalhadora”, disse ele³¹.

O entusiasmo com a eleição não havia cessado em Almerinda. Para muitos velhos, dia de eleição é dia de festa, de colocar roupa bonita e ir às urnas, especialmente para idosas como Almerinda que sabiam como poucas como a cidadania feminina é fundamental para uma democracia concreta. Para a ocasião, ela escolheu um vestido estampado sem mangas – afinal, o verão estava às portas – e uma volta de colares no pescoço. No registro do fotógrafo Sérgio Moraes, Almerinda repete o gesto de 1933: cédula na mão e sorriso no rosto. Cada vez que está diante de uma urna, reencontra-se consigo mesma e com as companheiras de luta do passado. Foram vencedoras. É impossível repetir o gesto e não se lembrar daquela eleição de 1933. Ao repórter que o acompanha, Almerinda afirma: “Foi a

³¹ “PRESTES fala em divisão política. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/12/1989, p. 5

eleição mais importante de que participei, porque abriu as portas do voto às mulheres”³².

Figura 5: Almerinda votando no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989.



Fonte: AOS 90 anos a primeira a votar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/12/1989, p. 5

Na saída da sessão eleitoral, o repórter do *Jornal do Brasil* está curioso para saber em quem Almerinda votou naquele domingo de segundo turno. “Eu votei em Brizola no primeiro turno, agora votei em Collor, porque ele é meu conterrâneo”, disse ignorando o fato de Collor ser na verdade carioca. Ao que parece, na hora de decidir seu voto, a identidade alagoana/nordestina prevaleceu sobre a de trabalhadora /sindicalista.

³² AOS 90 anos a primeira a votar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/12/1989, p. 5

É esclarecedor este ponto porque se percebe como esta escolha de Almerinda transcende as questões políticas e passa pelas subjetividades, pelo lugar da terra natal que na geografia do afeto não está longe. “*Soy una tortuga, por donde voy, cargo ‘mi hogar ’a la espalda*”³³, escreveu a teórica feminista Gloria Anzaldúa (20016, p. 63), que reflete sobre a consciência do índio-mestiço mexicano que não experimenta a vida em sua terra natal. Para Anzaldúa, perder o contato com sua casa seria impossível, porque ser *mexicana* fazia parte do seu organismo (2016, p. 63). Talvez Almerinda sentisse o mesmo.

Além de nos lembrar como a trajetória dos personagens biografados não é linear, pelo contrário, é repleta de desvios, incoerências, tensões, assim como é a própria existência humana, esse fato ilustra como as identidades mudam de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. Mesmo tendo uma vida política pautada no movimento sindical – o que faria com que ela naturalmente estivesse mais inclinada a votar no candidato Lula – Almerinda parece demonstrar lealdade ao seu lugar de origem. Nem o fato de Plínio Melo, seu ex-companheiro de Partido Socialista Proletário, ter sido um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e uma das principais lideranças do partido naquele momento influenciou em sua decisão. Como aponta Stuart Hall:

Possuir uma identidade cultural neste sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de tradição, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença constante diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. (HALL, 2003, p. 19)

É interessante enfatizar que, a essa altura, Almerinda já experimentava a vida longe de terras nordestinas há mais de 80 anos. No entanto, sua tomada de decisão é pautada pela força que a terra de origem ainda tem sobre ela. Stuart Hall sugere que as culturas de origem permanecem ainda muito presentes nas identidades dos sujeitos que vivem a experiência diaspórica, mesmo não sendo mais a origem a única fonte de identificação.

³³ Tradução: “Eu sou uma tartaruga, para onde vou, eu carrego minha casa nas costas”.

1.3 - De Maceió a Belém: primeiros anos e formação da consciência política

Ainda segundo Stuart Hall (2006, p. 89), os sujeitos que são produtos das novas diásporas aprendem a habitar, no mínimo, “duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas”. Volto a citar Gloria Anzaldúa que afirma que os sujeitos entre fronteiras aprendem a “jogar malabares com as culturas” (2016, p. 136). Certamente Almerinda tenha se mantido flexível, usando a identidade mais conveniente para cada ocasião. Ela era uma mulher entre fronteiras, tanto geográficas quanto culturais.

Migrante, Almerinda deixou para trás o Norte e o Nordeste, insistentemente representado como lugar do atraso, para tentar a sorte no Sudeste desenvolvido do café e da indústria. Não nos cabe aqui aprofundar como as representações construíram ao longo do tempo o discurso do Nordeste pitoresco, risível, mas nos cabe lembrar que, além de ser um sujeito que sente na pele as opressões de gênero, ela era também uma mulher que certamente teve que lidar com a estereotipização dos significados do que era ser “do Norte” do país. Em uma de suas colunas em *O Jornal* publicada em 1930, Almerinda mostrou-se indignada com o fato de os brasileiros não conhecerem o Brasil e rechaçou a maneira como a literatura dita regional por vezes reafirmava determinados estereótipos e lendas, como a de que homens, cobras e jacarés conviviam juntos pelas ruas de Manaus: “Quantos brasileiros não existem que nunca subiram para além de Pernambuco, porque julgam as capitais do Norte minúsculas reproduções de subúrbios da Central?”³⁴ . Para conhecermos os territórios de origem e as primeiras vivências da nossa protagonista, apresento nas próximas páginas a família de Almerinda.

José e Eulalia escolheram os primeiros dias do verão de 1896 para dar início à sua família em Maceió. Casaram-se oficialmente em 22 de janeiro. Eulalia Maria da Rocha era professora e José Antonio Gama, um comerciante alagoano. Provavelmente, ao unir-se a ele, Eulalia viu-se obrigada a abandonar a ideia de trabalhar fora. Ela tinha passado por um período de estágio de alguns meses em uma escola na capital alagoana³⁵, mas ela jamais chegou a exercer a profissão de

³⁴ GAMA, Almerinda. Perspectivas. *O Jornal*, Rio de Janeiro: 07/09/1930, p. 7.

³⁵ ADMINISTRAÇÃO Municipal. *Cruzeiro do Norte*. Maceió: 21/02/1893, p. 26.

fato. Como mandava o protocolo moral da época, convinha a uma mulher casada dedicar-se exclusivamente a casa e aos filhos, quando os houvesse.

José era um comerciante que construía e vendia casas populares para gente humilde. Na memória de Almerinda, José aparece como um homem justo que tinha a convicção de que o povo merecia morar em casas decentes e, por isso, dedicava-se a este ofício. Ele também diversificava suas atividades com um armazém em Maceió. Eulalia cuidava dos afazeres domésticos, mas contava com a ajuda de uma empregada, o que demonstra que a família tinha uma situação financeira confortável. A casa dos Gama era lugar de afeto e onde nada faltava.

Antes mesmo de ter seus próprios filhos, Eulalia já cuidava de um enteado, José da Silva Gama, filho que o marido já tinha quando se casou com ela. Logo em seguida, a família cresceu com a chegada de Júlia, a primeira filha do casal. Um tempo depois, já aguardavam o nascimento de mais um filho. Como era de costume na época, Eulalia certamente deve ter recebido em casa uma parteira que entre bacias de água quente e lençóis, lhe ajudou a trazer ao mundo a sua caçula no dia 16 de maio de 1899. Para a bebê recém-chegada, Eulalia escolheu o nome de Almerinda.

A menina chegava ao mundo em um momento de mudanças. O século XIX se despedia e os novos tempos vinham acompanhados de transformações profundas na sociedade brasileira. O país remodelava-se após o fim do Império, as cidades evoluíam no ritmo do crescimento industrial, as elites intelectuais comemoravam os ares de modernização. Contudo, em Maceió, as transformações ainda seguiam em passo lento. Nesses tempos, a cidade era uma aldeia com pouco mais de 38 mil habitantes. Mas já era – como ainda é hoje – o município mais populoso entre os 32 em que se dividia o Estado à época ³⁶.

Nesses meses que se antecipavam ao Ano Novo, Alagoas, terra de dois protagonistas da República, Floriano Peixoto e Manuel Deodoro da Fonseca, preparava-se para receber com festa o novo século. Nas ruas, podia-se ouvir as batidas do coco de roda ensaiando ao som do ganzá. Em terras alagoanas, o coco não é só fruta que brota com abundância nos coqueirais do litoral e que rende muita guloseima, cocada das boas. Na capital da província de Alagoas, coco também é

³⁶ LIMA JÚNIOR, Félix. *Maceió de outrora*, volume 2. Maceió: Edufal, 2001, p. 127.

folguedo, bailado em que se pisa firme no chão em passo marcado, segurando a barra da saia. Nessa época em que a menina Almerinda treinava seus primeiros passos, os grupos de coco se reuniam na Sociedade dos Cocadores ensaiando o passo e a cantiga para receber os novos 100 anos com festança³⁷:

Mulher, não vá,
 Mulher, não vá,
 Mulher, você não vai lá
 Marido eu vou,
 Marido eu vou,
 Que papai mandou chama.

A modinha famosa, cantada em ritmo de coco reflete os valores da época: são os homens que decidem onde as mulheres podem ir. No direito patriarcal clássico no mundo antigo, as mulheres estão sob o poder de um governo paterno. Agora, na sociedade civil moderna, as mulheres são subordinadas ao poder de “homens, enquanto homens, ou enquanto fraternidade” (PATEMAN, 1993, p. 18).

A memória da infância é salgada, tem cheiro de maresia, de fruta colhida no pé. É assim que as lembranças plantadas nos tempos de criança germinam e florescem na velhice. Almerinda fala sobre ter sido criada com muita liberdade, correndo descalça em lugares praieiros (ALMERINDA, 1991). Desenhar na areia fina, branquinha. Da Pajuçara dá para ver, no alto do morro, o Farol de Maceió com sua brincadeira de esconder e iluminar tantas e tantas vezes. Lá vem ele brilhar mais uma vez!

A Maceió dos primeiros anos permanecia em sua memória e foi tema de seus poemas. O adulto pode voltar e reencontrar o sítio com suas palhoças, o beijo salgado da mãe depois de um de banho de mar. De volta à superfície depois do mergulho na memória, vem o lamento de quem não pode atravessar os dias. Ela já não é a menina de outrora e a cidade também não é a mesma:

³⁷ LIMA JUNIOR, op. cit., p. 116.

Recordando...

Palhoças de sapé
 Crianças comendo
 Coquinhos de Catolé
 Ao peso de uma pedra, à custa de um martelo
 Outros guris
 Quebram gostosos ouricuris
 Minha memória vai revivendo
 Cenas remotas, um quadro belo...
 Lagoa grande, mansa sombra
 Cercada de mangues e melancolia.
 E o coqueiral, palmas ao vento,
 Ergue-as ao alto, e contorce em lamento.
 Cajueiros e Coqueirais
 Que eu talvez não veja mais...
 Arrablares e subúrbios
 Sem arlias e sem distúrbios.
 Como é tão grande essa distância
 Que me separa da minha infância!
 E na memória também me passa
 A festa da Senhora da Graça:
 Cavalinhos e leilões
 Apitos de vários sons.
 É na cidade em Maceió,
 Onde festejam a senhora do O
 Natal... São João... um balão que cai
 Um presente de mamãe... um beijo de papai...
 (GAMA, 1942, p. 14)

Almerinda descreve o pai como um homem de temperamento brando, que jamais levantou a mão para os filhos. Também não “puxava a orelha”, como se diz. Resolvia tudo pelo diálogo. Certa vez, seu coração de pai ficou apertado quando Júlia, a filha mais velha, chegou da escola aos prantos. Eram tempos em que as educadoras utilizavam palmatória no ensino da tabuada. Quem se enrolava nas contas, levava um “bolo” na mão. A ideia de naturalizar a violência como instrumento de ensino era inconcebível para ele. No dia seguinte, dirigiu-se à escola para tomar satisfação e para proibir terminantemente o uso de palmatória na educação de seus filhos.

José sempre fez questão de que as filhas estudassem. Como aponta Susan Besse, à época, as famílias de classe média buscavam educação para suas filhas não só para prepará-las para assumir seus papéis de mãe e esposa, “mas para garantir que pudessem ganhar honradamente a vida, se e quando isso se tornasse necessário” (1999, p. 19). Almerinda rememorou o início da vida escolar: “Eu

frequentava uma escola particular. Naquele tempo era muito fácil, as mensalidades eram muito acessíveis, meu pai me matriculou e eu ia, porque minha mãe me preparava direitinho, me vestia com minha irmã e nós íamos sozinhas ao colégio e voltávamos” (GAMA, 1984, p. 4).

No mundo da menina, José era herói. Tinha fascínio pelo pai e parecia espelhar-se nele. José era considerado um homem com ideias progressistas, libertárias. Pelo menos era assim que Almerinda se referia a ele, sem especificar bem do que se tratavam seus ideais. A forte ligação entre Almerinda e o pai também é confirmada por seus descendentes, que embora não tivessem chegado a conhecer José, relatam o peso da figura paterna na vida de Almerinda. Sobre a mãe, ela pouco falou.

Por isso mesmo, o mundo desmoronou quando ainda menina, um dia após seu aniversário de oito anos, Almerinda perdeu o pai. A vida certamente nunca mais seria a mesma a partir dali. Esta seria a primeira de muitas perdas valiosas que ainda experimentaria ao longo dos anos. Na edição do dia 23 de maio de 1907 do jornal alagoano *Gutenberg*, a viúva Eulalia da Rocha Gama, prestava agradecimentos a todos que compareceram ao Cemitério Público de Maceió para o enterro de José, e em nome dos filhos e demais parentes, convidava a comunidade para a missa que mandaram celebrar no dia seguinte para o descanso da sua alma³⁸.

Quando José faleceu, o cotidiano sereno e sem muitas dificuldades da Família Gama em Maceió ficou ameaçado. Possivelmente, houve dúvidas por parte da família se Eulalia estaria emocionalmente e financeiramente estável para dar conta da criação das crianças sozinha. O impacto do luto foi tão profundo em Almerinda que aquele ano na escola foi perdido. Não havia energia para se sentar à sala de aula e aprender sobre as coisas do mundo. Já não havia mais beleza em parte alguma da cidade, nem a Lagoa Manguaba que costumava ser cristalina, cercada por coqueiros que pareciam vigias lhe fazendo guarda, tinha mais encanto. Possivelmente, Eulalia tenha desenvolvido grande medo do futuro e as crianças foram contagiadas pela desesperança.

³⁸ AGRADECIMENTO e convite: José Antonio Gama. *Gutenberg: Órgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos (AL)*. Maceió: 23/05/1907.

A situação só não era mais desoladora porque a avó paterna, que também se chamava Almerinda da Silva Gama e a quem todos chamavam carinhosamente de Mirandinha, tinha deixado o Pará em direção a Maceió para ajudar nos cuidados com o filho, quando ele ainda estava doente. A família era originalmente de Alagoas, mas, alguns anos antes, uma parte dela havia se mudado para Belém. A presença e os dengos de Vó Mirandinha iluminaram aqueles dias sombrios e trouxeram afago para os meninos. Agora, tendo passado já três meses da morte do filho, era chegada a hora de voltar para casa. Os outros filhos lhe esperavam.

Em um relato feito na velhice, Almerinda fala do dia da despedida na ponte do embarque no ancoradouro de Maceió, região que é conhecida hoje na capital alagoana como Praia da Avenida. Havia ficado combinado que Júlia e José, os irmãos mais velhos, seguiriam com a avó para Belém. Almerinda, por ser a caçula, ficaria com a mãe. Mas, o aperto no peito no dia do embarque foi gigantesco e Almerinda já pensava se não havia jeito de repensar aquele combinado. No mundo dos adultos havia negócios a tratar, bens a administrar. Todas essas coisas estavam sob a responsabilidade de Eulalia que, ao menos, teria a companhia da filha enquanto tentava colocar as coisas no lugar. Ao concluir pendências burocráticas, talvez se mudasse para o Pará para reconstruir a vida.

Era chegada a hora de Almerinda despedir-se da avó. A noite caía e tornava aquele cenário ainda mais melancólico. Era agosto de 1907. Agarrada à barra da saia da avó, Almerinda implorava: “Eu também quero ir para o Pará. Mirandinha, me leva, eu quero ir para o Pará!” (GAMA, 1984, p. 3)

Quem relembra este episódio desalentador vivido pela menina Almerinda é a Almerinda octogenária em uma entrevista dada em 1984. A infância lembrada em todos os seus relatos é leve, do brincar, marcada por afetividades e pela rede de proteção criada pela família. A exceção é justamente este período imediato à morte do pai, que é lembrado com muita intensidade. É interessante notar a capacidade que a emoção tem de priorizar algumas lembranças. Setenta e oito anos após esse acontecimento, Almerinda parece reunir essas imagens do passado procurando dar a elas um sentido, quem sabe à procura de uma ressignificação daquela experiência traumática. A família, como ela conhecera até então, se desfazia.

“É preciso notar que eu resolvi, porque essa é a expressão”, conta Almerinda (GAMA, 1984, p.3) sobre a decisão súbita de ir para Belém com a avó. Difícil saber se uma criança de oito anos teria tido tamanha resolutividade para escolher fazer

uma mudança de rota tão drástica na própria vida, deixando o aconchego da mãe rumo ao desconhecido ou estas são elaborações feitas pela mulher idosa que, ao passar a vida em branco numa entrevista, reorganiza sua trajetória para que ela tenha um fluxo encadeado de sentindo.

Lembremos que sempre a “memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado” (BOSI, 2003, p. 20). São perceptíveis nas lembranças as digitais deixadas pelo presente; é a mulher adulta quem reelabora este episódio. No entanto, ela recorda-se do que viveu ou do que lhe foi contado? É preciso levar em consideração a enorme distância temporal entre o fato vivido e o fato narrado por Almerinda. Ao mesmo tempo, essas memórias podem ter tido uma significação tão intensa justamente pela sua carga traumática. Não só os eventos positivos podem perdurar em nossa memória, os penosos também, justamente pelo seu impacto emotivo. Ao analisar a experiência do exílio na infância entre mulheres latino-americanas, Leonor Arfuch nos lembra que há os exílios forçados, mas há também os exílios voluntários em que se rompe laços para lançar-se ao novo, atravessar fronteiras e tomar outros rumos em busca de outras identidades (ARFUCH: 2018,122). O Pará, onde ela nunca colocara os pés, já fazia parte da sua imaginação, pois era assunto constante em casa, afinal, era a terra onde a outra parte da família vivia. Talvez Almerinda também tenha sido atraída pela curiosidade de desvendar esse novo lugar.

Para Almerinda, havia naquela motivação de migrar para o Pará um misto de razões, sendo a saudade a principal delas. Seu coração de criança já estava apertado com saudades antecipadas dos irmãos, da avó que lhe dispensava tantos cuidados. Saudades da família do lado de lá, dos tios e primos que ainda não conhecia.

Os apelos sensibilizaram a avó, mesmo não havendo mais tempo hábil para comprar uma passagem extra. Decidiram, então, que Almerinda embarcaria assim mesmo; comprariam um bilhete a bordo. À meia noite, o navio levantou âncora. Quando o dia amanheceu a menina foi apresentada ao comandante do navio como contrabando, mas foi liberada para seguir viagem. Esta seria a primeira de duas rupturas significativas que fariam com que o caminho de Almerinda tomasse desvios que mudariam sua vida para sempre. A partir daí também experimentaria a vida como imigrante dentro de seu próprio país.

Em 2 de setembro de 1907, a Belém sonhada estava bem diante dos seus olhos. Esta foi a data de sua chegada à cidade. Era chegado o tempo de voltar a sonhar mesmo com a vida na contramão. Era hora de inventar uma vida nova com outros afetos, longe do colo da mãe. A novidade vai aos poucos espantando o luto para longe. É tempo de voltar a ser criança; de olhar com curiosidade aquelas ruas largas onde as árvores são diferentes das de Maceió. E a menina demonstra ter uma enorme capacidade de adaptação ao novo.

Assim como no Rio de Janeiro, Belém inaugurou o novo século passando por uma série de transformações que mudariam a face da cidade que buscava romper com as estruturas e modos coloniais. O crescimento do cultivo e a exportação da borracha fizeram com que a cidade conhecesse o desenvolvimento econômico que se desdobra em uma completa renovação arquitetônica do espaço urbano. Ruas são calçadas, o centro é arborizado e deixa de ser um lugar majoritariamente residencial, dando espaço para estabelecimentos comerciais. Assim como aconteceu na capital federal nos primeiros anos do novo século, há por parte do poder público de Belém o interesse em atender às demandas da elite regional que passa a buscar um estilo de vida mais requintado e culto³⁹. A riqueza da borracha criou não só uma nova fisionomia para a cidade, mas teve impacto nas práticas sociais e culturais da população. Nesse início de século XX, Belém conviveu com diversas associações culturais, agremiações musicais, sociedades literárias e um bom número de jornais e revistas. Esse lugar de efervescência cultural viria a ter um grande impacto na vida de Almerinda.

Na casa dos Gama em Batista Campos, bairro de Belém, quem dava as ordens era, Emília Gama, irmã de José e, portanto, tia de Almerinda. O avô paterno, esposo de Mirandinha, já era falecido quando as crianças chegaram a Belém. Na casa viviam nove pessoas: Vó Mirandinha e seus quatro filhos (duas moças e dois rapazes), Almerinda e seus dois irmãos, Júlia e José, além de uma “cria de casa”. Dona Mirandinha era oficialmente a tutora das crianças.

Da avó Mirandinha vinham os afagos em casa e também os cuidados com a educação religiosa que garantiria que as crianças fossem moralmente irrepreensíveis e que as meninas desenvolvessem valores cristãos que seriam a

³⁹ SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)*. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

base para o bom exercício da maternidade. A família era bastante ativa na Primeira Igreja Batista de Belém onde Emília Gama era superintendente da Escola Bíblica Dominical. Como também era musicista e tocava piano muito bem, conduzia os ensaios dos hinos⁴⁰. Os domingos eram dedicados às atividades no templo batista localizado na Rua João Balbi, 46, em Belém. As crianças iam junto. Logo cedo, às 10 horas, estavam nas aulas de tia Emília. As tardes eram destinadas aos ensaios de música e, à noite, a família marcava presença no culto.

Emília R. Gama era alagoana, solteira, sem filhos e tinha tido uma oportunidade que poucas mulheres de sua época tiveram: a de ingressar no ensino superior. Emília tinha cursado obstetrícia na Faculdade de Medicina na Bahia⁴¹. Pelos jornais, sabemos que se formou entre 1905 e 1906⁴². De volta a Belém, exercia sua profissão no Hospital de Caridade, um braço da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Ao que tudo indica, era uma figura com posição social de destaque na sociedade paraense. A coluna *Dia Social* do periódico *Estado do Pará*, felicitava os sobrinhos da doutora Emília quando da ocasião de seus aniversários⁴³. Seguindo a lógica contemporânea de que era a missão social das mulheres gerar filhos e educá-los, Emília, mesmo sendo solteira, assumiu a criação dos sobrinhos.

No ano seguinte à sua chegada a Belém, Almerinda iniciou as aulas no Grupo Escolar José Veríssimo, uma escola pública que, segundo seu relato, era muito bem equipada e com ensino elevado. Em Maceió, ela e os irmãos frequentavam escola particular. A menina era estimulada pela família a se destacar na escola e correspondia. Era dedicada e querida pelas professoras.

As aulas eram separadas: meninos no térreo e meninas no primeiro andar. A garantir uma “distância segura” dos dois grupos. Além das disciplinas regulares, aprendia-se também a História e a Geografia do Pará. As meninas tinham ainda aulas de prendas manuais, o que demonstra a diferença no tratamento entre os

⁴⁰ “NO templo da igreja Batista”. *Estado do Pará*. Belém: 22/11/1914.

⁴¹ Para se ter uma ideia de quão raras eram as mulheres no ensino médico superior, um levantamento feito com as Theses Doutorais da Faculdade de Medicina da Bahia, defendidas entre 1840 e 1928, aponta que em um total de 2.502 teses, só 15 foram escritas por mulheres, o que representa 0,6%. Ver: MEIRELLES, Nevolanda Sampaio; SANTOS, Francisca da Cunha; OLIVEIRA, Vilma Lima Nonato de; LEMOS-JUNIOR, Laudenor P.; TAVARES-NETO, José. *Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928*. *Gazeta Médica da Bahia* 2004;74(1): Jan-Jun:9-10

⁴² DRA Emília Gama. *Gutenberg: Órgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos* (AL). Maceió: 11/01/1906.

⁴³ DIA Social: Aniversários. *Estado do Pará*. Belém: 16/05/1914.

sexos. “Eu fui uma péssima aluna nisto. As professoras fechavam os olhos, porque achavam que eu respondia bem nas outras matérias”, lembrou Almerinda (GAMA, 1984, p.14).

Mesmo sendo a tia e a avó paterna as responsáveis pela instrução educacional e formação moral das crianças, o que segundo os valores vigentes à época seria função de mulher, percebe-se que a família se diferenciava um pouco do modelo tradicional, em que os homens tinham a supremacia do poder na esfera familiar. A casa dos Gama era liderada por mulheres. Ao mesmo tempo em que a família é apresentada como tendo certa posição de destaque na sociedade paraense, as coisas não pareciam tão fáceis. A renda familiar era garantida quase que unicamente pelo trabalho da dra. Emília Gama. A situação piorou quando Manoel Gama, o irmão de Emília que era tipógrafo da *Província do Pará*, morreu ainda muito jovem de tuberculose.

Uma contradição que surge é que mesmo sendo cuidadosa com a formação dos sobrinhos, Emília Gama retirou Almerinda da escola após a conclusão do sexto ano. No total, foram nove anos sem estudar. Ela só voltaria ao ambiente escolar aos 20 anos, quando ingressou na Escola Prática do Comércio, em Belém. Em depoimento, Almerinda não soube explicar ao certo os motivos por trás da decisão da tia:

Minha tia, não sei por que, se descuidou de me mudar para o ginásio. Eu, por uma questão de brio ou porque achasse que ela não tinha obrigação – era só minha tia, os recursos que me vinham da minha herança não davam para arcar com despesas maiores –, ou por qualquer motivo, eu nunca exigi dela que me mandasse estudar. (GAMA, 1984, p. 13)

À mercê das decisões tomadas pelos adultos, Almerinda, que a esta altura tinha onze anos, permaneceu em casa aprendendo prendas manuais, além de francês e um pouco de teoria musical, com o auxílio de um professor. E, claro, dedicava-se ao piano com o auxílio de um professor particular. Todas essas atividades eram comuns às moças de família de classe média. Desse jeito, a menina foi sendo educada para se casar e exercer com presteza uma carreira doméstica em que saber costurar, bordar, cuidar da casa são qualidades indispensáveis.

As horas livres também eram gastas imaginando-se no lugar das heroínas dos romances açucarados. Lia Emile Richebourg, José de Alencar, Camilo Castello Branco, Guerra Junqueiro. Os poemas de Olavo Bilac lhe enchiam o coração de sonhos e eram inspirações para seus primeiros rascunhos como poetisa.

Assim, entre perdas e recomeços, brincadeiras e livros se deram os primeiros anos de vida de Almerinda. Sua vida parecia seguir um roteiro comum ao de outras moças de sua idade e sua classe social, mas as inquietações que carregava desde menina e alguns infortúnios levaram-na a percorrer outros caminhos.

1.4 - Uma “franca atiradora” no movimento sufragista

Depois de uma adolescência caseira, restrita ao ambiente familiar, a juventude chegava com mudanças e novas possibilidades. Aos vinte anos, Almerinda voltou a estudar e conquistou seu primeiro emprego. Aos 23 anos casou-se com Benigno Gama. Em seguida, deu à luz a um bebê que morreu pouco tempo depois. Em 1925, Almerinda perdeu o marido, vítima de tuberculose. Aos 30 anos, em plena vida adulta, Almerinda ambicionou a autossuficiência e procurou migrar para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades.

Na pensão comercial localizada na Rua do Rosário, seu lar nos primeiros meses na nova cidade, todos os colegas sabiam: Almerinda era moça “pra frente”, possuía ideias libertárias. Vivia a compartilhar suas opiniões com as moças e rapazes que ali também moravam. Não fugia de um bom debate e deixava transparecer até em brincadeiras bobas suas convicções progressistas (GAMA, 1984, p. 46). Para ela, o caminho possível para conquistar igualdade de direitos entre homens e mulheres passava pelo voto e pela presença de mulheres em cargos eletivos. Segundo Almerinda: “Eu achava que o voto era uma arma que nós tínhamos para poder ingressar no recinto onde se discutiam estes assuntos” (GAMA, 1984, p. 39). Foi assim que se sentiu atraída pelas discussões propostas pelo movimento sufragista.

Quando ainda vivia no Pará, Almerinda acompanhava pela imprensa as ações do movimento sufragista internacional. Como lembrou em 1975:

O eco da campanha das sufragistas inglesas e americanas chegava ao Brasil num tom de mofa e zombaria e, as charges mais grotescas eram

publicadas em jornais e revistas de época. Não obstante as mulheres brasileiras que se ilustravam (felizmente, as universidades lhes foram fraqueadas) sentiam revolta pela condição de inferioridade em que eram mantidas no âmbito jurídico e político. E o feminismo começou a despontar, sem nenhuma articulação, em vários pontos do país⁴⁴.

Algumas das colegas de pensão, moças do comércio que já tinham participado de reuniões na Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, atinaram que os discursos de Almerinda e da entidade se alinhavam. Almerinda iria gostar de conhecer Bertha Lutz e ouvi-la falar. Depois de acompanhar pela imprensa as feministas estrangeiras, Almerinda, agora, estava prestes a conhecer as sufragistas de terras tupiniquins.

A alagoana começou a frequentar a federação e rapidamente se integrou. Não foi difícil se aproximar de Bertha Lutz, que, segundo Almerinda, era de contato fácil com outras mulheres. Quem ali chegava com disposição em participar, logo recebia tarefas. Naquele contato, Bertha passa a saber que a moça franzina de olhos expressivos já atuava como jornalista, contribuindo para jornais no Pará, e que suas mãos eram agilíssimas na máquina de escrever. Logo, reconheceu nela um elemento de ação útil para a militância feminista.

A essa altura, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino já tinha quase dez anos de esforço ininterrupto na defesa dos direitos e dos interesses das mulheres. Fundada em 1922, a FBPF vinha há anos tentando sensibilizar a opinião pública para as causas feministas, ao mesmo tempo em que tentava intervir no jogo político, seja defendendo políticos que eram simpáticos aos direitos das mulheres ou fazendo *lobby* para que a legislação trabalhista estendesse direitos às trabalhadoras (BESSE, 1999). Bertha tinha acesso a políticos influentes a quem tentava convencer sobre a importância da emancipação feminina. O modelo de organização da FBPF era hierarquizado e institucionalizado na figura de uma pessoa jurídica, assemelhava-se ao dos partidos políticos contemporâneos com filiais em vários estados brasileiros (MARQUES, 2004). Portanto, em 1930, ano em que Almerinda passa a ser uma associada, o movimento já estava amadurecido. Em texto escrito em 1975, Almerinda lembrou os nomes das colegas mais combativas:

⁴⁴ GAMA, Almerinda. *Escreva-se a História. Província do Pará*. Belém: 14/12/1975.

Da plêiade de mulheres ilustres que cerraram fileiras sob a liderança de Bertha Lutz, lembro, sem esforço, Rita Soares, ora aposentada como juíza federal, Luiza Sapienza, médica e professora Maria Luiza Bittencourt, Carmen Carvalho, Beatriz Pontes de Miranda, Eunice Weaver, Baronesa de Bonfim, Edith Fraenkel, Raquel Haddock Lobo, Maria Sabina, Carmen Velasco Portinho, Maria Alexandrina Chaves, e tantas outras, médicas, advogadas, e engenheiras que muito lutaram, principalmente pela emancipação da mulher casada, naqueles idos de antes da Segunda Guerra Mundial⁴⁵.

Na FBPF, Almerinda foi ocupando o espaço de assessora de imprensa e relações públicas. Tinha boas credenciais para a função: escrevia muitíssimo bem, era habilidosa com a máquina de escrever e tinha amigos em várias redações de jornais do Rio de Janeiro. Seu trabalho era tanto o de dar visibilidade às ações e atividades da entidade como também cuidar do secretariado: fazer o registro das reuniões em atas, tomar notas, ajudar na organização de congressos. Acumulou esta função depois do fracasso das literatas da federação que até então secretariavam as reuniões, mas não davam conta dos apontamentos para as atas. Não tinham boa memória, nem velocidade na máquina de escrever. Almerinda relembrou o episódio: “Quando eu pedi os dados para levar para os jornais, não tinham dado nenhum, não sabiam o que escrever. Eu tive que fazer uma notícia às pressas” (GAMA, 1984, p. 49). A assessora de imprensa assumiu essas funções por suas várias habilidades profissionais.

A partir de Almerinda, também temos acesso aos bastidores dos planos de ação da FBPF em relação ao Legislativo. Procuravam interferir na confecção dos projetos e chegaram a escrever anteprojetos que eram destinados a líderes de bancada. Quando estes eram apresentados para a discussão, a federação fazia chover telegramas de pedidos a favor dos projetos. Cabia a Almerinda datilografar boa parte deles. Em depoimento, ela relata que, se na ocasião a federação tivesse 150 associadas, eram enviados 150 telegramas nominais aos gabinetes do Congresso, o que deixavam os deputados atordoados, lembrou Almerinda em 1984.

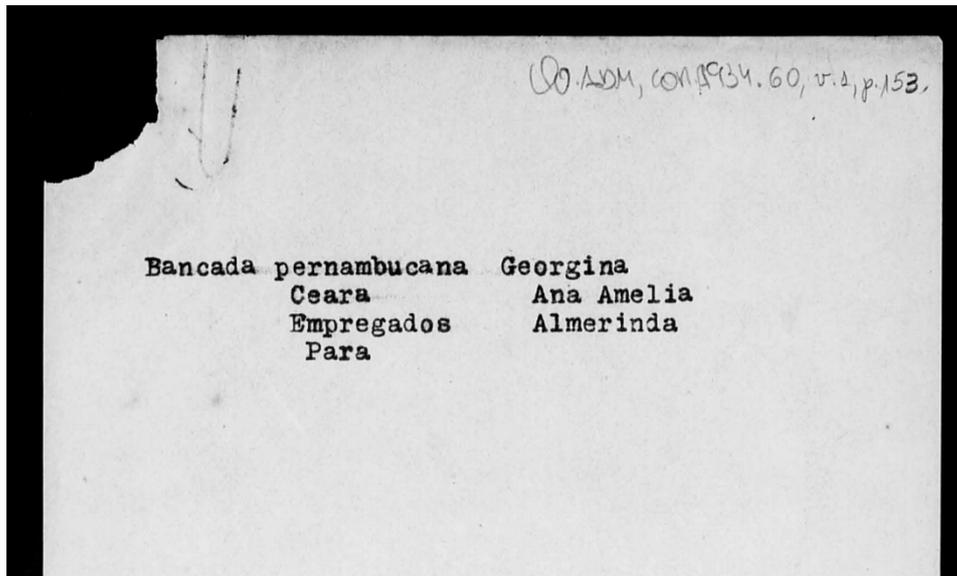
Quando começaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1933, as associadas da FBPF, chefiadas por Bertha, se dividiram em grupos e passaram a percorrer diariamente o Palácio Tiradentes tentando convencer os deputados constituintes a incluir direitos que beneficiassem as mulheres na nova

⁴⁵ GAMA, Almerinda. *Escreva-se a História. Província do Pará*. Belém: 14/12/1975.

Constituição⁴⁶. Segundo Almerinda, tratava-se de uma tarefa árdua: “Tínhamos que pleitear junto as bancadas a votação das leis que pretendíamos.”⁴⁷

Entre os 243 parlamentares, havia aqueles com quem Bertha e a FBPF tinham certo trânsito político, mas era necessário um esforço de atuação conjunta para abrir caminhos de diálogo com as diferentes bancadas. Cada uma das mulheres que estavam na linha de frente da FBPF estava responsável por fazer o *lobby* feminista sobre uma bancada específica. Almerinda era responsável por abordar os deputados classistas representantes dos empregados. Como a Constituição de 1934 mostraria, as feministas garantiram na Carta a inclusão de diversos dispositivos da agenda política feminista como a igualdade entre os sexos, os direitos políticos femininos e os direitos sociais, como a licença maternidade (MARQUES, 2016b, p. 75).

Figura 6: Documento da FBPF aponta quais bancadas as dirigentes da entidade deveriam abordar na Constituinte.



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, referência: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.60, v.1.

Mas, nem tudo eram flores no seio da FBPF. As vaidades afloravam e acirravam rivalidades. Almerinda lembra da ocasião em que recebeu de Bertha o pedido para se retirar da mesa de reuniões, onde secretariava um dos congressos

⁴⁶ OS direitos da mulher na Constituição. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 23/03/1934.

⁴⁷ GAMA, Almerinda. *Escreva-se a História. Província do Pará*. Belém: 14/12/1975.

feministas organizados pela entidade. “Almerinda, você não me leve a mal, eu vou botar uns medalhões na comissão executiva para satisfazer as vaidades”, disse ao tentar equilibrar egos. Teresa Marques (2016b) relata outro episódio que parece também ser marcado pelas disputas de ego. A federação acompanhava com cautela os desdobramentos do movimento civil-militar que depôs Washington Luís em outubro de 1930. No entanto, uma associada novata na entidade, a advogada gaúcha Natércia da Silveira, ignorou as recomendações e fez um discurso público elogiando o novo momento do país. Logo em seguida, foi desligada da entidade. Comenta Marques (2016b, p. 32): “A ruptura deixou cicatrizes emocionais que não se sanaram. Nos anos seguintes, Bertha e Natércia protagonizaram uma disputa pública pela bandeira do feminismo no Distrito Federal”.

Em janeiro de 1931, Natércia Silveira fundou uma outra entidade política: a Aliança Nacional de Mulheres (ANM), esta mais ligada às mulheres trabalhadoras. Com a bandeira de “proteger as que trabalham, dando-lhes independência econômica”, a ANM arregimentou empregadas do comércio e professoras. (MARQUES, 2016b É possível pensar que a partir de sua experiência como trabalhadora assalariada, Almerinda pudesse estar mais inclinada ao projeto político que Natércia iniciava, o que não aconteceu. Fazia parte do seu caráter a lealdade aos amigos e com Bertha não seria diferente:

Da Natércia, eu tenho apenas pequena recordação. Mas, de fato foi uma criatura que quis levar para si ou louros da vitória. Bertha tinha sido a grande líder, a antiga líder que tinha arrastado, e Natércia apareceu com uma plêiade de criaturas eruditas ou pelo menos letradas. (...) Natércia chegou fazendo uma espécie de rivalidade. Eu não tomei conhecimento porque meu tempo era pouco, não me interessavam as cisões. (GAMA, 1984, p.68)

Na FBPF, Almerinda era, como ela mesmo afirmava, uma franca atiradora do movimento feminista (GAMA, 1984, p. 60). Dizia isso por fazer parte do núcleo duro que estava de fato à frente das atividades. Ela sempre creditou a Bertha o fato de a ter lapidado, transformando-a em um dos baluartes da entidade. Em sua lembrança, Bertha aparece como mulher inteligente, amistosa com as colegas, extremamente dedicada à causa feminista e que sentia animosidade em relação aos homens e a organizações masculinas. De acordo com Almerinda, Bertha era a líder indiscutível

do movimento e desprezava qualquer auxílio que viesse de homens. Achava que a mulher sozinha deveria se valer (GAMA, 1984, p. 48):

Mesmo porque ela achava que, se fizessem isso, iriam dizer que os homens é que tinham, com seu beneplácito, favorecido as mulheres generosamente, concedido aquilo e aquilo outro. Ela queria mostrar que a mulher tinha conseguido o seu lugar ao sol com seu próprio esforço.

Em pouco tempo, para além da responsabilidade com as notícias da federação, Almerinda passou também a fazer falas públicas, representar a entidade em eventos e envolver-se com movimentos dos mais diversos tipos. Além da atuação nos bastidores, Almerinda atuava publicamente, emprestando seu rosto mestiço também à militância feminista. Em abril de 1933, o jornal *Diário de Notícias* reportava os trabalhos da Convenção Nacional de Eleitoras, que discutia estratégias de divulgação da candidatura de Bertha Lutz à Câmara Federal. São apresentadas como líderes do movimento, merecendo destaque em fotos, Bertha, Almerinda e a escritora Maria Sabina de Albuquerque⁴⁸. Na ocasião dessa convenção, Almerinda defendeu que onde não houvesse probabilidade para a vitória de uma mulher, as eleitoras brasileiras deveriam apoiar a candidatura de homens alinhados com a causa feminista. Em outro momento, ao ser questionada sobre a baixa porcentagem de eleitas em países em que as mulheres já eram eleitoras, respondeu a um jornalista:

Vejo nisso um desinteresse altruístico do espírito feminino. A educação política da mulher não está ainda nem tão generalizada nem tão viciada como a do homem. Num país em que seja permitido o voto feminino, muitas mulheres não irão às urnas por desinteresse, como acontece mesmo entre os homens, enquanto que outras irão sufragar o nome de um candidato masculino que mereça sua confiança, esquecendo no momento que os

⁴⁸ CONVENÇÃO Nacional de Eleitoras. *Diário de Notícias*. 05/04/1933, p.03.

políticos não cuidam dos interesses da pátria, mas da própria carreira e ascensão ao poder.⁴⁹

A recomendação de Bertha repetida reiteradamente para as associadas ressoava na mente de Almerinda: “Onde encontrar uma brecha vamos entrando. Onde tiver um assunto, qualquer assunto. Temos que ir badalando e fazendo feminismo” (ALMERINDA, 1991). Foi seguindo o comando da líder que Almerinda, mesmo sem ser mãe, esteve no começo dos anos de 1930 envolvida também com a proteção da infância e da maternidade. Ela era uma das diretoras da Sociedade União Infantil do Rio de Janeiro. Em 1932, fez elogios públicos à instituição por consagrar um dia do ano às mães brasileiras, uma proposta feita pelo Congresso Feminista realizado no ano anterior, mas não sem destacar que a figura a ser celebrada estava longe da que habitava os imaginários de escritores, pintores e poetas, representada com ares de santa. Sobre a maternidade, escreveu Almerinda em 1932: “É uma figura supinamente humana que paga à vida o tributo pesado das maiores dores físicas e morais”⁵⁰. Também foi observando toda a movimentação de organização de sindicatos neste período, que Bertha, ela mesma sem ligação direta com as categorias operárias, delegou à Almerinda a criação do Sindicato das Datilógrafas, como já se comentou anteriormente.

1.5 - “O movimento foi se desmoronando, eu não o podia aguentar nas mãos”

O final do ano de 1934 marca o início do afastamento de Almerinda da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. Volto a comentar sobre as razões deste afastamento no próximo capítulo, no entanto adianto que um dos motivos apontados era que, segundo ela, a entidade vinha perdendo o seu caráter combativo. Em outra ocasião, Almerinda afirmou que “o movimento foi se desmoronando, eu não podia aguentar nas mãos!” (ALMERINDA, 1991). Uma possível interpretação para esta frase é que embora o número de associadas da FBPF tivesse chegado em determinado momento, segundo

⁴⁹ A concessão dos direitos políticos à mulher: A Batalha ouve, a respeito, a opinião de elementos de destaque dos círculos feministas. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 13/03/1931, p. 1.

⁵⁰ GAMA, Almerinda. Dia das Mães – Homenagem merecida. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 24/04/1932, p. 19.

Almerinda (GAMA, 1984, p. 5) entre 80 e 100, eram poucas as que, de fato, dedicavam-se à entidade.

A verdade é que, findada a campanha do sufrágio feminino, que foi durante anos a principal bandeira da entidade, a FBPF buscava novos objetivos. Bertha passou a desenhar uma frente de atuação mais ambiciosa e escrevia alertando às mulheres de que o voto não era um fim em si mesmo, que os direitos recém-conquistados eram frágeis e, utilizando uma metáfora bíblica, afirmava que as mulheres não tinham ainda alcançado a “terra prometida” do sistema político, estavam apenas nas margens (BESSE, 1999, p. 189). No seio da FBPF, ao que tudo indica, essa era também uma preocupação. Durante a Convenção Feminista de 1933 organizada pela FBPF, a advogada amazonense Orminda Bastos, uma das associadas da federação, defendia que era momento de dar fôlego a outras pautas, influenciando na elaboração de novas leis. Perder o fôlego após a conquista do voto “seria confessar que o movimento iniciado não tinha finalidade”⁵¹.

A partir de então, vemos Almerinda mobilizando-se em outras frentes e outras pautas. Em novembro de 1933, é fundada no Rio de Janeiro a Ala Moça do Brasil, que, segundo o jornal *a Batalha*, era uma associação político-social que se destinava a organizar cursos de educação cívica nos subúrbios cariocas e que se propunha a ser uma frente política de renovação. Defendia em seu programa a obrigatoriedade do ensino primário, técnico e profissional, a liberdade de pensamento, legislação do divórcio, laicidade do Estado e garantia de assistência médica e hospitalar e o amparo legal do trabalhador de todas as classes⁵². Almerinda Gama era a presidente da associação que tinha uma diretoria mista, formada por homens e mulheres. Sabe-se muito pouco sobre esta frente liderada por Almerinda, pois não há registros sobre ela nos relatos pessoais de Almerinda, senão nos registros feitos pela imprensa. Como mencionei anteriormente, o trabalho de assessora de imprensa na FBPF tinha lhe possibilitado criar uma boa rede de contatos nas redações dos jornais cariocas. Não era difícil convencer os jornalistas das redações a publicarem notas sobre as atividades da Ala Moça. Há registros sobre a associação em diversos periódicos do Rio de Janeiro.

⁵¹ INAUGUROU-SE hontem a Convenção Feminista. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 04/04/ 1933, p. 1.

⁵² ALA Moça do Brasil. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 30/11/ 1933. p.2.

Por meio dos jornais, sabemos que a Ala Moça se reunia no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, e servia como um núcleo político de formação de eleitores, recomendando candidatos que se alinhavam ao seu programa. Preparavam o terreno para o pleito de outubro de 1934.

Nesse período, o bairro de Madureira se destaca como um importante polo de debate político no subúrbio do Rio de Janeiro, que surge a partir do associativismo. Como apontado no trabalho de Adelle Sant’anna, a Frente Negra Brasileira (FNB), entidade fundada em São Paulo em 1931 que reivindicava as inserções econômica, política e social da comunidade negra, teve duas delegações na então capital federal, uma sucursal no bairro do Catete e outra em Madureira, que recebeu o nome de Frente Negra Brasileira Suburbana (SANT’ANNA, 2019). O bairro também sediava uma das filiais do Centro Cívico 4 de Novembro, uma agremiação política fundada em 1932, que, como aponta Adelle Sant’anna, “tinha como objetivos amparar e proteger politicamente os candidatos e cargos eletivos saídos de seu corpo social; amparar e proteger civilmente os seus associados e trabalhar politicamente pela unidade da pátria” (2019, p. 9). Ao mesmo tempo em que atuava junto às feministas, Almerinda multiplicou-se, encontrou novos companheiros com quem se alinhou ideologicamente e foi buscando outros jeitos de fazer política.

Sabemos que a Ala Moça do Brasil e o Centro Cívico 4 de novembro eram entidades que se apoiavam mutuamente. Não há registros de que a Ala Moça tenha tido um endereço em Madureira. Para seus encontros, utilizava as dependências do Centro Civil 4 de novembro. Além de ceder o espaço, há outros elementos que sugerem ter havido estreita cooperação entre o Centro Cívico 4 de novembro e a Ala Moça. Havia integrantes comuns às duas organizações, a exemplo de Theodomiro José de Lima e Georgiana Coutinho. Na ocasião da posse da diretoria do Centro Cívico 04 de novembro em Madureira, Almerinda Gama discursou enfatizando a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres e que estas “devem já compartilhar dos movimentos políticos nacionaes, nelles ingressando como elemento são”⁵³.

Empolgada com a possibilidade de ter uma participação ativa no âmbito da política – até então um espaço de poder ocupado exclusivamente por homens,

⁵³ CENTRO Cívico 4 de Novembro. *Revista Suburbana*. Edição n. 10. Rio de Janeiro: novembro de 1932.

Almerinda se aproxima ainda de um outro grupo político, este mais ligado às questões do proletariado. Em agosto de 1934, ela funda juntamente com os deputados classistas Vasco de Toledo, João Vitaca, Wladimir Reikdal, o Partido Socialista Proletário do Brasil (PSP)⁵⁴. Ela surge como a única mulher no Diretório Central. O intuito daquele grupo que se articulava numa sede improvisada na avenida Passos, no Centro, era claro: servir aos interesses e aspirações da classe operária. Seu lema era: “A emancipação dos trabalhadores só poderá ser obra dos trabalhadores”. O PSPB se apresentava como o partido capaz de superar a desorganização do proletariado e de unificá-lo nas lutas. Num período marcado pela repressão policial a entidades sindicais e políticas que faziam oposição ao governo, o partido demarcava sua posição na defesa das liberdades democráticas, como direito de reunião, de greve, entre outros⁵⁵.

Entre as propostas expostas no manifesto de criação do partido estão o sufrágio universal para maiores de 18 anos, sem distinção de sexo, nacionalidade e extensivo aos analfabetos, adoção do regime de plebiscito para a solução de questões e conflitos que fossem de interesse da população, separação absoluta entre Igreja e Estado, gratuidade e laicidade do ensino em todos os graus, sistema tributário que previa que só os ricos pagassem impostos. Há também como pauta a revisão de toda a legislação social em vigor, inclusive a Lei de Sindicalização, a autonomia dos sindicatos em relação a partidos e governos e também a ampliação do sistema representativo, a fim de garantir a representação do proletariado em

⁵⁴ Afonso Arinos de Melo (2019, p. 370) destaca que esse grupo de deputados classistas se apresenta mais socialista do que os demais: “(...) surgem, talvez pela primeira vez, na nossa história constitucional, os representantes de um pensamento socialista consciente e reivindicador. Deputados como Acir Medeiros e Vasco de Toledo (representantes classistas da categoria dos empregados) ou Zoroastro Gouveia e Lacerda Werneck, eleitos pelo Partido Socialista de São Paulo, falam, na Assembleia, uma outra língua, a língua do operário e do intelectual reformista, se não revolucionário. Ao lermos os seus discursos, nos *Anais*, sentimos a presença de qualquer coisa de novo nos debates. Algo de vigoroso e insólito, reclamamos imperiosos que subiam das camadas profundas do povo, atropelando muita vez a ciência jurídica, e possivelmente as regras da boa linguagem, mas exprimindo necessidades e forças que queriam se fazer ouvir. Sem dúvida essas vozes perdem-se, ainda, abafadas na caudal da oratória jurídica, política, ou teoricamente econômica e inconfundível”.

⁵⁵ O manifesto do programa afirmava o seguinte: “O que se faz preciso, por conseguinte, no momento, é a organização sindical e política do proletariado, a conquista e a defesa das liberdades democráticas negadas ou ameaçadas pela reação burguesa e a luta pelas reivindicações mínimas e vitais das massas trabalhadoras de todo o país. Sem essa organização de nada valerão as chamadas leis sociais, nem os trabalhadores poderão ver asseguradas as melhorias que elas possam e devem lhes trazer”. MANIFESTO Programa do Partido Socialista Proletário do Brasil. Rio de Janeiro: agosto de 1934. Arquivo Nacional, referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, POI.99 – Dossiê.

todas as câmaras legislativas do país por meio de delegados eleitores eleitos por seus próprios sindicatos de classe.

Observa-se no programa ideias que parecem ter sido propostas por Almerinda. Propostas para as quais não havia espaço na FBPF. Constam no programa do partido: o divórcio, a extensão do voto a analfabetos, a importância do ensino gratuito a todas as classes e, claro, a defesa do proletariado⁵⁶.

A instrução pública gratuita era uma pauta que lhe interessava, por acreditar ser ela mesma fruto da educação que recebera. Almerinda entedia a educação como um direito que deveria ser universalizado. Esse tema desdobrava-se em outro: o sufrágio universal para ambos os sexos, além da inclusão de não escolarizados no processo eleitoral, tema que não fazia parte da agenda da FBPF. Há também a defesa do divórcio mediante simples requerimento de qualquer um dos cônjuges. Almerinda já havia se manifestado positivamente sobre o tema na imprensa, porém com muita cautela⁵⁷.

Um dos companheiros de Almerinda na Fundação do PSPB foi o jornalista e sindicalista Plínio Melo. Como repórter do *Diário de Notícias*, Melo fazia a cobertura jornalística dos trabalhos da Assembleia Constituinte, quando se aproximou dos deputados classistas que cogitavam criar um novo partido que unificasse o movimento proletário. Em entrevista ao Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (Cemap), Plínio lembrou como se desdobrava a atuação do PSPB:

Nossa atuação se dava mais na Constituinte, através de uma espécie de fração que nós tínhamos. Eu era uma espécie de líder oculto daquela fração. Os principais dirigentes eram o Vasco de Toledo, gráfico da Paraíba, Waldemar Rikdal, metalúrgico do Paraná, João Vitaca, Sabbatino José Casini, Euclides Vieira Sampaio, Orlando Ramos, Carlos Nogueira Branco e Almerinda Farias Gama. Havia uma espécie de bureau político para o exame da matéria a ser discutida e votada na Constituinte. Apresentávamos emendas, sugestões, sustentávamos oralmente. O Vasco, muito inteligente, chegou a debater alguns pontos com o próprio Osvaldo Aranha, que foi à Constituinte uma vez. No fim da Constituinte, há uma dispersão. Alguns

⁵⁶ MANIFESTO Programa do Partido Socialista Proletário do Brasil. Rio de Janeiro: Agosto de 1934. Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, POI.99 – Dossiê.

⁵⁷ GAMA, Almerinda. Divórcio: um bem ou um mal? *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 30/11/ 1932, p. 02

elementos continuam líderes sindicais e voltam para seus estados. Eu passo a atuar mais como jornalista.⁵⁸

Sabemos pelos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 que em algumas ocasiões o deputado classista Vasco de Toledo subiu à tribuna para denunciar a situação de inferioridade em que vivem as mulheres brasileiras e para fazer a defesa do divórcio, uma das bandeiras defendidas pelo Partido Socialista Brasileiro. Em um dos discursos afirmou: “Não é somente o direito ao voto que consubstancia a emancipação da mulher. Há conquistas muito mais importantes que (...) não podemos esquecer. O divórcio, por exemplo, é uma delas” (ANNAES, p. 528, v. XIV).

Ao fim da Constituinte, o partido praticamente deixou de existir. De toda forma, sua vida seria breve, já que em 1935 a repressão sobre as esquerdas se intensifica e, em 1937, inicia-se sob a égide de Getúlio Vargas (1883-1954) o Estado Novo, período ditatorial que entre outras ações decreta o fim dos partidos políticos.

Em outubro de 1934, há eleições gerais para cargos eletivos na Câmara Federal, no Senado e nas Assembleias Estaduais. Almerinda Gama, então com 35 anos, concorreu a uma das vagas para deputado federal destinadas a representantes do Distrito Federal. A sua candidatura foi feita pela legenda Congresso Master, empreitada da Master Systema do Brasil – um consórcio profissional cooperativo dos profissionais liberais⁵⁹. Em 16 de setembro de 1934, pouco antes de um mês para as eleições de outubro, a Master Systema organizou na Praça Tiradentes o “Congresso Master de Direito ao Trabalho, para o homem, e o da Manutenção e educação, para a criança menor de 14 anos”. A entidade convocava partidos políticos, sindicatos e associações profissionais para tentar

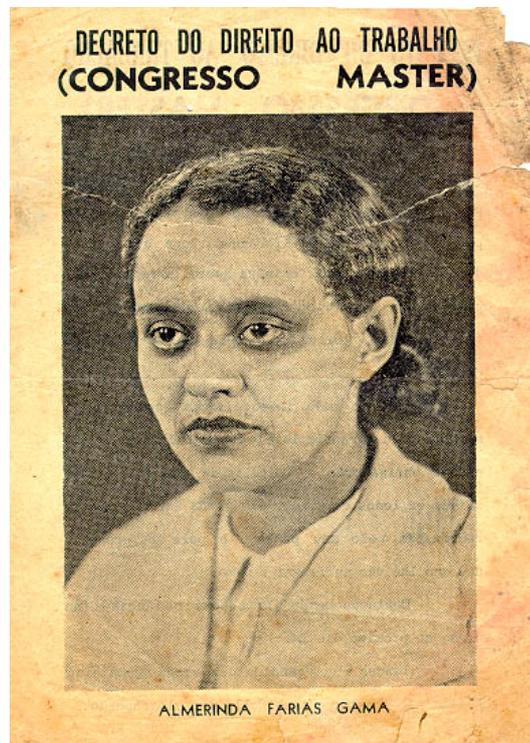
⁵⁸ KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J.C. e FACCIOLI, V. “Memória: Plínio Mello” In *Teoria e Debate*, n. 7, 1/07/1989, p. 34. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1989/07/01/memoria-plinio-mello/2/>. Acesso em: 28 de abril de 2020. O Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, que visa à preservação de registros documentais da história do movimento operário brasileiro, é ligado à Universidade Estadual Paulista – Unesp e funciona na reitoria da universidade em São Paulo – SP.

⁵⁹ Uma reportagem do *Diário da Noite* explicava que a entidade, presidida por Pery Lopes, funcionava dentro de um regime de amparo mútuo e de permuta de serviços e valores pessoais para os cooperados e suas famílias. Também serviria como uma espécie de fundo para a aposentadoria dos profissionais liberais. Ver: A contribuição da Master Systema do Brasil para a Festa da Primavera. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 21/06/1934, p.1

organizar uma chapa de deputados⁶⁰; certamente, uma maneira de construir uma bancada que abraçasse no Congresso os interesses do consórcio. Como presidenta do Sindicato das Datilógrafas, Almerinda compareceu ao congresso, mesmo sendo ainda pertencente ao quadro do Partido Socialista Proletário do Brasil. De maneira pragmática, acreditou que por meio do Congresso Master teria mais chances de se candidatar. “A confiança de meus pares escolheu-me para a chapa que esse Congresso apresentará para as cadeiras de Deputado Federal no próximo pleito de 14 de outubro”, escreveu Almerinda ao *Jornal do Brasil*, explicitando que a candidatura pelo Congresso Master tinha sido decidida de forma independente, já que o Partido Socialista Proletário do Brasil não tinha comparecido ao evento⁶¹.

Além de Almerinda, o outro nome feminino que fazia parte da legenda e também buscava uma vaga no Congresso Nacional era o da escritora capixaba Guilly Furtado Bandeira⁶². Almerinda apresentava-se ao eleitorado como uma candidata consciente das classes trabalhadoras e representante da intelectualidade feminina.

Figura 7: Panfleto da candidatura de Almerinda para as eleições de 1934.



Fonte: CPDOC - FGV

⁶⁰ PRIMEIRA reunião do Congresso Master. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 14/09/1934.

⁶¹ EM torno de uma exclusão do Partido Socialista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 27/09/1934.

⁶² CONGRESSO Master. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 05/10/1934, p. 10

À cédula de votação, datilografada com seu nome, estava anexado um panfleto com uma foto da candidata: uma mulher de pele miscigenada, olhos profundos e cabelos ondulados arranjados num coque baixo. Seu semblante compenetrado e suas roupas são austeras, sem adornos. Talvez uma tentativa de ser tratada com seriedade em um terreno que até pouco tempo era exclusivamente masculino. Almerinda colocava-se à disposição da sociedade como um nome viável para a Câmara Federal. No verso da foto, uma pequena descrição de suas propostas:

Lutando pela independência econômica na mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus, Almerinda Farias Gama se recomenda pelo seu passado e pelo seu presente aos que lhe vão sufragar o nome. Destaque a cédula anexa e lance-a na urna no próximo dia 14⁶³.

A plataforma eleitoral de Almerinda sintetizava pontos que foram eixos centrais de sua vida pública e privada: as lutas contra as opressões de gênero e de classe. Seu lugar, enquanto parte da massa trabalhadora assalariada, pode explicar a ênfase nos direitos trabalhistas.

Em 13 de setembro de 1934, portanto a um mês das eleições gerais, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro noticiava o programa político definido na II Convenção Nacional Feminista que recomendava candidaturas de algumas mulheres que, segundo o texto, eram “prestigiadas pela opinião feminista organizada em associações confederadas e convenções”⁶⁴. Nessa lista apareceram figuras prestigiadas da FBPF, como Bertha Lutz e Maria Eugenia Celso, e outras mulheres que estavam à frente das Associações Estaduais pelo Progresso Feminino, como Lily Lages, médica que foi eleita a primeira deputada estadual de Alagoas⁶⁵. Almerinda não aparece nessa lista. Da mesma forma, o Boletim da Federação Brasileira de outubro de 1934 apresentava em sua primeira página as candidatas que concorreriam a uma vaga no Congresso Federal e que eram recomendadas

⁶³ GAMA, Almerinda Farias. Panfleto da campanha eleitoral de Almerinda Farias Gama para o pleito de 14 de outubro de 1934. CPDOC/FGV: Rio de Janeiro, 1934.

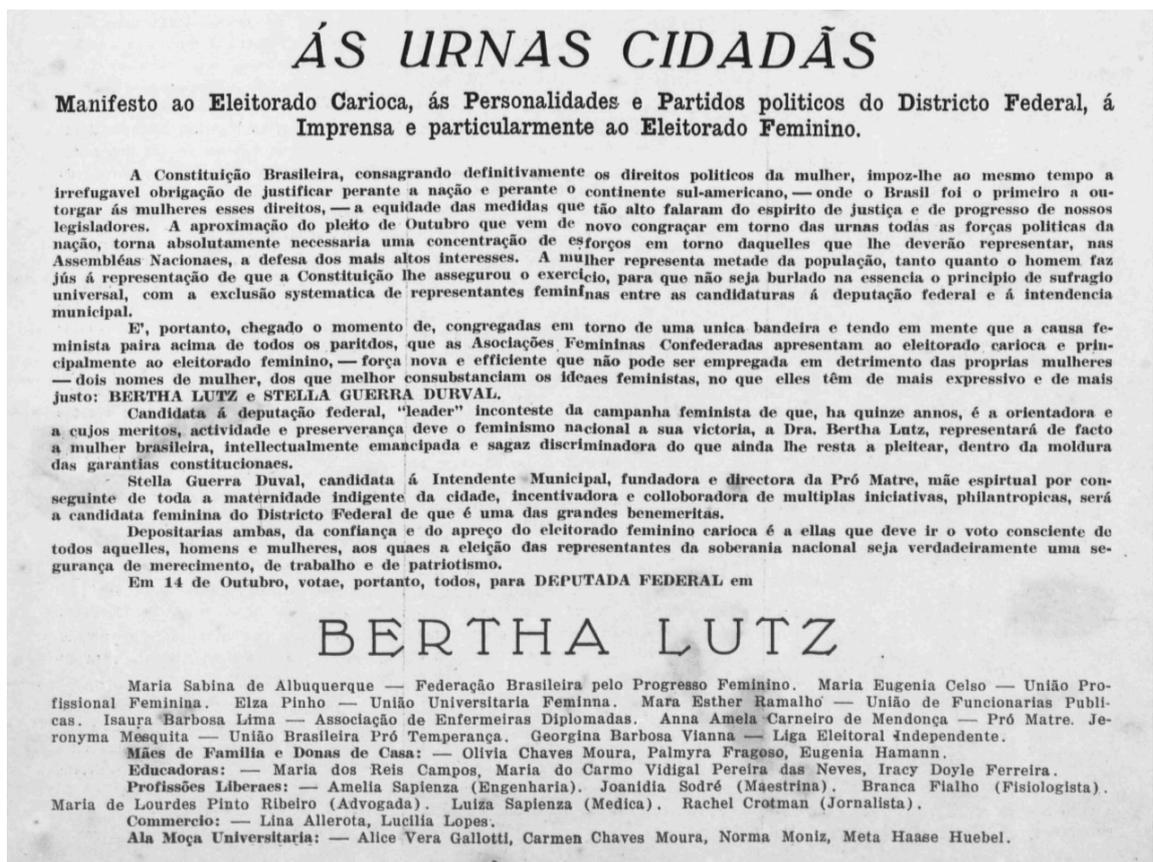
⁶⁴ A *ORIENTAÇÃO* feminista – Personalidades feministas que serão candidatas no próximo pleito eleitoral. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 13/09/1934. p. 3.

⁶⁵ BOMFIM, Edilma Acioli; ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira (Orgs.). *Dicionário mulheres de Alagoas: ontem e hoje*. Maceió: Edufal, 2007, p. 195.

pela entidade. Bertha Lutz e Stella Guerra Durval aparecem em destaque. Novamente; Almerinda foi ignorada.

Como interpretar essa ausência? Podemos interpretá-la ao pensar na tensão que existia entre Almerinda e as ex-companheiras. Sabemos que na data da publicação do artigo, Almerinda já havia lançado sua candidatura pelo Congresso Master⁶⁶. Ao que tudo indica as discordâncias políticas entre Almerinda e a federação, mesmo que não explícitas, tinham provocado o seu afastamento. Ao decidir alçar voo longe das asas da FBPF, as antigas companheiras de luta viraram-lhe as costas. Para sua candidatura, Almerinda teve que contar apenas com a base de apoio político que tinha construído com a Ala Moça do Brasil.

Figura 8: Manifesto ao Eleitorado Carioca, 1934.



Fonte: Arquivo Nacional, referência BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, BOL.4 - Dossiê

Em fevereiro de 1935, finda a apuração dos votos do pleito, o *Boletim Eleitoral* trouxe o resultado final das eleições. Almerinda Gama teve 23 votos na eleição

⁶⁶ Em 5 de outubro de 1934, os jornais já noticiavam a candidatura de Almerinda pela Legenda Congresso Master. Ver: CONGRESSO Master. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 05/10/1934, p. 10.

nominal no primeiro turno e 534 votos no segundo turno, que não foram suficientes para sua eleição⁶⁷. De toda forma, ela figurou na seleta lista de mulheres que concorreram ao mesmo cargo no Distrito Federal, entre elas, algumas que tiveram votações expressivas, mesmo não alcançando número suficiente de votos para serem eleitas. Bertha Lutz obteve 39.008 votos e Natércia da Cunha Silveira, que conduzia a Aliança Nacional de Mulheres, obteve 22.559 votos. Neste mesmo ano, em 1934, a professora Antonieta de Barros foi eleita a primeira deputada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e se tornaria a primeira mulher negra a ocupar um cargo eletivo no país. Como mostra o levantamento feito por Marques, em 1934, 22 mulheres foram vitoriosas nas urnas e foram as primeiras a ocuparem cargos eletivos nas assembleias constituintes estaduais e câmaras municipais de todo o país (MARQUES, 2016b, p. 204).

Encerrada sua participação nas eleições de 1934, Almerinda afastou-se do movimento político partidário. Com o recrudescimento do Estado Novo, Almerinda recolhe-se. Ela nunca mais viria a ser candidata a um cargo eletivo, ou ousou envolver-se na militância partidária. Chegou a ser convidada para reuniões do Partido Comunista, mas não se interessou. Talvez tenha pesado o fato de um integrante do partido a ter criticado quando ela falava com entusiasmo sobre a nova legislação trabalhista que o Governo Provisório vinha elaborando (GAMA, 1984, p. 88). Também não chega a se envolver com a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Na velhice, relembrou com tristeza a decretação do Estado Novo, mas não escondeu sua admiração por Getúlio, mesmo sendo ele o chefe do regime autoritário.

Eu achei que estavam distorcendo o rumo que Getúlio Vargas tinha dado para aproximar da orientação hitlerista, totalitária. De forma que não me agradou, absolutamente (...) eu vi o Getúlio como uma criatura de muito boa intenção, como uma grande inteligência, muita parcimônia nos seus gestos, nos seus atos, e que se não fez o melhor governo foi devido a alguns auxiliares que veio a ter. (GAMA, 1984, p.102)

⁶⁷ *Boletim Eleitoral* nº 28 de 1935, p. 566 e 573.

Entre o ativismo, a luta pela sobrevivência e as violências cotidianas sofridas por ser mulher, feminista e negra, Almerinda não se esquivou de lutar e tentar ocupar as esferas do poder político.

A vida segue com seus desafios e suas urgências. O cotidiano não é dos mais fáceis quando se vive na década de 1930 sendo uma mulher sem casamento, comprometida com as questões do seu tempo, carregando o rótulo de “feminista”, e que, independentemente dos pré-julgamentos, deixa sua casa todos os dias para trabalhar e assegurar sua própria existência. Dependia de si somente.

2 - ALMERINDA E A MÁQUINA DE ESCREVER: A FERRAMENTA DE LUTA E DE SOBREVIVÊNCIA

E a moça ganhara uma dignidade: era enfim datilógrafa.

Clarisse Lispector. A Hora da Estrela, 1977

Há uma recorrência nas narrativas de Almerinda, ao recontar sua vida e na percepção de sua própria história. Seja no discurso público, falado ou escrito entre as décadas de 1930 e 1940, os anos mais profícuos de sua vida pública, ou nas palavras que escolhe para falar de si mesma, está sempre muito presente a noção de trabalho. Dos seus depoimentos, vemos surgir a visão de mundo de uma mulher conectada às questões contemporâneas, mas, acima de tudo, a de uma trabalhadora. Sua integração na sociedade era feita a partir deste lugar.

A potência da identidade política de classe parece atravessar as escolhas, as motivações e as rupturas vividas por quem tinha que se desdobrar em muitas para garantir sua própria subsistência. Como datilógrafa, Almerinda encontrou seu caminho de sobrevivência. A adoção massiva no final do século XIX e início do século XX da máquina de escrever, um instrumento que servia à burocracia da vida cotidiana, foi um dispositivo de liberação para uma geração de mulheres que se profissionalizam como secretárias e datilógrafas. Almerinda foi uma delas. O domínio técnico da escrita mecânica pavimentou o caminho para Almerinda ingressar no mundo do trabalho assalariado.

O trabalho fez parte de sua vida até a velhice. Nas redações dos periódicos cariocas, em meio a jovens jornalistas que correm atrás de seus próximos furos, era possível ver a cabeça branca de Almerinda que, na companhia de sua máquina de escrever, enfrentava a pressão da produtividade com seus dedos já não tão ágeis quanto na mocidade. Esmerava-se escrevendo notícias, lapidando traduções. Madrugadas a fio, as teclas secas de sua máquina de escrever não se silenciavam, ao contrário, continuavam respondendo aos comandos de Almerinda que usava o tempo reservado ao descanso para realizar trabalhos avulsos, essenciais para complementar a renda de casa. Nessa amálgama entre corpo e ferramenta de

trabalho, as teclas são quase uma extensão dos dedos. A máquina de escrever era a ferramenta de trabalho e sobrevivência.

A partir dos relatos e vestígios de sua trajetória, supomos que Almerinda reconhecia qual lugar ocupava nas relações de trabalho e vivenciava aquilo que Patrícia Hill Collins define como a “dimensão econômica da opressão” (COLLINS, 2019, p. 34). Em outras palavras: Almerinda estava vinculada a uma forte consciência de classe.

Por onde passou, nos postos de trabalho que ocupou, transformou suas inquietações e insatisfações profissionais em motivação para a ação política. Trabalhou incansavelmente por mudanças concretas nas categorias profissionais onde atuou ao longo de sua vida. A despeito da luta diária pela sobrevivência que recomeçava todas as manhãs e que fatigava o corpo, Almerinda desdobrava-se para ainda fazer parte do movimento organizado de trabalhadores. Ela prestava assistência a outros colegas e suas respectivas entidades de classe.

Especulamos também se essa forte identificação com a identidade de classe guardava relação com o lugar que o trabalho historicamente ocupou na vida de mulheres negras. Para a filósofa Ângela Davis, enquanto escravas, as mulheres negras sempre tiveram outras áreas de sua vida ofuscadas pelo trabalho compulsório. O fato de o trabalho muitas vezes ocupar um espaço enorme nas vidas das mulheres negras hoje tem relação com padrões estabelecidos sob a experiência da escravidão (DAVIS, 2016, p. 17).

Sustento que foi também a partir das opressões experimentadas no mundo do trabalho que Almerinda se percebe enquanto mulher. Justamente, a partir deste lugar de marginalização, ela extraiu a força para se engajar politicamente e se dedicar em defesa dos direitos das mulheres. Não há dúvidas de que os valores machistas e misóginos entranhados na sociedade e o padrão de privação de direitos, revelavam-se também na esfera do mundo do trabalho. Havia pouco espaço de mobilidade e ascensão profissional para mulheres. Quando se era mestiça e nordestina, as barreiras poderiam ser ainda mais intransponíveis.

Por isso, neste capítulo, recorro a Joan Scott utilizando “gênero” como uma das categorias de análise (SCOTT, 1990). Como já mencionei anteriormente, uso o conceito de gênero para assinalar a construção social das diferenças sexuais. Com isso, evidencio neste trabalho que as diferenças sociais entre homens e mulheres não são óbvias, ou simplesmente baseadas em diferenças de fisiologia; pelo

contrário, são essencialmente políticas e normativas, são diferenças socialmente construídas.

Além de *gênero*, creio também que a definição de raça não foi dada organicamente, mas também foi historicamente construída. Neste sentido, aqui penso gênero a partir do seu caráter interseccional. Para a análise da experiência de mulheres negras, como é o caso de Almerinda, creio que seja preciso levar em consideração, como proposto por Patrícia Collins (2019), não apenas a categoria gênero, mas também as de raça e classe, evidenciando as interconexões entre sistemas de opressão. Gênero por si só nos parece ser insuficiente para análise, assim como classe isoladamente também parece não dar conta da complexidade das experiências e dos estigmas de que Almerinda foi objeto.

Neste capítulo, também me proponho, a partir da trajetória de uma mulher da classe trabalhadora, analisar a história do trabalho no Brasil a partir de uma perspectiva de gênero. Ainda segundo Joan Scott (1988), a categoria gênero foi diversas vezes ignorada ou subutilizada pelos historiadores clássicos do trabalho. Ignoram-se as análises críticas que reformulam nossa compreensão do lugar do gênero na história das operações de diferença sexual na construção da classe trabalhadora. Intrínseca à discussão sobre uma história das mulheres no mundo do trabalho está compreender determinadas construções sociais que definem ofícios próprios para as mulheres atuarem. Duas profissões que sofreram essa feminização foram justamente a de datilógrafa e secretária.

2.1 - Almerinda no cruzamento das avenidas identitárias: gênero, raça e classe

O leitor deve se recordar que ainda muito criança, Almerinda perdeu o pai. Depois desse episódio, a avó paterna levou os netos para Belém e assumiu a tutela deles. É possível que Eulalia, a mãe de Almerinda, tenha sido constrangida pela sogra e tivesse pouca força na decisão sobre o futuro das crianças. Ela seguiu em Maceió e, anos depois, contraiu segundas núpcias. Mas, logo veio a decepção e o segundo marido, que é lembrado por Almerinda como um sujeito de índole duvidosa, abandonou Eulalia. Ao que tudo indica, foi vítima de um golpe: o marido se apropriou dos recursos da herança e deixou Eulalia completamente desamparada. Segundo o Código Civil Brasileiro vigente à época, dentro do casamento, o homem tinha plenos poderes. Ele era o chefe da família, sendo o responsável por administrar os bens do

casal e autorizar a esposa a trabalhar fora. Ainda segundo o Código, a viúva que se casasse novamente, perderia o pátrio poder sobre os filhos do casamento anterior⁶⁸. Apesar de ser professora, Eulalia não trabalhava e dependia exclusivamente do espólio do primeiro marido para sobreviver.

Em situação vulnerável, Eulalia mudou-se para Belém, mas não se adaptou à nova cidade. Voltou a Maceió e não há mais informações sobre o rumo que a sua vida tomou. Este episódio, relatado por Almerinda, parece ter lhe marcado profundamente. Perceber a desigualdade jurídica entre homens e mulheres e a dependência econômica de Eulalia e como seu destino foi moldado pelos homens com quem se relacionou (e que eram também seus únicos provedores), viria a ter um impacto sobre o que Almerinda planejaria para seu próprio futuro.

Em vários depoimentos que concedeu, Almerinda relembra que, desde jovem e ainda solteira, ansiava por ser independente. Aborrecia-se com o enclausuramento, com o cotidiano entediante e alienante da vida doméstica. Demonstrava incômodo de depender economicamente de sua tia Emília Gama, por quem era criada. Sempre sonhou com um príncipe encantado, mas não cogitava depender financeiramente dele. Queria ser dona de sua própria história:

Não me conformava com aquela vida doméstica que eu levava de aprender a bordar, a costurar, tocar piano somente, mas ficando sempre na dependência econômica dela (tia), à espera de um marido para ficar na dependência econômica do marido. Eu não me conformava nunca com isso. (GAMA, 1984, p.20)

Ao que tudo indica, o lado paterno da família de Almerinda em Belém possuía uma situação financeira que, se não fosse das mais privilegiadas, era ao menos uma

⁶⁸ Teresa Marques e Hildete Melo (2008) apontam que na década de 1930, as feministas da FBPF estiveram à frente de uma grande mobilização que lutava por reformas dos direitos sociais e civis das mulheres. A questão ganhou ainda mais destaque quando Bertha Lutz assumiu o mandato de deputada federal em julho de 1936. Segundo as autoras: “Bertha insistiu em uma ampla reforma da condição legal da mulher. Era uma ambiciosa reforma no *status* civil, penal e social das mulheres, contendo 150 artigos que detalhavam as mudanças em quase todos os aspectos da vida feminina” (MARQUES; MELO, 2008, p. 473). A deputada propunha a revogação de diversos artigos do Código, entre eles o que estabelecia a perda do pátrio poder pela viúva que voltasse a se casar.

posição confortável dentro da sociedade paraense. Nas palavras dela, a condição da família era “regular” (GAMA, 1984, p. 16). Afinal de contas, Almerinda havia sido educada como as moças de classe média da época, preparando-se para um bom casamento – o destino social reservado às mulheres. Além das aulas de prendas domésticas que lhe garantiriam exercer com presteza as atividades no âmbito familiar, também se dedicava ao piano e às aulas de francês, idioma que lia com facilidade. Para moças com ela, letradas e de classe média, o ideal era ficar em casa. Se precisassem trabalhar, o ideal era o trabalho realizado em domicílio, de modo que as funções tradicionais de mãe de família estivessem preservadas (SAFIOTTI, 2013, p. 93). Almerinda, no entanto, tinha outros planos. Queria ganhar as ruas. O trabalho, que a princípio é uma possibilidade para existir longe da esfera doméstica, viria anos depois a se impor como uma necessidade de fato.

Na busca por uma fonte de renda advinda do trabalho que lhe permitisse alguma independência financeira, Almerinda, aos 21 anos, já trabalhava como secretária. Ter um emprego significava muito mais do que ter uma remuneração garantida, pois dizia respeito também, mesmo que de maneira inconsciente, a “participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura” (SAFIOTTI, 2013, p. 96).

Era comum neste momento que a participação feminina no mercado laboral tivesse um caráter excepcional e transitório. Deveria estar restrita a determinados períodos da vida, quando a mulher estivesse ainda solteira, ou quando estivessem divorciadas, viúvas ou mesmo quando existisse no lar uma situação de escassez econômica que justificasse a necessidade do trabalho feminino fora do ambiente doméstico (QUEIROLO, 2019). Considerando este contexto, vale destacar que nem mesmo o seu casamento em 1923 com Benigno de Farias Gama fez com que Almerinda se afastasse do trabalho.

Talvez houvesse mais tolerância por parte de Benigno pelo fato de o casal se relacionar a distância. Benigno morava no Acre, onde trabalhava como jornalista. Possivelmente, mesmo casada, Almerinda continuou a morar na casa da tia Emília Gama. Sendo assim, não existia a cobrança do esposo com o andamento das atividades domésticas. De toda a forma, ela e Benigno comungavam dos mesmos ideais. A essa altura, ele já conhecia bem o pensamento “pra frente” da esposa. Suas opiniões feministas figuravam na *Província do Pará* desde muito cedo. Almerinda já trabalhava quando era solteira e, casada, seguiu trabalhando. Benigno

não criava obstáculos: “Ele sempre me deu plena liberdade de agir, sabia que eu era uma trabalhadora, uma lutadora, sabia da minha atitude na imprensa (..) Não interferiu em nada” (GAMA, 1984, p. 37), lembrou.

Precocemente, em 1925, com apenas dois anos de casada, Almerinda perdeu o marido para a tuberculose. Anos antes, também havia enterrado um bebê, seu único filho com Benigno⁶⁹. A partir desse infortúnio, a vida tem uma nova reviravolta e as motivações se transformam a partir de novas necessidades. Sem a tutela de um homem (pai ou marido), a mulher era vista como menor, incapaz (SAFTIOTTI, 2013). Na condição de viúva, Almerinda estava vulnerável, mas se recusava a assumir a imagem de mulher frágil. Na hierarquia de seus interesses, o trabalho vinha à frente de um novo casamento. Estava mais interessada em assumir o controle de sua própria vida e ter alguma independência econômica do que nas lisonjas de possíveis pretendentes. Mas, quando se é mulher nas primeiras décadas do século XX, as opções de trabalho assalariado são escassas, pouco promissoras e mal remuneradas.

Lecionar era a opção de trabalho mais tradicional para as mulheres de classe média. Para as de baixa escolaridade, havia a possibilidade da costura, atividades na indústria têxtil, serviços em lojas e em escritórios comerciais (BERNARDES: 2007, 65). Mais à margem e longe do trabalho assalariado, estavam aquelas que eram forçadamente autônomas, viviam do trabalho temporário, enfrentando o caos das ruas como vendedoras ambulantes ou lavadeiras. Fugiam da pobreza improvisando tecnologias de sobrevivência⁷⁰.

Almerinda trabalhava como secretária, um ofício que estava inserido na categoria de atividades burocráticas. Insatisfeita com os baixos salários pagos às secretárias em Belém, Almerinda logo compreendeu que, se quisesse ter sua própria renda, precisava buscar melhores empregos. Passou, então, a prestar atenção nos classificados dos jornais paraenses, localizando as ocupações que eram mais bem remuneradas.

As experiências de Almerinda nessa procura por melhores atividades ocupacionais revelam a realidade vivenciada por mulheres que, embora tivessem

⁶⁹ Como mostrarei no capítulo 3, Almerinda teve ainda um segundo filho, fruto de sua relação com o engenheiro Pedro Cardoso, que também morreu ainda na infância.

⁷⁰ Como apresentado no trabalho de Maria Odila Dias (*Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX, São Paulo*: Editora Brasiliense, 1984), que retrata como as mulheres pobres improvisavam a sua subsistência durante o século XIX.

formação educacional, são impedidas de terem acesso a empregos mais promissores. Almerinda relata que só encontrou portas fechadas: “No comércio os ordenados sempre foram muitos modestos, mas os bancários eram mais bem aquinhoados. Eu quis ser bancária e não podia ser porque era mulher” (GAMA, 1983, p. 36). Ouviu as mesmas negativas na companhia de seguros. “Ah, mas nós não empregamos mulheres, só empregados homens” (GAMA, 1983, p. 36). Nos bancos, a situação era a mesma.

Em depoimento, Almerinda relembrou como funcionava essa prática: “Iam fazendo seleção e só deixavam para as mulheres os serviços mais mal remunerados” (GAMA, 1984, p. 58). Além da restrição de candidatar-se a determinadas vagas pelo fato de ser mulher, outro mecanismo de discriminação naturalizado à época que escancarava a disparidade de gêneros: quando os empregos permitiam mulheres, elas recebiam menos que os homens, mesmo trabalhando nas mesmas funções.

A situação era essa: antes dos 30 anos, Almerinda havia perdido um filho, estava viúva, trabalhava para sobreviver e buscava formas de melhorar seus ganhos. Atuava como secretária, mas ansiava por alguma ascensão profissional que se refletisse no salário no final do mês. Sentia-se limitada e sem perspectivas em Belém. Como comentou em 1991 (ALMERINDA, 1991): lá “o meio era muito estreito”. Almerinda queria expandir-se e Belém já não dava conta de seus anseios.

Talvez o esperado após a viuvez fosse que Almerinda se recolhesse e se juntasse aos familiares. Ainda era jovem e se mantivesse sua moral intacta, encontraria um novo marido e logo poderia reassumir sua posição social de esposa, dona de casa e mãe de família. Ou seja, reaveria sua carreira doméstica, esta sim considerada essencial.

No entanto, Almerinda já vinha cogitando outras possibilidades. Na infância, quando a morte do pai amargou a vida, ela tinha deixado Maceió para recomeçar em Belém. Quem sabe agora não existisse uma vida nova, com novas oportunidades. Ihe esperando em outro lugar? Não havia nada a perder. Sem marido, sentia-se “completamente independente”⁷¹ e poderia migrar para outra cidade, onde poderia refazer sua vida longe das expectativas e da vigilância familiar. Era tempo de lançar-se no mundo, de migrar novamente e perseguir novos caminhos. Quem sabe no Rio

⁷¹ GAMA, 1984, p. 39

de Janeiro as coisas não seriam diferentes? À medida que a economia urbana se expandia, era comum que homens e mulheres deixassem seus lugares de origem em busca de melhores condições de vida e, a capital federal, surgia como um destino promissor. Como José, seu irmão, tipógrafo da Imprensa Nacional já vivia há algum tempo no Rio de Janeiro, ela teria então alguma proteção e apoio para se instalar. Em seu depoimento, Almerinda conta-nos sobre a motivação por trás da decisão de deixar Belém (ALMERINDA, 1991):

Porque eu vi que lá não tinha mais pra onde ir (...) Arrumei um emprego, aquela discriminação que fazia de mulher, fui a um emprego onde era pago 300 mil reis. “Quanto é o ordenado? 200. Mas não era 300? A homens nós pagamos 300 a mulher nós pagamos 200”. Eu dei adeusinho e resolvi vir embora pro Rio de Janeiro.

Almerinda explicitou em diferentes oportunidades que a coragem para mudar o curso da sua vida veio do cansaço com as contínuas discriminações de gênero que se revelavam em impossibilidades profissionais na capital paraense. Essa marginalização justificada pela supremacia masculina relegava as mulheres às ocupações subalternas e menos compensadoras.

2.1.1 - Branca, morena jambo, mulata ou índia? Almerinda no limbo da identidade racial

No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, estão guardadas centenas de fotografias que integram o fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). São registros de congressos, assembleias, encontros de caráter político que evidenciam a rede formada por mulheres que faziam parte do movimento de luta por trabalho, educação, mas, sobretudo, por representatividade política por meio do voto.

Uma das fotos que estão sob a guarda do Arquivo Nacional é um registro fotográfico de 1931 com algumas das delegadas do II Congresso Internacional Feminista realizado em junho deste mesmo ano. Embora estivessem na praia do Recreio dos Bandeirantes, as delegadas sorridentes posam para a foto bem agasalhadas com casacos e sobretudos. Culpa do frio que fazia na cidade.

Contrastando com os rostos alvos da maioria, a imagem mostra que há neste grupo algumas mulheres não brancas. Entre elas, está Almerinda (primeira à esquerda, na fila das que estão sentadas). Registros fotográficos como este nos revelam que havia no seio de um grupo hegemonicamente branco e de classe média alta, como era o grupo das sufragistas brasileiras, algumas associadas negras. No entanto, os registros apontam que a única mulher não-branca, no que podemos chamar de “núcleo duro” formado pelas principais articuladoras da FBPF, era Almerinda.

Figura 9: Excursão das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1931.



Fonte: Arquivo Nacional, referência: BR_RJANRIO_Q0_ADM_EVE_CNG_FOT_0004_d0017de001

Aqui, levanto uma problemática apresentada anteriormente. Embora os registros visuais de Almerinda revelem uma mulher com a pele pigmentada e traços fenóticos característicos das populações negras, em seus depoimentos, Almerinda não faz menção a nenhuma identidade racial. Nas próximas linhas sinalizo algumas possibilidades interpretativas para esse silêncio sobre a questão racial.

Antes de tudo é preciso refletir sobre a experiência histórica da população negra brasileira nas primeiras décadas do século XX. Almerinda nasceu em 1889. Havia apenas 11 anos que o Senado do Império tinha aprovado a Lei Áurea, que extinguiu oficialmente a escravidão no país. Podemos pensar então sobre essa proximidade temporal. Almerinda, provavelmente descendente de pessoas escravizadas, viveu sua infância e juventude sob o julgo dos estigmas que

carregavam os sujeitos de pele negra e mestiça no início do século XX. Não há dúvidas de como as relações no sistema escravista contaminaram a sociedade brasileira e, entre outras coisas, reforçaram a imagem de pessoas negras como exóticas, aculturadas e também como um problema nacional.

Como aponta Nancy Stepan (2014), o Brasil foi o primeiro país da América Latina a estabelecer formalmente uma sociedade eugênica logo nas primeiras décadas do século XX. O país era um líder em ciências biomédicas e saneamento e existia entre médicos e reformadores sociais a preocupação sobre a identidade racial e a saúde da nação. A identidade brasileira como uma nação de pretos e mulatos era vista como negativa e, assim, a noção de aprimoramento racial produzida cientificamente era bem recebida pela classe educada (STEPAN, 2014, p. 167):

O mito do branqueamento repousava claramente em uma idealização da branquitude; ele representava a racionalização de um desejo de uma elite que controlava uma sociedade multirracial dominada pelo racismo – uma ânsia por um sentimento real de brasilidade em um país dividido por raça e classe. Era a afirmação de que a “arianização” (para adotar uma palavra usada no Brasil por Oliveira Vianna) poderia ser uma realidade no Brasil e, que o histórico racial do país não seria impedimento a um sólido futuro.

O movimento eugenista no Brasil teve várias fases e direções distintas que não nos cabe aprofundar aqui, mas fato é que o “problema da raça” inquietava as elites do país. Ao mesmo tempo, vale destacar que nos anos de 1930 os negros brasileiros estavam se organizando politicamente e encampando lutas raciais. Neste período, começa a raiar uma série de associações de homens de cor e órgãos de imprensa negra. Em 1931, foi criada em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB) que tinha como intuito disseminar a união política e social do povo negro⁷². Mesmo com a implantação do Estado Novo e o endurecimento de Vargas no período, muitas entidades sociais se mantiveram ativas. Existia naquele momento, entre os intelectuais e lideranças negras, uma fusão da luta de classes e luta de raças que pensa a condição do negro pela sua situação proletária (FLORES, 2007). Conforme

⁷² De acordo com Elio Chaves Flores (2007), só a aprovação dos estatutos da FNB contou com a presença de mais de 2 mil negros, o que demonstra que era um movimento de fôlego, com grande participação popular.

observa Elio Flores: “A memória negra sobre o Estado Novo ainda parece ser muito fragmentada e, não raras vezes, se mistura com o mundo do trabalho e da militância política” (2007, p. 508).

Não há registros de que Almerinda tenha feito parte da FNB ou de qualquer outra associação negra. No entanto, como aponta a pesquisa de Adelle Sant’anna (2011), especificamente em Madureira, no Rio de Janeiro, integrantes da Frente Negra Suburbana de Madureira não se organizavam restritivamente em associações que tivessem um cunho identitário racial mais acentuado, atuavam em diferentes frentes como a Ala Moça do Brasil, comandada por Almerinda⁷³. Evidencia-se que o bairro de Madureira era um território de confluência de várias lutas, onde os sujeitos negros assumiam múltiplos posicionamentos e onde possivelmente as militâncias proletária e racial se misturavam. Supomos que se Almerinda não fazia parte de nenhuma associação negra, ao menos ela estava ciente do debate contra a discriminação racial e de valorização da negritude que a FNB propunha naquele momento.

Nos depoimentos de história oral, Almerinda não fala sobre questões raciais. Acredito que isso se deva mais ao fato de os entrevistadores não tocarem no assunto do que a uma falta de interesse da memorialista. Mesmo assim, a temática negra surge com muita potência em sua produção intelectual mais relevante. Trata-se do livro de poemas *Zumbi*, escrito e lançado por Almerinda em 1942. O livro se inicia com o poema que dá nome ao livro. Nele, Almerinda associa beleza à negritude e exalta a bravura e a postura de não subserviência do líder de Palmares. Abaixo, um trecho do poema (GAMA: 1942, p. 9):

Arrebatado das florestas africanas
E trazido para aqui
Pelo negreiro
Traíçoeiro,
Aquele negro belo
Como um Otelo

⁷³ Como mencionamos no capítulo 1, há registros de que a Ala Moça do Brasil se reunia em endereços do Centro Cívico 4 de novembro na rua Carolina Machado, nº 454 e Rua Itaúba, nº 35, ambos em Madureira. Segundo a pesquisa de Adelle Sant’anna (2011), na Rua Itaúba, nº 35, também funcionava a escola criada pela Frente Negra Brasileira do Rio de Janeiro, como mostram os registros do Estatuto da entidade publicado no Diário Oficial e em documentos da instituição.

Chamava-se Zumbi
Ao sentir o travo
Do cativo
Na terra brasileira
Mostrou que não nascera
Para ser escravo
Trazia da mata virgem
Todas as liberdades
Que explodiam, em revoltas
Nas senzalas das herdades
E Zumbi que encarnava a pujança
De toda uma raça mansa,
O negro mais viril
Que pisou o Brasil,
Não dobrou o torso,
Não curvou o lombo
Ao chicote de nenhum fidalgo
Foi fundar nos Palmares,
O maior quilombo.

Outro escrito seu em que a temática aparece é o artigo intitulado *Raça*, publicado no jornal catarinense *A Notícia* em maio de 1938, portanto no cinquentenário da abolição no Brasil⁷⁴. No artigo, Almerinda registrou suas impressões sobre a discussão racial no país. Ao mesmo tempo em que rejeita a superioridade intelectual ou física de brancos sobre negros e mestiços, Almerinda adota um tom apaziguador, apregoando que no Brasil não havia conflitos de raça. O artigo enaltece a miscigenação e a diversidade das raças no país.

É perceptível que o texto está embebido do discurso da democracia racial, difundido pelo pensamento de Gilberto Freyre. Lançado em 1933, *Casa Grande e Senzala*, a obra mais famosa de Freyre, apontava a diversidade cultural brasileira e enfatizava que a herança da escravidão tinha resultado em relações raciais harmônicas no seio da sociedade brasileira, negando a realidade do racismo. Nesse contexto, a mestiçagem que até então era um problema, passava a ser considerada uma solução. Segundo Nancy Stepan, “a comunidade imaginada do Brasil negava a realidade do racismo no país e exaltava as possibilidades de harmonia e unidades raciais” (STEPAN, 2014, p. 177).

Para exemplificar seu pensamento, Almerinda utiliza duas alegorias: na primeira, um garoto que vai com o pai assistir a uma corrida de cavalos no Jockey

⁷⁴ GAMA, Almerinda. “Raça”. *A Notícia*. Joinville: 01/05/ 1938, p. 7.

Clube fica feliz ao se dar conta de que o cavalo que escolhera aleatoriamente para apostar leva a melhor no turfe. Encantado com a agilidade do *pursang* que ganhara a prova, o menino questiona o pai o porquê de não se criarem cavalos de raça para o serviço no campo. O pai explica que embora belos e rápidos, esses cavalos não se prestam à carga. “Para aquele serviço só mesmo os nossos pacíficos e pachorrentos burros”, diz o pai. O menino, então, afirma ter perdido o interesse nos cavalos de raça e chega a seguinte constatação: “Os nossos burros são muito mais úteis!”.

Na segunda alegoria, um menino conta que um colega fez pouco caso do cãozinho vira-lata que ele acabara de ganhar, comparando-o ao seu cachorrinho *Lulu*, de raça. Desapontado, o menino retorna para casa e ouve do pai que mesmo entre os vira-latas “encontravam-se muitos cães de excelentes qualidades, amigos, de seus donos, fiéis e dedicados”. A criança passa a achar valor, então, em seu cãozinho e chega à conclusão de que cada raça tem suas virtudes especiais. “Nenhum deles, porém, tem merecimento pela cor do pelo. Um cão branco não é por esse motivo superior a um cão preto”, afirma a criança.

Ao final do texto, a voz de Almerinda assume a narrativa e conclui:

Os homens também são assim. Há raças variadas. Cada raça tem suas qualidades peculiares, quer seja sob o ponto de vista físico, quer seja sob o ponto de vista moral. Umas e outras necessitam-se e completam-se. Como poderia o pobre do homem branco lavrar as terras africanas, se a sua pele não resiste ao sol? Exposto á incidência do sol tropical, recebe queimaduras de terceiro grau como se tivesse recebido um banho de água fervente. A pele fica toda empolada. Só o negro resiste com galhardia. O nosso índio – de raça vermelha ou amarela – conforme queiram afirmar os cientistas, traz consigo a altivez e o sentimento da liberdade. [...] No Brasil, se reconhece o valor do individuo sem levar-se em conta a raça a que pertence. E os maiores valores nacionais não têm sido de raças puras, mas de mestiços bem caldeados e negros.⁷⁵

Percebe-se no artigo o quanto Almerinda tentava responder, à sua maneira e a partir de sua própria experiência, como cidadã negra que possivelmente vivera uma infância e juventude sob estigmas de raça, à visão negativa do mestiço inútil e preguiçoso, atribuindo-lhe valor. O texto é revelador também do alcance que a ideologia da democracia racial havia atingido em tão poucos anos de disseminação

⁷⁵ GAMA, Almerinda. “RAÇA”. *A Notícia*. Joinville: 1/5/1938, p. 7

e de que modo ele interferiu na construção de identidade racial de Almerinda, na percepção que ela tem de si mesma.

Ao refletirmos sobre a identidade racial de Almerinda, pensamos sobre seus não-ditos: silenciar sobre essa questão seria uma maneira de não reviver lembranças dolorosas ou fugir da negritude seria uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade tão profundamente marcada pelo racismo? Em pelo menos dois de seus depoimentos de história oral concedidos a terceiros em ocasiões diferentes, uma em 1984 e outra em 1991, percebemos silêncios, lacunas e interrupções sobre o tema.

Para fins de elaboração de sua pesquisa que discute o processo histórico da formação da identidade de classe dos trabalhadores brasileiros e que resultou no livro *A Invenção do trabalhismo* (2005), Angela de Castro Gomes, com a colaboração de Eduardo Stotz, entrevistou velhos militantes, aqueles que tiveram atuação política na Primeira República, mas que não figuravam nas altas cúpulas das lideranças trabalhadoras. Almerinda foi uma das pessoas ouvidas. Na entrevista feita em 1984 e que teve quatro horas de duração, Almerinda passeou entre as memórias da infância, as cidades onde viveu, recordou sua atuação política e, em especial, falou da sua atuação junto ao proletariado brasileiro no contexto dos anos de 1930.

Relembrando a obra de Halbwachs (2013) que sugere que no trabalho da memória muitas lembranças surgem a partir da provocação de outros, é possível dizer também que muitas lembranças continuam adormecidas, porque ninguém nos provocou lembrá-las. Almerinda não fala sobre a questão racial porque hesita, porque o assunto não lhe dizia respeito, ou simplesmente porque não foi perguntada a respeito? Difícil saber.

Há uma outra ocasião em que em vez do silêncio de Almerinda, há uma interrupção sobre o assunto. Em um depoimento no curta metragem *Memórias de Classe* (1989), dirigido pelo cineasta Joelzito Araújo, Almerinda recordou sua atuação na militância operária e falou um pouco sobre a educação familiar que recebera. Ao rememorar o pai, ela deixou uma questão no ar (MEMÓRIAS, 1989, grifo nosso):

Minha infância transcorreu dentro de muito amor e muita harmonia. Meu pai não batia, não repreendia, não puxava a orelha, tudo que ele queria era pela conversa. Ele dizia: papai não quer isso, não gosta disso. E nós, pelo amor pra fazer alguma coisa que papai não gostasse. E assim, eu fui criada. Isso é que marcou para mim: o amor, **o respeito pela minha pele, pelo meu físico, ser bem tratada** o que me gerou depois um incidente na maturidade, ou na juventude, assim direi, que depois eu passarei a falar quando falarmos do movimento sindical.

Há neste trecho de depoimento alguns elementos que nos chamam atenção. Primeiramente, a ênfase na figura paterna. Percebe-se o forte elo entre Almerinda e o pai e a influência que ele teve em sua vida e escolhas. Há quase que um silêncio sobre a figura da mãe.

Em segundo lugar, destaco o ensinamento do pai que tinha lhe marcado profundamente: o amor e respeito pela “pele” e pelo “físico”. Há aqui uma possibilidade interpretativa: o que o pai estava tentando inculcar, não seria necessariamente o respeito ao corpo nos aspectos ligados à honra e à pureza feminina, e sim à autoaceitação de sua pele, de sua cor, que certamente seria lida como um defeito em uma sociedade racialmente estratificada? É possível que a ascensão social tenha servido para branquear a família de Almerinda diante da sociedade alagoana e paraense e tenha evitado alguns incômodos. No entanto, as características físicas pelas quais negras e negros são identificados e discriminados ainda estão presentes: a cor da pele, a textura do cabelo, as feições do rosto.

Por causa da miscigenação, a população negra brasileira possui uma grande variedade cromática e mesmo aqueles que não possuem a pele retinta, não estão imunes às violências raciais. Quando Júlia Gama Martins, a irmã de Almerinda, morreu em 1921, aos 24 anos de tuberculose, o obituário do jornal não teve dúvidas de como classificá-la: “alagoana, parda”⁷⁶.

Um terceiro apontamento que levanto a partir do depoimento de Almerinda no filme *Memórias de Classe* é que depois de citar o assunto a respeito da pele, ela introduz o episódio de um “incidente” que teria vivido sobre este tema no movimento operário. No entanto, não consta na versão final do curta-metragem a continuação do relato do tal episódio. É impossível saber se Almerinda não concluiu o assunto, ou se este relato foi descartado na montagem final, infelizmente.

⁷⁶ REGISTRO Civil. *Estado do Pará*. Belém: 21/05/1921.

Entre aqueles que conviveram mais intimamente com Almerinda, há divergências sobre se Almerinda era negra, mas há consenso de que ela não era uma mulher branca. Na pesquisa de campo para este projeto, entrevistei em Caraguatatuba (SP), Alana Mara Batista, a amiga mais jovem que Almerinda acolheria como filha. Ao questioná-la sobre como era Almerinda fisicamente, ela me diz: “Ela era mulata. Ela se chamava de mulata. Era isso que ela gostava de ser chamada, de mulata – porque, realmente, ela é a mistura, ela falava ‘uma mistura do negro com um branco’”⁷⁷.

No dia que entrevistei Alana, estava também presente Juliana Leite de Souza, filha de Alana e, portanto, neta de criação de Almerinda. Para ela, a avó carinhosa que virava uma fera quando a menina deslizava no português, tinha características físicas que se assemelhavam a dos indígenas: “Ela era muito queimada do sol do Rio de Janeiro. Agora, mas ela era muito queimada, mas não era branca, era da cor da minha mãe, assim, uma mais índia né? Parecia mais uma índia”⁷⁸.

Os pontos de vista familiares sobre a identidade racial de Almerinda são particularmente reveladores sobre a dificuldade de identificação racial em um contexto de miscigenação. Pelo relato daqueles que conviveram tão intimamente com Almerinda, era óbvio que ela não era lida socialmente como uma mulher branca.

Percebe-se, a partir das lembranças familiares, que Almerinda carregava consigo uma “mistura” que transitava no espectro racial. *Morena, parda, morena jambo, café com leite, mulata* e todas as outras expressões têm sido apontadas como pseudoclassificações para tentar “amenizar” os traços que a nossa cultura associa à descendência africana. Uma tentativa de abrandar os estigmas que carregam os de pele não-branca. Ainda, de acordo com Sueli Carneiro, esta categorização serviu para hierarquizar as mulheres negras e para afastá-las de suas identidades:

⁷⁷ Recorro às depoentes neste momento apenas para aprofundar a discussão sobre a questão racial em Almerinda. Apresentarei melhor essa família que Almerinda formou no Capítulo 3. Ver: DE SOUZA, Alana Mara Batista; LEITE, Juliana Souza. Alana Mara Batista: depoimento. Caraguatatuba, 24 e 25 de julho, 2019. Depoimento a Patrícia Cibele da Silva Tenório.

⁷⁸ Ibid, 2019

Essas identidades criadas com base num espectro cromático que vai da preta à mestiça, passando por mulatas, pardas, morenas-jambo e tantas outras designações utilizadas em nossa sociedade, promovem, como já colocado em outros artigos, em primeiro lugar a fragmentação da identidade racial negra, o que tem por função política escamotear a importância populacional dos negros e de seus descendentes na população do país e enfraquecer politicamente o grupo negro, impedindo sua unidade. Em segundo lugar, estabelece outra hierarquia, tornando as mais escuras as mais desvalorizadas dentre o conjunto das mulheres, e as negras mais claras, o objeto sexual de segunda categoria mais valorizado. (CARNEIRO, 2019, p. 154)

As depoentes também identificaram Almerinda como uma pessoa de ascendência indígena. É desta maneira que Juliana “justifica” a pele escura da avó. A historiadora Elaine Rocha (2006) propõe um debate sobre esta prática, difundida no final do século XIX e que atravessa o século XX, que é a de associar a herança familiar à ancestralidade indígena. Na impossibilidade de ser branco, recorre-se a ancestrais indígenas, o que seria menos vergonhoso do que ter parentes negros. A construção do índio brasileiro como um personagem mítico difundido nos romances de José de Alencar ou nos poemas de Gonçalves Dias serviu para criar uma imagem idealizada do ancestral brasileiro que fugia da herança colonial portuguesa e da ligação com africanos escravizados. Afirmar-se como tendo ascendência indígena justificaria a pele mais escura, afastava toda a suspeita de parentesco com escravo ou ex-escravo e trazia ainda a benesse de estar associado a um ancestral forte e corajoso (ROCHA, 2006, 215):

Ao abraçarem a herança étnica indígena, os brasileiros celebravam sua nacionalidade, ao mesmo tempo que se diferenciavam dos portugueses e estrangeiros, que não partilhavam do ancestral ideal, e principalmente, dos negros, cuja relação com a escravidão remete à submissão e a uma ausência de bravura, por um lado, e a uma imagem de marginalidade e criminalidade muito presente no pensamento popular.

Mesmo possuindo o “privilégio” de ter a pele mais clara, o que significaria de alguma forma ser mais “agradável” aos olhos da branquitude e, por isso, ser tolerada em seu meio, Almerinda, ao que tudo indica, vivenciou episódios de discriminação racial. Relatamos anteriormente a ocasião em que Almerinda secretariava um dos congressos feministas organizados pela federação, quando Bertha solicitou que ela

se retirasse da mesa. Almerinda conta ter ouvido de Bertha o pedido: “Você não me leve a mal, eu vou botar uns medalhões na comissão executiva para satisfazer as vaidades” (GAMA, 1984, p. 49). Ao que Almerinda respondeu: “Prontamente”. Saiu e entregou seu lugar a outra colega. Não há relatos sobre episódios explícitos de racismo no seio da FBPF, mas esta situação, por exemplo, faz-nos pensar se não havia ali um “racismo cordial” ou mais discreto.

Quando afirmamos que Almerinda era uma mulher entre fronteiras, vamos além do entendimento usual do espaço que separa dois lugares ou duas culturas, ou das suas vivências enquanto sujeito que deixou sua terra natal para recomeçar sua trajetória em outros territórios. Por vezes, as fronteiras identitárias e culturais se entrecruzam e criam uma nova localização social para nossa protagonista. Homi Bhabha (2013) denomina este local como um “entre-lugar”, onde a soma das singularidades e das diferenças culturais formam novos sujeitos. Aqui, articulo o encontro destas avenidas indenitárias de classe, gênero e raça usando o conceito de interseccionalidade como ferramenta de análise.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela pesquisadora negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (1994) ao perceber que, em determinadas situações, há uma intersecção entre diferentes identidades sociais que se articulam e resultam em múltiplas formas de opressão. Almerinda encontra-se justamente neste lugar em que sistemas de subordinação, como o racismo, o patriarcado e o capitalismo, sobrepõem-se. As condições de classe social, raça e gênero aparecem como uma composição intrincada na vida de Almerinda e merecem ser pensadas não de maneira isolada.

Crenshaw utiliza a metáfora do encontro de avenidas em que as “vias” de raça, classe e gênero sobrepõem-se e se cruzam. De modo frequente, são as mulheres negras que estão no meio dessa encruzilhada onde as estruturas de opressão se encontram e, por isso, são elas as mais atingidas. Como aponta Gayatri Spivack: “Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (2010, p. 85). Entendendo isso, busquei enxergar a trajetória de Almerinda sob a lente da interseccionalidade, compreendendo, como aponta Joan Scott (1990), que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos: classe, raça e gênero. A partir de tal sensibilidade analítica, é possível fazer considerações sobre os abismos que se estabelecem entre as

realidades e as experiências de Almerinda e suas colegas da Federação Brasileira pelo Progreso Feminino.

Nas décadas de 1920 e 1930, “sufragistas” e “feministas” eram quase que sinônimos, já que no topo das reivindicações do movimento feminista está a extensão do voto às mulheres. Ambos os termos eram carregados de significado. No universo simbólico das representações, a imagem da feminista/sufragista é construída socialmente a partir de estereótipos depreciativos. Para Stuart Hall (2016), representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para produzir sentido. As palavras, os gestos, as imagens que são usadas para representar algo estão impregnadas de significado. Os que detêm o poder de representação no campo da cultura também detêm o poder de classificar e atribuir sentido para pessoas ou grupos subordinados e excluídos. Foi assim que os jornais utilizaram representações textuais e imagéticas para classificar as feministas, afastando-as dos ideais de feminilidade, beleza e recato aceitáveis à época. Na imprensa, as sufragistas/feministas eram retratadas como feia⁷⁹, velhas horrendas⁸⁰, masculinizadas⁸¹, extremadas e espalhafatosas⁸², ex-mulheres⁸³ ou aquelas que não conseguiram arrumar marido⁸⁴. Portanto, quem seguia Bertha Lutz e participava do movimento organizado de mulheres, tinha que lidar com críticas e estigmas. Almerinda nos fala um pouco sobre isso (ALMERINDA: 1991):

Ela (Bertha) era ridicularizada porque defendia os direitos da mulher, a igualdade da mulher. Achavam que ela queria ser igual a homem, queria fazer e acontecer, não apoiavam as ideias de Bertha. Ela era formada pelo Sorbonne, era diretora desse museu, por concurso, essa da Quinta da Boa Vista, era filha do Adolfo Lutz, grande mestre. Quem a seguisse não era bem vista, porque achavam que as mulheres estavam querendo ser igual a homem.

Portanto, quem participava da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, poderia receber olhares tortos em seus ciclos sociais. Os estigmas surgiam, porque

⁷⁹ CASTRO, Augusto. A Bengala. *A Maça*. Rio de Janeiro: 23/07/1927.

⁸⁰ AS mulheres na Academia. *Fon Fon – Semanário Alegre, Político, Crítico Espusiente*. Rio de Janeiro. Edição 021, 1923.

⁸¹ TURGOR. A Mulher na China. *O Careta*. Rio de Janeiro: 1937.

⁸² KEY, Ellen. Perfis Internacionais. *Fon Fon*. Edição 28. Rio de Janeiro: 1926.

⁸³ PORTELA, Bastos. Os Homens e as Mulheres. *Fon Fon*. Rio de Janeiro: 12/03/1932.

⁸⁴ A guerra dos sexos na Inglaterra. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: 25/10/1924.

as feministas questionavam a privação de direitos imposta às mulheres pelo modelo de família e de feminilidade próprio da sociedade burguesa. Os valores familiares eram considerados fundamentais para o bem-estar da nação e cabia à mãe/dona de casa honrada cuidar com zelo de cada um dos membros da família. As mulheres viviam sob o peso da ideologia patriarcal e eram alvo direto de médicos, juristas, legisladores que utilizavam os caminhos institucionais para ordenar a nação por meio de controle social direto ou por caminhos indiretos com a “difusão de papéis, imagens sociais e sexuais a serem valorizados ou marginalizados” (ESTEVEES, 1989, p. 30).

Contudo, como sabemos, mulheres não são uma categoria única e universal. Nós, mulheres, possuímos uma infinidade de existências. É preciso refletir que de dentro desta ordem de violência de gênero, que concebe a mulher como incapaz que deve se submeter ao domínio masculino, surgem ordens de outra natureza, como a racial e a de classe, as quais colocam mulheres pobres e/ou negras, em posição de inferioridade em relação a mulheres brancas e/ou ricas. A partir do raciocínio interseccional, reconhecemos que dentro do gênero mulher há aquelas que conheceram e conhecem uma existência ainda mais dura. São elas, as mulheres das camadas mais populares e de minorias étnicas, as que estavam distantes dos debates das organizações feministas.

Não restam dúvidas de que as líderes da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino eram mulheres brancas com privilégio de classe. Ao começar a frequentar a FBPF, Almerinda logo se deu conta disso. As primeiras com quem ela teve aproximação foram, além de Bertha, a engenheira Carmen Velasco Portinho, a médica Luiza Sapienza, a poetisa Maria Sabina de Albuquerque e Beatriz Pontes de Miranda, esposa do jurista Francisco Pontes de Miranda. Só na amostra desse pequeno grupo de associadas, fica evidente qual era perfil das mulheres que estavam à frente da FBPF: eram oriundas de famílias de renome, tinham profissões de prestígio e situação financeira confortável. No quadro de associadas figuravam enfermeiras, funcionárias públicas, jornalistas, estudantes e principalmente professoras⁸⁵. Operárias, empregadas domésticas, costureiras ou auxiliares de

⁸⁵ Conforme mostram os formulários de adesão do II Congresso Internacional Feminista, realizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no Rio de Janeiro. Nota-se que há dois modelos de ficha para a inscrição para o evento, em um deles, o campo “profissão” não aparece. Mesmo no modelo de formulário em que há o campo profissão, muitas mulheres o ignoram ou apenas traçam um risco no lugar. Entendemos que eram mulheres donas de casa. Entre estes formulários há apenas

escritório como Almerinda eram poucas, conforme ela mesma relatou: “De classe baixa muito poucas, era a classe média inferior, mas quase sempre nós tínhamos, por exemplo, a Baronesa de Bonfim era uma das nossas sócias” (GAMA, 1984, p. 59).

Embora Bertha e a FBPF fossem engajadas na elaboração de leis trabalhistas que beneficiassem as mulheres no contexto da formulação da legislação social brasileira, buscando melhores condições para a mulher operária além das questões relacionadas à proteção de grávidas e crianças, a relação com a luta dos trabalhadores era marcada por seu caráter assistencialista. O movimento feminista foi, por diversas vezes, alvo de críticas por tratar destes assuntos sem incluir no debate as próprias mulheres das classes operárias. Como exemplo dessas tensões, destaco alguns dos acalorados debates do II Congresso Internacional Feminista, realizado no Brasil em junho de 1931.

Os salões do Automóvel Club, localizado na Rua do Passeio, no Rio de Janeiro, estavam cheios de filiadas e simpatizantes ávidas para ouvir as falas das líderes do movimento e das convidadas que participariam do encontro. Para garantir o número máximo de representantes estaduais, a FBPF deu seu jeito: Almerinda foi apresentada como delegada de Alagoas, seu estado de origem onde não pisava há mais de vinte anos. Aquele mesmo espaço havia abrigado o Primeiro Congresso Internacional Feminista, realizado em 1922, que contou com a presença ilustre da sufragista norte-americana Carrie Chapman Catt. Agora, em sua segunda edição, a assembleia feminista fervia, como apontam os jornais da época. Os últimos dias tinham sido de debates tempestuosos. Não foi diferente em 25 de junho, terceiro dia de evento, quando a então secretária da FBPF, Conceição Andrade de Arroxelas Galvão, teve uma carta sua lida no plenário. O texto era direcionado à Bertha Lutz e à Ilka Labarthe, representante do Rio Grande do Sul no Congresso.

Na carta, Conceição expressava sua revolta pelo fato de não concordar que em uma época de penúria como a que, segundo ela, atravessava o país, houvesse

espaço para que as feministas pensassem em “luxo e em divertimentos”⁸⁶. Conceição apontava a incoerência de tratar de problemas que se relacionavam com o elemento operário sem que se consultasse os “verdadeiros líderes desta classe que conhecem as suas necessidades e sabem defende-la quando de direito”. Conceição ainda sinalizou outro problema: o hábito de ser negada a palavra a muitas das congressistas. Por fim, alegando saudades dos momentos de idealismo, Conceição Andrade pediu demissão do cargo de secretária e apresentou a desistência de seu mandato como delegada do Congresso. “Vejo claramente que já não podemos caminhar pela mesma trilha”, lamentou⁸⁷.

Na mesma ocasião, a delegada da União dos Empregados do Comércio, Permínia Magdalena Costa, apontou os muitos problemas enfrentados pelas trabalhadoras do setor. Desculpando-se pela falta de brilhos literários em seu discurso, Permínia defendeu um “reajustamento” entre as medidas defendidas pelas mulheres em situação confortável e as medidas defendidas pelas mulheres pobres, aquelas que, sem amparo para viver, necessitavam trabalhar em escritórios, lojas comerciais, ateliês de costura ou em qualquer outro ofício. Para ela, a campanha feminista deveria estar engajada em pressionar o governo por melhores condições para as muitas empregadas em casas comerciais que trabalhavam em circunstâncias insalubres, recebendo comissões insignificantes sobre os artigos vendidos “ao invés de ordenados mensais compatíveis com a natureza dos seus trabalhos”⁸⁸. O descontentamento com os setores do comércio que exploravam as mulheres deveria se converter em um chamamento por parte das feministas a um boicote aos estabelecimentos comerciais e industriais que exploravam as trabalhadoras e que relegavam a mulher a um plano inferior ao homem.

As questões levantadas por Conceição e Permínia são ilustrativas das tensões existentes no seio do movimento. Conceição sugere que a direção da FBPF

⁸⁶ SEGUNDO Congresso Feminista Internacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 26/06/ 1931, p. 1 e 4.

⁸⁷ Na tentativa de abafar a repercussão que as denúncias de Conceição Arroxelas Galvão tiveram, a FBPF publicou no *Diário de Notícias*, dois dias depois, em 27 de junho de 1931 uma carta-resposta alegando que os motivos apontados pela renunciante não procediam. A carta que que é assinada por Bertha Lutz, Maria Eugenia Celso, Carmen Portinho, Alice Coimbra e Ormindia Bastos, nega que houvesse no meio da federação preocupações com luxo e afirmando que as trabalhadoras do comércio foram sim convidadas para o congresso. Ver: SEGUNDO Congresso Internacional Feminista – O caso Arroxelas Galvão – Plenário de Educação. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 27/07/1931.

⁸⁸ SEGUNDO Congresso Feminista Internacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 26/06/1931, p. 1 e 4.

controlava quem eram as mulheres que podiam se manifestar publicamente ao dizer que existia o hábito de se negar a palavra a algumas associadas. Permínia se desculpa pela sua oratória simples, o que pode sugerir o alto nível de eloquência e erudição das mulheres que se manifestavam publicamente nos encontros feministas. Teriam as trabalhadoras iletradas espaço de fala nesses encontros? Mais que isso: elas faziam parte do contingente de associadas que participam da discussão em torno da independência econômica, social e política da mulher? Tudo indica que não.

É fato que o movimento feminista fez da pauta de um subconjunto de mulheres a pauta “das mulheres”, ignorando o lugar que outras delas ocupavam na sociedade brasileira. Fica evidente que Bertha e suas companheiras não conseguiram atravessar as barreiras de classe para construir uma estratégia de ação solidária comunitária, com a participação dos movimentos de trabalhadores. A aproximação com as mulheres das camadas mais populares era feita dentro de determinados limites ideológicos. Sendo assim, os esforços feitos em nome de um grupo de mulheres negligenciaram, por diversas vezes, a localização interseccional e as experiências de outras que não puderam falar por elas mesmas. Só para se ter uma ideia, o Censo de 1940 aponta que a maior parte das brasileiras acima dos 10 anos se enquadrava em uma categoria denominada “atividades domésticas e atividades escolares”, 73% do total⁸⁹. Seguida de “atividades agrícolas” com 8%; “serviços, atividades sociais” – categoria que contemplava, por exemplo, ocupações ligadas à hospedagem e atividades culturais – 3%; e a “indústria de transformação” com 2%⁹⁰. Embora a FBPF estivesse empenhada na arena política em lutar por melhores condições sociais para essas trabalhadoras, fazia isso sem a participação

⁸⁹ Chama a atenção o número elevado de mulheres na categoria “atividades domésticas, atividades escolares”. Eram, segundo o Censo de 1940, 10.725.275 mulheres. Sendo que dentro deste grupo, 86% desempenhavam atividades domésticas não remuneradas, 5,1%, atividades domésticas diversas remuneradas e 8,8% nas atividades escolares discentes. O percentual das atividades principais desenvolvidas por mulheres com mais de 10 anos de idade, dentro do ramo designado “atividades domésticas, atividades escolares” foi calculado a partir da tabela 32, página 41, Volume II do Censo de 1940. Ver: CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 32, p. 41.

⁹⁰ O percentual das atividades principais desenvolvidas por mulheres com mais de 10 anos de idade, nos diversos ramos categorizados pelo Censo, foi calculado a partir da tabela 29, página 34, Volume II do Censo de 1940. Ver: CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 29, p. 34.

das interessadas.

Susan Besse (1999) afirma que, em sua grande maioria, as feministas resistiram cruzar a fronteira de classe, porque estavam imbuídas de temores, preconceitos e tinham uma postura maternal em relação à classe operária. Iam às ruas para lutar por igualdade de gênero, mas não convidavam, nem mobilizavam, as empregadas domésticas que mantinham suas casas em ordem. Mesmo outras categorias de trabalhadoras assalariadas, como professoras, funcionárias públicas, enfermeiras e datilógrafas que figuravam entre as associadas, não tinham poder de decisão na FBPF. Susan Besse destaca que, se por um lado, existia essa incapacidade e/ou falta de interesse em diminuir a distância entre as classes – o que era um limitador das possibilidades de organização e mobilização – por outro lado, o fato de não existirem elementos da classe operária naquele grupo formado por mulheres “respeitáveis” de classe média e alta, “era conveniente ao propósito de manter a imagem de inatacabilidade oral e de refinamento, sem dúvida importante para conquistar o apoio dos políticos liberais do sexo masculino” (BESSE, 1999, p. 196).

Para Teresa Marques (2016b), o movimento político feminino evitava bater de frente com a Igreja, que à época era uma poderosa força eleitoral, e com integrantes do governo. Em 1931, Getúlio Vargas recebeu no Palácio do Catete uma comitiva de delegadas do II Congresso Internacional Feminista e, na ocasião, deixou-se fotografar ao lado delas e fez falas elogiosas às feministas. Segundo Marques (2016, p. 36), procurando atender as expectativas de bom comportamento, durante o congresso, a federação abriu “espaço para teses sobre assistência social profissionalizada e considerações sobre o modelo de boa mãe de família, evitando temas espinhosos, como as condições de vida das operárias”.

Embora as feministas da primeira onda no Brasil tenham alcançado diversos êxitos, sendo o principal deles o direito das mulheres sufragarem, é evidente que as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências das sufragistas foram limitadas para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentavam obstáculos diferentes (CRENSHAW, 1994). Prova disso é que até 1988, homens e mulheres analfabetas estavam proibidas de ir às urnas.

Almerinda e as associadas da FBPF tinham em comum a busca de igualdade jurídica e de igualdade salarial para homens e mulheres que ocupavam o mesmo emprego. Embora estivessem pelejando no mesmo campo minado, Almerinda e as

suas companheiras tinham experiências individuais muito distintas. Há muitos modos de experimentar a vida enquanto mulher e Almerinda sabia bem disso.

Vivenciando o duplo papel de militante do movimento feminista e de mulher que dependia do seu próprio trabalho para viver, Almerinda explicitou a Bertha em mais de uma ocasião as dificuldades que a vida real impunha-lhe e que ditavam os limites de sua participação nas atividades da FBPF. Uma carta escrita por Almerinda para Bertha, em 24 de agosto de 1934, exemplifica isso:

Bertha, boa tarde

Falei com o Dr. Chagas, perguntando-lhe qual situação ele dava ao teu pedido. Respondeu-me que isso ficava para o Dr. Souza Araújo responder. Várias vezes eu já conversara com este último a respeito do nosso caso e ele mostrava a impossibilidade do Centro dispensar-me. Com a resposta do Dr. Chagas que não é claramente uma autorização, ele me disse que não faria embaraços a minha ida, não obstante manter a opinião anterior. Não que também não é do agrado do Dr. Chagas o meu afastamento, que talvez me seja prejudicial, visto ser uma simples contratada, e há três meses apenas. Quanto à requisição de passagem, de maneira nenhuma poderia ser feita pelo Instituto, visto que não sou funcionária do mesmo, e sim do C.I.L que é fundação autônoma. Sei que Maria Luiza e D. Beatriz Pontes de Miranda estão providenciando para conseguir-me passagem gratuita ou com abatimento, e eu lhes sou sinceramente grata por todo esse interesse. Mas esse problema econômico é me insolúvel por várias faces. Estamos às portas da Convenção, e eu não estou aparelhada a empreender uma viagem com guarda-roupa próprio, por modesto que seja. Bem sabes que meus recursos limitam-se ao ordenado, sempre consignado às despesas habituais, agravando-se a situação presente com o fato de ser fim de mês. Uma viagem qualquer acarreta ainda despesas eventuais, contribuindo tudo isto para me deixar seriamente endividada. Agradeço, Bertha, toda boa vontade e esforço que empregaste para proporcionar-me essa ida a Bahia, mas como vês, só será possível quando a situação me for mais propícia. Abraço-te, sinceramente agradecida, e perdoa a falta de préstimo da amiguinha.

Almerinda Gama⁹¹

A correspondência de Almerinda para Bertha, ao ser lida com atenção, evidencia alguns possíveis conflitos que não estão explícitos nos relatos orais da alagoana. Primeiro, o mais evidente: o problema econômico. Almerinda não dispunha de recursos extras para fazer política e participar da II Convenção Feminista Nacional, realizada em Salvador (BA). *“Bem sabes que meus recursos limitam-se ao ordenado, sempre consignado às despesas habituais, agravando-se a*

⁹¹ Fonte: Arquivo Nacional, referência: BR AN, RIO Q0. ADM, COR. A934.10

situação presente com o fato de ser fim de mês”. Percebe-se que Almerinda tenta explicar para as colegas que viviam com folga, a dura realidade de quem não podia sequer pensar em gastos extras e precisava fazer malabarismos para que salário esticasse até o fim do mês. Não havia sobra para outras contas ou supérfluos. O dinheiro tinha que ser bem administrado, senão a conta não fechava.

Uma segunda observação: a carta foi escrita em papel timbrado do Centro Internacional de Leprologia (CIL), que tinha sede em Manguinhos, no mesmo lugar onde hoje funciona a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. Tratava-se de um empreendimento do governo brasileiro iniciado em 1934 para o desenvolvimento de pesquisas sobre a lepra⁹². Era um projeto conduzido pelo cientista brasileiro Carlos Chagas, o “Dr. Chagas”, a quem Almerinda se refere na carta. O centro iniciou suas atividades em abril de 1934. Pouco tempo depois, Almerinda entrava para a lista de funcionários da entidade como datilógrafa⁹³.

Chagas integrava o grupo dos cientistas pioneiros de Manguinhos juntamente com Adolfo Lutz, pai de Bertha, de quem era amigo pessoal. Pode-se imaginar que Bertha tenha usado seus contatos para garantir esta posição à Almerinda e, sendo assim, esperava que ela retribuísse a gentileza do emprego com maior envolvimento. Nota-se também a preocupação de Almerinda de que sua ausência para uma viagem, mesmo que sem oposição explícita do chefe, lhe prejudicasse, pois estava há pouco tempo no emprego.

Almerinda ainda revela outro abismo que escancara as diferenças de classe: o medo de que fazer “feio” no encontro, de não estar apresentável por não ter trajes adequadas como os que as feministas usavam: roupas com tecidos nobres e chapéus elegantes. Tudo bem à moda europeia que ditava os usos e costumes nos anos de 1930.

No capítulo anterior, comentou-se sobre os motivos que fizeram com que Almerinda, em 1934, se distanciasse da FBPF. Além de avaliar que o movimento estava perdendo seu fôlego e já tivesse deixado para trás seus dias mais aguerridos, havia outra questão fundamental: Almerinda precisava trabalhar. Em

⁹² Ver CUNHA, Vivian da Silva. *Centro Internacional de Leprologia: Ciência, Saúde e Cooperação Internacional no Brasil do entre guerras (1923-1939)*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro, 2011.

⁹³ Almerinda aparece na lista dos funcionários do CIL, ver “Centro Internacional de Leprologia. Relação dos funcionários técnicos e administrativos”. Fundo Carlos Chagas. BR RJCOCC.06.096. DAD/COCC/Fiocruz.

outra correspondência de Almerinda para Bertha, desta vez para pedir ajuda com uma questão do trabalho, Almerinda inicia a carta explicando como estava a sua vida no momento: “Há muito tempo que não tenho notícias suas, pois me encontro um tanto afastada, devido ao grande acúmulo de serviço”⁹⁴.

Anos depois, quando perguntada sobre seu afastamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Almerinda explicou: “Enveredei na luta por outros caminhos. Porque eu tinha minha própria subsistência” (GAMA, 1984, p. 68). Voltou a comentar o assunto em 1991: “Fui sendo solicitada pra estas coisas, inclusive na minha vida particular, eu tinha que dar um duro!” (ALMERINDA, 1991). Almerinda tentava entender-se com as colegas de FBPF, mas estas pareciam alheias aos obstáculos que enfrentavam as que tinham um cotidiano muito difícil na luta pela sobrevivência. Possivelmente, na divisão das atribuições que cabiam a cada uma delas, fosse exigido um nível alto de comprometimento e presença difícil de ser cumprido por quem tinha uma rotina extenuante de trabalho. Ao longo de pelo menos três anos, Almerinda dividiu-se entre a frente do movimento de mulheres e o cotidiano como trabalhadora assalariada, isso sem falar na vida partidária e na condução da associação Ala Moça do Brasil. Nesse mesmo período, era também estudante de Direito⁹⁵. Há ainda o fato de que Almerinda era uma mulher só, como tantas outras de sua época que dependiam unicamente de sua força de trabalho e da sua capacidade de improvisar sua subsistência para fugirem da pobreza.

Aqui, pensamos o conceito de pobreza como um problema que indica, entre outros fatores, o baixo nível de renda que leva o indivíduo a viver em condições

⁹⁴ Na carta, datada de 21 de junho de 1934, Almerinda informa a Bertha que está novamente trabalhando com Souza Araújo, o seu antigo chefe da Profilaxia Rural em Belém que agora faz parte da equipe de Manguinhos, do Centro Internacional de Leprologia. Almerinda pede a ajuda de Bertha para atender a um pedido de seus chefes: a transferência da professora Maria José de Mello de Cachoeira de Macaé (RJ) para o município de Iguassu, também no Rio de Janeiro. Ao saberem da proximidade de Almerinda e Bertha, os colegas lhe pedem que interceda a favor da professora que se encontrava com um familiar doente. Era comum que Bertha, devido a sua influência, recebesse diversos pedidos de favores. Segundo Teresa Marques, “nos papéis de Bertha, hoje mantidos no Arquivo Nacional e no Museu Nacional, há dezenas de cartas, fichas e bilhetes com pedidos de emprego, de promoção, de empréstimos, de soltura da prisão, todo tipo de demanda anotada meticulosamente em fichas (MARQUES 2016b, p. 57). Ver: Carta e bilhete de Almerinda Farias Gama com pedido de transferência. Arquivo Nacional, referência: BR RJANRIO Q0.BLZ, COR.TXT, A934.3 – Dossiê.

⁹⁵ No panfleto de sua campanha eleitoral Almerinda apresentava-se como “advogada consciente das classes trabalhadoras”. A reportagem do jornal *O Globo*, de junho de 1934, informa que a ganhadora do concurso Repórter – Amador havia sido a “poetisa e bacharelada em Direito D. Almerinda Gama”. Ver: CLASSIFICADA no concurso do Globo uma advogada e poetisa. *O Globo*. Rio de Janeiro: 11/06/1934, p. 1.

socais precárias. A pobreza pode ter uma dinâmica diferenciada entre homens e mulheres, se pensarmos que há maiores obstáculos para o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Entre elas, é menor a possibilidade de transformar trabalho em renda; “quando elas recebem renda têm maior dificuldade em transformá-la em capacidade de decisão; e, quando elas efetivamente tomam decisões, raras as vezes são para aumentar seu próprio bem-estar” (SILVA, M, 2006, p. 20). Por meio do trabalho esgotante da datilografia, Almerinda buscava escapar da pobreza. Empenhava-se para dar conta dos gastos mensais que, por mais modesta que fosse a vida, eram altos na capital federal. Segundo a historiadora Eulália Lobo, o decreto de 24.237, publicado em 10 de julho de 1934, “calculava que a habitação representava em média 25% do salário e a alimentação 25%, restando 50% para transporte saúde, vestuário, calçado, educação e lazer” (LOBO, 1992, p. 83). Enquanto frequentava salões nobres e conhecia figuras da elite carioca na companhia das sufragistas, na sua vida privada, Almerinda tinha que “dar um duro”, o que significava organizar sua própria sobrevivência à custa de muito esforço e trabalho maçante.

Conciliar militância política e sindical, emprego e cuidados com as tarefas domésticas, na dupla jornada que as mulheres da classe trabalhadora conhecem bem, foi ficando cada vez mais inviável. É fato que outras lideranças da FBPF, a exemplo de Bertha Lutz, também trabalhavam, mas contavam com a ajuda de empregadas, o que não era o caso de Almerinda. No entanto, o que parece ser o fato crucial para o afastamento de Almerinda da FBPF é a insensibilidade do movimento organizado de mulheres para com as questões reais vivenciadas por quem trabalhava duro. Almerinda compartilhou suas impressões sobre a Federação: “Na FBPF pesava mais a voz das mulheres da elite, de pensamento pouco sensível aos problemas das mulheres trabalhadoras”, relatou⁹⁶. Em outra ocasião, explicou que esperava que, após a conquista do voto, a entidade encampasse a luta por igualdade em outras esferas: “O principal passo almejado pela Federação do Progresso Feminino já tinha sido conquistado, que era a igualdade política, o voto. Agora, precisava manter essa igualdade sempre junto às classes produtivas”

⁹⁶ Trecho de depoimento de Almerinda, citado por SCHUMAHER, Schuma: Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas. Rio de Janeiro: REDEH, 2004, p. 99.

(GAMA, 1984, p. 94). Como a sua expectativa se frustrou, a situação de Almerinda na FBPF foi ficando insustentável. Era hora de se juntar a uma outra turma.

2.1.2 - Organização e luta: Almerinda no movimento sindical

Parece-nos que a principal razão para o distanciamento de Almerinda da FBPF tem relação com um cansaço com olhar negligente das feministas para as trabalhadoras. Prova disso é o fato de que, neste mesmo período, Almerinda seguiu com suas atividades políticas, diversificando inclusive suas frentes de atuação. Como já mencionamos, em meados de 1930, ela ajudou a fundar o Partido Socialista Proletário do Brasil, esteve à frente da Ala Moça do Brasil e seguia tocando o Sindicato das Datilógrafas, que funcionava de modo precário pela ausência de colegas associadas. Por fim, somou-se ao movimento sindical carioca ao qual passou a prestar assistência técnica. Ou seja, afastava-se do grupo das feministas, mas não cessava sua atuação política.

Desde que fundou o Sindicato das Datilógrafas, Almerinda frequentava a Federação do Trabalho do Distrito Federal, localizada na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. O sindicato era associado à federação. Ali, ao lado dos colegas operários, seria sua nova trincheira de luta. Criada em setembro de 1931, a Federação do Trabalho tinha o propósito de “monopolizar a representação sindical do proletariado do Rio de Janeiro” (STOTZ, 1986, p. 91). Era uma entidade que congregava exclusivamente as organizações sindicais oficialmente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e que servia também como um dos instrumentos do governo para limitar o poder e a autonomia dos sindicatos (LOBO, 1992, p. 86). Entre os principais sindicatos afiliados à federação, estavam o dos professores, dos gráficos, dos portuários e dos marítimos. Segundo Eduardo Stotz (1986), eram categorias sem longa tradição de luta anterior e com dirigentes mais novos.

Como representante do Sindicato das Datilógrafas, Almerinda era delegada da Federação do Trabalho. Ao circular naquele meio, passou a ser uma espécie de referência para as lideranças sindicais. Tinha a bagagem da militância política na FBPF e, sendo uma empregada de cartório, conhecia como poucos os meandros burocráticos. Não demorou para se tornar uma espécie de assistente jurídica da entidade. O cargo não era oficial, mas, na prática, Almerinda se tornou uma figura de apoio para os sindicatos, em especial para as categorias de gente humilde. Como a

dinâmica sindical também é feita de assembleias, ofícios para empregadores, escrita de contratos, todas estas atividades burocráticas. Nem todas as entidades, em especial aquelas formadas por trabalhadores com pouco nível de instrução, tinham conhecimento para executar essas demandas.

Era o caso, por exemplo, do Sindicato dos Operários e Empregados em Empresas de Petróleo e Similares do Distrito Federal. Seu presidente era o pernambucano José Estevam de Assis. Na lembrança de Almerinda (GAMA, 1984, p. 72), tratava-se de um motorista “crioulo (...) sem letras, mas muito inteligente.

Podia não ter formação educacional, mas tinha muito espírito de classe e sabia das condições deploráveis em que trabalhavam os companheiros. Não era incomum que os empregados que limpavam os tanques subterrâneos terminassem o trabalho intoxicados, até mesmo desmaiados. Os que trabalhavam confinados não contavam com instalações sanitárias, não tinham acesso à água potável ou a alojamentos adequados. Este quadro de descaso por parte do empresariado com a salubridade, higiene e segurança dos empregados era quase geral para todo o operariado da época⁹⁷.

Diante de uma série de irregularidades, o presidente do sindicato, que já havia reparado na maneira como Almerinda agia na federação, não hesitou em lhe pedir auxílio: “Companheira, nós queríamos fazer um contrato de trabalho com as empresas aí, mas precisamos elaborar, quer nos ajudar?” (GAMA, 1984, p. 72).

Não há dúvidas de que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi uma verdadeira escola de formação política para Almerinda. Com muita experiência no currículo, agora ela poderia ser útil para outros grupos, daí ter concordado ajudar.

⁹⁷ A historiadora Eulália Lobo (1992) ouviu para a elaboração do seu livro, operários das mais diversas áreas de atuação sobre como eram as condições de trabalho neste período e os relatos apontam para um quadro generalizado de insalubridade, sem condições mínimas adequadas para a realização do trabalho. Segundo Lobo (1992, p. 79-80): “Giovanni Maranhão salientou que nas multinacionais a segurança e a salubridade eram razoáveis, enquanto que nos pequenos estabelecimentos havia descaso pelo trabalhador. Citou o exemplo da Ferramenta Braço, em Vicente de Carvalho, que fabricava enxadas e picaretas e onde o operário trabalhava com o fogo da fornalha pela frente e também apanhando chuva, porque o telheiro não o protegia suficientemente. Heralcides dos Santos referiu-se aos frequentes acidentes com os dedos, a mão e os braços na estamperia, as queimaduras nas fundições e os ferimentos dos olhos por corpo estranho na rebarbação, na fundição, no serviço de caldeireiro e no esmeril e a irritação também nos olhos devido aos gases na galvanização e na cromagem. Já Antonio Emiliano assinala a intoxicação na sessão de pintura. Ainda segundo Emiliano, na metalurgia, os setores de cromagem e niquelagem eram altamente insalubres, não havendo, geralmente, nem ventilação adequada nem proteção contra os gases tóxicos que se desprendiam durante o processo de trabalho. José Maria Cruz também descreve o ambiente de trabalho como altamente poluído. Os gases tóxicos do antimônio e do chumbo, usados no processo gráfico, eram pesados, concentrando-se em pó tóxico junto ao chão, matando os gatos e cachorros e atingindo os trabalhadores”.

No caso específico dos trabalhadores em empresas de petróleo, Almerinda conduziu uma reunião, ouviu as reivindicações e se pôs a colocar no papel as exigências dos empregados. Datilografou um calhamaço que chegou às mãos de Azevedo Brandão, procurador do Ministério do Trabalho, que abriu uma diligência para inspecionar os locais de trabalho.

Esse tipo de auxílio se tornou constante e Almerinda passou a receber uma gratificação do sindicato. Sua função era “redação de ofícios e fiscalização de secretaria” (GAMA, 1984, p. 74). O trabalho garantia uma renda extra e ajudava nas contas de casa. Mesmo sem cargo oficial, Almerinda estava sempre na Federação do Trabalho acompanhada de sua máquina de escrever, a postos para prestar auxílio a quem precisasse. No rol das entidades que contavam com a ajuda da companheira Almerinda, estavam os sindicatos dos guindasteiros, dos *chauffeurs*, padeiros, alfaiates e muitas outras categorias.

Havia também nesse período a convergência entre frentes políticas de que Almerinda participava. Por meio dos periódicos, sabemos que em 17 de fevereiro de 1934, a Ala Moça do Brasil inaugurava em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, o “Gymnasio Almerinda Gama”, um projeto gestado por Almerinda, a partir da Ala Moça, em parceria com o Sindicato dos Carvoeiros, Tropeiros e Lenhadores. A educação, como já mencionado, era um dos principais motes da Ala Moça do Brasil e da campanha de Almerinda ao Congresso em 1934. Havia por parte dos proletários uma preocupação quanto à instrução de seus familiares, em especial das crianças. O público-alvo da escola era, portanto, os próprios trabalhadores e seus familiares, que por uma pequena contribuição poderiam ser alfabetizados⁹⁸. Como informa o *Correio da Manhã*, o terreno e o prédio da escola foram doados pelo Sindicato dos Carvoeiros, Tropeiros e Lenhadores⁹⁹. O centro de ensino, que recebeu o nome de Almerinda como forma de homenageá-la por sua atuação política, contava com um jardim de infância, cursos primários, secundário e comercial e oferecia um determinado número de matrículas gratuitas para pessoas desprovidas de recursos¹⁰⁰.

⁹⁸ Ver: COMBATE ao analfabetismo. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 03/01/1934, p. 7

⁹⁹ INAUGURAÇÕES. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 17/02/ 1934, p. 7

¹⁰⁰ Pelos registros nos jornais, sabemos que Almerinda esteve envolvida na criação da escola, mas quem a dirigia era o professor Laurentino V. Garrido. Não há informações se Almerinda seguiu envolvida com as atividades da escola após sua fundação.

Figura 10: Almerinda Farias Gama e outros em reunião no Sindicato dos Chauffeurs do Rio de Janeiro em 1935.



Fonte: CPDOC – FGV

Muito além do auxílio como datilógrafa e com atividades administrativas, Almerinda prestava aos sindicatos um outro tipo de amparo: utilizava do seu capital político para fazer *lobby* dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho.

Ao atuar junto às feministas, Almerinda conheceu figuras importantes do alto escalão do governo Vargas. Na ocasião da eleição classista, Almerinda teve um primeiro contato com o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Salgado Filho. A essa altura, o leitor já deve saber que nossa protagonista não era tímida e tinha personalidade comunicativa. O conselho um dia dado por Bertha continuava ecoando: “Não podemos perder oportunidades, onde tiver uma brecha, vamos entrando”. Foi assim que Almerinda deu seu jeito de ser apresentada ao ministro. O fato de ter sido a única mulher naquela votação certamente havia lhe colocado em evidência naquele dia.

Em meados dos anos de 1930, a Federação do Trabalho tentava mobilizar os sindicatos para que estabelecessem o cumprimento das legislações trabalhistas que começavam a ser colocadas em prática. Em razão disso, as entidades tinham contato permanente com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Almerinda por diversas vezes atuou como representante dos sindicatos junto ao órgão. Contava com a simpatia do alto escalão do ministério. Era recebida pelos vários

chefes de gabinete que se sucederam na função: Jacy Magalhães, Azevedo Branco, Agripino Nazareth. Todos a recebiam com portas abertas. De acordo com Almerinda, o mesmo tratamento se seguiu quando Agamenon Magalhães assumiu a pasta do Trabalho em julho de 1934. Ao relembrar a sua atuação junto ao Ministério do Trabalho, Almerinda deu ênfase à sua respeitabilidade. É provável que no passado, sua atuação como militante em um meio tão masculino, tenha lhe trazido questionamentos sobre sua honestidade:

Eu notava da parte deles muita simpatia, porque eu era a única mulher militando e não me fazia de *gostosa*, não procurava seduzir ninguém com um sorriso mais bonito e nem tampouco pedia este mundo e o outro. Só pedia aquelas coisas que estavam dentro da lei, não abusava. (GAMA, 1984, p. 79)

Há de se observar que uma distância de mais de 50 anos separa este período de atuação política junto aos sindicatos e o depoimento de Almerinda citado acima. Mesmo tendo se passado muito tempo dos acontecimentos, Almerinda quis explicitar que nunca fez uso de nenhum tipo de comércio sexual para ter suas demandas atendidas junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A fim de manter sua reputação intacta, Almerinda construiu uma imagem fundamentada em autocontrole e discrição. Circulando por ambientes hegemonicamente masculinos, aprendeu a se defender moralmente e até fisicamente. Podia ser pequenina no tamanho, mas não levava desaforo para casa. Um episódio rememorado por ela evidencia isso.

Um companheiro do Sindicato dos Empregados em Fábricas de Chapéus havia sido dispensado do trabalho injustamente e cabia ao empregador o pagamento de uma indenização. Mas, para que a indenização fosse paga, era necessário que o Ministério do Trabalho encaminhasse o processo para a Justiça. O sindicato solicitou a ajuda de Almerinda. Quem retinha o caso no ministério era Mário Bolívar Peixoto de Sá Freire, que foi por muitos anos advogado de sindicatos no Rio de Janeiro e que, em abril de 1932, foi designado oficial de gabinete do ministro.

Na lembrança do militante comunista João Lopes, Sá Freire era “secretário do Getúlio (...) queria controlar os sindicatos”¹⁰¹. Fato é que Sá Freire convocou o empregado demitido, que era também presidente do sindicato, para uma conversa. Mas, escolheu para o encontro não sua sala no Ministério do Trabalho e sim seu escritório particular localizado na Rua 13 de Maio, no centro da capital. Almerinda entendeu que a reunião feita de modo clandestino, longe da esfera oficial, serviria para “comprar” o operário, para o fazer desistir da ação. Decidiu então acompanhá-lo até o escritório de Sá Freire. Questionou a demora na resolução do caso e ouviu impérios do oficial do Ministério do Trabalho (GAMA. 1984, p. 82):

“Eu não sei o que foi que senhora veio fazer aqui, porque eu não a convidei!” Eu voltei-me para o presidente do sindicato e disse: “Eu não disse a você que ele ia me tratar mal, que não ia me querer aqui?” – “É isto mesmo! E digo mais à senhora, se a senhora não fosse mulher eu lhe virava o braço, viu!”. Eu disse: “O senhor pode virar, tem superioridade de sexo, superioridade de força, superioridade física”. Ele como advogado, sabia que tudo isso na lei, no Código Penal, é agravante. Ficou danado, eu dei as costas e saí.

Fez questão de registrar oficialmente a sua indignação. Após deixar o escritório, escreveu uma representação contra Sá Freire relatando o ocorrido e a entregou nas mãos do ministro Agamenon Magalhães. Não se sabe o desfecho da reclamação.

Almerinda era a única mulher presente no cotidiano da Federação do Trabalho. A entidade congregava quase que exclusivamente categorias profissionais masculinas. Uma das estratégias para se preservar nesse ambiente era omitir que fazia parte do movimento feminista. Como citamos anteriormente, as seguidoras de Bertha eram malvistas. As companheiras de FBPF sabiam do vínculo de Almerinda com o movimento operário, mas o contrário não acontecia. Ao relembrar esse período, Almerinda afirmou:

¹⁰¹ Ver o depoimento de João Lopes em GOMES, Angela. Velhos militantes: depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.100.

Eu evitava (falar) para que esta antipatia não se refletisse sobre minha pessoa e não anulasse o trabalho que podia prestar. (...) Lá na Federação do Progresso Feminino eu dizia bem o quanto eu fazia, mas junto a eles, trabalhadores, eu nunca me apresentava como feminista". (GAMA, 1984, p. 95)

Para obter respeito dos colegas, era preciso se descolar da imagem de Bertha e das sufragistas. Ao omitir seu envolvimento com o movimento feminista, Almerinda evitava receber olhares tortos dos companheiros dos sindicatos, além disso evitava se associar à Bertha, pois muitos companheiros mais radicais a consideravam burguesa, não conhecia as agruras do proletariado e só buscava melhorias para sua própria classe. Portanto, a antipatia era enorme.

Nessa atuação junto aos sindicatos, não havia nenhum tipo de iniciativa ou debate sobre a questão do trabalho da mulher e do menor. Segundo Almerinda, isso acontecia, porque a Federação do Trabalho não era procurada por trabalhadoras. "Não aconteceu, porque a mulher, desde aquela época, sempre foi arredia às lutas trabalhistas", lembrou (GAMA, 1984, p. 95). Os companheiros da federação também não estavam interessados no assunto.

Embora tivesse que lidar com o peso dos olhares pela sua escolha de conviver com tantos homens, ainda mais sendo uma mulher viúva que não estava sob nenhum cuidado masculino, Almerinda parecia mais à vontade com os companheiros operários do que com as associadas da federação. Naquele grupo, Almerinda estava entre seus pares. Gente que conhecia a dureza cotidiana do mundo do trabalho. Nesse período, parece ocorrer em Almerinda o abandono gradual da identidade puramente de gênero e, em decorrência disso, ocorre uma ampliação da identidade de classe.

Almerinda classificou como discreta a atuação da Federação do Trabalho em relação aos sindicatos e à legislação trabalhista do período. De acordo com a alagoana: "Oficialmente não tomou nenhuma iniciativa", avaliou, referindo-se à Federação do Trabalho. A atuação de Almerinda junto aos sindicatos era menos institucional e mais uma iniciativa própria construída junto aos companheiros de maneira independente, porque ela não participava das disputas políticas na entidade. Estava mais interessada em encontrar brechas de atuação. Na verdade, Almerinda beneficiava-se do aparato institucional da entidade para respaldar sua ação:

A federação em si nunca tomou a frente de uma atitude batalhadora. Apenas ela congregava e dava seu respaldo. Eu, por exemplo, não posso falar, porque ela me aceitou como delegada do Sindicato de Datilógrafas e me credenciou sempre a fazer a defesa dos sindicatos. Eu atuei junto ao Sindicato dos *Choffers*, de Portadores de Bagagem, de Guindasteiros, de Chapeleiros, de Empresas de Casas de diversões; e era sempre acobertada. Era com as costas quentes da federação, era com a autoridade dela, com o nome dela que eu fazia tudo aquilo (GAMA, 1984, p. 92)

Entre 1935 e 1936, Almerinda foi reduzindo sua atividade junto à Federação do Trabalho. Mais uma vez, ia sendo consumida pelas demandas da vida real, pois precisava se dedicar ao trabalho e também à sua própria vida pessoal.

Como o leitor deve lembrar, em 1934, Almerinda estava empregada no Centro Internacional de Leprologia, em Manguinhos, mas não ficou muito tempo por lá. Não se sabe se pediu demissão ou foi dispensada. A distância do centro da cidade até Manguinhos é grande e talvez Almerinda tenha passado a enfrentar dificuldades no deslocamento até o trabalho. Fato é que, em 1935, ela voltou a fazer o trabalho que dominava como ninguém, o de escrevente de cartório. Bons funcionários são sempre lembrados pelos empregadores e a reputação profissional de Almerinda era excelente. Quando soube que a datilógrafa de mãos ligeiras estava sem emprego, o tabelião do Cartório 9º Ofício de Notas, onde ela já havia trabalhado anos antes, logo mandou lhe chamar e lhe garantiu trabalho.

De volta ao ambiente dos cartórios, Almerinda passou a mobilizar os colegas escreventes em busca de melhorias para a sua categoria. Sabemos que ela seguiu no mesmo emprego no cartório até pelo menos 1949. Neste ano, Almerinda foi entrevistada pelo jornal *Diário de Notícias* para falar sobre a campanha que encabeçara pela estatização dos cartórios, que visava, entre outras coisas, a que os escreventes fossem pagos pelo governo. Mais uma vez, fazia uso da imprensa para defender suas posições. A reclamação era que embora fossem nomeados pela presidência da República e exercessem função pública, os escreventes não usufruíam dos benefícios como os funcionários públicos. Em entrevista ao *Diário da Notícias*, Almerinda apresentou seus argumentos:

O ideal, para a Nação, seria a justiça gratuita, porque justiça para o povo é gênero de primeira necessidade, como o alimento e o vestuário. Não sendo viável, de pronto, tão radical reestruturação, corriamos os mais graves erros de suas fundações: a distribuição da justiça deve ser atribuição do

organismo estatal e sendo os cartórios de tabeliões e similares subsidiários da rede judiciária, devem necessariamente pertencer ao Estado. Pelo mesmo motivo, os serventuários da justiça, e demais quadros do seu pessoal, inclusive os respectivos titulares (hoje donos) dos cartórios, devem ser remunerados pelo Estado(...) É um anacronismo o regime donatário de cartórios em plena república democrática, como é um absurdo o ônus de pagamento de serventuários da justiça nomeados pelo presidente da República, recair sobre a renda móvel de um cidadão. Se sobrevier uma calamidade pública que afete ou paralise o funcionamento de um ou mais cartórios, não só ficará ao desamparo todo o quadro de seu pessoal, como sofrerá o interesse de todos aqueles cuja justiça dependa do serviço dos mesmos.¹⁰².

Cada vez que sua vida tomava um rumo novo, Almerinda deslocava sua frente de atuação. Ao encampar a pauta dos escreventes, foi se afastando da Federação do Trabalho. Ao recordar este período, Almerinda resumiu a questão: “Eu não podia ser onipresente” (GAMA, 1984, p. 96). Sua vida política seguia um encadeamento: uma luta dava sequência a outra e Almerinda ia elegendo o que era a prioridade no momento. Fato é que a alagoana tocava sua vida longe da apatia e não esperava que terceiros assumissem os projetos políticos que lhe julgava importantes.

2.2 - "Eu nunca abandonei meu papel de jornalista": a militância na imprensa

Os últimos dias do ano de 1929 foram agitados na capital federal, marcados por crimes que escandalizaram a população carioca. Em 27 dezembro de 1929, as manchetes dos periódicos cariocas detalhavam uma tragédia que acontecera no dia anterior: em pleno recinto da Câmara dos Deputados, que funcionava à época no Palácio Tiradentes, o deputado gaúcho Simões Lopes, da oposição, tinha assassinado seu colega, o deputado Souza Filho, que era governista. Eram tempos bélicos na política com discussões acirradas entre os deputados governistas que apoiavam Washington Luiz e os parlamentares da Aliança Liberal. Alguns deputados andavam ostensivamente armados de facas e revólveres. Eram como, definidos por *O País*, “verdadeiros arsenais ambulantes”¹⁰³.

¹⁰² JUSTIÇA para o povo é gênero de primeira necessidade. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 22/05/1949, p. 2.

¹⁰³ O DEPUTADO Simões Lopes matou a tiros de revólver o deputado Souza Filho. *O País*. Rio de Janeiro: 27 de dezembro de 1929, p. 1.

Outro crime também viria a ser destaque nos jornais naquele fim de ano, em especial, porque a tragédia envolvia duas figuras que atuavam na imprensa carioca: a escritora Sylvia Serafim, colaboradora de *O Jornal* e do *Diário da Noite*, periódicos que faziam parte dos Diários Associados de Assis Chateaubriand e, Roberto Rodrigues, ilustrador e filho de Mário Rodrigues, diretor do jornal *Crítica*.

Sylvia Serafim pensou que sua vida havia acabado ao ler a *Crítica* naquela manhã de 26 de dezembro de 1929: “Entra hoje em juízo nesta capital um rumoroso caso de desquite!”, dizia a manchete. A reportagem sensacionalista tratava do desquite de Sylvia e seu marido João Thibau Jr. O jornal, conhecido pelas reportagens sobre crimes e escândalos, insinuava que o casal estava em separação porque Sylvia, descrita como “escritora moderna, reivindicadora dos direitos da mulher no século presente”, havia traído o marido com o médico Manoel Abreu. No começo da tarde daquele dia, completamente transtornada com a reportagem que questionava sua honra, Sylvia comprou uma arma e dirigiu-se à redação de a *Crítica*. Foi recebida por Roberto Rodrigues, filho do diretor do jornal e irmão do repórter da *Crítica* e futuro dramaturgo, Nelson Rodrigues. Poucos minutos depois de entrar na sala da direção do jornal com Roberto, os colegas de redação ouviram um tiro. Tomada por ódio, Sylvia atirou em Roberto. Ele foi levado com vida ao Hospital do Pronto Socorro, mas morreu três dias depois. (CASTRO, 1992, p. 92)

Preso em flagrante, Sylvia foi levada à delegacia. Poucas semanas depois, alegando sofrer de apendicite, conseguiu ser transferida para a Casa de Saúde Santo Antônio, na Rua do Riachuelo, onde cumpriu sua pena até seu julgamento. Recolhida na casa de saúde, Sylvia soube que havia uma pessoa esperando para visitá-la. Não se tratava de ninguém da família ou de seu círculo de amizades. Era uma mulher desconhecida que insistia em encontrá-la. Na entrada do centro de saúde, a moça apresentou-se como Almerinda Farias Gama. Sylvia possivelmente estranhou a situação, mas aceitou recebê-la

Almerinda nutria grande admiração por Sylvia. Como já sabemos, ela era uma leitora assídua de jornais. Por meio deles, conheceu as opiniões feministas da *Petite Source*, o pseudônimo utilizado por Sylvia Serafim em alguns de seus escritos, em especial, os mais polêmicos. Ela e Sylvia tinham em comum a paixão pelas letras e por ideias libertárias. Ao tomar conhecimento do crime e da campanha difamatória inaugurada pela *Crítica* contra Sylvia, que lhe atribuía além da alcunha de criminosa a fama de adúltera, não teve dúvidas e foi procurá-la na casa de saúde. Almerinda,

que a essa altura ainda não integrava a FBPF, parecia pouco se importar em se associar a alguém que respondia judicialmente por um assassinato e que vinha sendo difamada pela opinião pública. O sentimento de empatia falou mais alto.

Segundo recordou Almerinda (GAMA, 1984, p. 51): “Eu sabendo que ela estava presa lá, por questão de solidariedade, resolvi fazer-lhe uma visita. Visitei Sylvia, gostei dela, ela tinha um trato muito fino”. Estabeleceram ali um laço de amizade que perdurou mesmo depois que, por 5 votos a 2, o júri decidiu por sua absolvição em agosto de 1930. A linha da defesa foi que Sylvia havia agido tomada pela perturbação momentânea dos sentidos causada pela reportagem “considerada desmoralizante para uma mulher que, segundo o seu próprio marido, era honesta” (CASTRO, 1992, p. 104).

Enquanto esteve presa, Sylvia continuou a colaborar para os jornais dos *Diários Associados* e para a revista *Fon Fon*. Sua coluna especial de página inteira no matutino *O Jornal* era intitulada “*Para a mulher do lar*” e seguia sendo publicada. Como era comum nas sessões femininas, *Para a mulher do lar* apresentava dicas de moda e etiqueta, trazia um pouco de literatura, poemas, mas também não se esquivava de tratar de assuntos típicos da agenda feminista. Não demorou para que Sylvia pensasse um espaço para que a amiga nortista também contribuísse em sua coluna. Para Almerinda, reservou a sessão “*Perspectiva Semanal*” que apresentava uma visão retrospectiva dos fatos da semana. Assim, em 4 de maio de 1930, pelas mãos de Sylvia Serafim, Almerinda estreava no matutino *O Jornal* comentando a notícia de uma jovem esposa que, com apenas seis meses de casada, havia se suicidado, ateando fogo em si mesma para fugir dos maus tratos do marido¹⁰⁴. Era o seu retorno à imprensa e estava explícito que colocaria ali suas opiniões como mulher feminista.

Para a alagoana, publicar na imprensa não era um passatempo. Era, inclusive, a possibilidade de ter uma renda extra. Sempre que possível, cobrava pelo trabalho, como lembrou em entrevista: “Foi assim que eu comecei na imprensa sempre a lutar pela emancipação da mulher e, pelo lado prático, fazendo questão sempre que me pagassem o valor do meu trabalho” (ALMERINDA, 1991)

¹⁰⁴ GAMA, Almerinda. *Perspectiva. O Jornal*. Rio de Janeiro: 04/05/1930, p. 10.

Figura 11: Reportagem do jornal *A Batalha* ouve Sylvia Serafim e Almerinda Gama sobre a concessão dos direitos políticos à mulher



Fonte: A concessão dos direitos políticos a mulher – *A Batalha* ouve, a respeito, a opinião de elementos de destaque dos círculos feministas. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 13/03/1931.

A essa altura, Almerinda já contribuía com os jornais cariocas com um ou outro poema ou artigo, coisa pouca. Mas, agora com Sylvia, Almerinda teria um espaço fixo em *O Jornal*, matutino de grande circulação. Naquela sessão, poderia expor suas convicções individuais, amplificar sua voz e colocar-se como observadora do mundo. Sem mencionar que seria uma ótima oportunidade para ganhar certa notoriedade no campo literário, que poderia ser útil no futuro. Não era incomum que as escritoras estresassem no periodismo, antes de se aventurarem nos livros (DUARTE, 2017, p. 19).

Antes mesmo de ter o domínio da máquina de escrever, ainda muito jovem, aos 19 anos, a alagoana já escrevia suas contribuições para os jornais paraenses. Escreveu para a *Província do Pará*, *Estado do Pará*, *Folha do Norte*, *Correio do Pará*, *Belém Nova*, entre outros¹⁰⁵. Eram crônicas e poesias que lhe renderam até

¹⁰⁵ Embora em suas recordações Almerinda faça sempre menção às suas colaborações para a *Província do Pará*, sabe-se que ela também escrevia para outros jornais de destaque em Belém, conforme citado em artigo do jornal *Diário da Noite*. AD *Immortalitatem*. Uma réplica feminina ao acadêmico Humberto de Campos. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 07/03/1930, p.2.

um prêmio literário por um conto de Natal que escrevera. O hábito da leitura estava na intimidade da família Gama. Sua tia Emília tinha prazer nas letras e transmitiu o hábito aos menores. Além dos livros de romance, que faziam Almerinda e sua irmã Júlia sonharem acordadas imaginando príncipes encantados, os jornais também estavam sempre disponíveis e a menina os lia avidamente. Soma-se a isso o fato de que seu tio, Manoel Gama, era tipógrafo da *Província do Pará*, o que certamente contribuía para que os jornais fizessem parte do cotidiano familiar. Já vivendo no Rio, seu irmão José, por ser tipógrafo, facilitou a Almerinda ter contato com gente da imprensa, desde quem atuava na confecção de jornais a pessoas que para eles escreviam.

Nas crônicas da adolescência, a crítica social sobre a condição da feminina já aparecia. Em suas recordações, Almerinda lembra de uma ocasião em que se sentiu impelida a escrever após ler um anúncio de jornal que dizia algo assim: “Procura-se uma moça mais ou menos de 19 anos que tem uma cicatriz na orelha” (GAMA, 1984, p. 35). Imediatamente, associou que pela orelha rasgada, devia tratar-se de uma cria de casa, meninas pobres que eram entregues a famílias abastadas para serem criadas em troca da realização de trabalhos domésticos. Segundo Almerinda, costume comum em uma Belém que ainda mantinha práticas escravocratas. Imaginou que a cicatriz na orelha poderia ter sido causada por um brinco arrancado em uma hora de furor pela patroa. Escreveu então uma crônica-denúncia “dizendo que aquele anúncio era para procurar uma moça de 18 anos como quem procura um animal”¹⁰⁶. Segundo o seu relato, o texto repercutiu e chegou até o Juizado de Menores que investigou o caso e tomou conhecimento de que se tratava de um dono de açougue que estava à procura de uma criada que fazia os serviços mais grosseiros em seu estabelecimento. Mas, o que fazia uma moça que tinha sido criada no seio de uma família que possuía situação econômica confortável sensibilizar-se com estes assuntos?

O descontentamento com a desigualdade de direitos entre homens e mulheres é apontado por Almerinda como a principal razão que motivava sua escrita desde muito jovem. Da força das mulheres que vieram antes dela vinha sua inspiração:

¹⁰⁶ GAMA, 1984, p. 35

Acontece que eu sempre fui amiga da literatura. Sempre li muito e via, tomava conhecimento das grandes mulheres do passado, não das lutas, porque não se referiam à discriminação. Mas sempre eu tive consciência de que a mulher devia equipara-se ao homem, que nesse ponto não devia haver discriminação. A inteligência não tem sexo. (ALMERINDA, 1991)

Nota-se como o acesso à leitura abriu as portas de Almerinda para a reflexão crítica e foi fundamental em sua formação intelectual. A aproximação da produção letrada feminina a levou a ponderar sobre a subalternidade da condição feminina e fez com que ela ambicionasse outras possibilidades para si mesma e para outras mulheres. Não é à toa que nas sociedades antigas a educação das meninas passava pela leitura, mas não contemplava a escrita, considerada “inútil e subversiva para o sexo feminino”. (CHARTIER, 2016, p. 118). Como aponta Constância Duarte (2017), historicamente, ao terem acesso ao letramento e em seguida à leitura, as mulheres se apoderaram também da escrita e, conseqüentemente, da crítica.

Independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhe deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo das mulheres analfabetas, da condição subalterna que o sexo estava submetido, e proporcionou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denuncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contem. (DUARTE, 2017, p. 14)

Se Almerinda, recém-saída da adolescência, pôde expressar suas opiniões nos periódicos belenenses ainda nos anos de 1910, isso possivelmente deveu-se ao fato de que, mesmo não sendo muitas, mulheres alfabetizadas já faziam parte da imprensa, seja ocupando espaços nos noticiários tradicionais, lidos pelo público em geral, ou criando jornais pensados especificamente para o público feminino.

As pesquisas apontam que o primeiro jornal direcionado ao público feminino provavelmente tenha sido o carioca *Espelho Diamantino* – “Periódico de Política Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas”, lançado em 1827. No entanto, tratava-se de uma publicação criada por um homem, o jornalista francês Pierre Plancher (DUARTE, 2017). A partir da década de 1830, as mulheres brasileiras passariam a assumir o protagonismo dos próprios periódicos. Ainda segundo Constância Duarte

(2017, p. 21), as primeiras iniciativas femininas que se tem notícia foram as conduzidas pela escritora Maria José Barreto que lançou em 1833, em Porto Alegre, os títulos *Belona Irada Contra os Sectários de Momo e Idade D'ouro*. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, era lançado o jornal *A Mineira no Rio de Janeiro*, também dirigido por uma mulher.

Mesmo com o número reduzido de mulheres alfabetizadas no Brasil do século XIX, há registros de que durante esse período circularam em todo o território nacional pelo menos 143 revistas e jornais femininos e feministas, sendo estes os que denunciavam as opressões e reivindicavam direitos civis e políticos para as mulheres (DUARTE, 2017, p. 18). Dirigidas e direcionadas a mulheres, as publicações tinham formatos múltiplos e tratavam de assuntos diversos que passavam por moda, receitas, poesias e artigos de cunho opinativo. Enquanto alguns estavam comprometidos contra a discriminação, muitos adotavam tom conservador, reforçando a imagem da mulher mãe de família e sublimando as virtudes domésticas.

Conforme a instrução feminina se ampliava no século XX, ampliava-se o número de títulos. Há nesse momento toda uma conjuntura de crescimento urbano, abolição da escravatura, industrialização e desenvolvimento das províncias que também interfere no papel da imprensa (BUITONI, 1986, p. 41). Dessa forma, as vozes femininas foram tomando lugares nas redações. As mulheres deixavam de ser apenas leitoras, mas também redatoras e diretoras de veículos femininos.

Foram essas pioneiras do passado que pavimentaram a via de acesso de Almerinda e de muitas outras mulheres de sua época à imprensa. Em Belém, Almerinda contribuía com jornais não especializados, ou seja, aqueles considerados mais abrangentes, que não falavam para um determinado segmento, sendo assim suas reflexões sobre a condição da mulher alcançavam um público bem maior. Enquanto seus artigos defendiam ideias a favor da emancipação política, econômica, intelectual social das mulheres, era comum que, ao folhear as gazetas, Almerinda se deparasse com contemporâneas paraenses que faziam pouco caso de tais questões:

Eu em Belém, tenho até ainda recortes aqui, comecei a batalhar contra a discriminação da mulher, pelo feminino. Era colaborada assídua da *Província do Pará*. Tanto que eu tenho até aqui recortes de jornais em que

moças entrevistadas advogadas e tudo mais diziam: “Não, o lugar de mulher é no lar, a mulher deve ser a rainha do lar”. Eram contra a emancipação da mulher. E eu encontrava um meio muito estreito (ALMERINDA, 1991).

Como Almerinda enxergava o mundo com a lente feminista, estava atenta aos episódios cotidianos que expunham o ferrenho código moral imposto às mulheres que, entre outras questões, impedia a sua participação na vida pública. A sua *persona* escritora denunciava na imprensa essa privação de direitos.

Em artigo publicado em 20 de julho de 1930, na coluna *Perspectiva Semanal de O Jornal*, Almerinda usou dois episódios da época para limar as ilusões românticas. Escancarou o abismo entre o casamento imaginado pelas jovens solteiras como um lugar de felicidade plena, e a realidade da vida conjugal. Secretamente, muitas leitoras devem ter se reconhecido neste desencanto descrito por Almerinda. Reproduzimos abaixo um trecho do artigo¹⁰⁷:

Mesmo a contragosto, pois não costumo afixar atenção em casos passionais, os últimos dramas conjugais têm me feito refletir na causa provável dos seus fatores. Passei sem comentário sobre o caso de uma menina de 14 anos que se deixara matar pelo marido ou não pudera eximir-se ao ferro assassino. Ela já fora anteriormente vítima, pelo simples fato de ter casado naquela idade, do crime cometido por seus pais perante a lei civil e perante a natureza. Quinze dias de casada apenas; qual foi a causa da tragédia? Mistério, que o seu autor levou para o silêncio do túmulo. Veio agora o suicídio de uma esposa que não suportou uma desinteligência entre o marido e um irmão. Teria sido este deveras o motivo do desespero? Se assim foi, só poderemos considerá-la doente mental. Cremos, porém, que talvez neste como em muitos casos haja antes uma grande desilusão da mulher que casa. E, o diluir dos lindos “bangalôs” da fantasia, construídos por criaturas que vivem no sonho de um amor ideal que a existência não comporta. Qual a mulher casada ou viúva, que não teve ao menos um curtíssimo momento um grande arrependimento de ter se casado? Aquela que me vier desdizer com o próprio exemplo de felicidade conjugal, eu lembrarei a sua angústia em face a inúmeras pequenas decepções; a fantasia que alimenta o amor do esposo com a sua espiritualidade, recordarei o instante em que sentiu a realização inferior ao ideal entrevisto.

No entanto, a colaboração de Almerinda na imprensa carioca não se restringia à sua sessão em *O Jornal*. A alagoana buscava espaço em outros periódicos para expor suas opiniões, a exemplo do debate proposto em 1930 pelo

¹⁰⁷ GAMA, Almerinda. *Perspectivas*. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 20/07/1930, p. 7.

vespertino *Diário da Noite* sobre a elegibilidade da mulher à Academia Brasileira de Letras (ABL). A questão era polêmica porque, como se sabe, os espaços de prestígio intelectual, assim como todo o mundo público, eram espaços restritos à sociabilidade masculina. Figuras ilustres dos círculos literários foram convidadas para expor suas opiniões contrárias ou favoráveis ao ingresso feminino na ABL em artigos que foram sendo publicados ao longo de várias edições. Os jornais eram uma valiosa arena para a realização destes debates intelectuais. Entre os articulistas, estavam figuras como o médico e ensaísta Antônio Constâncio Alves (se posicionou contra, deixando claro que, se quisessem, as mulheres deveriam formar sua própria academia), o poeta e imortal Luís Carlos da Fonseca Monteiro de Barros (era a favor, desde que a mulher primeiramente se comprometesse com a formação moral da família), a integrante da FBPF, Maria Amélia Teixeira (a favor) e o escritor maranhense e também imortal da ABL, Humberto de Campos (contra). Almerinda, que acompanhava a discussão nas páginas do *Diário da Noite*, não conteve a irritação ao ler o texto do escritor Humberto de Campos. O pensamento vigente que considerava as mulheres intelectualmente inferiores e incapazes de participar de círculos de discussão a enfurecia por completo. Ela escreveu uma carta aberta a Humberto de Campos que o *Diário da Noite* publicou em 7 de março de 1930. Mesmo sendo uma escritora sem notoriedade na capital federal, Almerinda deu seu jeito de entrar no debate e alertar ao imortal da Academia que os tempos estavam mudando:

“CARTA ABERTA AO SR. HUMBERO DE CAMPOS”

(...) Esperava uma opinião favorável eu, quando menos, uma justificação eruditamente fundamentada, para apoiar o seu voto contrário ao ingresso da mulher no concurso das letras. Tal não se efetivou. Sem apertar a cravelha, o ilustre imortal fez vibrar a corda da “tradição”. Defender a tradição no Brasil é querer lutar contra as potências da natureza brasileira, que é “originalmente” evolucionista e revolucionária. Nascemos ontem sob o pavilhão português, e não quisemos ser fiéis a coroa. Antes de sermos independentes, já Tiradentes se sacrificava pela República, e a coroa imperial não demorou a ser substituída pelo capacete frígio.

E ao distinto acadêmico poderei falar como nortista que também é: será capaz de pretender viajar rio abaixo de encontro a “pororoca” que sobe? Poderá a muralha clássica abater a corrente de brasilidade que percorre o Brasil de norte a sul, em todas as modalidades de arte? Não, a tradição não existe entre nós.

Parece-nos, ao ler sua resposta ao *Diário da Noite*, que envergonha ser o Brasil considerado feminista. Isto apenas o faria assemelhar-se à Inglaterra e a América do Norte. Quem sabe se o Brasil teria lucrado, se vice presidente houvesse sido alguma Mille Vianna? (...) A Inglaterra foi governada, por longos anos, pela rainha Victória, a Holanda ainda o é pela

rainha Guilhermina, e a República do Brasil nunca o foi por uma mulher alguma. Deixo ao ilustre intelectual o confronto das administrações.

Seguir a insinuação do ilustre patricio, como a de seu colega Silva Ramos, isto é, fundar academias femininas é incidir em erro idêntico. E selecionar sexos entre espíritos é estacionar, senão retroceder.

O processo seguido até aqui pela mulher tem sido outro. Quando a ciência médica era vedada à mulher, sob pena de morte, Aguardice conseguiu penetrar os umbrais de uma Academia, num “travesti” que iludiu mestres e colegas por todo um tirocínio. Somente quando, para defender-se das acusações que faziam de sua clínica confessou-se mulher, é que vieram a saber-lhe o sexo, acusa-la com inclusive a pena de morte, sendo salva pelo concurso de sua vasta clientela feminina.

E assim, ficou aberta em Atenas a porta das Academias de Medicina as réprobas da natureza (Humberto de Campos ou Berillo Marques). Joanna d’Arc também vestiu-se de homem para fazer a guerra, triunfar, o que não podia revelando-se mulher, e que diríamos de seus humilhadores, dos que lhe investigaram o sexo e lhe ensombraram a glória?

Já houve até um imortal que em resposta apresentou o “disco” – “A mulher é o anjo do lar”. Qual seria o imortal que ouvindo Mille Curie, na Academia de Medicina se lembrasse de aconselha-la a ir cerzir meias ou mudar os pensos dos netos?¹⁰⁸

As mulheres ainda não se lembraram de requerer a excelsa graça da comunhão dos imortais, não porque desdenham a agradável convivência de homens inteligentes e letrados, mas talvez porque esperem que o próprio homem reconheça quanto é ridícula a questão de sexos como assunto primordial para seleção de inteligências.¹⁰⁹

Neste mesmo ano, em 1930, Almerinda aproximava-se da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. Ingressava na entidade com a experiência acumulada na imprensa paraense e despontando como uma voz crítica dos jornais cariocas. Ela era de fato uma mulher das letras que tinha um bom relacionamento com os jornalistas cariocas. Bertha compreendeu que sua experiência era um ativo valioso que poderia ser usado em prol da luta sufragista. Afinal de contas, o principal foco de atuação da FBPF era mesmo o congresso e a imprensa. Era preciso usar os meios de comunicação para disseminar a propaganda feminista e, com isso, alcançar mais adeptas. Entre os diversos departamentos da federação, estava o de Expansão e Propaganda, braço responsável pela divulgação dos principais objetivos do movimento feminino destinado também à construção de uma opinião pública favorável às reivindicações da mulher. Na lembrança de Almerinda, foi dessa forma

¹⁰⁸ Faz referência à cientista polonesa Marie Curie (1867-1934), responsável pela criação do campo da radioatividade e ganhadora de dois prêmios Nobel.

¹⁰⁹ AD Immortalitatem. Uma réplica feminina ao acadêmico Humberto de Campos. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 07/03/1930, p.2

que a líder Bertha Lutz lhe encarregou da tarefa de assessora de imprensa e relações públicas:

Eu sou a presidente, outra é vice-presidente, secretária, tesoureira e você, como é muito diligente, fica na comissão de imprensa. Então eu vou querer que você faça contato com os jornais com muita facilidade, você é muito querida e as notícias lhe são fáceis (GAMA, 1984, p. 49)

Dessa forma, Almerinda recebia pessoas que procuravam a FBPF e conduzia reuniões para atender a suas demandas¹¹⁰, dava entrevistas falando em nome da entidade, emprestava sua voz e fazia as vezes de locutora de rádio para a narração de programas curtos da FBPF inseridos na programação da *Radio Sociedade*¹¹¹, redigia as convocações para as associadas e mandava para que os jornais as publicassem, tomava nota das reuniões e, depois, punha-se a redigir as notícias, “traduzindo” as ações para que tivessem tom mais palatável¹¹², tudo isso, claro, sob a supervisão de Bertha Lutz. Não à toa Bertha havia lhe dito que ela era querida, pois nela uniam-se dois aspectos: o talento para escrever e a simpatia que lhe abria portas. Um bom indicador disso era que se não conseguisse datilografar em casa ou na FBPF, podia sempre contar com uma mesa emprestada de algum amigo jornalista nas redações do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e o *Globo*, os periódicos onde ia com mais frequência. Questionada sobre como tinha sido sua experiência com esse tipo de tarefa junto aos colegas de imprensa, Almerinda respondeu:

¹¹⁰ Como no caso em que recebeu as garçonetes que procuravam a FBPF para pedir ajuda pois estavam prejudicadas com a nova legislação que proibia o trabalho das mulheres depois das 22 horas. Falaremos sobre isso mais à frente. Ver: AGITAM-SE as garçonetes: Reunião na F.P. F para tratar do novo horário. *A Noite*. Rio de Janeiro: 19/08/1933.

¹¹¹ Almerinda era locutora do “Cinco minutos feministas” que ia ao ar na Rádio Sociedade. Os textos eram escritos por outras lideranças da FBPF, como Maria Eugênia Celso. Ver: FEDERAÇÃO Brasileira Pelo Progresso Feminino – Projecto de Lei Eleitoral. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 23/09/1931. Para uma amostra do conteúdo do programa de rádio, ver: Textos para o programa “5 minutos de feminismo”, da emissora Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tratando de direitos femininos, Arquivo Nacional, referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, TDU.10 – Dossiê.

¹¹² Para um exemplo de reportagem de Almerinda sobre os atos da federação, ver GAMA, Almerinda. Na conferência Nacional de Proteção à Infância. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 21/09/1933.

Ah, foi a melhor possível, porque cada vez se estreitaram mais as relações de amizade entre eu e os jornalistas da época. Eu chegava às vezes numa redação de jornal à meia noite ou mais de meia noite, a redação fechada, como se diz, o jornal fechado – chama-se fechar o jornal quando não recebe mais notícia, está tudo na oficina. Eu chegava: “Não, pega, joga fora. Bota essa nossa porque tem mais urgência, para publicar uma convocação”. De maneira que, por amizade, eles atendiam. (GAMA, 1984, p. 31-32)

Paralelo à sua atuação como assessora de imprensa da FBPF, Almerinda seguia expondo suas opiniões pessoais nos jornais do Rio de Janeiro. Por vezes os temas de seus artigos entravam em conflito com as opiniões da federação, como no caso da defesa do divórcio.

O tema era espinhoso e nem as feministas da Federação Brasileira Pelo Progresso feminino atreviam-se a debater sobre ele. De acordo com Teresa Marques (2016b), nem Bertha Lutz nem suas colaboradoras ousavam se posicionar publicamente a favor do divórcio, pelo receio de bater de frente com a Igreja, uma potência político-eleitoral. Muito menos também, não podiam se manifestar contrárias, pelo receio de afugentar mulheres que “aderiam ao feminismo justamente com a expectativa de ver aprovada nova legislação sobre o casamento” (MARQUES, 2016b, p. 44). A orientação coletiva da entidade até poderia ser a de neutralidade sobre o tema, no entanto, no terreno da imprensa, Almerinda encontrava o espaço para se posicionar individualmente e não evitava o tema polêmico. Em mais de uma ocasião, saiu em defesa do divórcio nos periódicos. Levou o tema além quando, já longe das limitações impostas pela FBPF, juntou-se a outro grupo político. Como já se comentou no capítulo anterior, o artigo 14 do programa do Partido Socialista Proletário do Brasil, que tinha Almerinda como única mulher entre os fundadores, defendia “absoluta gratuidade dos registros de casamento, assegurado o princípio do divórcio mediante simples requerimento de qualquer dos cônjuges”¹¹³.

Em artigo intitulado *Divórcio: um bem ou um mal?*, publicado no vespertino *Diário da Noite* em 30 de novembro de 1932, Almerinda argumentava que seria tolice pensar que o que unia família brasileira eram apenas os laços jurídicos:

¹¹³ MANIFESTO Programa do Partido Socialista Proletário do Brasil. Rio de Janeiro: agosto de 1934, referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, POI.99 – Dossiê

Há em nossa legislação civil que vae ser revista e talvez modificada, institutos inoperantes e muitos deles simplesmente humilhantes para a mulher. Infeliz o casal e impossível a vida em comum dos cônjuges cujo marido tivesse que invocar a todo o momento a autoridade legal do poder marital quer para exercer o domínio sobre o Código que lhe assegura sobre a mulher, quer para a administração dos bens do casal. Não são as leis que fazem os costumes, e sim estes que fazem aquellas. Querer impor hábitos ou corrigir costumes por meio de leis ou decretos é fossiliza-los ou provocar desobediência. (...) A estabilidade da família brasileira, a guarda da tradição de honorabilidade não reside nos códigos, mas na educação que ella receba, nos princípios morais que defende. O divórcio não virá trazer situações novas, mas remediar as existentes. Será injuriar os povos dos paizes em que há divórcio dizer-se que entre eles não há lares honestamente constituídos. Será que somente a família brasileira necessita de vínculo perpétuo para não se dissolver? É injúria para nós, o lar e a família subsistindo aqui, como ali, mesmo que faculte aos que já estão de facto demolidos o direto de reconstrução. (GAMA, Almerinda. Divórcio: um bem ou um mal? *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 30 de novembro de 1932, p. 2)

Por anos, Almerinda contribuiu com a imprensa não só publicando artigos críticos, mas também ensaios, poesias e também fez traduções para revistas. Por intermédio de uma colega da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, Almerinda conheceu o jornalista carioca Gilberto Flores. Com ele, estabeleceu uma amizade que atravessou décadas e que só foi interrompida pela morte do colega de profissão em 1965. Flores foi o responsável por fundar em 1933 a *Revista do Trabalho*, que se propunha a ser uma espécie de porta-voz da legislação trabalhista neste momento em que se consolidavam o Direito e a Justiça do Trabalho no país. (MARTINS, 2000).

Embora só homens apareçam entre os colaboradores da *Revista do Trabalho*, Almerinda, que lia e compreendia bem o francês e tinha máximo interesse pelo tema, fazia a pedido do colega Flores traduções das resoluções e recomendações do Bureau Internacional do Trabalho, braço da Organização Internacional do Trabalho com sede em Genebra¹¹⁴. Segundo Almerinda (GAMA, 1984, p. 67):

¹¹⁴ De acordo com Carla Martins, a *Revista do Trabalho*, que foi publicada de 1933 até 1965, teve papel importante, porque destinada a um público específico, contribuiu na formação de uma série de profissionais que viriam a atuar na Justiça do Trabalho. Embora não fosse uma publicação oficial do Ministério do Trabalho, a revista que era conduzida de maneira independente por Gilberto Flores com auxílio de colaboradores, cumpria o papel de divulgação das propostas e pareceres feitos pelo próprio ministério. Ver: MARTINS, Carla Guedes. *Revista do Trabalho: um estudo do direito do trabalho. Dissertação* (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

Eu ia traduzindo as resoluções e ia passando pra ele e ele ia publicando na revista. E o Getúlio fez muitas leis calcadas sobre estas resoluções do Bureau Internacional do Trabalho. Com isso, eu fiz um círculo de relações muito bom lá no Ministério do Trabalho, por intermédio do Flores”.

Nesse tempo, Almerinda tocava sua participação nos jornais como algo paralelo às suas atividades profissionais, mas mesmo assim se reconhecia como uma operária da imprensa e fazia questão de frisar: “Eu nunca abandonei meu papel de jornalista” (GAMA, 1984, p. 51).

Depois de anos trabalhando como escrevente em cartórios, na década de 1950 Almerinda profissionalizou-se como jornalista e esta passou a ser sua principal ocupação. Nos seus tempos de assessora de imprensa da FBPF, fez amizade com o secretário carioca de *O Dia* e, com a ajuda desse contato, foi efetivada no jornal, o único onde trabalhou fixo, cumprindo expediente. Nas décadas seguintes, Almerinda seguiu trabalhando de forma independente em outros jornais diários. Ela estava então, na casa dos 50 anos quando trabalhava para *O Dia* e seu rosto, à essa época, já era emoldurado por cabelos brancos.

Se o leitor imagina que a chegada da maturidade faria com que Almerinda obtivesse mais respeito dos colegas homens e enfrentasse menos discriminação de gênero, engana-se. Ao rememorar as histórias contadas pela mãe de criação sobre seu tempo na imprensa, Alana Batista ressalta que, embora tivesse um ótimo relacionamento com a maioria dos colegas, Almerinda tinha que enfrentar os que, por serem homens, consideravam-se superiores a ela. Tudo indica que sua vida pessoal também fosse assunto na redação. Possivelmente, o fato de ser Almerinda uma viúva que vivia sua vida livremente incomodasse alguns colegas homens:

(..) toda hora, ela *tava se emperecando* com alguém; porque, se fosse homem e fosse barrar ela, ela já dava uma de homem também — achava que nenhum homem tinha que peitá-la, porque quem era ele? Ela já não tinha marido, pra poder não tá dando satisfação; por que ela ia dar satisfação ao que não era nada dela, nem patrão, nem nada? Então, ela, toda hora, *tava se alterando* com alguém ou achando que ele não tinha o direito de tá tomando satisfação na vida dela (DE SOUZA; LEITE, 2019).

Durante os seus mais de 50 anos de vida profissional, Almerinda exerceu diversos trabalhos: foi datilógrafa, escrevente de cartório, secretária, tradutora e revisora. No entanto, na memória dos que conviveram com ela intimamente, sempre

que alguém lhe perguntava qual era sua profissão, Almerinda não hesitava em responder: era uma jornalista. Como sempre, fazia questão de estar associada às entidades que representavam sua categoria. Até a velhice, Almerinda fez parte do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do município do Rio de Janeiro e da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj).

Figura 12: Almerinda participa da comissão de apoio à Conferência Mundial de Mulheres Trabalhadoras que seria realizada em Viena em junho de 1956.



Fonte: CONFERÊNCIA de Mulheres Trabalhadoras. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro: 28 de março de 1956, p.1

2.3 - Do piano à máquina de escrever, a vida na ponta dos dedos: mulheres nos escritórios

As mãos que datilografavam poemas e artigos críticos da vida política também datilografavam relatórios e certidões. Nesta seção, vamos examinar a atuação de Almerinda em escritórios.

Era mais um dia intenso de trabalho no cartório. As ruas fervilhavam e os negócios não paravam na capital federal. Almerinda estalou os dedos, reanimando-os para a jornada de trabalho que ainda seguiria por mais algumas horas. Lá pelas 15 horas, pensou em fazer uma pausa para um lanche. Seria bom respirar um pouco de ar livre, deixar a mente esvaziar-se e fazer o corpo se movimentar. Datilografar por tantas horas exigia plena atenção. O corpo logo sentia: os dedos reclamavam e os ombros ficavam tensionados. Lembrou-se de um ótimo café na Rua Miguel Couto, no centro do Rio de Janeiro. A distância do cartório até ali era curta, uma caminhada de pouco mais de cinco minutos. Avisou ao tabelião-chefe que faria um intervalo curto. “A menina quer que mande trazer o seu lanche aqui?”, ouviu do colega. “Não, seu Djalma. Eu quero mudar, respirar um pouco o ar diferente daqui” (GAMA, 1984, p. 41) respondeu Almerinda. Assim, saiu para o intervalo.

No mesmo dia, contou a uma amiga o acontecido, crendo que o colega havia se oferecido para buscar seu lanche como uma gentileza. A amiga, já sabendo como se davam as coisas no Rio, lhe explicou o real motivo da atenção do tabelião: moças jamais frequentavam cafés sozinhas. No máximo, iam de duas em duas. Almerinda revoltou-se, pois esperava mais da capital federal:

Isso, eu deixei no Pará. Olha, minha filha, eu pensei que o Rio de Janeiro estivesse mais adiantado, pois agora quem vier atrás que me acompanhe, eu é que não volto atrás. Eu continuo na minha independência, porque já vim corrida dessas peias. (GAMA, 1984, p. 42)

As “peias” às quais Almerinda se referia diziam respeito às inúmeras amarras que eram impostas às mulheres do seu tempo. Iam desde a exclusão feminina das posições de influência até a demarcação dos lugares públicos onde seus pés podiam pisar. Ao deixar Belém e se mudar para o Rio de Janeiro, capital da República, estaria somente por si, sem marido, sogro, tias e tios a controlar cada passo que desse, Almerinda imaginou que seria livre. A realidade cotidiana lhe mostrava o contrário. Mesmo quando estava longe da guarda da família, estava sob a vigilância da sociedade. Mulher viúva, sozinha e, ainda por cima, trabalhadora. Era da ponta dos dedos que Almerinda tirava seu sustento. Trabalhou como datilógrafa desde muito jovem, quando ainda vivia em Belém.

Quando completou 18 anos, em 1917, Almerinda recebeu a parte que lhe cabia na herança do pai. Um tio, irmão da sua mãe, foi o responsável pela administração dos bens. Com a autorização da tutora, a avó Mirandinha, o tio vendeu um casa que na partilha da herança tinha sido destinada à Almerinda. Pela venda, recebeu 1,6 conto de réis. Emília Gama, a tia, estava com o dinheiro em mãos e questionou a menina, que ainda não tinha alcançado a maioridade, o que ela desajava fazer com o valor. “Aplique como você achar melhor”, aconselhou a tia. Começaram as sugestões dos familiares: Que tal a compra de uma casa? Almerinda pensou no falatório que seria uma moça solteira morando sozinha. O que iam pensar? “Saiu de casa solteira, deu com os burros n’água” (GAMA, 1984, p. 21). “E se colocasse a casa para alugar?”, alguém sugeriu. Também descartou a ideia, porque não queria levar calote dos inquilinos. “Eu quero empregar esse dinheiro no meu cérebro, porque daqui ninguém rouba – vou gastar esse dinheiro estudando”, decidiu a alagoana. Almerinda enxergava na educação o caminho para ter acesso a empregos melhores. Susan Besse (1999) aponta que em uma época em que as mulheres, mesmo as que vinham de famílias abastadas, já não podiam contar com o sustento dos parentes para toda a vida, a educação servia não só como um diferenciador de *status* social, mas também as “provia das habilidades básicas indispensáveis para ganhar a vida decentemente, em caso de necessidade financeira” (1999, p. 123).

O acerto com Tia Emília foi o seguinte: ela ficaria com o dinheiro como se fosse um empréstimo e pagaria à sobrinha 10% do valor ao ano. Almerinda fez as contas na ponta do lápis: com a porcentagem conseguiria voltar e estudar, dessa vez na Escola Prática do Comércio. Aceitou o trato. Lembremos que a essa altura, Almerinda estava longe da escola há nove anos, estando somente dedicada ao aperfeiçoamento de seus dotes domésticos. Estava saturada de viver somente entre bordados, tecidos para coser e partituras e, agora, com os recursos da herança, poderia direcionar sua trajetória para algo que fosse além desse cotidiano domiciliar.

A Escola Prática de Comércio era mantida pela Associação Comercial do Pará com a ajuda do governo estadual e oferecia cursos gratuitos com a finalidade de aparelhar a mocidade para que assumissem posto de trabalho no comércio. À medida que a economia nacional se desenvolve, cresce também o setor terciário das atividades econômicas que demandam uma nova categoria de trabalhadores (SAFIOTTI, 2013). Entendia-se que para exercer funções no comércio, era

necessária preparação específica. Segundo o governador do Pará à época, a prosperidade comercial dos países europeus devia-se ao ensino comercial e, por isso, era necessário preparar os jovens para que tivessem cultura e conhecimentos especiais na área para “vencer nas lutas ásperas que se ferem na ordem econômica entre as nações adiantadas, reservada a vitória aos que foram mais capazes”¹¹⁵.

Para se matricular na Escola Prática do Comércio, era necessário ter mais de dezesseis anos, possuir o ensino primário e apresentar atestado de vacinação. A escola mantinha um curso secundário que ao final de três anos, conferia aos concluintes um diploma de guarda-livros. A formação era completa, passava por aulas de desenho, física, química, história natural, higiene, além claro, do próprio ensino comercial.

Mulheres e homens da classe trabalhadora viam na educação pública comercial a possibilidade de se prepararem para vagas de emprego que prometiam mobilidade ocupacional. Para os empregadores, as escolas comerciais eram interessantes, porque se tratava de locais onde futuros trabalhadores recebiam qualificação à custa do Estado (STROM: 1992,7). Mulheres com educação formal podiam encontrar nos escritórios outra possibilidade de emprego que não fosse lecionar.

Mesmo restrita ao ambiente doméstico, Almerinda tinha acesso aos jornais e acompanhava a expansão do setor burocrático e o ingresso de mulheres no ambiente do escritório. Seus olhos certamente foram atraídos para as promessas de sucesso nos anúncios das escolas de datilografia e das casas comerciais que vendiam máquinas de escrever: “Não há um dia mal sucedido para o operador da *Remington*”¹¹⁶, dizia um anúncio da Casa Pratt, loja que também oferecia cursos de datilografia, ou “os bons dactylographos encontram sempre fácil colocação no commercio”¹¹⁷, prometia a Escola Remington, que mantinha unidades espalhadas por todo o país. Ingressar nesse mercado poderia ser uma ótima decisão ainda por outro motivo: o emprego no escritório era considerado distinto. Para uma pequena burguesia proletarizada, as ocupações administrativas eram “uma saída honrosa à humilhante entrada no trabalho assalariado feminino” (PERROT, 2005, p. 245).

¹¹⁵ SODRÉ, Lauro. *Mensagem apresentada pelo senhor Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo Estado do Pará. Em sessão solene de abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919*. Pará, Typ. da Imprensa Oficial do Estado 1918, p.123.

¹¹⁶ CADA dia melhor. *Correio Paulistano*. São Paulo: 05 /01/1930.

¹¹⁷ OS bons dactylographos. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 06/10/1930

Almerinda traçou uma rota e escolheu direcionar sua trajetória profissional para essa área (STROM, 1992, p. 7, tradução nossa):

Os empregos no escritório eram os melhores empregos disponíveis para mulheres entre 1900 e 1930. As mulheres entenderam isso e fizeram escolhas racionais para o futuro investindo na educação comercial formal e assumindo empregos nos escritórios. Embora a decisão de entrar no trabalho administrativo fosse geralmente tomada no contexto da família, a realização de trabalhos de escritório geralmente servia para separar mulheres das identidades de suas famílias e para torná-las mais independentes.¹¹⁸

Almerinda ingressou na Escola Prática do Comércio em 1919. Para se ter uma ideia da discrepância entre homens e mulheres no corpo discente, basta dizer que dos 370 alunos que faziam parte da instituição naquele ano, apenas 28 eram mulheres¹¹⁹. Quando Almerinda chegou à escola, havia apenas dois anos que moças foram aceitas como alunas. Uma das razões pelas quais a presença de mulheres era escassa, era porque as aulas se davam no período noturno. A chegada da noite colocava em xeque a conduta das moças que circulavam nas ruas, afinal, era nessa hora que as meretrizes estavam em cena, atraindo clientes.

O setor administrativo passava a incorporar nesse período toda uma nova tecnologia que podia racionalizar tarefas e alavancar a produtividade do trabalho. A protagonista dessa revolução era a máquina de escrever que, popularizada, passava a ser um elemento onipresente nos escritórios. Para manejá-la era preciso passar por um treinamento específico e a escola comercial eram o lugar que oferecia esta instrução. De acordo com a descrição de Almerinda, na Escola Prática do Comércio, a sala de aula de datilografia era mista, com homens e mulheres, e dispunha de máquinas de escrever dos mais diversos modelos e marcas como *Remington*, *Underwood*, *Royal*, entre outras. Nas aulas de taquigrafia, o método utilizado era o Marti. Almerinda era boa aluna, saía-se bem principalmente nas aulas de

¹¹⁸ "Office Jobs were the best jobs to most women between 1900 and 1930. Women understood this and made rational choices for the future by investing in commercial education and taking office jobs. Even though the decision to enter clerical work was usually made in the context of the family, performing clerical work often served to separate women from their families identities and to make them more independent"

¹¹⁹SODRÉ, op. cit., p. 123.

datilografia. Como uma das primeiras da turma, substituía os professores em suas ausências e recebia uma pequena remuneração por isso.

Em 1921, antes mesmo da conclusão do curso, as boas notas e a experiência adquirida na Escola Prática do Comércio, renderam-lhe seu primeiro emprego no Instituto de Profilaxia e Doenças Venéreas, administrado pelo médico Heraclides de Souza Araújo, que desenvolvia atividades de difusão de higiene e saneamento. Almerinda era sua secretária. Mesmo com a resistência da família que achava que ela não precisava trabalhar, dedicava-se ao serviço na Profilaxia Rural durante o dia, e à noite acelerava o passo para a travessa Primeiro de Março, em Belém, onde se localizava a escola. Se o serviço se prolongava, o chefe, Dr. Souza Araújo, mandava um carro leva-la até a escola (GAMA, 1984, p. 26). O esforço valia a pena, ainda mais que, até pouco tempo, sua vida era só da porta de casa para dentro, no cotidiano entediante que intercalava bordado, costura, leitura e aulas de piano. Sua rotina mudara radicalmente desde que suas aulas começaram. Graças ao ingresso na Escola Prática do Comércio, podia estudar, desenvolver amizades e até flertar com algum pretendente. Agora tinha um emprego e, mais do que isso, um ofício.

Com tal experiência prática, Almerinda não tardou em conseguir emprego no Rio de Janeiro. Ela tinha se beneficiado por ter percebido cedo o crescimento do setor. Aperfeiçoou-se tanto no teclado da máquina de escrever que sua habilidade, a essa altura, era incontestável. Aos 30 anos, idade que tinha ao chegar ao Rio, já era uma veterana, com muita experiência. Passaram-se apenas dois meses entre sua chegada à cidade e o início no primeiro trabalho. Sendo uma mulher perspicaz, antes de migrar para o Rio, havia pedido cartas de recomendações dos antigos professores e ex-patrões em Belém. Munida das apresentações, dirigiu-se à Associação dos Empregados do Comércio do Distrito Federal onde se inscreveu na carteira de empregos. Rapidamente, recebeu um telegrama para comparecer ao Cartório Fonseca Hermes, na Rua do Rosário, nº 145. Precisavam urgentemente de uma datilógrafa. Como havia muito serviço a ser feito, no mesmo dia da entrevista, Almerinda foi contratada e começou a trabalhar.

Qualquer estabelecimento industrial, comercial, bancário ou financeiro precisava de mão de obra qualificada para realizar serviços administrativos. Como capital federal, a cidade do Rio de Janeiro era o motor das operações produtivas e centro de muitas atividades do setor terciário. Isso sem mencionar todo o aparato governamental e o comércio de importação. Na capital da República, o serviço

público demandava trabalhadores que lidassem com as tarefas burocráticas e fizessem a máquina pública andar.

Nos escritórios, devidamente equipados com máquinas de escrever, arquivos e telefones, homens e mulheres se dividiam nas tarefas de gerentes, vendedores, caixas, guarda-livros, secretárias, datilógrafas e taquígrafas. Embora todo esse quadro de funcionários tivessem um perfil parecido – tanto homens quanto mulheres possuíam qualificações educacionais sólidas e domínio das técnicas comerciais – os empregadores, baseados em concepções sociais, criaram uma divisão sexual do trabalho nos escritórios, que relegou às mulheres o posto que era considerado mais tedioso, repetitivo, e que, em teoria, não demandaria esforço mental. Não por acaso, esse era o tipo de serviço pelo qual se pagava menos. Quase que exclusivamente as funções de datilografia, secretariado e taquigrafia eram ocupadas por mulheres. Eram “trabalho de mulher”.

A associação entre operárias de fábricas e trabalho repetitivo facilitou a identificação das mulheres com o trabalho mecanizado e repetitivo no ambiente do escritório (STROM, 1992). Em *As mulheres ou os silêncios da história*, Michelle Perrot escreve sobre a conveniência da construção da imagem mulher-máquina, numa harmonia preestabelecida: “A iconografia, a publicidade, sobretudo divulgam estas novas imagens da mulher e do casal amoroso que ela forma com sua Singer ou com a *Remington*” (PERROT, 2005, p. 224).

A máquina, considerada frágil, seria o instrumento de trabalho adequado para a mulher que faria do escritório a extensão do seu lar. Ali, poderia exercer sua capacidade de atenção, delicadeza e sua destreza no teclado, qualidades consideradas inerentes à natureza feminina. Nesse pensamento, enfatizava-se a habilidade mecanográfica, em detrimento da inteligência e da qualificação. Para Michelle Perrot (2005), as máquinas eram apresentadas às mulheres como que se inscrevendo em uma sequência natural de movimentos. As mãos das boas moças acostumadas ao piano rapidamente se adaptariam às novas teclas.

Nessa mesma elaboração, passa-se a utilizar a identificação de determinadas atividades laborais como femininas. Seriam os ofícios adequados às mulheres aqueles em que elas pudessem exercer suas “virtudes” femininas, como o capricho e a docilidade. Essa era uma tentativa de desqualificação do trabalho, o que justificaria os baixos salários pagos às mulheres.

Figura 13: Anúncio da Casa Pratt exalta as qualidades das máquinas *Remington*

Agora sim!
EFFICIENCIA DE 100 %
no seu escritorio

JA' lhe aconteceu ter que mandar interromper o serviço da dactylographa por causa do barulho, ou isolar-se para palestrar com o cliente? Certamente que sim, com serio prejuizo para a eficiencia integral do seu escritorio. De hoje em diante, isso não lhe acontecerá mais. Empregue sempre no seu escritorio machinas Remington Noiseless. O trabalho não se interrompe e a eficiencia conserva os 100 % da sua intensidade. A Machina Remington Noiseless é rapida, solida e silenciosa.

Esta é a nova
Remington
Noiseless

Matriz: Rua da Quitanda, 46-Tel. 23 - 1951 - Rio de Janeiro
São Paulo, Praça da Sé, 16/18 - Tel. 2-1185/6/7 (Rêde Interua)
Agentes e Filiaes em todos os Estados.

Casa Pratt

Fonte: Walkyrias – Revista Mensal Feminina. Rio de Janeiro: julho de 1936, p. 55

Uma categoria profissional que sofreu essa feminização foi justamente a de datilógrafa e secretária. De acordo com a historiadora Graciela Queirolo (2018), que se dedica ao estudo das trabalhadoras de escritório de Buenos Aires nas primeiras décadas do século XX, o predomínio feminino nessas ocupações se deu a partir de um conjunto de concepções sociais que afirmavam que as mulheres eram por sua constituição física e emocional propensas a executar esse tipo de serviço. As tarefas burocráticas exercidas pelas mulheres no âmbito dos escritórios eram associadas aos atributos considerados próprios da natureza feminina. Sob esse prisma, a secretária deveria ser a dona de casa na versão escritório, responsável por cuidar do seu “marido do escritório”. Deveria executar tarefas domésticas de limpeza e organização, além de permanecer em posições subservientes (STROM, 1992). Assim como a mãe educa seus filhos em casa, a dona de casa de escritório poderia ainda ser uma figura que ajudaria a instruir moralmente os funcionários. Um exemplo disso é um conto publicado no carioca *Jornal da Moças* em 1921. No texto, um marido avista na rua sua datilógrafa e comenta com sua esposa sobre como a moça tem feito bem ao escritório: “Não imaginas a influência que tem num escritório a

presença de uma rapariga bem educada. Torna correctas as maneiras de todos”¹²⁰. Esperava-se que datilógrafas e secretárias tivessem os mesmos atributos que uma boa esposa deveria ter e isso incluía os cuidados com a aparência.

No ambiente de trabalho do escritório, a discrição, qualidade que se esperava de uma boa secretária e/ou datilógrafa, também deveria ser a marca do seu estilo de vestir. A empregada deveria portar-se de modo elegante e vestir-se de maneira austera. Os cabelos deviam ser curtos, mas, caso a datilógrafa desejasse mantê-los longos, o recomendado era que os usasse presos em um coque. Numa crônica dedicada às mulheres que trabalham intitulada *A Beleza na repartição*, a autora repassa uma das queixas dos chefes de repartição: “(..) nada é mais desagradável do que contemplar durante as horas de trabalho dactylografas que usem o cabelo comprido, solto e despenteado”¹²¹. A maquiagem deveria ser usada, mas esta tinha que ser a mais simples possível, apenas um *rouge* nos lábios e um pouco de pó no rosto¹²². Esse padrão era impulsionado pelos diversos anúncios da indústria cosmética direcionados às trabalhadoras. Como aponta Graciela Queirolo, além do objetivo de popularizar os produtos, os anúncios revelam que os saberes técnicos não eram suficientes para garantir a permanência nos empregos administrativos, pois a aparência externa tinha um caráter imprescindível para o sucesso profissional. (QUEIROLO, 2015, p. 133). Um artigo da *Revista Fon Fon* aconselhava as empregadas sobre como deveriam proceder ao longo da jornada de trabalho para manter a aparência impecável:

É um dever, uma obrigação iniludível de toda jovem que trabalha, como datilógrafa ou em outra função qualquer, apresentar-se o melhor possível no meio em que exerce sua atividade. Limpeza, bom gosto e elegância são a ordem do dia. (...) O cabelo desgrenhado ou as mãos sujas, exasperam-no. É inevitável que, no transcurso do dia, por efeito mesmo do próprio trabalho, sujem-se as mãos. Não recomendamos que a jovem esteja sempre a olhar-se, arranjando-se continuamente. Temos, porém, de concordar em que ela precisa de alguns “retoques” ou “reparação”, de vez em quando, sobretudo se sai para o almoço, para o *lunch*, etc. É claro que ela terá

¹²⁰ INFLUÊNCIAS. *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro: 23/06/1921.

¹²¹ SOLAR, Eugenia. *A Beleza na repartição*. *O Cruzeiro: Revista Semanal Ilustrada*. Rio de Janeiro: 29/02/1936.

¹²² *Ibid*, 1936.

também bastante compreensão para não realizar esses ligeiros “arranjos” à vista dos seus superiores¹²³.

Ao cuidado com a aparência deveriam se somar atitudes e comportamentos concebidos como próprios da condição feminina como ordem, delicadeza, disponibilidade, discrição e método (QUEIROLO, 2015, p. 133). Esses atributos unidos construiriam o modelo perfeito de secretária.

Figura 14 : Almerinda e sua máquina de escrever.



Fonte: Arquivo da família

“O trabalho era intenso – eu baixava a cabeça ali e datilografava, tirava cópia de traslados de escrituras e fazendo públicas-formas e certidões” (GAMA, 1984, p. 41). Assim se recorda Almerinda sobre sua rotina no ambiente de escritório. A cabeça deveria estar baixa, os olhos concentrados apenas no papel. Michel Perrot (2005) destaca que há todo um código disciplinador aplicado ao corpo da mulher trabalhadora no escritório que exige que ela tenha uma postura apropriada pautada pela docilidade, discrição e subordinação. O espaço do corpo era delimitado: a

¹²³ A arte de ser bela. *Fon Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusiente*. Rio de Janeiro: 07 de agosto de 1943, p. 20.

mulher deveria estar sentada e seus olhos deveriam estar abaixados, concentrados unicamente na sua companheira, a máquina de escrever. Para Perrot: “Os gestos do trabalho feminino misturam exigências técnicas e códigos de disciplina” (PEROT, 2015, p. 239).

Mesmo sendo um trabalho cansativo, as datilógrafas estavam longe da exaustão que experimentavam as trabalhadoras de serviços considerados pesados. Um estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho em dezembro de 1936 calculava em calorias por horas de ocupação o gasto de energia para os ditos trabalhos de mulher. A lavanderia, o serviço doméstico, o da trabalhadora doméstica e o da costureira exigiam respectivamente 214, 157, 124, 81 calorias por hora trabalhada. Já a datilografia, o comércio e encadernadoras dispensavam respectivamente 57, 24, 6 calorias por hora (BITTENCOURT, 1938).

O estado civil das trabalhadoras também era um fator determinante, porque o trabalho assalariado deveria ter caráter temporário. O que definia o momento de abandonar o emprego era justamente quando a empregada mudasse seu *status* de solteira para casada. O emprego remunerado das mulheres competia com as responsabilidades e funções da vida doméstica e maternal. Colocava-se diante das trabalhadoras um dilema: seguir com o mínimo de autonomia social e econômica que seus empregos lhe dispensavam ou ceder a forte pressão social para se tornarem esposas. Não é difícil pensar sobre qual a decisão prevalecia quando lembramos que as mulheres solteiras não tinham uma situação social estabelecida e, se tornar a esposa de alguém, era o meio principal pelo qual boa parte das mulheres obtinham uma identidade social (PATEMAN, 1993, p. 198).

Como esperavam que as mulheres deixassem o trabalho após o casamento, os empregadores achavam desnecessário treiná-las para ocupar postos mais altos, com maiores responsabilidades. Nos Estados Unidos, a instituição do “*marriage bar*”, em tradução livre, a “barreira matrimonial” surgia como uma política adotada por empresas no começo do século XX que funcionava com a não contratação de mulheres casadas e com a desligamento das solteiras que se casassem (STROM, 1992). Maria Luiza Bittencourt, umas das principais lideranças da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, aponta em seu livro *Trabalho Feminino*, de 1938, que diversos países tinham a mesma prática, muitas vezes discriminada na própria legislação nacional:

A Holanda, em março de 1924, provocou o abandono por parte da mulher das funções públicas e da administração de empresas particulares quando contraísse matrimônio. Na Alemanha, em janeiro de 1933, por Aviso ministerial, suspendeu-se a admissão das mesmas aos concursos. Na Áustria, em 15 de dezembro, também em 1933, fixou-se em 30% a porcentagem de mulheres que podem permanecer empregadas nos mesmos serviços. Na Alemanha, de novo, em 28 de março de 1934, procura-se incentivar o abandono por parte da mulher do trabalho industrial, instituindo-se prêmios para o casamento, quando voluntariamente ao contrai-lo o abandone. (BITTENCOURT, 1938, p. 118-119)

Como já afirmamos anteriormente, o trabalho feminino assalariado tinha caráter transitório e deveria estar restrito a algumas fases da vida das mulheres: quando elas eram solteiras, quando tivessem em situação de desamparo por terem sido abandonadas pelos maridos, quando os maridos estivessem em situação financeira delicada, quando estivessem divorciadas ou quando estivessem viúvas (QUEIROLO, 2018, p. 42). Isso transparece nos números do Censo de 1940. Na categoria “profissionais liberais, culto, ensino particular, administração privada” – em que estavam inseridos os trabalhadores de escritório – entre pessoas de 10 a 19 anos, 53% eram mulheres em comparação com o total. De 20-29 anos, as mulheres representavam 39% da força de trabalho dessa categoria, já de 30-39 anos, faixa etária em que estariam casadas e com filhos, a participação feminina cai para 27%¹²⁴.

Foi pautada por essa lógica que Almerinda, uma mulher viúva, pôde ter uma carreira tão longa dentro dos escritórios. Além dos muitos anos dedicados ao trabalho de datilógrafa no Cartório Fonseca Hermes, sabemos pelos arquivos que Almerinda teve ainda a experiência de trabalho em Manguinhos, no Centro Internacional de Leprologia e foi secretária de Dunshee de Abranches, advogado que foi responsável pela defesa da amiga Sylvia Serafim. Foi por intermédio dela que Almerinda conseguiu o emprego no escritório de advocacia.

Uma reportagem publicada na Revista *Vida Doméstica* em janeiro de 1931, explicitava a necessidade de que as datilógrafas fossem “jovens de boa apresentação” e ressaltava que “depois dos quarenta anos é difícil para uma mulher

¹²⁴ O percentual das atividades principais desenvolvidas por mulheres com mais de 10 anos de idade, dentro do ramo designado “profissionais liberais, culto, ensino particular, administração privada” foi calculado a partir da tabela 29, página 34-35, Volume II do Censo de 1940. Ver: CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 29, p. 34-35.

encontrar colocação no comércio”¹²⁵. O repórter entrevista o diretor de uma escola comercial e lhe pergunta se era fato que os patrões preferiam o trabalho feminino. Reproduzimos abaixo um trecho do diálogo publicado na reportagem:

– Para certos empregos sim: dactylographas, secretárias. Além disto, taes ocupações constituem especialidades em que as mulheres se revelam óptimamente. E depois...

– E depois provavelmente contentam-se com salários menores?

– É isso mesmo. E eis ahi a causa profunda do seu sucesso em muitas profissões. **Toda a questão se resume a algumas palavras: “Paga-se lhes menos”.**

– Em certas occupacoes, entretanto, o salário dos homens e das mulheres é idêntico?

– Se este salário é pouco elevado, isso vem a dar no mesmo: aceitam-no e trabalham. Os homens julgam-no insufficiente e abandonam, pouco a pouco a profissão. Tal pagamento que é suficiente para uma mulher sosinha, ou com o qual uma mulher contribue para o orçamento da família, não poderia contentar um homem, único responsável pela manutenção do lar.¹²⁶

Os empregadores concordavam que o trabalho da mulher era mais eficiente, mais seguro e mais rápido (e também mais barato) na execução de tarefas repetitivas que não exigissem tomada de decisões, inovação ou responsabilidade, habilidades que se supunha serem difíceis para as mulheres, dada sua natural timidez. Em inquérito produzido por Clodoveu Doliveira para o Departamento Nacional do Trabalho, os chefes dos serviços explicavam a sua preferência por trabalhadoras mulheres:

1º – as moças não fumam e não levantam de cinco em cinco minutos como os rapazes;

2º – não têm preocupações financeiras ou as dominam, não deixando de trabalhar, ou trabalhando menos, pelo facto de terem compromissos pecuniários, como acontece frequentemente aos homens;

¹²⁵ QUAL o trabalho commercial em que a actividade da mulher é mais aproveitável? *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro: Janeiro de 1931, p. 148

¹²⁶ Ibid, grifo nosso.

- 3º – São mais dóceis, mais pacientes, mais dedicadas ao serviço;
 4º – não tem aspirações, ou são muito modestas nas mesmas.¹²⁷
 (DOLIVEIRA: 133, 16)

Figura 15: Revista Vida Doméstica comemora a expansão do trabalho feminino apresentando trabalhadoras de escritório.



¹²⁷ No entanto, Doliveira destaca que na opinião unânime dos chefes de serviço o trabalho feminino era mais conveniente do que o do homem quando se tratava de serviços cuja continuação fosse o “desdobramento do já executado ou sua repetição”, ou seja, como no caso do trabalho realizado pela datilógrafa que só digitava o que já havia sido manuscrito ou fazia cópias de documentos já datilografados. Esse seria um tipo de trabalho que não demandava inovações e responsabilidades. Segundo Doliveira, diante da responsabilidade a assumir, a timidez feminina viria à tona e atrapalharia a execução da tarefa. (DOLIVEIRA, Clodoveu. O Trabalhador Brasileiro – Esboço antropológico seguido de inquéritos sobre salários e sobre trabalho feminino no Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia A Balança, 1933, 116).

Fonte: IRRADIAÇÃO Victoriosa do Trabalho Feminino. *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro: outubro de 1930, p. 61.

Embora os salários das trabalhadoras de escritório fossem mais elevados do que o das operárias, por exemplo, elas ganhavam menos do que os colegas homens. Como exemplificado no trecho da reportagem citado acima, justificavam-se os baixos salários pela alegação de que os valores seriam suficientes para a mulher auxiliar a casa, elevando os rendimentos familiares e, assim, contribuindo para o sustento familiar. Esse quadro tornava extremamente difícil a situação da mulher sozinha, como era o caso de Almerinda que dependia somente de si para ter moradia, alimentação, vestuário, transporte, etc. Os ordenados eram pequenos, oscilavam entre 200\$ e 500\$ (réis)¹²⁸. As profissionais que tivessem domínio de três a quatro línguas poderiam ganhar mais¹²⁹.

A qualificação básica para ser datilógrafa era, além da capacidade de escrever à máquina usando os dez dedos, ter domínio completo da gramática. Além de transformarem documentos manuscritos em datilografados, as datilógrafas também redigiam textos que podiam ser ditados por alguém. Para se sair bem, não bastava escrever rápido e perfeitamente à máquina (embora a agilidade contasse pontos a favor), era necessário possuir alguma instrução, a mais variada possível. Se, além do domínio pleno da língua portuguesa, a datilógrafa conhecesse ainda o básico de outro idioma, isso a diferenciava das demais. Podemos dizer então que Almerinda, que até traduzia textos do francês, fazia parte deste grupo seletivo das datilógrafas consideradas extremamente qualificadas. A experiência na área também era um diferencial importante, porque se entendia que a datilógrafa aprimorava sua técnica com o tempo, ia criando seu próprio jeito de fazer dançar os dedos sobre a máquina:

Quando a datilógrafa (ou datilógrafo) escreve realmente bem, tendo muitos anos de prática do ofício, vai ficando exatamente como uma boa pianista, que além de tudo que estudou durante a sua longa aprendizagem, criou

¹²⁸ Ibid, 118.

¹²⁹ QUAL o trabalho commercial em que a actividade da mulher é mais aproveitável? *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro: Janeiro de 1931

uma porção de geitos e peculiaridades próprias, espécie de segredos ou de habilidades que ninguém mais conhece”.¹³⁰

Já as taquígrafas deveriam ter, além dos atributos já mencionados e treinamento específico para a função, ouvidos afiados e concentração apurada. A taquigrafia era uma técnica que permitia a escritura textual da palavra oral feita de forma simultânea e veloz (QUEIROLO, 2018). A partir de sinais que representavam fonemas, as taquígrafas conseguiam fazer transcrições em tempo real com bastante agilidade.

Em comparação a outros trabalhos ocupados por mulheres da classe baixa e da classe média ascendente, o ofício de datilógrafa possuía determinado prestígio social. Como já mencionamos, os salários eram um pouco melhores do que se pagava a outras mulheres em trabalhos subalternos e sabia-se que só conseguiam empregos nessa área as que tivessem certo grau de cultura e escolaridade. Moças viam nos filmes os casos em que datilógrafas viravam banqueiras e almejavam ter a mesma função: “Socialmente, meninas pobres ou ricas sonham a independência do emprego certo, a carteira bancária, o teclado polydactylo das ‘remingtons’ e das ‘underwoods’”¹³¹. A construção dessa honorabilidade ligada aos empregos administrativos também contribuiu para sua feminização.

Um conto publicado em 1924 pela revista *Fon Fon* ilustra a produção simbólica em torno desse sentido de conferir uma aura positiva ao ofício, que seria também um caminho de ascensão profissional para moças pobres. Nele, um personagem encanta-se pela filha de sua vizinha costureira que contava com a ajuda da filha no atendimento aos clientes. Ao procurar a moça em determinada ocasião, ouve da mãe que ela tinha agora uma nova profissão, era datilógrafa. Sem esconder o entusiasmo, a senhora relata que agora a filha podia vestir-se bem, frequentar casas de chá com as amigas, além de ter tido a oportunidade de transferir a família para uma casa melhor. O admirador, então, conclui:

¹³⁰ “O que é preciso para ser datilógrafa”. *Vida Doméstica*, nº 290. Rio de Janeiro: maio de 1942, p. 30.

¹³¹ FÁBIO, Leo. Dactylographas. *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente*. Rio de Janeiro: 12/02/1927.

Sahi, contente, da casa da minha vizinha. A Julia arranhou uma profissão rendosa, é feliz, vae mudar-se e do meu balcão não terei a entranha sensação de procurar-lhe o segredo da vida, vendo-a sahir todas as manhãs para só voltar à tarde, com a pasta de papeis que tão bem lhe vae nas mãos tratadas. O Rio, hoje, é a cidade das dactylógraphas¹³².

Qualquer um que se prestasse a observar o movimento das ruas podia chegar a mesma conclusão. Quando a cidade amanhece, um exército de moças ganhava as estreitas ruas de pedra do centro do Rio. Caminham apressadamente para o trabalho. Segundo um cronista da época, andavam como quem tinha medo: “passo apressado, cotovelos colados ao corpo. Mesmo quando vão duas ou três, juntas, evitam falar e rir”¹³³. São operárias, vendedoras de lojas de modas, telefonistas, secretárias, escriturárias e, claro, as datilógrafas que passam a ser personagens presentes nas ruas da capital do país, centro de uma modernidade em transformação.

Os dados do Censo de 1940 mostram que menos de 0,3% das mulheres brasileiras, com idade acima de 10 anos, estavam inseridas na categoria “profissionais liberais, culto, ensino particular e administração privada”, onde estavam enquadradas trabalhadoras de escritório, como as datilógrafas e secretárias. Nessa categoria, como um todo, 33% dos ocupantes eram mulheres, 39.956 declaradas ante 78.731 de homens¹³⁴.

No Distrito Federal, a ocupação da categoria de “profissões liberais, culto, ensino particular e administração privada” (grupo em que estão as datilógrafas) somava 19.873 pessoas, sendo 5.686 mulheres, ou 28%, menor até que a média nacional dessa classe. Em comparação com outros setores na capital, essa seria a categoria com a maior participação de mulheres, perdendo apenas para a categoria “serviços, atividades sociais”, que tinha 33% de mulheres, e para o grupo majoritário

¹³² A Dactylographa. *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente*. Rio de Janeiro: 06/12/1924.

¹³³ O carioca e o carnaval. *Eu sei tudo: Magazine Mensal Ilustrado*. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1937, n. 237, p. 11.

¹³⁴ O percentual das atividades principais desenvolvidas por mulheres com mais de 10 anos de idade, nos diversos ramos categorizados pelo Censo, foi calculado a partir da tabela 29, página 34, Volume II do Censo de 1940. Ver: CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 29, p.34.

de “atividades domésticas e atividades escolares”, que registrava 83% de mulheres¹³⁵.

São muitas Almerindas que levantam cedo para a luta diária pela sobrevivência e enfrentam cotidianamente olhares masculinos que as veem como concorrentes nos postos de trabalho. Pelo fato de fazerem parte da mão de obra assalariada, estão sujeitas ainda ao julgamento e à vigilância da sociedade como um todo que coloca em xeque sua honestidade/moralidade. Estas mulheres, em especial as operárias das fábricas, passam a serem vistas como degeneradas pela experiência do trabalho assalariado.

Na virada do século XX, cada vez mais mulheres de classe média e de classe alta se somam às mulheres pobres como força de trabalho assalariada. Susan Besse (1999) cita vários motivos para esse crescimento sendo um deles a adoção pelas mulheres do sentido burguês do trabalho que lhes traria, além de autossuficiência econômica, o senso de autorrealização. Além disso, o incremento da industrialização e do setor de serviços provoca um aumento na procura por operárias e funcionárias. No entanto, os mesmos valores burgueses passam a considerar a participação feminina no mercado de trabalho como um problema social que tinha poder de desestabilizar o bem-estar nacional. Isso porque as horas dedicadas ao trabalho se converteriam em horas de ausência em casa. Esperava-se que a mulher de classe média estivesse em casa todo o tempo para supervisionar as crianças e a criada, a encarregada do trabalho doméstico.

Nos terrenos da cidadania ou do trabalho, argumentos sobre gênero foram construídos historicamente para demarcar os limites de atuação das mulheres, tendo a biologia como principal fundamentação.

O emprego feminino era uma ameaça, a começar pelo fato de deslocar a mulher do ambiente doméstico, higienizado, para vida exterior. Ao deixarem suas casas e ganharem as ruas, as mulheres atravessam a fronteira do mundo privado para o público. A rua é o palco dos grandes acontecimentos. É por onde os corpos da cidade circulam e experienciam as transformações trazidas pelo progresso. É em potencial um lugar de desvio e de corrupção moral.

¹³⁵ O percentual das atividades principais desenvolvidas por mulheres com mais de 10 anos de idade, no Distrito Federal, nos diversos ramos categorizados pelo Censo, foi calculado a partir da tabela 29, página 22, Volume XVI do Censo de 1940. Ver: CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Regional, parte XVI – Distrito Federal. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 29, p. 22.

A rua é um espaço pouco frequentado pelas mulheres de elite nos primeiros anos do século XX. Martha de Abreu Esteves (1989) investiga como o aparelho jurídico na década de 1910 exercia, a partir da punição de crimes sexuais, o controle sobre as mulheres pobres. Para a autora, alguns dos referenciais de moralidade femininos passavam pelos horários, pelas companhias e pelos destinos que tomavam as mulheres quando saíam às ruas (ESTEVES, 1989, p. 43). O senso de observação de Luiz Edmundo, um cronista da época, revela que apenas os ambientes das confeitarias eram apropriados à presença feminina e, mesmo assim, eram frequentados em um horário específico, no turno da tarde (EDMUNDO, 2003, p. 680):

No começo do século a mulher ainda pouco passeia. Quase não sai à rua. Não obstante, quando, em voltas pela parte central da cidade, sente algum apetite, não entra nunca em um café, muito menos em um bar ou restaurante; em uma confeitaria, porém, entra. Aí morde uns sanduíches, prova uns pastéis, bebe um gole de Málaga, completando a merenda com alguns doces, bombons ou alguns confeitos. A Colombo, por isso, é um tanto freqüentada por famílias. Às 2 da tarde elas começam a chegar.

As mulheres higienizadas deveriam prestar atenção aos horários. Não deveriam sair nunca antes das duas ou depois das cinco horas. “As mulheres vistas como honestas tinham que se preocupar com quem, aonde e que horas ir”. (ESTEVES, 1989, p. 43). João do Rio descreve em *As mariposas do luxo* os diversos tipos sociais que transitam pela Rua do Ouvidor, a “rua que tinha ouvidos”, no centro do Rio. Quando os ponteiros do relógio marcavam 18 horas, já não se via nas ruas as damas da alta sociedade. No crepúsculo se veem apenas os operários com suas vestimentas precárias e “a lata do almoço presa ao dedo mínimo” e um grupo específico de mulheres:

Ninguém as conhece e ninguém nelas repara, a não ser um ou outro caixeiro em mal de amor ou algum pícaro sacerdote de conquistas. Elas, coitaditas! Passam todos os dias a essa hora indecisa, parecem sempre pássaros assustados, tontos de luxo, inebriados de olhar. Que lhes destina no seu mistério a vida cruel? Trabalho, trabalho; a perdição, que é a mais fácil das hipóteses; a tuberculose ou o alquebramento numa ninhada de filhos. Aquela rua não as conhecerá jamais. Aquele luxo será sempre a sua quimera. São mulheres. Apanham as migalhas da feira. São as anônimas,

as fulanitas do gozo, que não gozam nunca. E então, todo dia, quando céu se rocalha de ouro e já andam os relógios pelas seis horas, haveis vê-las passar, algumas loiras, outras morenas, quase todas mestiças. (RIO, 1997, p. 247)

As “fulanitas do gozo” descritas por João do Rio são as mulheres pobres. As que não são (porque não podem ser) rigorosas com os horários adequados para circular nas ruas são as trabalhadoras, as que não se podem dar ao luxo de se preocuparem com a questão da respeitabilidade. São elas que transitam enquanto reparam nos luxos das vitrines, desejando vestidos pelos quais jamais poderão pagar. São, como descrito por João do Rio, quase todas mestiças. São elas, as mulheres negras, que, historicamente, sempre trabalharam, antes nas lavouras da escravidão e, depois, nas ruas como vendedoras, lavadeiras, quituteiras, operárias. O que o destino reserva a estas mulheres, questiona o cronista para responder em seguida: “Trabalho, trabalho; a perdição, que é a mais fácil das hipóteses”. A indecência seria um destino inevitável para estas que trabalham e circulam pelas ruas “fora de hora”¹³⁶.

Envolvida até o pescoço com as reivindicações feministas, Almerinda circulava sozinha pelas ruas de madrugada. Isso porque era neste horário que os jornais faziam o seu fechamento e os diretores batiam o martelo sobre o que estamparia a primeira página das edições que chegariam às mãos dos meninos jornalheiros assim que o dia raiasse. Em muitas madrugadas Almerinda visitou redações para convencer os colegas jornalistas a publicarem suas reportagens sobre as atividades da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino.

Também em nome do fortalecimento das organizações sindicais a quem prestava auxílio, Almerinda ignorava por completo a etiqueta disciplinadora que determinava os horários e os locais que as mulheres honestas podiam frequentar. Almerinda recorda que os empregados do setor de diversões, por exemplo, só encontravam espaço para se reunirem após largarem do trabalho, já no início da

¹³⁶ Na análise de Marta Abreu Esteves (1989, p. 41), nos julgamentos dos crimes honra a pauta principal não era o crime em si, mas a conduta total dos indivíduos, acusados e ofendidas. Era isso que poderia redimi-los ou não de uma condenação. Nestes “crimes de amor”, as ofendidas se tornavam mais do que os acusados o centro da análise. “Qualquer depoimento que mencionasse ‘saídas à rua’, involuntariamente ou sob pressão do interrogatório realizado, era aproveitado por nossos advogados para provar de maneira incontestada a não honestidade da ofendida”.

madrugada. Era comum que se reunissem na sede da Federação do Trabalho, na Praça Tiradentes, e Almerinda acompanhava as plenárias, noite adentro, como recordou em 1984 (GAMA, 1984, p. 77):

Precisavam de assistência, não me recordo pra que, disseram: “Almerinda, você que mora por aqui, você fica”. Eu fiquei. Eu era a única mulher de lá e fiquei (risos). (...) E então eu fiquei lá pra dar assistência, dar uma orientação ao Sindicato de Diversões. Fui pra casa quase quatro horas da manhã, porque era hora que eles se reuniam (risos).

Dedicada à causa que abraçara, Almerinda não hesitava em circular pela cidade fora dos horários permitidos. Empenhava-se em ser um elemento sempre presente junto aos sindicatos. Como ela mesmo afirmava, era a única mulher presente nas assembleias. A atitude subversiva era ainda pior, porque não só andava à noite, mas estava cercada de figuras masculinas. Ao mergulhar de cabeça na militância operária, Almerinda estava vulnerável a um duplo risco: poderia ser considerada uma figura promíscua, sem respeitabilidade sexual ou também ser encarada como tendo um comportamento masculinizado. Era a única mulher entre homens considerados “xucros”, sem educação formal, como eram os operários. Tudo piorava porque não estava sob supervisão de nenhum parente masculino: Lembrou Almerinda (GAMA, 1984, p. 53):

Ali naquele bairro do Camerino – perto do cais do porto, ali perto da Rua Larga – onde estava o Sindicato dos Carregadores de Bagagem, eu saía dali à meia-noite, uma hora da madrugada, sozinha ou acompanhada por eles, nunca – cada um deles procurava ser mais cavalheiro comigo.

Tais observações indicam que Almerinda, ao mesmo tempo em que não se privava de ser livre, andar e fazer o que bem entendesse, temia pela sua reputação. Mais uma vez, ao reelaborar as lembranças, reitera sua respeitabilidade. Almerinda destaca o respeito com que era tratada pelos dirigentes sindicais masculinos. Mesmo sendo a única mulher em um ambiente masculino, os operários lhe tratavam com gentileza e educação. Talvez tenha até vivenciado experiências desagradáveis

provocadas por representações negativas da mulher. Se essas aconteceram de fato, é compreensível que não as mencione. Deseja que não restem dúvidas de que caminhava lado a lado com os colegas, indicando caminhos de trabalho e de ação política, mas, “se dava ao respeito”.

Percebemos a mesma ênfase no relato de vida de uma outra liderança sindical feminina contemporânea de Almerinda. María Roldán foi uma militante operária e peronista do município de Berisso, localizado na Província de Buenos Aires, na Argentina. Nos anos de 1940, a maior parte dos moradores da cidade de Berisso era empregada em grandes frigoríficos, como o Swifit y Armour. María era uma das lideranças do *Sindicato Autónomo de la Industria de la Carne*. Em seu relato de história de vida concedido ao historiador Daniel James, María Roldán enfatiza que os colegas homens do sindicato lhe tratavam de modo igualitário e nunca lhe faltaram com respeito, apesar do convívio próximo que necessariamente tinha com eles. Para garantir sua honestidade, Maria destaca seus papéis como boa mãe e boa esposa em um trecho de depoimento destacado por James (2000, p. 212):

No, a mí al contrario, yo tuve tanta aceptación que venían a veces delegados a hacerme preguntas a mi para esclarecer cosas, por ejemplo: “María, qué le parece, hay un obrero que esto, que lo outro, cómo lo hago, tomo medidas, porque llegó tarde y cada vez que viene se enoja”. Ahora déjelo, en el trabajo no discuta, después afuera le dice que venga un rato al sindicato y lo charlamos entre todos un poco, para que el hombre se ponga en vereda porque el trabajo hay que respetarlo, porque si no tenemos trabajo no tenemos pan”. No, yo simpatiqué mucho, mi querían mucho, no tengo quejas. (..) Yo siempre, a mí jamás me pasó nada raro, pero no me passo fue porque no andaba haciendo risitas por el patio con los hombres, yo esperaba a mi marido, le daba de comer, limpiaba, estava con mis chicos.¹³⁷

¹³⁷ Tradução: “Não, pelo contrário, eu tive tanta aceitação que vinham às vezes delegados me fazer perguntas para esclarecer coisas, por exemplo: ‘María, o que você acha, há um operário que isto, que aquilo, como faço, tomo medidas, porque chegou tarde e cada vez que vem se irrita’. Agora deixe-o, no trabalho não discuta, depois fora lhe diga que venha um momento ao sindicato e conversamos juntos um pouco, para que o homem cumpra com suas obrigações, porque o trabalho tem que ser respeitado, porque se não temos trabalho não temos pão”. Não, tinham simpatia por mim, eu era muito querida, não tenho queixas. (..) Eu sempre, a mim jamais me aconteceu nada estranho, mas não me aconteceu, porque eu não andava dando risadinhas pelo pátio com os homens, eu esperava o meu marido, lhe dava de comer, limpava, estava com meus meninos”.

Podemos entender a ênfase na honestidade e na respeitabilidade também, quando lembramos que nossa protagonista era uma mulher que caminhava nas ruas em sua luta diária pela sobrevivência e na militância política, carregando um corpo não-branco numa sociedade recém-saída de um modelo escravocrata. São mulheres como Almerinda que sentem na pele as violências físicas e simbólicas de quem teve seu corpo objetificado, hipersexualizado e tratado historicamente como mercadoria. São diversos os estereótipos raciais, ou como dito por Patricia Hill Collins, as imagens de controle, impostas sobre a população negra. Passam pela figura da *mammy* (ou no Brasil a “mãe preta”), do negro sofredor ou da mucama/mulata com apetite sexual excessivo. Nas narrativas das sociedades escravocratas, a dita sexualidade acentuada do corpo negro surge como uma característica que seria inerente à própria raça.

No decorrer do século XX, aponta Sueli Carneiro (2019), persiste no imaginário social esta visão racista e preconceituosa que limita a mulher negra ao prazer sexual, cria-se o mito da mulata sensual e provocativa às relações extraconjugais. O mecanismo das opressões interseccionais classifica as mulheres em arquétipos para depois as hierarquizar: há a mulher honesta e boa, zelosa com sua virgindade e protegida pelo casamento, e a imoral ou a má, que vivem para o prazer e se expressa sexualmente; é a indigna do matrimônio. Nesse binarismo, típico dos estereótipos, os tipos são racializados. Independente de seu comportamento, a categoria de menina má foi atribuída às mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 233). Como já mencionado, há ainda uma segunda hierarquização que destina às mulheres de pele retinta uma posição ainda mais subalterna, por serem consideradas desprovidas de beleza e sensualidade: Ainda segundo Sueli Carneiro: “Para as mulheres negras, consideradas como destituídas destes atributos, reserva-se a condição de ‘burro de carga’: ‘preta para trabalhar, branca para casar e mulata para fornicar’” (CARNEIRO, 2019, p. 149).

Creio que os mitos oriundos da herança colonial racista e sexista com os quais Almerinda lidava cotidianamente interfeririam na construção de sua identidade racial negra. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2008) compartilha, como homem negro, a forma como era percebido por pessoas brancas e como esta experiência o dilacerava e o levava a fugir de si mesmo. Deixava de ser sujeito para se tornar objeto (FANON 2008, p. 103,106):

O outro através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu (...) Nesta época, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, com o branco que impiedosamente me aprisionava, eu me distanciei para longe, para muito longe do meu estar-aqui, constituindo-me como um objeto. O que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? No entanto, eu não queria esta reconsideração, esta esquematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens.

Para se afastar de qualquer um desses estereótipos que aprisionam as mulheres negras, ela dará em sua narração biográfica um grande peso à defesa de sua honra. Deseja consolidar para a posteridade sua imagem de mulher honrada.

Visto que a entrada das mulheres no mercado laboral era tida como inevitável, o Estado buscou regular a presença feminina neste ambiente. Em 17 de maio de 1932, durante a gestão do ministro Salgado Filho à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi promulgado o Decreto nº 21.417-A que “regulamenta as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais”. O Decreto do Trabalho das Mulheres foi baseado em estudos produzidos pelo Departamento Nacional do Trabalho e em relatórios de conferências internacionais como da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Previa a proibição do trabalho feminino nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares entre 10 da noite e 5 da manhã. As únicas exceções seriam as mulheres que exerciam atividades em estabelecimentos “onde só trabalhem pessoas da família”, ou em serviços de telefonia, radiofonia, em hospitais, clínicas, sanatórios e manicômios. O decreto proibia ainda o trabalho feminino em atividades insalubres, como também o trabalho de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas após o parto e determinava que deveria existir igualdade salarial, sem distinção de sexo.

Na Argentina, o Poder Executivo chegou a apresentar em 1904 um projeto de Código do Trabalho, que tinha características parecidas com a legislação brasileira que proibia o trabalho noturno feminino e a realização de tarefas em ambientes insalubres, mas o Código do Trabalho não foi adiante. Ao comentar a proposta do código argentino, Mirta Lobato (2007, p.210) aponta que a ideia por trás desse tipo de legislação de proteção era alimentada pelo entendimento de que o trabalho, a depender da sua natureza e das condições, seria maléfico para o organismo

feminino, responsável pela reprodução da espécie. Dessa forma, mães e futuras mães deveriam ser poupadas.

A legislação, em especial os itens que tratam do veto ao trabalho feminino noturno, limitava as oportunidades de trabalho feminino e colocava em condição de ilegalidade as muitas trabalhadoras que já atuavam neste horário considerado maldito e inadequado para as mulheres.

Glaucia Fraccaro (2018) sugere que “o caráter patriarcal desta legislação de proteção às mulheres interessava mais aos homens, que pretendiam repeli-las do mercado laborativo do que regulavam as relações de trabalho” (2018, p. 176). Teresa Marques também afirma que a proteção às trabalhadoras custava caro às mulheres “na forma de menores salários, ou na forma da menor oferta de postos de trabalho” (2016a, p. 674). Ao proibir o trabalho noturno, só abrindo exceção em atividades consideradas “limpas” ou que tinham caráter de cuidado, como as desenvolvidas no âmbito da saúde, os agentes do Estado também estavam moldando as ações e os comportamentos femininos, evidenciando que a mulher que está fora de casa no horário noturno está subvertendo a ordem pública (BITTENCOURT, 1938, p. 90). Como ficava, então, a situação daquelas que na necessidade de ganhar à vida iam às ruas sozinhas ou em horários não permitidos?

Um grupo profissional extremamente prejudicado pela nova legislação era o das moças que exerciam suas atividades em bares, restaurantes e cafés. Recebendo baixos salários, as garçonetes que viviam quase exclusivamente de gorjetas ficariam prejudicadas, porque justamente no horário de maior movimento, de acordo com a nova legislação, não poderiam trabalhar. Corriam o risco de serem despedidas em massa. Preocupadas com o quadro que se estabelecia, em 19 de agosto de 1933, as garçonetes buscaram ajuda na Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. Quem as recebe para este encontro não é Bertha, e sim Almerinda Gama.

Figura 16: Almerinda recepciona as garçonetes na FBPF



Fonte: AGITAM-SE as garçonnettes: Reunião na F. P. F para tratar do novo horário. *A Noite*, 19 de agosto de 1933, p. 1.

Segundo Almerinda, Bertha se recusou a receber as garçonnetes, porque elas estavam acompanhadas de um homem, um advogado: “Eu tinha a impressão de que ela via em cada homem um inimigo” (GAMA, 1984, p. 47). A recusa terminou por beneficiar as garçonnetes, pois não havia na FBPF elemento que mais se identificasse com a questão levantada pelas trabalhadoras do que Almerinda. Ela conhecia na pele as agruras de lutar para conseguir sua própria subsistência enquanto tentava manter sua moral ilibada. A federação entra, então, na discussão. A entidade, em acordo com as trabalhadoras, deliberou que uma comissão procuraria o ministro do Trabalho solicitando modificações na legislação. Almerinda também instruiu as colegas a se organizarem em um sindicato de classe, a fim de defenderem seus direitos perante os poderes públicos. Em entrevista ao jornal *A Noite*, Almerinda explicou a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as garçonnetes que eram, inclusive, impedidas de se associarem ao sindicato de classe da categoria. Os garçons não queriam saber de garçonnetes na entidade:

É doloroso o que se passa – disse-nos. Estas moças procuram uma ocupação honesta para viver e o decreto em apreço vem prejudica-las. O Sindicato dos “garçons”, com quem me entendi, nega-se a recebe-las como socias e muito menos defender suas pretensões, allegando que há uma lei que proíbe o ingresso das mulheres naquele syndicato... Completamente desamparadas – continua – as prejudicadas recorrem à Federação pelo Progresso Feminino que, de acordo com seu programma, vae defender os seus direitos, isto é, o direito de poderem ellas trabalhar numa profissão lícita¹³⁸.

Localizei entre os arquivos que fazem parte do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sob a guarda do Arquivo Nacional uma carta com quatro páginas datilografadas, escrita e assinada por Almerinda direcionada ao então ministro do Trabalho, Salgado Filho, com uma proposta de reforma do decreto do trabalho feminino noturno.

Não se sabe se o documento é um esboço ou uma cópia de uma correspondência que foi de fato enviada ao ministro. De toda a forma, o documento nos mostra o grau de comprometimento de Almerinda com a questão. Manifestando-se em nome da FBPF, Almerinda enfatiza na correspondência que a plena igualdade jurídica entre os sexos só poderia ser obtida com a reforma completa da legislação brasileira. Para ela, era essencial também que as mulheres tivessem voz ativa na elaboração de todas as leis e na discussão de todos os assuntos que se relacionavam a elas, bem como contar com a participação ativa de elementos femininos em todos os órgãos encarregados da fiscalização. A carta apresenta emendas ao Decreto 21.417, como o pedido para que seja assegurado à mulher que trabalha uma participação mais direta nas associações de classe. Reproduzo abaixo um trecho da carta:

Grande é o contingente de mulheres que empregam no Brasil as suas atividades no comércio e na indústria, pois já em 1922 o recenseamento acusava mais de um milhão de representantes femininas nos diferentes campos de trabalho. Faz-se, pois, sentir a necessidade de atender aos seus problemas especiais, e esses problemas ninguém os conhece melhor do que elas, diretamente interessadas como se acham em sua solução.

¹³⁸ AGITAM-SE as garçonnettes: Reunião na F.P. F para tratar do novo horário. *A Noite*. Rio de Janeiro: 19/08/1933, p. 1.

O decreto n. 21.417 de 17 de maio de 1932 representa indubitavelmente uma iniciativa louvável, inspirada no desejo de proporcionar assistência à mulher que trabalha. Grande parte dos seus dispositivos preenche as suas finalidades, principalmente as que se relacionam com a maternidade, embora a experiência demonstre que desde que a orientação ao trabalhador se torne onerosa, tende o empregador particular a procurar substituí-lo por outro menos protegido.

Outros artigos, porém, não obstante a sua intenção benevolente, se revelam, na prática, contraproducentes, excluindo as mulheres de certos serviços para os quais possuem aptidões especiais, como o de caixa, em certos casos, por exemplo, ou que apresentam mero meio de subsistência, melhor remunerado e mais acessível a aquelas que são obrigadas a dedicarem-se durante certas horas do dia à prole e que não possuem técnica de trabalho comercial ou manual especializado (é o caso das garçonettes, segundo resultou de nosso inquérito). As restrições impostas pelo referido Decreto não correspondem ao desejo e às necessidades da mulher, porque esta deve ser livre de escolher dentro de suas possibilidades a profissão que preferir, no horário que lhe convier, conciliando seus próprios interesses.¹³⁹

Mesmo após o afastamento de Almerinda da FBPF, Bertha e suas colaboradoras seguiram criticando o decreto que inviabilizava o trabalho de um grande número de mulheres. O trabalho feminino noturno fez parte do Projeto de Lei nº 736 de 1937, que ficou conhecido como Estatuto da Mulher, apresentado e defendido pela agora deputada Bertha Lutz. Com o *lobby* feminista, a proibição ao trabalho noturno feminino foi vetada na Constituição Republicana de 1934 (MARQUES, 2016b p. 86).

Outra visão que passa a ser considerada nesse momento é aceitar o trabalho feminino como uma alternativa à perdição das mulheres. É melhor que trabalhe do que “caia” na vida”. O trabalho era preferível à “perdição”, de modo que seria preciso aceitar o trabalho como meio de subsistência para aquelas que precisavam garantir seu próprio sustento, porque, assim, as mulheres não seriam lançadas pela miséria nas ruas da perdição (LOBATO, 2013, p. 139). Seja nesta perspectiva ou no estabelecimento de um marco legal regulador da presença feminina no mundo laboral, a moralidade da trabalhadora estava no centro da discussão.

¹³⁹ Arquivo Nacional. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, referência: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.60, v.1, p. 9.

A presença cada vez maior das mulheres no cenário urbano não se traduz em um abrandamento das regras morais; pelo contrário, quanto mais elas se distanciam da esfera doméstica, mais ainda a sociedade burguesa lhes impõe um sentimento de culpa pelo abandono do lar (RAGO, 2014). Afinal de contas, ao passar horas do dia no trabalho, a mulher estaria sobrecarregando o marido e se ausentava da educação dos filhos. Por causa desse raciocínio, o trabalho feminino seria tolerado entre as mulheres solteiras, que deixariam de ser um “peso morto” para suas famílias colaborando em casa. Ao se casarem, deveriam deixar seus postos de trabalho para se dedicar exclusivamente à família. Estar fora do lar e longe dos cuidados dos maridos significava que as mulheres seriam suscetíveis à imoralidade.

Segundo esse prisma, ao estarem em contato permanente com outros homens que não eram seus maridos, as mulheres tinham grandes chances de caírem em desgraça, envolvendo-se sexualmente com colegas de trabalho. Seriam suscetíveis e cederiam fácil a qualquer galanteio dito ao pé do ouvido por um companheiro de trabalho. A situação das trabalhadoras do comércio era considerada ainda pior, porque não estavam no convívio limitado dos colegas de escritório, mas em contato direto com o público. Há também a construção de uma outra imagem depreciativa: a mulher que trabalha seria “solta”, estaria, portanto, à disposição. Como mulher que inevitavelmente carrega a herança de Eva que corrompe os homens e os induz ao pecado, a trabalhadora estaria no escritório para seduzir. Seus olhares encantadores, sua fala sensual, todo o seu corpo de trabalhadora seria um convite à tentação. A categoria das datilógrafas e secretárias sofreu como poucas tais estigmas.

Percebe-se que enquanto se dedicam aos seus empregos, buscando bom desempenho profissional, as trabalhadoras de escritório são alvo de um discurso disciplinador, que passa também por uma política voltada para a sexualidade, difundido tanto por instituições públicas, a partir da Justiça, por exemplo, quanto também apregoado de forma indireta e sutil, por meio da cultura e das representações. Há por parte das classes dominantes a construção e a disseminação de imagens positivas sobre o comportamento esperado de uma mulher honrada, como também imagens negativas que atribuem estigmas sem fim àquelas que, de alguma maneira, se “desvirtuam” da norma social estabelecida.

Volto aqui a citar Stuart Hall (2016) que faz uma discussão importante sobre como, a partir de um conjunto de práticas representacionais, constroem-se os

estereótipos. A estereotipagem ou estereotipização fixa os limites do que está dentro e fora da normalidade, criando assim o binarismo entre o que é “normal e aceitável” e o que é “anormal e inaceitável”. Dessa forma, os grupos hegemônicos mantêm a ordem social e simbólica, classificando e definindo os que não estão dentro dos padrões de “normalidade. O excluído é o *Outro*. O estereótipo, no conceito apresentado por Hall, apossa-se de algumas características de uma pessoa e, em seguida, tudo sobre ela é reduzido a estes traços, que serão exagerados e simplificados. Segundo Hall (2016:191): “A estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’”. As representações, no âmbito do cinema, fotografia, literatura, foram fundamentais na construção do significado do que era “ser datilógrafa”. Aqui me detenho a analisar algumas representações difundidas pela imprensa carioca nas primeiras décadas do século XX.

As datilógrafas são apresentadas como “entidades perigosas cujos dedos, como os das Parcas, tecem o destino dos homens”¹⁴⁰. Atribuiu-se a elas o magnetismo das divindades que têm controle absoluto sobre o destino dos mortais e que têm poder de hipnotizar os homens a ponto de fazê-los agir mesmo contra sua própria vontade. Uma nota publicada no suplemento do *A Noite* em 15 de outubro de 1930 evidenciava isso. Mesmo os homens que estavam resolutos a não se casarem, não resistiam aos “atrativos” das datilógrafas:

O número de banqueiros, chefes de casas commerciaes, proprietários de industrias, artistas e literatos que têm contraído matrimônio com suas secretarias e dactylographas é grande. A tal ponto que muitas dessas creaturas fazem disso um systema. A aproximação diária é a isca com que essas pequeninas pescadoras prendem os grandes tubarões. Há celibebatários que depois de resistir a todas as tentativas e todos os avanços de moças da alta sociedade, acabam cedendo aos attractivos de suas dactylographas¹⁴¹.

Percebe-se que, para o jornal, as secretárias e as datilógrafas eram alpinistas sociais que vinham logrando êxito em suas investidas nos endinheirados “tubarões”. Era como se o cantar das máquinas sobre os dedos ágeis das datilógrafas se

¹⁴⁰ A manobra. *Careta*. Rio de Janeiro: 28/03/1931, p. 7

¹⁴¹ *A Noite*: Suplemento - Secção de Rotogravura. Rio de Janeiro: 15/10/1930, p. 4

assemelhasse ao irresistível canto das sereias que, na mitologia, usam a voz para atrair e seduzir os homens. A escalada da conquista seria feita a partir de um sistema, um método que seria certo para enlaçar os chefes.

São inúmeros os contos em que esposas amedrontadas pelo fantasma do adultério enxergam nas datilógrafas, que trabalham com ou para seus maridos, suas principais ameaças. Em um conto publicado na *Revista Vida Doméstica*, uma esposa, Dona Ernestina, alimentava várias desconfianças a respeito do comportamento do marido, Sr. Carlos, que tinha um pequeno escritório no centro da cidade. Ela, que já havia trabalhado em escritórios, tinha intuição de que a pessoa a ameaçar seu casamento era a bela e alta datilógrafa que trabalhava com seu marido. Convence-o a demiti-la. Continuará enxergando na nova secretária a mesma ameaça. Também pediu para o marido dispensá-la. Assim, foram sendo substituídas, uma a uma, mais de 12 empregadas. O conto relata a percepção da esposa sobre o ambiente do escritório:

Já trabalhei muitos anos em escritórios, e ninguém me engana. Sei perfeitamente o que isto é. Conheço uma quantidade enorme de romances, como de tragédias passionais que poderiam ter sido evitadas, tudo nascido nesta vida e trabalho comum de homens com mulheres. Nestas circunstâncias não me é permitido fechar os olhos e fazer-me de ingênua¹⁴².

Como a datilógrafa ou a secretária eram imprescindíveis ao bom andamento do escritório, a esposa decide, com a ajuda de amigas, ela própria escolher quem estaria ao lado do seu companheiro. Para dar fim ao pesadelo de ser traída, a solução foi contratar uma pequena, de corpo franzino e pouco atraente. Agora, sim, se sentia segura e poderia dormir em paz. No entanto, o texto literário evidencia que não importava a aparência das datilógrafas, elas eram dissimuladas e sorradeiras:

Pois não é que a moça, que até ali vivera desprezada e maltratada por ser meudinha e pálida, e não ter os olhos claros, se sentiu atraída por aquele homem diferente dos demais e os seus sentimentos amorosos atingiram o coração que batia no peito dêle?! Debaixo daquela aparência austera e frígida, o senhor Yets tinha alma suscetível de se deixar emaranhar por um

¹⁴² QUANDO a mulher se engana. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro: Março de 1942, p. 85.

amor, desde que este surgisse e se lhe enroscasse em torno como um cipó das florestas tropicais. A principio êle repudiava o carinho que brilhava nos olhos escuros da pequenina secretaria, mas lentamente foi-se deixando vencer(..) Não era mentira, então, que aquele homemzarrão estava apaixonado por esta fragil pessoinha, que o dominava mais e melhor do que as anteriores empregadas de ótima estatura!¹⁴³

O conto *A nova Datilógrafa*, publicado na revista *Fon Fon* em 1941, segue exatamente o mesmo roteiro. A datilógrafa que parecia feia e desengonçada, portanto, não ameaçadora, seduz o patrão que abandona a esposa para assumir o novo relacionamento. O autor conclui:

A senhora Laucan é, hoje, a senhora Pelmont. Tem tudo o que desejar: um marido apaixonado e ciumento, um luxuoso apartamento na avenida do Bois; uma “vila” em Canes e outra em Deauville; vestidos, jóias e automóveis. Tem de tudo. E se não tem uma máquina de escrever, é porque não a pediu...¹⁴⁴

No levantamento que fiz nos jornais e revistas cariocas entre os anos de 1920-1940, há também um outro desdobramento desse estereótipo, este mais explicitamente em uma dimensão sexual. São incontáveis os contos em que autores homens têm fantasias com datilógrafas. Os personagens, em sua maioria chefes e trabalhadores, que na rotina laboral observam cada passo das datilógrafas e alimentam fantasias sexuais com elas. Stuart Hall (2016) argumenta que o fetichismo é o reino onde a fantasia intervém na representação. É o estereótipo que lida com a projeção, com o desejo (HALL, 2016, p. 200):

O ponto importante é que os estereótipos referem-se tanto ao que é imaginado, fantasiado, quanto ao que é percebido como ‘real’, e as reproduções visuais das práticas de representação são apenas metade da história. A outra metade – o significado mais profundo – *encontra-se no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito, mas não pode ser mostrado.*

¹⁴³ QUANDO a mulher se engana. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro: Março de 1942, p. 92.

¹⁴⁴ A NOVA datilógrafa. *Fon Fon*. Rio de Janeiro: 2 de abril de 1941, p. 45

Exemplifico este tópico com trecho de um conto publicado na revista *Fon Fon*. Embora o artigo não tenha explicitamente um teor sexual, as insinuações ficam por conta do erotismo como cada parte do corpo da datilógrafa é descrito. O terreno do fetichismo também envolve, segundo Hall (2016), a rejeição. O desejo e seu objeto são satisfeitos e, ao mesmo tempo, negados. No conto, o autor deseja a datilógrafa ao mesmo tempo em que a repele pela sua reputação deplorável (BIRABEAU, 1927, p. 69):

As dactylographas – espéro que nenhuma se zangará com a minha constatação – têm ao mesmo tempo uma reputação deplorável e encantadora. Quando digo ao leitor que Mlle. Gervoize é dactylographa, imagina certamente por sobre a machina de escrever, uma carinha brejeira, de cabellos alvortados, um pescoço nú, braços nús, um ouvido prompto a ouvir palavras tentadoras, olhos feitos para provoca-las, sobre a mesa um “baton de rouge” de lábios ao lado da borracha de apagar, sob a mesa, pernas completamente a mostra mettidas em meias de seda.

Figura 17: Registro de Almerinda em seu local de trabalho.



Fonte: Arquivo da família

Diante desse cenário, não é de se estranhar que Almerinda tenha feito sempre muita questão de enfatizar sua honestidade e sua moralidade. As classificações e representações que taxavam as trabalhadoras mulheres de desonestas certamente também contribuíram para que as datilógrafas tenham evitado a todo custo se envolverem no sindicato da categoria. Isso porque se dizer “sindicalista”, “grevista”, significava aceitar imagens depreciativas que apresentavam

as mulheres como masculinizadas. Barbara Weinstein (2010), em seus estudos dedicados às mulheres operárias latino-americanas do começo do século XX, aponta que as preocupações com a feminilidade e a respeitabilidade tenderam a minar a identidade da classe operária já tão estigmatizada (WEINSTEIN, 2010, p. 148-149):

Historiadores – especializados em história do trabalho feminino – têm recuperado, com muito entusiasmo, evidências sobre o comportamento rebelde entre as mulheres da classe trabalhadora no contexto dos protestos operários, mas têm sido relutantes em focalizar aquelas mulheres trabalhadoras que evitaram greves ou protestos precisamente porque tais ativismos implicaram transgressões às “fronteiras” do comportamento feminino. Não é difícil encontrar exemplos de mulheres receosas em relação à militância por medo de parecerem brutas ou masculinas.

O censo de 1940 também buscou responder quantos trabalhadoras e trabalhadores estavam organizados em entidades sindicais. Como informam os dados, na categoria de “profissões liberais, culto, ensino particular e administração privada”, em que estão inseridos os trabalhadores de escritório, eram 11.394 sindicalizados em todo país, sendo 1060 mulheres, ou 2,6% das trabalhadoras desta categoria¹⁴⁵. No Distrito Federal, esta categoria que contemplava também os trabalhadores de escritório contava com 3.809 integrantes de sindicatos, sendo apenas 398 mulheres, pouco mais de 10% dos sindicalizados¹⁴⁶. Embora a categoria analisada pelo Censo não seja unicamente composta por funcionários de escritório, os dados são sugestivos de quão baixa era a participação feminina de datilógrafas, secretárias, escriturárias e taquígrafas no movimento sindical. No entanto, este era um quadro que não era exclusivo desse tipo de ofício. Nos dados gerais, sem discriminação de categoria profissional, o Censo de 1940 no Brasil informa que 651 mil pessoas em todo o país declararam pertencer a sindicatos. Desses, 15% eram mulheres, mais de 100 mil trabalhadoras que se somavam a 551 mil homens¹⁴⁷.

¹⁴⁵ CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 40, p. 50.

¹⁴⁶ CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Regional, parte XVI – Distrito Federal. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 40, p. 36.

¹⁴⁷ CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tabela 40, p. 50.

Almerinda fala sobre a resistência que enfrentou ao abordar as colegas que desconheciam o papel de um sindicato de classe em depoimento (GAMA, 1984, p. 65):

As mulheres eram pouco sindicalizáveis; elas não tinham aberto os olhos para este direito e este dever. Tanto que todos os sindicatos eram por lei abertos a ambos os sexos, mas pode ver aí as fotografias, quase todos homens. Porque as mulheres, quando se dizia: “Vamos para o sindicato”. – “Ah, que que eu vou fazer lá? Vão me aumentar o salário? Vou ganhar mais por isso?” Não tinham educação política para isso, a mulher não tinha educação política. Os sindicatos eram muito abandonados. Tanto que para a eleição classista vinha uma representante do Sindicato de Magarefes. Mas não veio, porque disse que estava doente. Só eu, do Sindicato de Datilógrafas do Rio de Janeiro, de todo o Brasil.

Elvira Boni, uma paulista filha de imigrantes italianos anarquistas que fundou com outras colegas a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas em 18 de maio de 1919, relata as mesmas dificuldades de mobilização das trabalhadoras. As mulheres não atendiam ao apelo do União das Costureiras, que fechou as portas poucos anos depois, em 1922. É verdade que muitas tinham medo da repressão policial, mas a maioria delas, segundo seu relato, acreditava que sindicato era coisa de operário e não se reconheciam como tal: “As companheiras discutiam muito e diziam muita bobagem. Achavam que não eram operárias, e sim artistas, porque faziam coisas bonitas, vestidos...” (GOMES, 1988, p. 37).

A iniciativa de Almerinda de construir do zero um sindicato feminino, o das datilógrafas, foi acompanhada pela dificuldade de mobilizar a categoria. Para dar corpo ao sindicato, Almerinda contou com uma auxiliar de escritório, Maria Geralda, que era sua colega de trabalho no escritório do advogado Dunshee, uma datilógrafa da Federação do Trabalho e algumas companheiras de cartório. Almerinda se valeu ainda de alguns amigos: Gilberto Flores, diretor da *Revista do Trabalho* concordou que sua esposa, que nem era datilógrafa, se filiasse ao sindicato (GAMA, 1984, p. 63). Não chegou a existir uma campanha de sindicalização junto às datilógrafas e secretárias, porque, segundo Almerinda, as mulheres eram “comodistas” (GAMA: 1984, 67). “Eram pessoas avulsas que eu consegui com esforço para fazer o número”, lembrou Almerinda (GAMA, 1984, p. 64). Essas poucas companheiras,

“puxadas a gancho” (GAMA, 1984, p. 70), nem chegaram a se engajar nas lutas de fato.

O Sindicato das Datilógrafas funcionava quase que simbolicamente. Tarefa árdua era obter quórum para uma assembleia deliberativa. Era ela, Almerinda, quem tocava tudo sozinha. Há registros de vários documentos e cartas da FBPF endereçadas a entes públicos assinados por Bertha em conjunto com demais entidades, todas elas, braços da própria federação, como o Sindicato das Datilógrafas. Almerinda, a presidente do Sindicato, reconhece que, no fim das contas, a entidade era mais um elemento em suas mãos e na de Bertha para participarem da vida política (ALMERINDA, 1991):

O sindicato era quase que uma máscara, porque as mulheres de fato não tinham consciência combativa, consciência corporativa. Você falava fulana... “E quanto eu vou ganhar? Eu vou ganhar alguma coisa com isso?” não sabia (inaudível) a gente pegava aquilo para efeito oficial, para fazer número porque elas mesmas não se interessavam. Não se interessavam, não tinham consciência.

Por causa dessa baixa adesão das datilógrafas, Almerinda sofria críticas de outros líderes sindicais que tentavam descredibilizar sua atuação. Henrique Stepple Júnior, que foi presidente da Federação do Trabalho do Distrito Federal, sabendo da dificuldade de reunir as mulheres, ridicularizava Almerinda chamando o sindicato de “Sindicato de Eu Sozinha” (GAMA, 1984, p. 76). Almerinda tentava não se abater com as críticas: “Eu deixava *pra* lá porque aquilo era quase que uma verdade, as minhas companheiras nem tomavam conhecimento daquilo” (ALMERINDA, 1991). Mesmo enfrentando tantos obstáculos e lidando com estereótipos culturais perversos, Almerinda fez sua voz ser ouvida nos sindicatos e associações e se tornou uma pioneira entre as lideranças sindicais femininas do país.

Por falta de atividade, o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas teve a carta recolhida ainda nos anos de 1930. Segundo rememorou Almerinda (GAMA, 1984, p. 97): “Eu não podia aguentar fazer força, continuar a arregimentar uma porção de ovelhas desgarradas que não queriam ir para o redil”.

Os anos se passavam e Almerinda seguiu sua trajetória profissional como datilógrafa/escriturária. Diferente do que acontecia com a maioria das mulheres, que

à medida que envelheciam iam abandonando os postos de trabalho em escritório, Almerinda seguiu nos empregos administrativos. Para ela, a atividade profissional nunca foi provisória. Pelos jornais, sabemos que Almerinda trabalhou no 9º Cartório de Notas até 1967, ano que foi demitida do cargo de escrevente juramentada¹⁴⁸. Foram quase 40 anos atuando neste mesmo cartório da Rua do Rosário.

Mesmo sendo muito qualificada, dominando como poucas as mais diversas técnicas comerciais, não há registros de que Almerinda tenha assumido postos de maiores responsabilidades nos lugares onde trabalhou. A hierarquia do escritório era baseada em gênero. A dominação masculina minou as possibilidades de Almerinda alcançar lugares mais altos nos escritórios. Sem chances de promoção, restava-lhe complementar a renda com trabalhos autônomos. Anunciava seus serviços nos classificados do *Jornal do Brasil*: “Datilografia-caligrafia. Cursos rápidos e eficientes. Aulas individuais ou em turmas diurnas ou noturnas. Mensalidades a partir de 158000. Professores Almerinda Gama e S Moura. Cópias a máquina em qualquer língua”¹⁴⁹.

Trabalhando para viver e vivendo para trabalhar, nossa protagonista parecia esticar o tempo: além do emprego e das responsabilidades que assumia nas entidades de classe e associações políticas, dedicava-se à poesia e à música. Havia espaço ainda para alimentar a rede de afetos que sua natureza agregadora e personalidade cativante conquistaram: paixões, amigos, família. No próximo capítulo conheceremos a intimidade da mulher Almerinda.

¹⁴⁸ Ver: ATOS na Justiça. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 16/03/1967, p.3.

¹⁴⁹ DATILOGRAFIA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 12 de janeiro de 1941.

3 - ALMERINDA E A CASA: O LUGAR ONDE SE GUARDA A MEMÓRIA

*uma casa é o tempo
aqui era assim, lembra?
aqui era tão grande.
aqui vovô tomava café.
uma casa muda,
seu silêncio se ouve
Ela fala tão alto
ouçam, ela diz:
– aqui não havia nada
– como é bom você ter trazido essa cadeira
– faz falta um cobertor nessa cama
– agora respiro melhor*

Maiá Mendonça. Morar é viver (2014)

Nos capítulos anteriores, evidenciei aspectos das múltiplas identidades de Almerinda, em especial sua identidade política de classe, com foco em sua atuação pública nos anos de 1930. Creio que este trabalho de pesquisa perderia muito seu valor se ignorasse outra dimensão de Almerinda, esta mais íntima, que diz respeito à sua sensibilidade, à sua educação afetiva e à sua expressão artística. Quem é a mulher por detrás da fotografia célebre de 1933 em que, vestida de sorriso, deposita seu voto na urna? Entendo que esta outra faceta, mais centrada na vida privada de Almerinda, não está desassociada do seu eu político que apresentei anteriormente, porque, como aponta Michelle Perrot (2020:12), “a história da vida privada também é a história política do cotidiano”.

Escolhi usar o símbolo da casa para desenvolver este último capítulo por entender o peso simbólico que o lar tinha para Almerinda. Lugar de refúgio, a casa está cheia de representações. Nela, vivemos nossos cotidianos, nossos ritos de passagem, nossas sociabilidades. Como aponta Michelle Perrot (2020, p. 299), “cenário da vida privada e das aprendizagens mais pessoais, tópico das recordações de infância, a casa é o sítio de uma memória fundamental que nosso imaginário habita para sempre”. Sendo o espaço do vivido, a casa também está impregnada de memórias. Ali nossas lembranças mais íntimas encontram refúgio. A casa também guarda nossos esquecimentos. Os objetos que nos são caros estão expostos nas

prateleiras, em velhos álbuns de família. Alguns deles nos foram passados pelos nossos antepassados e os guardamos para entregar aos que virão depois de nós. Em sua belíssima obra *A poética do espaço*, Gaston Bachelard (1978, 201) nos fala sobre como o microuniverso que é a casa está conectada à memória e ao imaginário:

[...] a casa não vive somente o dia a dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa. Evocando as lembranças da casa, acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida.

A casa erguida por Almerinda na Rua Getúlio, nº 571, no bairro do Cachambi, na cidade do Rio de Janeiro, era o lugar onde residiam os sonhos da nossa protagonista. Esta casa, construída com muito esforço, foi a residência onde ela morou por mais tempo e o lugar do encontro de Almerinda com a família que escolheu para si. Do portão para a rua, Almerinda viveu muitas versões de si – jornalista, militante feminista, escritora, poetisa, advogada, sindicalista –; da porta para dentro, viveu sua intimidade. Entre as paredes seguras da sua morada na Rua Getúlio, conhecemos a Almerinda-mãe. Quem nos apresenta essa outra faceta de nossa protagonista são duas gerações de mulheres: a filha de Almerinda, Alana Batista de Souza, e a neta, Juliana Leite.

Tradicionalmente, a casa foi um ambiente do domínio feminino. Afastadas da vida pública, restava às mulheres existir dentro das quatro paredes domiciliares e cuidar para que este lar fosse irrepreensível aos olhos do cônjuge, dos vizinhos e de toda a sociedade que está a vigiá-las, já que o ambiente doméstico também era alvo das preocupações sociais, morais e médicas. Embora estivesse intimamente ligada a casa, Almerinda não era refém dela. Mesmo mais velha, continuava a ser uma mulher ativa na esfera pública, observadora do mundo, com vida social agitada. Orgulhava-se de seu canto no mundo, mas recusava-se a se submeter à rotina

extenuante de cuidados domésticos para que o lar estivesse sempre impecável. Foi além das convenções ao subverter a lógica do espaço interior da casa como restrito à privacidade plena. Como veremos, não há uma rigidez ou preocupação em demarcar o que é o território privado, restrito à esfera familiar, e o que é a sociabilidade comunitária, externa. Para Almerinda, as coisas confluíam.

O lar de Almerinda era aberto, abrigo para onde os fragilizados privados de teto sabiam que podiam correr. Ali, ela os acolhia, amparava, cuidava, instruía, repreendia. Recusava-se a ser a viúva lamuriosa presa a um passado nostálgico. Almerinda não era solitária; era comunitária.

Visto que a alma também é uma morada, apresento ao longo deste capítulo as muitas Almerindas que vivem juntas no interior da mulher sensível que dá vazão para seus sentimentos e desejos na música e na produção literária.

Ao falar de memória e de história da vida privada, busco como referências teóricas alguns autores, entre eles destaco duas intelectuais mulheres: Ecléa Bosi e Michele Perrot. As reflexões de Michelle Perrot estão presentes em toda esta pesquisa, mas neste capítulo, em especial, recorro aos seus escritos que discutem como a relação entre o público e o privado, o coletivo e o individual e os modos de morar, viver, agir, sentir e amar, revelam tanto uma história social do privado quanto uma história dos indivíduos. Trago também as contribuições da psicóloga social Ecléa Bosi sobre o passado e a memória dos velhos. Suas instruções que reforçavam a importância da sensibilidade no ato de ouvir os testemunhos foram meu principal guia na pesquisa de campo, ao me encontrar com os familiares de Almerinda.

3.1 - Uma família erguida sobre o afeto

A madrugada de 31 de março de 1999 foi longa para Juliana. Uma angústia lhe assaltava o sono. Sentia-se agitada, ansiosa. Quando finalmente adormeceu, teve um pesadelo perturbador. Acordou aos prantos e foi socorrida pelo marido que tentava acalmá-la. No sonho, sua avó Almerinda tinha morrido. Horas depois, quando a manhã raiava, o telefone tocou em seu apartamento na capital paulista. Era sua mãe, Alana: “Aí eu comecei a chorar. Eu falei: ‘Eu sabia, eu tinha sonhado com ela, eu sonhei com ela a noite toda, eu tinha sonhado que ela havia falecido’” (DE SOUZA; LEITE, 2019).

Almerinda Farias Gama faleceu naquela madrugada aos 99 anos. Estava sob os cuidados da filha afetiva, Alana Mara Batista de Souza, em sua casa na Rua Gustavo Adolfo, em Santana, na cidade de São Paulo. Na noite anterior, Alana havia dado-lhe banho e a perfumado. Afofou a cama para a mãe dormir e a aninhou com cobertores. Havia lhe preparado uma vitamina de cereais e *Neston*, a última refeição de Almerinda antes de pegar no sono. A mãe tomou dois golinhos e calou-se. Alana preocupou-se em buscar um par de meias para afugentar o frio que fazia naquela madrugada na capital paulista. Ao tocar os pés da mãe, ouviu um suspiro lento. Perto de uma hora da manhã, Almerinda partiu.

Esses detalhes que revelam o forte vínculo afetivo e o cuidado familiar me foram relatados por Alana Mara Batista de Souza e Juliana Leite em julho de 2019, no quintal amplo da casa de Juliana, em Caraguatatuba, litoral paulista. À época, elas tinham respectivamente 78 e 43 anos. Por muito tempo, “convivi” com a figura pública de Almerinda, segui os rastros de sua atuação pública como líder sindical, feminista e jornalista combativa, mas sabia pouco sobre quem era a mulher por trás da foto clássica da eleição classista de 1933. Agora, estava diante de pessoas que haviam convivido intimamente com ela e que lhe amaram incondicionalmente.

Como mencionei no início deste trabalho, as tiranias do silêncio apagaram os rastros de Almerinda, de modo que sua trajetória de luta e de resistência em favor das mulheres e da classe trabalhadora passou a ser atrelada a uma ausência. Nos poucos lugares onde era lembrada (alguns artigos acadêmicos, *Wikipedia*, reportagens, etc.), informava-se a data de seu nascimento, mas a data da sua morte era simbolizada por uma interrogação¹⁵⁰. Alguns textos informavam que Almerinda havia morrido, “provavelmente”, em 1992. Especulava-se esta data de morte em razão do documentário *Memória de Mulheres* (1992), dirigido e lançado por Márcia Meireles e Maria Angélica Lemos lançado justamente neste ano¹⁵¹. No filme, Almerinda Gama mostrou-se lúcida, porém apresentava sinais de debilidade. À câmera, Almerinda faz uma pequena fala rememorando as conquistas sociais e

¹⁵⁰ Mesmo antes da pesquisa ser finalizada e já em posse da data correta do falecimento de Almerinda, foi possível fazer a correção/inclusão da informação em alguns espaços, a exemplo do livro *O Voto Feminino no Brasil*, cuja segunda edição corrige a lacuna de informação sobre a data da morte de Almerinda. Ver: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O Voto Feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2019.

políticas do movimento sufragista do começo do século XX. Este é o último registro audiovisual com sua participação de que se tinha conhecimento.

Como já mencionei anteriormente, produzi e dirigi em 2015 um curta-metragem sobre Almerinda com as poucas informações que tinha a seu respeito. O filme, que circulou em algumas mostras e festivais de cinema de arquivo, foi disponibilizado também no canal do *Youtube* do CPDOC¹⁵². Para minha surpresa, em um dos comentários do vídeo, um usuário fazia menção à Almerinda lhe chamando carinhosamente de avó e informando que ela havia falecido na casa de sua mãe, na Rua Gustavo Adolfo, nº 589, na cidade de São Paulo. Como o leitor já sabe, Almerinda teve, sim, filhos, que faleceram ainda crianças. Como então alguém se apresentava como seu neto?

Tentei contato com o usuário, sem sucesso. Desconfiei do endereço informado por ele. Os registros apontavam que Almerinda havia transitado entre Alagoas, Pará e Rio de Janeiro e fazia pouco sentido que ela tivesse morrido em São Paulo. Em maio de 2019, com a ajuda do *Google Maps*, segui a pista que tinha e iniciei uma busca pelos cartórios na região de Santana. Depois de várias ligações telefônicas mal sucedidas, ouvi da atendente no outro lado da linha que havia sim uma certidão de óbito registrada ali, no 8º Cartório de Registro Civil no bairro de Santana, na Zona Norte da cidade de São Paulo, capital, em nome de Almerinda Farias Gama, filha de Eulalia da Rocha Gama e de José Antônio Gama e que, segundo o documento, ela havia falecido no dia 31 de março de 1999.

Paguei uma pequena taxa e dias depois recebi a certidão de óbito em casa. O documento informava que a causa de morte de Almerinda foi acidente vascular isquêmico, arteriosclerose complicada e que ela foi sepultada no Cemitério de Vila Formosa I, em São Paulo. Sobre sua cor, a certidão informava “branca”. Havia ainda uma outra informação que me saltou aos olhos. As anotações do documento diziam: “A falecida era viúva de Benigno Farias Gama. Não deixou filhos. Não deixou bens. Não era eleitora”. As peças do quebra-cabeça que revelariam a intimidade de Almerinda começavam a se encaixar.

¹⁵¹ MEMÓRIA DE MULHERES. Direção: Maria Angélica Lemos, Márcia Meirelles. São Paulo: 1992. (37 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FjybfewHyc&t=651s>

¹⁵² ALMERINDA, a luta continua. Direção de Cibele Tenório. Rio de Janeiro: CPDOV/ FGV, 2015. (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yl&t=7s> Acesso em: 14 de outubro de 2020.

Figura 18: Certidão de óbito de Almerinda Farias Gama

Selo Digital nº: 1191492CE00000004842119L



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE ÓBITO ALMERINDA FARIAS GAMA

CPF: SEM INFORMAÇÃO.

MATRÍCULA
119149 01 55 1999 4 00092 184 0055780-78

SEXO: FEMININO MASCULINO COR: BRANCA PRETA AMARELA BRUNHA OUTRO
ESTADO CIVIL E IDADE: SOLTEIRO CASADO VIÚVA - 99 ANOS DE IDADE

NACIONALIDADE: BRASILEIRA ESTRANGEIRA NATURALIZADA OUTRA
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: NADA CONSTA ELEITOR NÃO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA:
José Antonio Gama e Eulália da Rocha Gama

RESIDENTE À AV. GUSTAVO ADOLFO Nº 589 - VILA GUSTAVO, SÃO PAULO, SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO: TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE - À 00:54 H DIA: 31 MÊS: 03 ANO: 1999

LOCAL DE FALECIMENTO: NO PS DE SANTANA

CAUSA DA MORTE: ACIDENTE VASCULAR ISQUEMICO, ARTERIOSCLEROSE COMPLICADA.

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido): SERÁ SEPULTADO NO CEMITÉRIO DE VILA FORMOSA I. DECLARANTE: ALANA MARA BATISTA DE SOUZA

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO: Dra. Carla Guerra Martins Kemp

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCEER:
REGISTRO FEITO EM SEIS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE (06/04/1999), conforme declaração de óbito do Serviço Funerário deste Município nº 113919. NIHIL.A falecida era viúva de Benigno Farias Gama. Não deixou filhos. Não deixou bens. Não era eleitora.

AVERBAÇÕES DE CADASTRO:
SEM INFORMAÇÃO.
* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
8º Subdistrito - Santana
Oficial Vinícius Barbosa Oliveira
Município e Comarca de São Paulo - Estado de São Paulo
Endereço: Rua Amaral Gama, nº 102 - Santana
São Paulo - SP - CEP: 02018-000
Tel/Fax:(11)2344-1717 - WhatsApp (11)97620-6262
email:atendimento@cartoriosantanasp.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
São Paulo, 07/05/2019

CLAUDETE DE CARVALHO
Escritor Autorizada

CARTÓRIO SANTANA - 8º RCPN - CAPITAL - SP
VICIUS BARBOSA OLIVEIRA - OFICIAL - Rua Amaral Gama, 102 - CEP:02018-000 - São Paulo - SP
11 2344-1717 - 55 9762-6262 - www.cartoriosantanasp.com.br

Percebido por semelhança, o sinal público de (1) CLAUDETE DE CARVALHO, seu valor econômico, mediante consulta à CENECIL, foi percebido em 07 de maio de 2019. La Teste de Veracidade: _____ de veracidade: _____

1839 QUEIROZ DE REZUS - Escritor Autorizada
Selo(S): 4101-44-99728
Óbit 1: Total R\$ 6,25 | Cont.1988126915544000

CARTÓRIO DE SANTANA
8º SUBDISTRITO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - SÃO PAULO, CAPITAL - SP
LICOR QUEIROZ DE REZUS - ESCRITORA AUTORIZADA

FIRMA 1
S-11055AA0436728

119149-9-AA 000174243

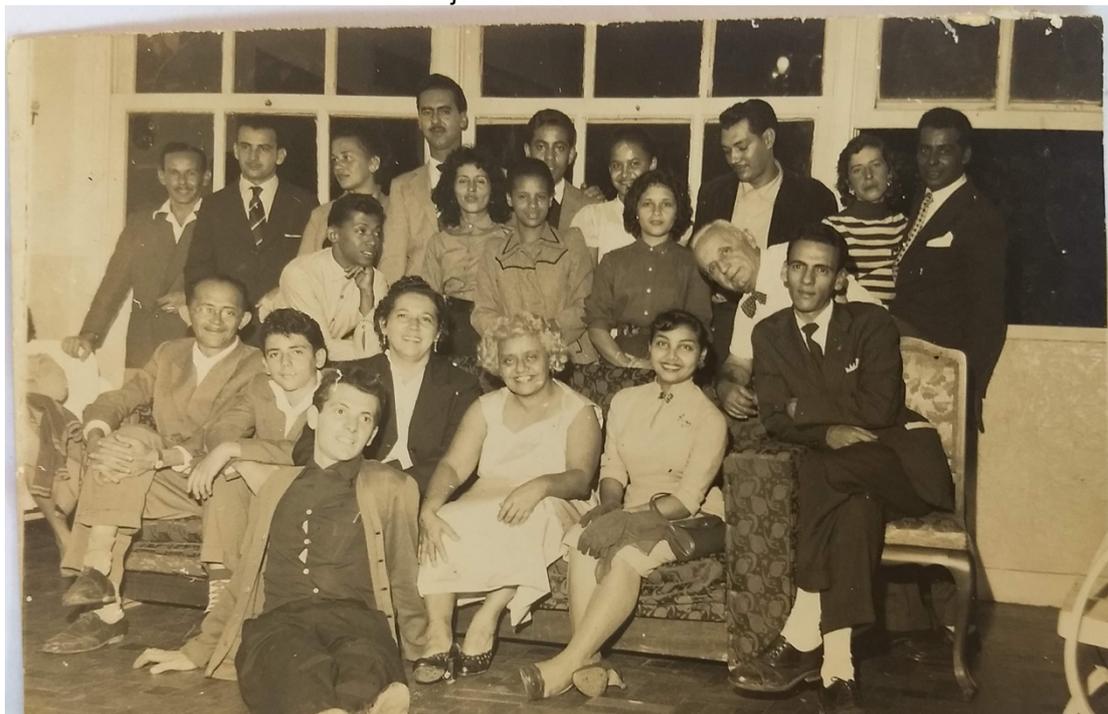
Fonte: 8º Cartório de Registro Civil de Santana, São Paulo - SP

Depois de meses de busca, localizei Henrique Souza Leite, que escrevera os comentários no vídeo. Ele me contou que sua mãe, Alana Mara Batista, era uma espécie de filha de criação de Almerinda e que ele, juntamente com os três irmãos, cresceu sob os cuidados e afagos da avó Almerinda, também chamada por ele de “Madrinha”, porque era assim que as crianças ouviam a mãe se referir a ela. Almerinda tinha abandonado a alcunha de mulher viúva e sem filhos para tornar-se a matriarca de uma família.

As histórias de Alana e Almerinda se cruzaram quando Alana ainda era uma adolescente nos anos de 1950. Nascida no município de Oiapoque, no Amapá, Alana perdeu os pais ainda criança e foi acolhida por uma velha amiga da família, Lídia Batista de Souza. Incentivada pela avó de criação, a menina deslanchou no balé. A graciosidade e habilidade que demonstrava ao movimentar-se na ponta dos pés chamou a atenção da equipe de Assis Chateaubriand, que buscava artistas para se juntarem ao corpo de baile da *TV Tupi*, a primeira emissora de televisão do país, inaugurada em 18 de setembro de 1950. Acompanhada pela tutora, aos nove anos, a menina já viajava o Brasil com a TV e encantava plateias por onde passava. Quando se mudou para o Rio de Janeiro com Alana, Lídia foi buscar abrigo na casa de uma velha amiga dos tempos do Pará, Almerinda Gama. Moraram juntas e Almerinda e Lídia revezavam-se como acompanhantes da garota que se apresentava no Cassino da Urca, palco das gravações dos inúmeros programas da *TV Tupi*. Estabeleceram, então, uma ligação.

Aos dezessete anos, Alana casou-se e abandonou a vida de artista. O marido era extremamente controlador e jamais permitiria que ela continuasse a dançar. Inflamado pelo ciúme, tentava controlar seus passos, impedindo-a de visitar amigas, como Almerinda. Sua possessividade era tamanha que rejeitava a possibilidade de dividir a esposa com um filho. Queria a mulher somente para si e uma gravidez estava totalmente fora de cogitação. Acontece que Alana, filha única que vivera o trauma de perder os pais muito cedo, sempre sonhou em formar uma família. Teimou e engravidou. A coisa entornou e o marido, segundo me relatou Alana, lhe deu um ultimato: “Você escolhe: ou ele ou eu. Aí eu não dei resposta, peguei meu filho e ó: casa de Almerinda” (DE SOUZA; LEITE, 2019).

Figura 19: Amigos reunidos na casa da Rua Getúlio. Almerinda está ao centro, e ao seu lado direito, a jovem Alana



Fonte: Arquivo da família

Desamparada, sem parentes em quem se apoiar e com um filho pequeno, Alana não teve dúvidas sobre aonde ir. Almerinda lhe esperava com cama arrumada, comida pronta e abraço apertado. Jamais deixaria a afilhada em apuros, ainda mais que já começava a correr o buchicho de que a bela bailarina havia abandonado o marido. De boca em boca, com tom de maledicência, a notícia se espalhava entre os homens. Segundo Alana: “Achavam que, porque já era divorciada, já tinha tido homem, podia ser de todos eles. Tinha esse problema. Aonde você ia, passava: ‘Ah, aquela já foi casada’, aí outro já vinha com gracinha” (DE SOUZA; LEITE, 2019).

Figura 20: A bailarina Alana Mara, quando fazia parte do corpo de baile da TV Tupi



Fonte: Arquivo da família

Como veremos a seguir, essa postura de acolhimento fazia parte da personalidade de Almerinda. Alana não foi a primeira, nem a última pessoa que encontrou abrigo debaixo do seu teto. Doentes, desempregados, gente vinda do Norte e do Nordeste do país em busca de vida melhor na maior e mais importante cidade brasileira de então tinham lugar no coração e na casa de Dona Almerinda, que jamais negava refúgio a quem estivesse em situação delicada. No entanto, com Alana havia um vínculo familiar mais forte que o de sangue, que se formou entre elas. Nesse encontro, Almerinda, que no passado havia chorado a morte dos seus bebês, ganhava uma filha e, Alana, órfã desde criança, tinha agora uma mãe para si. Jamais se perderam uma da outra e seguiram juntas até o fim.

Quando fui ao seu encontro para colher seu depoimento, Dona Alana, me recebeu com bolo, café e, ao final de longas horas de gravação, no começo da noite, um churrasco feito em casa ainda me esperava. Ressalto este detalhe porque ao ouvir seu testemunho, entendi que ela agia assim porque imaginava que seria dessa forma que Almerinda me receberia. A hospitalidade tinha sido um valor transmitido de mãe para filha.

Juliana, a neta de Almerinda, também estava presente neste dia. Ela e Henrique são filhos de Alana com seu segundo esposo, José Leite dos Santos,

marido que ela conheceu por intermédio de Almerinda, que fez as vezes de cupido do casal. Ela desejava que Alana reconstruísse sua vida e a incentivou a levar a sério as intenções do rapaz, mesmo ele sendo desquitado. Embora sejam quatro os netos afetivos de Almerinda, três homens e uma mulher, é Juliana quem possui as lembranças mais vivas da Madrinha e também ela é responsável por guardar e manter os registros da memória familiar. Tive a oportunidade de entrevistar seu irmão, Henrique Leite, que, embora genuinamente entusiasmado com a possibilidade de contribuir para um projeto sobre Almerinda, tinha lembranças vagas sobre ela. Ele insistia que as pessoas que mais poderiam me ajudar em minha busca seriam sua mãe e sua irmã.

Em posse de Juliana está o acervo particular de Almerinda formado por cartas, poemas, documentos, fotografias, recortes de jornal e até roupas da avó. Ela, Almerinda, sempre foi muito zelosa com o seu museu familiar: colecionava os recortes de jornais com suas aparições e sempre fez questão de guardar suas fotos e escrever uma legenda no verso, descrevendo as pessoas e os locais do registro. Alana foi a herdeira principal desses objetos de memória. Com sua chegada à velhice, a tarefa foi repassada à Juliana, que incorpora a esse acervo outras fotografias e objetos, elementos reconstituidores da sua própria memória, do seu olhar sobre o cotidiano da família. A festa de aniversário de um ano do primeiro filho, os primos que brincam na noite de Natal enquanto os mais velhos colocam os assuntos em dia... Imagens do passado e do presente se articulam na construção da história familiar.

Historicamente, essa tarefa de pôr em ordem a memória familiar é feminina. Pela convenção e posição que ocupam na sociedade e na família, aponta Michele Perrot (1989), às mulheres foi delegada a memória do privado, voltada para a família, para o íntimo. São elas que transmitem as histórias da família, organizam álbuns de fotografias dando nome aos rostos que já vão sendo apagados pela força do tempo, são as que cultuam os mortos, cuidando e visitando os sepulcros dos parentes que já se foram. Por isso, neste capítulo, são três as mulheres que narram e reinventam os passos da alagoana Almerinda: ela mesma, Alana e Juliana. É com a intenção de construir um legado familiar digno que eles protegem com afinco a memória da matriarca. Ao falar da avó, Juliana ressalta que não está em jogo a Almerinda pública. Esta, a imprensa, os arquivos, as participações em obras audiovisuais já se encarregaram de apresentar. O tesouro que ela tem guardado, e

pelo qual é extremamente zelosa, diz respeito à beleza do convívio cotidiano com a Almerinda avó. Nas palavras de Juliana (DE SOUZA; LEITE, 2019), o “outro lado” de nossa protagonista:

Falar dela, pra mim, é diferente do que as pessoas veem, né? Ela como jornalista né? Aquela feminista (...) Eu via ela como minha avó, que eu convivi. Que eu dormia com ela, no colo dela, e que ela fazia cafuné em mim, que ela brincava, que ela conversava, me ensinava, me ensinava nos estudos. Eu sempre fui boa em matemática, mas boa parte da minha matemática eu devo a ela, porque ela puxava muito pela matemática e sempre fui bem em matemática. Então quer dizer, era outro lado. A lição que ela me deixou foi de lutar, de não abaixar a cabeça e de ninguém me menosprezar, me diminuir como ser humano, e que a gente tem que deixar as portas abertas da casa da gente pra pessoas que precisam realmente.

Cabe a elas também a tarefa de autorizar o acesso de terceiros a esse mundo privado. Ainda relembro Michelle Perrot (1989), o pesquisador que tente adentrar nesse universo pode se deparar com certa resistência por parte dos descendentes que podem não enxergar valor em um amontado de fotografias velhas e diários particulares. Há também o temor de se expor, de que, ao falar da vida, venham à tona intrigas familiares ou mesmo um legado incômodo que não interessa aos herdeiros revelar. A par dessas questões, tentei estabelecer uma relação de confiança com Juliana antes de ir ao seu encontro, explicando-lhe detalhadamente do que se tratava a pesquisa e o que pretendia com ela. Fiz pré-entrevistas que também me foram úteis. Ao encontrá-las senti que estavam muito abertas e desejosas de compartilhar a experiência da vida familiar com Almerinda.

Concordo com Ecléa Bosi (2003), quando afirma que, da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista. Fui criteriosa com o passo a passo metodológico de uma entrevista de história de vida, mas creio que a disponibilidade de ambas foi enorme pelos laços de amizade que estabelecemos a partir dali e conservamos até hoje. Entendi que, para a família, esse relicário de memórias era um terreno sagrado e era necessário que eu tirasse as sandálias para adentrar nele.

Diante do gravador e de um punhado de documentos espalhados pela mesa, mãe e filha se ajudaram na complexa tarefa de reconstruir o passado. O trabalho não foi simples porque não se tratava somente de reviver o passado, mas de reconstruí-lo, sem desconsiderar as dimensões do presente. Conforme Ecléa Bosi,

“na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho (BOSI,1994, p. 17). A engrenagem das lembranças precisa funcionar bem, para que o mesmo brilho do fato vivido incida sobre a narração do agora. É preciso levar em conta que ao vasculhar suas memórias para construir uma narrativa, os recordadores selecionam o que deve ser lembrado e esquecido.

Figura 21: Fotos 3x4 de Almerinda e Alana



Fonte: Arquivo da família

Há um trecho do depoimento que se destaca pela riqueza de detalhes. Juntas, mãe e filha, reconstróem a casa de Almerinda no Cachambi. Para me fazer crer e entender como era essa casa e o que ela significava, Juliana levantou-se da cadeira e desenhou no ar paredes, portas, corredores, o lugar onde o piano de Almerinda ficava: “Era bem aqui, lembra?”. A lembrança é quase que sensorial, é como querer traduzir o cheiro que vinha daquela cozinha, o som que invadia a casa quando o vento acariciava as árvores do quintal. A lembrança é uma casa com Almerinda, mas sem Almerinda. Essa é a casa da ausência que não existe mais, senão na memória dos que ali foram felizes.

3.2 - Rua Getúlio, nº 181: uma casa de portas abertas para o mundo

Aqui nós estamos nos anos de 1950, quando Almerinda conquista sua casa própria. Ter um imóvel próprio em uma das principais capitais do país não era pouca

coisa. Entre as décadas de 1940 e 1950, a população das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro cresceu cerca de 1,5 milhão de pessoas¹⁵³. Só o Rio de Janeiro passou de 1,7 para 2,3 milhões de pessoas e a questão imobiliária, conforme aponta Paulo Marins (2006), era um problema. Para as camadas populares, o espaço doméstico era uma referência basicamente móvel, “como era a sua própria sobrevivência” (MARINS, 2006, p. 139). Durante vinte anos vivendo no Rio, Almerinda, como muitos trabalhadores assalariados para quem o ordenado mal dava para viver, morava de aluguel. Passou por quartos arrendados, pensões e também alugou por dez anos um sobrado na Rua Sr. dos Passos, no Centro da jovem capital da República. Como fruto de um trabalho, recebeu como forma de pagamento um terreno no Cachambi, na Zona Norte da cidade. Em entrevista ao *Globo* em 1988, Almerinda relembrou suas impressões do lugar: “O bairro era muito bom, com muitas chácaras e sítios”¹⁵⁴. Decidiu fazer ali sua morada.

O terreno na Rua Getúlio, nº 581, no Cachambi, era elevado e tinha uma bela vista da cidade. Ali, na parte mais alta do morrinho, Almerinda, com a ajuda de amigos, ergueu seu santuário. Ela demonstrava um orgulho imenso de ter estabelecido esse lar no Rio. Em entrevista a Angela de Castro Gomes, ela disse: “É uma casa sólida e muito boa, que eu despendi na construção 200 contos de reis entre material e mão de obra (...) é uma casa que eu convido vocês a visitar” (GAMA 1984, 94, p. 105).

A casa é propriedade, objeto de investimento. Mas, segundo Michelle Perrot (2020), a residência também é moral e política. Não há eleitor sem domicílio. “Ser livre é, para começar, poder escolher seu domicílio” (2020, p. 293). Ter uma casa para chamar de sua significava também garantir um teto para envelhecer com algum conforto e bem-estar. À essa altura, quando ergueu os muros do imóvel, Almerinda já era uma cinquentenária, sem parentes próximos vivos. A vida tinha tirado-lhe marido, filho. Seu irmão José, o tipógrafo que também morava no Rio, morrera em

¹⁵³Segundo levantamento feito por Nilce Cristina Aravecchia Botas e Ana Paula Koury, entre 1940 e 1950 cerca de seis milhões de pessoas foram urbanizadas no Brasil. Neste mesmo período, as duas maiores capitais do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro concentravam 25% do crescimento da população total do país no período. Ver: BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. KOURY, Ana Paula. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na Era Vargas (1930-1954). *Urbana*, v. 6, nº 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana_old/article/viewFile/1721/pdf.

¹⁵⁴ ALMERINDA: primeiro voto feminino. *O Globo*. Rio de Janeiro: 10 de dezembro de 1989, p.53

1941¹⁵⁵. Tia Emilia também já tinha falecido. Os outros tios também tinham sido vitimados pela tuberculose. Como mencionei anteriormente, a irmã Júlia morreu jovem de tuberculose e não sabemos o destino dos outros irmãos. Ao cineasta Joel Zito Araújo, Almerinda afirmou: “Fazer esta casa, 20 anos depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, sem dever nenhum tostão a uma financeira, Caixa Econômica, é muita coisa...” (GAMA:1981). A casa se tornou um símbolo do triunfo pessoal de uma mulher que, sozinha, tinha migrado sem muitos recursos para a então capital do país anos antes.

Cercada por uma natureza exuberante, a casa era espaçosa, repleta de grandes janelas de vidro que permitiam que o espaço interior estivesse sempre iluminado. Embora tivesse os cômodos especializados, estava longe da rigidez da casa senhorial onde Almerinda cresceu em Belém. A residência da infância tinha, além de banheiro, cozinha e quartos, uma divisão em três salas: a de estar, a de jantar e a sala de visitas com piano e cadeiras alinhadas, e um cômodo decorativo que só era usado quando, de fato, se recebia visitas (GAMA, 1984, p. 17). A diferenciação dos espaços privados, cada cômodo com uma função bem delimitada, representava a preocupação das elites com a “ordem” e com os preceitos sanitários e comportamentais que normatizavam o espaço público e se estendiam também para a esfera residencial no começo do século XX em muitas cidades do país (MARINS, 2016, p. 178)

Na planta da casa da Rua Getúlio, desenhada por Almerinda, temos dois quartos, sendo o seu o mais espaçoso. Havia ainda a sala de estar e jantar, um cômodo que tinha função de biblioteca, o banheiro com portas estilo *saloon* e a cozinha, que na memória espacial de Alana e Juliana, era o menor cômodo da casa e o menos utilizado: “A cozinha era o corredor; corredorzinho que você passava pra lá, pra cá — que ela falava que ela não era cozinheira e ela fazia *umas comida*, fazia *umas comida* gostosas”, recordou Alana (DE SOUZA; LEITE, 2019). Juliana complementa: “Ela falava que ela não era cozinheira; ela tinha que cozinhar pra poder viver; mas ela não era cozinheira. Mas a cozinha era pequena, mas tinha copa e tinha sala de jantar” (DE SOUZA; LEITE, 2019).

¹⁵⁵ Em nota, o *Diário da Noite*, registra a morte do “ex-companheiro das oficinas” José da Silva Gama e registra os agradecimentos de Almerinda a todos os que se solidarizaram com sua perda, em especial os colegas de trabalho de José na Imprensa Nacional. Ver: AINDA o falecimento de José da Silva Gama. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 11 de setembro de 1941, p.10.

Figura 22: A visão de fora da casa de Almerinda na Rua Getúlio, no Cachambi.



Fonte: Arquivo da família

Tradicionalmente, a casa traça a linha de separação entre o espaço privado e o domínio público, entre a intimidade e o caos da rua, mas, para Almerinda, a coisa toda se misturava. Ela ficava satisfeita quando amigos enchiam a casa. Na porta, não havia chave e qualquer um que batesse ali era bem-vindo. Noites adentro, os amigos se confraternizavam em saraus domiciliares regados por música e poesia. Se a dona de casa se cansava em meio à festa, a turma podia seguir. Alana relembra a postura da mãe: “Ó, eu, agora, vou deitar; a hora que vocês terminarem aí, o último que sair bate a porta’. Era assim que ela fazia” (DE SOUZA; LEITE, 2019). A casa tinha portas abertas para o mundo.

Para além deste aspecto de anfitriã, havia ainda um caráter solidário que fazia com que sempre tivesse um prato de comida quente e uma cama para os órfãos, ou para os que passavam por dificuldades financeiras. Abria a casa como quem abria o coração. Não foram poucas as pessoas de Belém que, migrando para o Sudeste, encontraram abrigo debaixo de seu teto. Também acudia os doentes. Foi ela quem cuidou na velhice da primeira mãe de criação de Alana, Dona Lídia. Sem filhos biológicos e sem as preocupações da vida conjugal, Almerinda pôde se dedicar ao cuidado dos outros. Bastava chegar no Cachambi e perguntar pela casa de Dona

Almerinda que todo mundo sabia onde era. Querida no bairro, a alagoana era figura conhecida por todos, era uma referência comunitária. Alana recorda a postura generosa da mãe da seguinte forma:

O que ela fazia: ela trazia, ajudava, ensinava a ler e escrever, ela ajudava a pagar os estudos, ela fazia com que as pessoas... ela conseguia emprego; quer dizer, cresciam lá e se desenvolviam e se formavam — um se tornou advogado; o outro, engenheiro — e acabavam formando famílias e iam embora; iam embora quando se casavam, criavam família, entendeu? Quer dizer, todo mundo *tratava ela* de madrinha, de vó, porque ela fazia isso por todo mundo (DE SOUZA; LEITE, 2019).

De alguma forma, esta casa era a representação do coração generoso de Almerinda, aberto para ouvir e acolher o outro. Ela conhecia bem a experiência da orfandade, da viuvez, a tristeza de perder um filho, conhecera o cotidiano muito duro de quem tenta fugir da miséria em uma metrópole. Almerinda conhecia a vulnerabilidade. No entanto, as tragédias que lhe acometeram não fizeram com que ela se fechasse em si mesma, remoendo a vida que ficou para trás. Desapegou-se dos dias maus e assumiu a atitude de olhar a vida de frente, oferecendo sorrisos e empatia para quem cruzava o seu caminho. Essa atitude política em relação à vida reforça a natureza comunitária de Almerinda. Foi a sua generosidade que lhe trouxe Alana e tantos outros. Michelle Perrot (2020) chama a atenção que os indivíduos que estão à margem do modelo familiar tradicional – os solteiros e solitários – seja por escolha, seja por necessidade, tendem a elaborar modos de vida originais, alternativos. É comum que passem a delinear uma família própria com a rede de relacionamentos que os cerca. Com suas mãos, Almerinda trançou os fios do seu destino ao destino destes filhos postiços. Uniu as pontas dos afetos em um nó que ninguém poderia desfazer. Essa era a sua segunda família.

Como exemplo disso, no segundo domingo de maio de 1991, o jornal o *Dia* trazia na capa de um de seus cadernos uma reportagem especial em homenagem ao Dia das Mães, na qual Almerinda é uma das personagens entrevistadas. A alagoana, que ao longo de décadas já tinha figurado na imprensa como sufragista, sindicalista, candidata a cargo político, é apresentada como mãe de muitos. A reportagem destacou o fato de Almerinda, mesmo depois de perder filhos biológicos, nunca ter desistido da maternidade e havia criado tanta gente que era difícil puxar

na memória o número exato de filhos. À repórter, Almerinda explicou o coração aberto: “É preciso ser solidária e há sempre lugar para mais um” (CLARK, 1991, p.1).

Figura 23: Almerinda é uma das personagens da reportagem especial feita pelo *O Dia* na ocasião do Dia das Mães de 1991.



Fonte: CLARK, Theresa. Mãe só muda o endereço. *O Dia*. Rio de Janeiro: 12 de maio de 1991.

Os que estavam sob as asas de Almerinda não precisavam se preocupar em contribuir com dinheiro em casa, pois ela não aceitava ajuda de ninguém. Fazia questão de arcar sozinha com as despesas domésticas enquanto os hóspedes/afilhados organizavam a vida. Não que a situação econômica fosse fácil, pelo contrário. Até os 71 anos, quando enfim se aposentou, Almerinda seguia trabalhando em jornais e complementando a renda com aulas de datilografia, fazendo traduções. Segundo Alana:

A madrinha ficava *toc-toc-toc*. Nossa, às vezes, varava a noite com aquele barulho; ela fazendo aquilo lá. Mas, quando ela terminava, ela falava: “Que horas são?”, ela olhava, “Hum, já tá na hora de ir embora!” — porque ela saía entre cinco e meia a seis horas da manhã de casa. E ia a pé até o Méier, pra pegar condução ou o trem, pra ir trabalhar no centro; ou, então, na Praça Mauá mesmo, que era onde ficava o endereço d’A Noite (DE SOUZA; LEITE, 2019).

O que ajudava era o fato de ser Almerinda uma mulher econômica. Não tinha muitos gastos, costurava suas próprias roupas. Os que eram acolhidos na casa do Cachambi tinham, de acordo com Alana, uma única obrigação: “Ela exigia que as pessoas que estivessem lá se formassem: ‘Ó você tá aqui, mas é pra trabalhar, estudar, eu quero ver você formado’”, dizia aos seus hóspedes (DE SOUZA; LEITE: 2019).

É preciso levar em consideração que ao assumir a conduta de abrir sua casa para outros, a viúva Almerinda corria o risco de ser alvo de comentários difamadores. Conforme Perrot (2020, p. 277): “Desenvergonhada que vive de seus encantos ou solteirona sem eles, a mulher sozinha desperta desconfiança, reprovação e zombaria”. Almerinda já contrariava as expectativas ao ser uma mulher sozinha em um mundo que afirmava não haver salvação para o sexo feminino longe do casamento. Que dirá, se a solteirona permitisse em sua casa um entra e sai de pessoas que não eram de sua família.

Com a casa sempre cheia, Almerinda não se preocupava em mantê-la sempre apresentável, uma preocupação comum às mulheres de sua geração. Ainda menina, Almerinda, como moça de classe média, havia sido educada para ser uma boa dona de casa, que mantém o lar sempre um “brinco”. Mas, sua relação com a casa e os objetos que faziam parte dela era completamente outra: a casa estava ali para lhe servir, não o contrário. O ambiente não era rígido. A residência estava ali para ser experimentada, usufruída. Almerinda tinha pouca paciência com a vida doméstica e era comum que livros, jornais e roupas estivessem espalhados pelos cômodos denunciando que ali vivia uma mulher trabalhadora que não estava disposta a empregar o pouco tempo livre para tornar seu lar um bibelô.

Se a casa era um espaço comunitário, o recinto da individualidade era o quarto. Ali, Almerinda tinha um canto realmente só seu. Quem viveu por anos com a privacidade espremida em quartos de pensão, sabia bem o valor de ter um cômodo próprio onde, sem intromissão, podia voltar-se para si, ficar em silêncio, sonhar. O lugar era amplo, decorado com armários e cama larga. Nesse universo particular, só era permitida a entrada da filha e da neta. Juliana rememora: “Dormir no mesmo quarto com ela, na cama com ela, só eu ou minha mãe — meus irmãos, não, porque não dormiam... Mas, assim, no quarto, na cama dela, junto com ela, era eu e minha mãe, só” (DE SOUZA; LEITE, 2019).

3.3 - O relicário domiciliar: memórias, poemas, canções e amores

Na casa da Rua Getúlio, a sala é o lugar para as confraternizações e também é o ambiente escolhido a dedo por Almerinda para apresentar o seu pequeno museu particular. A residência é o lugar onde se guarda a memória e há objetos que são dignos de destaque na esfera da intimidade.

Dependurado em uma das paredes do cômodo, havia um mural enorme protegido por moldura onde estavam imagens fotográficas dos familiares, registros de viagem, recortes de jornais. São momentos e lugares dignos de serem revisitados. Juliana, que cresceu convivendo com essas imagens, e terminou sendo a guardiã desta iconoteca familiar, resume bem as escolhas de Almerinda para seu acervo, lembrando que nada ali era aleatório: “São as fotos que ela achava que *tinha* o direito de ficar ali naquela...na parede” (DE SOUZA; LEITE, 2019). Para Ecléa Bosi (2003, p. 25), tais espaços “são tentativas de criar um mundo acolhedor entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora”.

No mural, há o registro visual de momentos públicos de prestígio vivenciados pela dona da casa. A foto original em que deposita seu voto na urna durante a eleição classista de 1933 tem destaque neste museu familiar. Há nesta exposição o desejo de legar à posteridade uma imagem bem-sucedida. A vida valeu a pena. Para Neslon Schapochnik (1998), estes lugares de memória familiar servem para reforçar o sentimento de pertencimento a uma comunidade afetiva, como a família, reforçando a harmonia do grupo, o sentimento que o une. Fotos dos antepassados e descendentes se articulam e proporcionam o sentimento de continuidade. Segundo ainda Schapochnik (2016, p. 457): “Resistindo à aceleração do tempo, elas proporcionam uma orientação para a memória num contexto que tende a ser fragmentado e dispersivo”. As imagens são para desfrute de quem as colocou ali, mas também servem ao olhar do outro.

O arranjo da sala dá destaque a outro objeto que é uma referência para Almerinda: o piano. Esses objetos biográficos são, como definidos por Ecléa Bosi, “os que estiveram sempre conosco, falam à nossa alma em sua língua natal” (BOSI 2003, p. 26). São aqueles mais voltados ao cotidiano e que, de alguma forma, estão ligados à nossa identidade.

Figura 24: Sala de estar da casa de Almerinda Gama



Fonte: Arquivo da família

As artes entraram na vida de Almerinda por meio da música. Esta foi a primeira linguagem artística pela qual ela se expressou. Não chegou a ingressar em conservatórios, mas teve algumas aulas em casa, ainda na infância. Depois de décadas a fio dedicada à datilografia, Almerinda pôde na velhice dedicar-se a outras teclas.

Eu não sei se porque na música eu encontrei bom lastro, ou porque me dediquei na infância, eu, agora na velhice, voltei para a música e me dediquei a compor. Hoje eu tenho, composta mentalmente, perto de 90 músicas e um amigo meu tem insistido para eu passar para a pauta. (GAMA, 1984, p. 15)

O lugar que o piano agora ocupava em sua vida estava evidente pelo modo como tinha destaque em sua sala de estar. Nos registros visuais feitos pela família ou por terceiros, é comum que Almerinda repita a mesma pose: sorri para a câmera sentada elegantemente ao piano. Por meio dele, expressava-se unindo duas de suas paixões: a música e a poesia. Era ela mesma quem compunha as harmonias e também fazia as letras das canções. A composição musical era feita entre tarefas

do cotidiano, quando a inspiração inesperadamente chegava. Na recordação de Juliana: “Ela *tava* conversando com a gente e já *tava* fazendo música na mesa, depois do almoço, depois da janta. (...) começava a escrever, já começava a fazer as notas, né, e já ia pro piano” (DE SOUZA; LEITE, 2019).

Figura 25: Almerinda posa ao piano.



Fonte: Arquivo da família

Localizei na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 28 partituras com canções de Almerinda¹⁵⁶. Neste grupo das canções que está sob a guarda da UFRJ e que compreende músicas registradas entre os anos de 1960 e 1980, é possível ter uma amostra sobre quais eram as preferências musicais e rítmicas da compositora Almerinda. Nas partituras, ao lado do título da canção, Almerinda descrevia o estilo/ritmo da mesma. Há canções em estilos variados,

¹⁵⁶ Também solicitei a busca por canções de autoria de Almerinda no Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional, mas o tempo médio para análise do requerimento que era de seis meses, aumentou no contexto da pandemia do coronavírus e até a finalização da pesquisa não houve repostas por parte da instituição.

passando pelo coco de roda, gênero musical típico da região Nordeste, baião, samba, marchinhas, até boleros. Algumas músicas são dedicadas a amigos, como *Imortalidade*, feita na ocasião da morte do amigo jornalista Gilberto Flores em 1965. Há também uma série de canções que revisitam cenários e acontecimentos da mocidade e da infância. Em outras, Almerinda celebra a cultura popular brasileira com letras inspiradas em lendas do folclore alagoano e amazônico, festas populares e também nos orixás, os deuses cultuados nas religiões de matriz africana.

No entanto, predominam as canções de amor. A ausência do ser amado é uma temática recorrente; a dor da solidão, a saudade e também tristeza de perder um grande amor. Em *Solidão*, Almerinda lamenta que seu amor tenha partido tão precocemente. Assim diz um dos versos da canção: “Meu amor era menino/ Bem depressa fêz-se adulto/ A crueza do destino/ Desde logo tomou vulto/ Estava longe ainda o inverno/ Era pleno inda o verão/ Me deixaste no inferno desta triste solidão”¹⁵⁷.

Embora, na velhice, a Almerinda musicista só existisse na esfera familiar, há registros de que ela havia se apresentado em público, quando mais jovem, como musicista e cantora, a exemplo da festa promovida por uniões femininas no Sport Clube Minerva em 1947, no bairro do Rio Comprido, na zona central do Rio de Janeiro. O programa do evento, realizado para arrecadar recursos para um ambulatório popular, apresentava as estrelas da noite: músicos, bailarinos, atores e atrizes que faziam pequenas esquetes, e humoristas. Lá estava Almerinda entre eles, ao lado de figuras já prestigiadas como a então primeira bailarina do Teatro Municipal, Dircinha Garro, e entre artistas em começo de carreira, como a jovem atriz que viria a fazer sucesso nas telenovelas brasileiras, Nicette Bruno¹⁵⁸. No mesmo ano, Almerinda surgiu como uma das artistas que estavam envolvidas no Curso Popular Chiquinha Gonzaga, fundado pela escritora e jornalista Hecilda Clark, que oferecia aulas gratuitas a filhas de mulheres da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se propunha a cultuar e difundir a obra da maestrina brasileira¹⁵⁹.

¹⁵⁷ GAMA, Almerinda. *Solidão*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Música da UFRJ, [19--]

¹⁵⁸ A festa no Minerva: grande êxito da iniciativa. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro: 10/06/1947, p.6.

¹⁵⁹ O curso, destinado a formar grupos musicais e orquestras femininas, era uma iniciativa da União Feminina de Classes, uma associação voltada para as mulheres trabalhadoras criada em 1946. A entidade informava no *Diário de Notícias* que “viverá da mulher e para a mulher, independente de condição social, cor, nacionalidade, credo religioso ou expressão democrática”. É possível que Almerinda, mesmo que brevemente, tenha se juntado à entidade e retornado ao movimento feminista. Ver: CURSO Popular Chiquinha Gonzaga: Conjunto Artístico Feminino – Sem preocupações Politico-

Amiga das letras, Almerinda também reservou um espaço especial na casa da Rua Getúlio para os seus companheiros, os livros. Um dos cômodos funcionava como biblioteca e era ali também que ficava a velha máquina de escrever que continuava sendo útil como ferramenta de trabalho. Almerinda era uma leitora voraz. Tinha em sua coleção desde livros infantis, clássicos como *Dom Quixote*, publicações estrangeiras, romances brasileiros e livros de poesia. Ela também se dedicava à leitura bíblica e aos jornais. Há entre estes livros dispostos na estante da biblioteca familiar, um exemplar que Almerinda guardava com orgulho: o livro de sua autoria, *Zumbi*, lançado em 1942.

Como já sabemos, Almerinda publicava regularmente nos jornais e revistas comerciais e também em alguns jornais operários. Acontece que nossa protagonista sempre acalentou o desejo de alçar voos literários mais altos. Ainda em Belém, Almerinda tentou entrar na Academia de Letras do Pará, mas foi impedida por ser mulher. Em seu testemunho de 1984, Almerinda comentou como a situação lhe afetou: “Tudo isso me fazia mais feminista: Por quê? O que tem o sexo a ver com a intelectualidade?” (GAMA, 1984, p. 39).

Em 1930, escrevendo ao periódico *A Esquerda*, ela lamentou o baixo número de livros impressos escritos por mulheres no país e destacou que mesmo aquelas que logravam tal feito tinham dificuldades na divulgação de seus materiais:

Só consegue editar a mulher que pode pagar suas edições ou as que têm um nome de homem a lapidar o seu, quando a esse homem não falta cultura nem publicidade. Quantas mulheres, porém, talentosas ou simplesmente inteligentes, não rastejam pela sombra dos Estados, sorrindo com amargura para um recanto de columna de jornal que lhe concedem com graça? E nisto se restringe a sua “publicidade” também¹⁶⁰.

Portanto, para ela, contribuir para jornal seria o prêmio de consolação dado às mulheres escritoras. Com as portas fechadas dos prestigiados salões literários, onde os homens das letras discutiam com erudição, Almerinda encontrou um lugar para expressar sua arte junto aos “malditos” das classes artísticas cariocas. Ela era figura certa nos saraus promovidos pela bailarina Eros Volúcia e que reuniam intelectuais,

Partidaria – Culto à Memória da Grande Maestrina Brasileira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 12/11/1947, p. 1 e UNIÃO Feminina de Classes. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 14/09/1947.

¹⁶⁰ GAMA, Almerinda. Cultura Feminina. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 13/12/ 1930.

artistas e autores em seu estúdio na Rua de São José, nº 87, no Centro¹⁶¹. Filha dos poetas Rodolpho Machado e Gilka Machado¹⁶², famosa por sua escrita erótica, a bailarina Eros Volúcia ficou conhecida por criar uma nova abordagem artística, incorporando elementos populares e regionais às técnicas de dança clássica. À amiga, Almerinda dedicou um texto elogioso no *Diário de Notícias* em 1932: “Ella corporifica o amor, a saudade, o pavor. O seu bailado ‘cascavelando’ nos sugere a tentação de Eva e ficamos na dúvida se Eros é ali a mulher ou a serpente, ou se as duas ao mesmo tempo”¹⁶³. Nestas tardes de arte realizadas no estúdio de Eros, Almerinda apresentava-se como atriz¹⁶⁴, mas era conhecida mesmo pelo talento em declamar seus poemas autorais. Eros, inclusive, era, segundo as lembranças de Alana, uma das figuras sempre presentes na casa de Almerinda no Cachambi (DE SOUZA; LEITE, 2019). Fato é que este grupo de intelectuais, em especial, Gilka Machado, viria a ter uma grande influência no modo como Almerinda escreveria *Zumbi*, seu livro lançado em 1942.

Em *Zumbi*, a poetisa Almerinda corre o Brasil de lendas e símbolos por entre rios e igarapés. Os versos conversam com *Matinta Perera* e dançam ao som do carimbó. O poema que dá nome ao título do livro (o qual apresentei um trecho no capítulo anterior), é escrito em versos livres e possui tom épico que exalta o herói de Palmares. Em outros poemas, ficam evidentes as vozes da infância que ainda a acompanham, lembranças do carnaval da meninice nas Alagoas em que mascarados gingam nos sambas. Há também uma série de poemas que parecem inspirados na poesia de Gilka Machado e que flertam com o erotismo e com a complexidade dos desejos femininos¹⁶⁵. Neles, Almerinda fala sobre anseios

¹⁶¹ Os encontros eram realizados todos os sábados e contavam com números de dança, canto, música, representação de pequenos textos dramaturgos, e a declamação de poemas que exaltavam a brasilidade. Almerinda era famosa nos encontros pela declamação de poesias. O repórter do *Jornal do Brasil* relata: “Almerinda Gama encerrou o programa com seus últimos versos *O inverno chegou e O que eu pediria ao amor*. Misto de candura e de exaltação, a poesia de Almerinda Gama é bem a manifestação de sua alma”. Ver: HORA da Arte. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 09/07/1933, p. 24

¹⁶² Os poemas de Gilka falavam sobre o desejo feminino e a opressão vivenciada pelas mulheres e foram alvo de críticas pelo tom sensual e libertário. Gilka fez parte da frente sufragista liderada pela professora Leolinda Daltro, que fundou o Partido Republicano Feminista nos anos de 1910. Ver: MACHADO, Gilka. *Poesia Completa*. Org. Jamyle Rkain. São Paulo: Selo Demônio Negro, 2017.

¹⁶³ GAMA, Almerinda. Eros Volusia. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 12/12/1932, p. 14

¹⁶⁴ Ver: NA Sociedade. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 21/04/1933.

¹⁶⁵ Almerinda tinha grande admiração por Gilka, pela sua personalidade livre e pela sua obra. Na edição de 15 de abril de 1933 da revista *O Malho*, Almerinda dedicou um poema para Gilka, em que a chamou de “a maior poetisa do Brasil”. Eis um trecho do poema: Admiro em ti a “Mulher nua” /De preconceito nos gestos e atitudes /O sangue tropical que tumultúa /Em tuas veias plenas de virtudes [...] Eu amo em ti, em tua excelsa poesia /Eu aprecio em ti, Gilka Machado /Por que exalças ao olhar

femininos, desejos contidos e impronunciáveis em público que parecem encontrar lugar em seu eu lírico. “Esteriotipadas tenho/as carícias tôdas/que o cérebro exaltado arquitetou”¹⁶⁶, diz um trecho de *Canção da Viuvez*. Há sim, como nas letras das canções, a saudade do bem querer que partiu, mas há também a confissão de que esse eu abandonado está constantemente revisitando os momentos de intimidade vividos a dois. Almerinda também escreve sobre a redescoberta do desejo com novos amores. A sensibilidade feminina também tem uma pulsão carnal, como em seu poema *Apoteóse*:

APOTEÓSE

Eu quizera que meu corpo
Alcançando as perfeições divinas da Beleza,
Fôsse uma fogueira acesa.
E meus lábios ardentes,
Como ferro em brasas,
Marcariam os lábios que eu beijasse,
Purificariam tudo que alcançasse.
E essa humana fogueira
Desafiando os elementos,
Não seria efêmera,
Não seria traiçoeira,
Porque crepitaria os quatro ventos,
A vida inteira.
Alma de foto, insuflaria a vida
Aos corações gelados
Que buscassem meu calor.
Como eu quisera ser fogueira,
Ser incêndio, ser vulcão,
Ser, enfim, a encarnação do próprio Amor!...

As ilustrações de *Zumbi* também são de autoria de Almerinda. Intercalando alguns dos poemas, há desenhos de figuras femininas esguias, em sua maioria desnudas, e em posição de destaque e poder. Uma delas, está de pé em cima do globo terrestre; posa como dona do mundo.

É possível que *Zumbi* tenha sido editado e publicado por Almerinda por conta própria com a ajuda de seu irmão José, tipógrafo, a quem o livro é dedicado. *Zumbi* teve boa repercussão entre os críticos literários, quando da ocasião de seu

de toda a gente/Em plena luz do dia /Meu Glorioso Pecado. GAMA, Almerinda. Homenagem. *O Malho*. Rio de Janeiro: 15/04/1933, p. 10.

¹⁶⁶ GAMA, Almerinda. *Canção da Viuvez*. *Zumbi*. Rio de Janeiro, 1942, p.31

lançamento. A revista *Fon Fon*, que tinha grande prestígio literário, destacava a sensibilidade fora do comum da autora, além do seu bom gosto¹⁶⁷:

Almerinda Gama deu-nos Zumbi, um livro de deliciosos poemas, com ilustrações da autora. Confirmaram-se nestas páginas plenas de emoção, as invulgares qualidades da inspirada poetisa, nome familiar a todos quantos cultivam as belas letras da nossa terra (...) Zumbi deve estar nas estantes dos que amam a divina arte de Bilac.

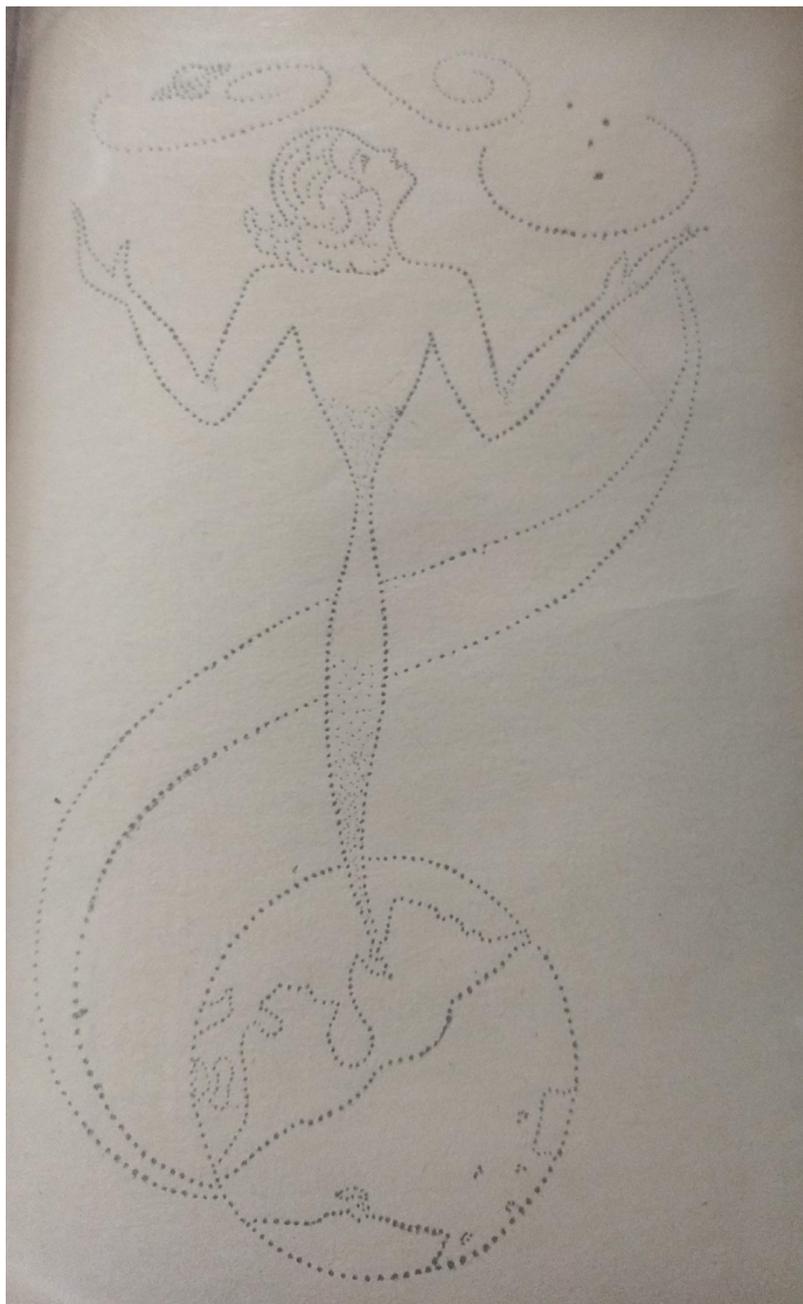
Em 1943, a *Revista Brasileira*, publicada pela Academia Brasileira de Letras, destacava que, apesar da guerra em curso, o ano anterior tinha sido bastante produtivo no universo literário brasileiro. Entre os livros de poesia lançados, o literato José Vieira afirmava que tinha tido contato com apenas quatro merecedores de leitura: dois de homens, *Poemas* de Carlos Drummond de Andrade e *Balada de Campos do Jordão* de Ary de Andrade, e dois escritos por mulheres, *Vaga Música* de Cecília Meireles e *Zumbi* de Almerinda Gama¹⁶⁸. Os jornais também davam destaque a *Zumbi*. Na edição de 22 de abril de 1942, Almerinda foi elogiada por *A Manhã*: “Além de se revelar excelente poetisa, Almerinda Gama se mostra, também, uma ilustradora de talento, tendo feito para Zumbi bonitas ilustrações. Uma estréia promissora, não há negar”¹⁶⁹.

Figura 26: Ilustração de autoria de Almerinda Gama

¹⁶⁷ AUTORES e Livros. *Revista Fon Fon*. Rio de Janeiro: 15/08/1942, p. 54.

¹⁶⁸ VIEIRA, José. Vida Literária in: *Revista Brasileira*, ano III, n. 5. Rio de Janeiro: Março de 1943.

¹⁶⁹ LIVROS do dia: “Zumbi” – Almerinda Gama. *A Manhã*. Rio de Janeiro: 22/04/1942.



Fonte: GAMA, Almerinda. *Zumbi*. Rio de Janeiro: 1942.

Embora, à época, o livro de estreia de Almerinda tenha tido relativo sucesso, ela não seguiu com sua produção literária. Possivelmente, ela foi engolida pelas demandas cotidianas. Podemos pensar também que ela tenha se frustrado ao reconhecer no mundo das artes mais um desdobramento da discriminação de gênero: a produção intelectual feminina também era vista como menor, sem importância e não havia espaço para as mulheres em ambientes de prestígio como as academias de letras.

Almerinda viria a lançar em 1964 um segundo livro, este voltado para o público infantil chamado *O Dedo de Luciano* (1964), em que ensina noções básicas de higiene e saúde pública, assunto que lhe interessava desde os tempos em que trabalhou no Instituto de Profilaxia Rural no Pará. O livro que tem ilustrações de Flávio Colin, foi patrocinado pelo *Guaraná Antártica*, que também foi a empresa responsável pela distribuição gratuita do mesmo em todo o país¹⁷⁰.

Mesmo não tendo sua produção literária reconhecida nos dias de hoje, Almerinda figura entre as raras mulheres negras literatas que conseguiram publicar seus escritos em uma época em que o mundo das letras era dominado pelos homens. De toda forma, a sensibilidade que emprestara à sua poesia e à sua música, seguiriam com ela ao longo da vida.

Outro objeto que tem lugar especial na casa da Rua Getúlio é o porta-retrato que emoldura a imagem em tons de sépia, envelhecida pelo tempo, de Benigno Gama, o primeiro marido de Almerinda. Nas paredes, também há espaço para eternizar a imagem de um amor que ficou para trás.

Na infância de Almerinda, o quintal da casa de Belém era o território da brincadeira. Se dentro da casa senhorial, o apreço à ordem impedia o divertimento dos pequenos, o espaço de fora do terreno, cercado de árvores, permitia que as crianças que ali viviam fossem mais soltas, livres para deixar a imaginação comandar as brincadeiras. Por tardes a fio, Almerinda brincou ali com os irmãos e os primos, entre eles Benigno, o filho de um irmão do seu pai, primo seu, portanto. Na adolescência, Benigno mudou-se com a mãe professora para o município de Xapuri, no Acre, onde passou a atuar como jornalista, colaborando com o jornal *Comércio do Acre*¹⁷¹. Longe dos familiares em Belém, Benigno passou a se corresponder com a prima Almerinda. O assunto principal das cartas era literatura. Depois de cinco anos de correspondências amistosas e troca de poemas, o primo declarou-se com um soneto que Almerinda, até 1984, lembrava de cor:

¹⁷⁰ BURNETT, Lago. Literatura in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/11/1942, Cad B, p. 3.

¹⁷¹ Ver: VARIAS. *Comércio do Acre*. Xapury: 10 de setembro de 1916, p.14.

Alfa e ômega de tudo quanto existe
No meu cérebro atlético e fecundo
Eva mater povoando o novo mundo
Dentro do mesmo mundo em que surgiste
Recebe agora esse poema triste
Em que os risos e as lágrimas confundo
Este amor duradouro e sem segundo
Que só de te querer vive e consiste
Só tu entendes tudo que eu não digo
Neste silêncio explícito, eloquente
Do grande amor que guardo a só comigo
E entendes o pesar em que anda imerso
Por não poder dizer a toda gente
Que és tu a inspiradora do meu verso.¹⁷²

Figura 27: Benigno Farias Gama.



Fonte: Arquivo da família

¹⁷² Poema de Benigno Gama recitado por Almerinda Gama. Ver: GAMA, Almerinda Farias. Almerinda Farias Gama: depoimento. 1984.

Como era habitual à época no meio burguês que os jovens se comprometessem com pessoas do mesmo círculo social, o casamento entre primos era uma possibilidade real (MARTIN-FUGIER, 2020, 2018). Almerinda, que a princípio, resistiu às lisonjas do rapaz, por fim cedeu. Ela e Benigno Farias Gama se casaram em 15 de março de 1923 e Almerinda incorporou o *Farias* dele como seu sobrenome. Para ironia do destino, Benigno que se unia com uma mulher de ideias progressistas, tinha anos antes *direcionado duras críticas* às feministas em seus artigos na imprensa. Em um deles, Benigno escreveu: “As mulheres que hontem nos disputavam o direito do voto, hoje nos disputam a primazia da calça e nesta marcha crescente amanhã nos cassarão todas as liberdades, todos os direitos (...) É a inversão total dos papeis!”¹⁷³. O casamento chegou ao fim com a morte de Benigno por tuberculose em novembro de 1925.

A verdade é que, embora a fotografia de Benigno estivesse bem posicionada sobre o piano de Almerinda, tudo indica que Benigno não tenha sido uma grande paixão. Antes de lhe “aparecer um primo”, expressão que ela mesma usa para se referir a Benigno, apaixonou-se por um ministro protestante, mais velho e desquitado que trabalhava como caixeiro viajante. Sempre que viajava, o pastor trazia para Almerinda, bem guardada dentro da bíblia, exemplares de flores que não brotavam no clima quente de Belém. Contudo, em virtude das convenções sociais que viam com maus olhos a união de uma moça solteira com um homem com esse perfil, nunca houve nada de fato entre eles. Almerinda recordou a paixão platônica da seguinte forma: “Ele pra mim tinha todas as virtudes, de forma que se estabeleceu aquele padrão (..) Era muito superior aos rapazes da minha roda. Eu media todos e saíam perdendo, portanto eu não namorei nenhum deles” (GAMA,1984, p. 31). Muitos anos depois, já viúva, reencontram-se no Rio de Janeiro, mas tudo já havia passado. Esse amor imaginado permaneceu forte em Almerinda de tal forma que, em seus depoimentos na velhice, é a lembrança dessa relação que surge vívida e carregada de paixão.

Em 1935, Almerinda uniu-se extraoficialmente a um segundo companheiro, o engenheiro Pedro Barroso. Tentou refazer a vida com ele, mas novamente a vida lhe dava um golpe: “Estivemos juntos, eu tive um filho dele, morreu também pequenino,

¹⁷³ Ver: BENIGNO, Gama. *Acreeanadas: feminismo e progresso. Commercio do Acre*. Xapury: 05 de novembro de 1916, p. 4

morreu ele também” (ALMERINDA, 1991).

Sendo Almerinda esta mulher interessante e de personalidade cativante, o leitor deve imaginar que ela atraía muitos admiradores. Com galanteios, os pretendentes se aproximavam, mas Almerinda cortava conversa. Em uma das suas entrevistas da velhice, deixa a entender que, na mocidade, não se enxergava como uma mulher atraente e, por isso, não se apercebia dos admiradores (ALMERINDA, 1991):

Eu nunca fui convencida de que fosse bonita, agora que eu envelheci que eu olho para os meus retratos é que eu digo como que... eu era bonita e não sabia. De maneira que as pessoas que se aproximavam de mim, eu tomava sempre como simpatia normal.

Juliana recorda-se do comportamento da avó diante dos pretendentes: “Ela era uma pessoa que chamava atenção, que as pessoas se encantavam, se apaixonava. (...) Ela devia perceber — claro, se a gente percebia, ela percebia. Mas ela, sempre na maior classe, tipo, apagava” (DE SOUZA; LEITE, 2019)

Talvez estivesse cansada de levar golpes do destino cada vez que tentou recomeçar sua vida a dois. Embora, ao que tudo indica, alimentasse ainda dentro de si o desejo de se apaixonar, de experimentar uma relação de cumplicidade mútua, o sonho de ter um companheiro esbarrava na realidade patriarcal que impunha que mulheres deviam servir aos seus maridos. A feminista Almerinda não estava disposta a negociar sua independência e nem queria assumir o papel da esposa, de rainha do lar para agradar homem algum. Alana explica as razões, no seu entender, que fizeram com que os relacionamentos afetivos da mãe não vingassem (DE SOUZA; LEITE, 2019):

Ela não tinha tempo de cuidar nem de um, nem de outro. Ou você casa e cuida do marido e tem sua vida normal, mesmo trabalhando... Mas ela, não; ela só queria trabalhar; ela não queria saber de ficar fazendo comida. Ela falou que não era lavadeira nem passadeira — ah! Pra que ela vai ficar no fogão, lavando, passando, cozinhando pra homem, pra, depois, ele ainda ficar chafurdando com ela na cama? Era assim que ela falava, exatamente assim. “Pra quê que eu vou fazer isso?”.

Na mesa de sua casa, em conversa com o cineasta Joel Zito Araújo em 1991, Almerinda explicou como sua vida sempre agitada, preenchida com uma agenda de atividades na militância política e pelo trabalho, terminaram por distanciá-la de relacionamentos amorosos (ALMERINDA, 1991):

Agora, pra mim, trabalho é trabalho, namoro é namoro. Se eu gostar de uma pessoa, independe do trabalho. Agora eu vivia tão imbuída naquelas coisas... Já não era nenhuma criança, porque vim para o Rio de Janeiro com 30 anos, vim em 29, mas quando fiz essa casa já *tava* com 50 e tantos anos. Agora uma mulher com 50 e tantos anos, carregada de serviço, não tem tempo pra ficar pensar em macho. Isso é que a verdade.

Dessa forma, nossa protagonista seguiu sozinha. Em alguns momentos, ressentia-se por não ter conseguido estabelecer uma relação duradoura. Certa vez confessou a Alana (DE SOUZA; LEITE, 2019):

Você conseguiu constituir uma família, e eu não. Eu só quis saber de trabalhar, trabalhar, trabalhar; não tive paciência para aguentar homem; e tá aí eu, agora, sozinha. Se não fosse você e seu marido, eu não teria mais ninguém.

Mas, esses momentos eram breves. Não costumava lamentar os fatos do passado. Para ela, importante mesmo era a nobreza do sentimento que sobrevivia nela mesmo após cada despedida, como explicou a Joel Zito Araújo: “É como eu digo: o amor é eterno, não importa que o objeto amado mude, mas o foco amante é sempre o mesmo, permanece” (ALMERINDA, 1991). E seguia cantarolando uma de suas canções: “O meu amor morreu, vive o amor...” (ALMERINDA, 1991).

3.4 Pequenas glórias e as contradições da memória

Para a maioria dos idosos, a chegada à velhice, quando o ritmo da vida é outro, é marcada por um processo de desqualificação, de ostracismo e de abandono. Conforme aponta Simone de Beauvoir (2018, p. 398): “Muito longe de oferecer ao velho um recurso contra seu destino biológico assegurando-lhe um

futuro, a sociedade de hoje o rechaça, ainda vivo, para um passado ultrapassado”. Para Almerinda, no entanto, a chegada à velhice foi um período virtuoso, em que assumiu certas liberdades e passou a ser considerada como uma testemunha de história, alguém que viveu muito tempo e tinha uma experiência válida, digna de ser compartilhada.

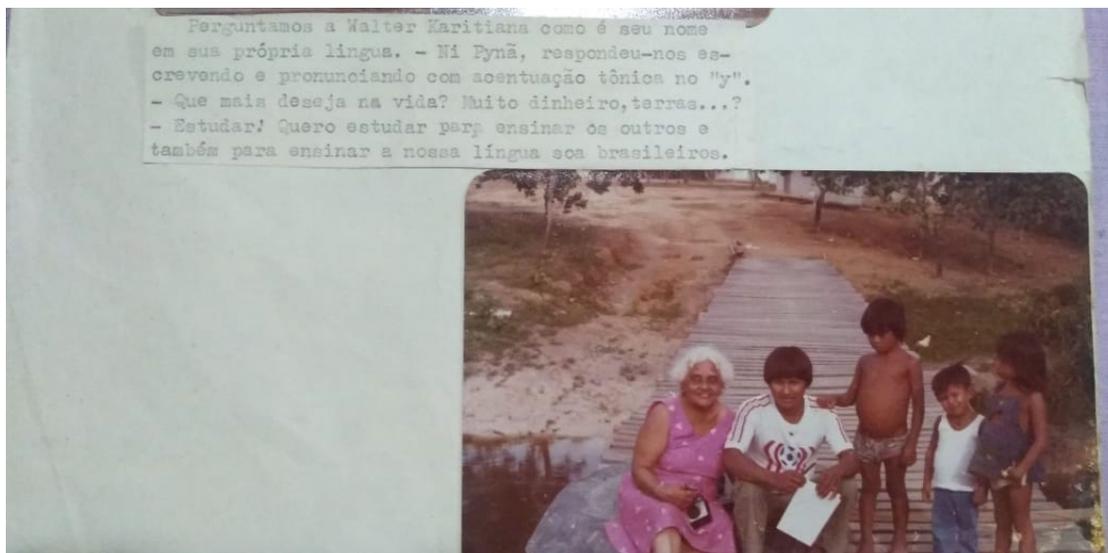
Segundo rememorou Alana, foi preciso que o chefe no jornal chamasse a atenção: “Almerinda, você não vai aposentar?” (DE SOUZA; LEITE, 2019). Aos 71 anos, a jornalista seguia na ativa, acordando antes do nascer do sol e dando expediente nas redações. Pela regra previdenciária da época, as mulheres poderiam se aposentar por idade quando chegassem aos 65 anos. Almerinda, que labutou por décadas a fio, emendando um serviço em outro, nem viu o tempo passar. Era chegado o tempo da máquina de escrever sair de cena.

Distante da força de trabalho, Almerinda enxergou na velhice o tempo livre para os *hobbies*, para atividades que eram impossíveis quando a vida era completamente tomada pela labuta. Foi nessa época que pôde voltar-se para a música e gastar horas sem preocupação no piano. Mas, engana-se quem pensa que Dona Almerinda passou a velhice em casa, intercalando-se entre o piano e uma cadeira de balanço. Depois de anos recebendo pessoas na sua casa-abrigo, estava na hora de retribuir algumas visitas.

Com a carteira de passageira especial, que permitia viagens gratuitas nos ônibus interestaduais, Almerinda pôs-se a redescobrir o Brasil. Com a ajuda dos muitos amigos que tinha feito ao longo da vida, tinha certeza de hospedagem garantida. Antes de partir, enviava uma carta avisando que estava a caminho. Esses detalhes demonstram a forte sociabilidade da alagoana que estabelecia laços de amizade não só com pessoas da sua idade, mas também com muita gente mais jovem. Dessa forma, sem medo de ser uma senhora sozinha nas estradas, conheceu o Brasil, indo do Oiapoque ao Chuí e intercalando idas a São Paulo para visitar Alana, que se mudara para a cidade com o marido e as crianças. Em algumas ocasiões, um ou outro amigo também aventureiro a acompanhava. Dos lugares que ia, trazia fotos e impressões que iam sendo registradas em álbuns que são guardados pela família até hoje. Era Juliana a encarregada de auxiliar Almerinda na organização desses registros. A avó datilografava suas experiências e a neta cortava as tirinhas de papel coladas nos álbuns. Por meio dos álbuns de fotografia, é possível saber que essas explorações, por vezes, tinham caráter jornalístico.

Embora não tenham sido publicadas em nenhum lugar, a alagoana fazia o relato a partir de seu olhar de repórter.

Figura 28: Registro de Almerinda em uma aldeia da etnia Karitiana, em Rondônia, em dezembro de 1980.



Fonte: Arquivo da família

As histórias dos tempos da vida pública, da luta pelo voto feminino, eram transmitidas no âmbito familiar. As crianças não davam muita bola, mas sabiam que no passado a avó tinha sido alguém “importante”. Os recortes de jornal em que o nome de Almerinda é mencionado, e que ela guardava com muito cuidado em pastas, em uma espécie de *clipping* pessoal, estavam lá para provar. Com os ventos de redemocratização que sopravam no país no início da década de 1980 após anos de uma ditadura cívico-militar, a trajetória de Almerinda de luta e resistência e sua atuação junto aos movimentos feminista e sindical passariam a interessar a outros.

De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (2019), diante dos sinais evidentes de saturação e decrepitude da ditadura, o movimento popular, encabeçado por políticos de oposição, sindicatos, imprensa, artistas, entre outros atores políticos, cresceu e ocupou as ruas. Em um primeiro momento, a população mobilizou-se na luta pela anistia e retorno dos exilados; em seguida, em prol das eleições diretas, na campanha que ficou conhecida como *Diretas Já*. De acordo com o autor (SILVA, 2019, p. 345)

A proposta de *Diretas Já* representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte soberana, eleita pelo voto direto, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.

Foi neste clima que, em 8 junho de 1984, Ângela de Castro Gomes entrevistou Almerinda para sua pesquisa sobre a construção da identidade social e política da classe trabalhadora no Brasil. Dois meses antes deste encontro entre a historiadora e a recordadora Almerinda, em 16 de abril, a campanha das *Diretas Já* atingia seu auge: um mar de gente lotava o vale do Anhangabaú, em São Paulo, exigindo democracia. Um milhão e meio de pessoas participaram desta que é até hoje a maior manifestação popular da história brasileira.

Em 5 de outubro de 1988, depois de meses de intensos debates acompanhados atentamente por Almerinda através dos telejornais, a Assembleia Nacional Constituinte promulgava a nova Constituição brasileira, que em seu texto ampliava o direito de voto aos analfabetos. Após duas décadas de regime militar, o processo de transição entre a ditadura e um regime democrático-representativo estava concluído e os brasileiros poderiam finalmente voltar às urnas para escolher seu presidente em 1989.

Recuperei essa breve linha do tempo para termos em perspectiva o contexto histórico e político em que a senhora Almerinda passa a entrar no radar de historiadores, jornalistas e cineastas. Com a abertura política, interessa aos pesquisadores ouvir as vozes daqueles que viveram muito e tiveram uma militância política no passado.

É possível que Almerinda não tenha sido a primeira pessoa a ser considerada como entrevistada, mas ela tinha a seu favor a longevidade. Entre as pioneiras femininas na política, Carlota Pereira de Queirós, a primeira brasileira a ser eleita deputada federal, morreu em 1982. Bertha faleceu em 1976. Pouca gente tinha restado para dar testemunho. Aos 90 anos, completados em maio de 1989, Almerinda, que fora coadjuvante no *hall* da fama das sufragistas brasileiras, pôde sair das sombras e ocupar, por breve tempo, lugar de protagonista.

Almerinda: primeira brasileira a votar

Ela tem orgulho de ter sido a primeira mulher brasileira a exercer o direito de voto. Seu nome é Almerinda Farias Gama, que hoje tem 90 anos e mora no Cachambi. Nascida de uma família alagoana proprietária de terras em 1899, Almerinda sempre foi uma mulher participante da vida nacional, o que a levou a ingressar no movimento da feminista Berta Lutz para ajudar na luta das sufragistas, nome dado às que se dedicavam à causa da extensão do voto para este sexo, direito que ela inauguraria.

Orfã de pai e mãe aos 8 anos, Almerinda então se transferiu para o Pará com a avó. Em Belém ela concluiu os estudos secundários e se ca-

sou em 1923. A união, porém, não duraria muito, e quatro anos depois Almerinda ficou viúva. O único filho nascido do curto matrimônio morreu ainda bebê.

Em 1929, Almerinda que trabalhava no jornal "A Província do Pará" como cronista e articulista, veio para o Rio, morar em um quarto alugado na casa de um amigo de seu irmão.

Almerinda passou a trabalhar no 9º Ofício de Notas, onde era encarregada de copiar escrituras e manuscritos, devido ao seu conhecimento da língua.

Políglota, e sempre insatisfeita com seus salários, Almerinda foi trabalhar com o advogado criminalista Clóvis Dunshee de Abranches, filho de um deputado da

República Velha, João Dunshee de Abranches, e pai de Antônio Augusto Dunshee de Abranches, que muitos anos mais tarde seria Presidente do Clube de Regatas do Flamengo.

Foi nessa época que Almerinda conheceu a criadora do movimento feminista no Brasil, a paulista Berta Lutz, formada em Ciências Naturais pela Sorbonne (França), e filha do médico e cientista carioca Adolfo Lutz.

Entrando para a Federação, Almerinda participou das passeatas e manifestações das sufragistas, ao lado de uma atuação também no sindicato de sua categoria, o dos Datilógrafos, onde apenas os homens tinham vez.



Aos 90 anos, Almerinda se orgulha de ter sido a primeira mulher a votar no Brasil

Fonte: ALMERINDA: a primeira mulher a votar no país. *O Globo*. Rio de Janeiro: 29 de novembro de 1989, p. 21.

Como registrei no primeiro capítulo desta pesquisa, Almerinda recebeu destaque na imprensa na ocasião da primeira eleição presidencial pós-ditadura em 1989. Periódicos como *O Globo* e *Jornal do Brasil* acompanhavam cada passo dado pela velha militante neste processo eleitoral. Há registros de entrevistas concedidas por ela antes, durante e depois do pleito. No dia 11 de outubro de 1988, no *Jornal Hoje*, tradicional telejornal da Rede Globo de Televisão, a apresentadora e jornalista Leda Nagle anunciava antes da exibição de uma reportagem feita na casa do Cachambi:

Participar da vida política do país é um direito feminino desde 1933, foi quando as mulheres votaram pela primeira vez. Almerinda Gama, a primeira

mulher a votar no país, quer continuar participando e ela vai votar nas eleições de novembro¹⁷⁴.

Em 1989, foi a vez do cineasta Joel Zito Araújo “descobrir” Almerinda. Durante as filmagens de seu documentário *Memórias de Classe* (1989), que resgata as memórias de militantes que aturam no movimento sindical nos anos de 1930, Joel Zito foi ao encontro de Almerinda na famosa casa do Cachambi: “Ao final de um dia inteiro de filmagens – previstas para durarem apenas algumas poucas horas – saiu impressionado com a trajetória de vida e militância desta ex-líder das datilógrafas, que fala francês e compõe ao piano”, escreveu o repórter José Manoel Júnior no pernambucano *Jornal do Commercio* (MANOEL JÚNIOR, 1991, p. 4). Poucos minutos das mais de cinco horas gravadas com Almerinda foram usados no documentário, o que levou o diretor, juntamente à SOS Corpo, organização feminista com sede na cidade do Recife-PE, a lançar o curta-metragem documental *Almerinda, uma mulher de 30* (1991), em que a alagoana é a única protagonista. À luz da linguagem cinematográfica, Almerinda pôde reinventar sua imagem para os filhos do futuro.

Nonagenária, saudável, e demonstrando plena independência intelectual, Almerinda põe-se diante das câmeras e de gente disposta a ouvi-la. Apoiava-se no seu acervo particular, posto sobre a mesa, organizado em pastas, onde catalogava sua vida pública. Os documentos eram o apoio necessário para voltar aos fatos com exatidão. Os arquivos também ajudavam na tarefa de comprovar a veracidade do que se falava: “Eu em Belém, tenho até ainda recortes aqui, comecei a batalhar contra a discriminação da mulher”, ela diz ao cineasta (ALMERINDA, 1991). Os arquivos pessoais são armas no conflito entre as forças das memórias e os esquecimentos.

Cinco anos apenas separam os dois principais testemunhos de Almerinda concedidos a Ângela de Castro Gomes e a Joel Zito Araújo, mas fica evidente uma mudança no tom de narrativa entre um e outro. Há no depoimento dado a Joel Zito

¹⁷⁴ ELEIÇÕES 88 - Almerinda Gama foi primeira mulher a votar no Brasil. Jornal Hoje. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de outubro de 1988. Programa de TV.

um ar mais glorioso de quem se apresenta não só como testemunha da história, mas como figura que ajudou a escrevê-la. Quando Simone de Beauvoir era uma mulher começando a conhecer senilidade, escreveu que a paixão a qual o velho está predestinado é a ambição. Sem poder sobre o mundo, o velho deseja aparecer. “Perdeu sua imagem: esforça-se para reencontrá-la fora de si mesmo. Cobiça condecorações, honras, títulos, uma farda de acadêmico” (BEAUVOIR, 2018, p. 473). Um exemplo aparentemente trivial de como isso se dá em Almerinda está na forma como, neste momento, ela se situa na história da luta pelo voto feminino no país:

Eu fui a primeira mulher a ser eleitora. Eu digo isso porque, até então, a mulher não tinha direito ao voto. O Getúlio deu direito de voto à mulher, a todos os cidadãos.. A primeira eleição que houve foi a eleição classista, delegado classista. A seguir, no mesmo dia, na mesma temporada houve a eleição política. Eu votei como delegado eleitora para o deputado classista. Agora, no mesmo ano, vieram as eleições políticas que eu e outras mulheres votamos (ALMERINDA, 1991).

A cronologia dos fatos aponta o contrário. A eleição política, a primeira em que as mulheres foram às urnas, se deu no mês de maio de 1933 e o pleito classista aconteceu em julho¹⁷⁵. É compreensível que haja uma confusão de datas diante da distância temporal de mais de 50 anos entre o que se narra e o que se viveu. Esta mesma versão é confirmada (e jamais negada) por Almerinda aos jornais que a acompanham durante o processo eleitoral de 1989, como vimos acima. Aqui não me proponho discutir ou analisar a veracidade da narração, mas evidencio este fato

¹⁷⁵ E anos antes da conquista do direito ao voto feminino ser formalizada por Getúlio Vargas, em 1927, a professora Celina Guimarães Viana, moradora do município de Mossoró-RN, obteve na justiça local o direito de voto. Como o governador do Rio Grande do Norte à época era Juvenal Lamartine, era um aliado do movimento sufragista, a justiça permitiu que mulheres se alistassem para votar no pleito estadual. Mas, segundo Teresa Marques: “O problema é que havia dúvida se os votos das mulheres do Rio Grande do Norte eram válidos e o assunto voltou ao Senado, que decidiu contrariamente às aspirações das sufragistas de todo o país. Imaginava-se que o exemplo do estado nordestino abriria as portas das sessões eleitorais para todas as mulheres brasileiras, mas não foi assim” (MARQUES, 2019, p. 99). De toda forma, a bibliografia sobre o assunto aponta Celina como a primeira eleitora do país.

para apontar como a memória opera diante do peso do presente. Como dito por Ecléa Bosi:

A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da existência do passado "tal como foi", e que se daria o inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto das representações que povoam a nossa consciência atual (1994, 17)

O fato narrado por Almerinda aponta menos para o passado que ela tenta reconstruir e mais para o presente – há de se considerar o momento de abertura política que o país vive e o fato de Almerinda poder ocupar nesse momento histórico um lugar de protagonista – e também para o futuro, para a imagem de si que ela deseja semear para a posteridade.

Michel Pollak (1992:4) aponta que “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”. Aqui, pouco importa se o relato é verdadeiro ou não, essa é a verdade de Almerinda.

Da mesma forma, o testemunho colhido por Angela de Castro Gomes em 1984, cinco anos antes, precisa ser pensado à luz de seu tempo. Na ocasião, o Brasil ainda vivia sob o governo do general João Figueiredo e, como relata Angela, era frequente que muitos dos velhos militantes entrevistados por ela na ocasião apresentassem atitudes de desconfiança e medo, como se temessem represálias pelo passado combativo (GOMES, 1988, p. 13). Na versão de si que relata a Angela, Almerinda fala de suas contribuições de maneira mais tímida e demonstra total lealdade à Bertha, a quem aponta como líder absoluta do movimento de mulheres. Em 1989, Almerinda é a heroína principal de seu próprio relato.

Diante das câmeras de Joel, com seu vestido carmim, Almerinda parece não demonstrar nenhum rancor pelos anos no anonimato. Há tempo ainda para apaziguar qualquer desavença do passado com as associadas de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Segurando em suas mãos um livro de Bertha, Almerinda recorda a companheira de luta:

Naquele tempo, enquanto ela [Bertha] foi viva, ela fazia questão da minha companhia, da minha presença e solicitava... Ela escreveu, por exemplo: *Os 13 princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição*, da primeira constituição, da Constituição anterior. E como eu já estava indo poucas vezes lá, ela me manda esse exemplar com essa dedicatória: "À Almerinda Gama para que volte... Lembrete da velha amiga, Bertha Lutz". (ALMERINDA, 1991)

O filme se encerra com imagens de Almerinda cantarolando, em tom divertido, uma de suas canções. A equipe de filmagem sorri. Cada entrevista é uma batalha vencida contra o esquecimento.

3.4 - A casa, uma herança

Depois desse período de prestígio, Almerinda retorna para seu universo particular. Sua última aparição em uma obra audiovisual é no documentário *Memória de Mulheres* (1992). Viajar para São Paulo, para visitar Alana, o genro e o netos, tornara-se tarefa difícil e era a filha com as crianças que iam sempre ao Rio de Janeiro e, durante as férias escolares, se demoravam por mais tempo.

Foi justamente em um dos intervalos em que Alana estava longe que Almerinda sofreu um duro golpe: segundo o testemunho familiar, fragilizada depois de um acidente vascular cerebral (AVC), Almerinda assinou papéis em branco a pedido de uma vizinha, gente que era vista como de confiança. Segundo a família, as folhas assinadas foram utilizadas para transferir o imóvel do Cachambi para terceiros. Quando tomou conhecimento da situação, Alana deixou o marido doente em casa e foi às pressas ao Rio. Uma intimação judicial havia sido expedida obrigando que Almerinda deixasse a casa que tinha construído. Em seu depoimento, Alana reproduziu o embate que teve ao chegar no Cachambi (DE SOUZA; LEITE, 2019):

A senhora diz que comprou a casa. Se a senhora comprou a casa com a moradora dentro, a senhora comprou uma casa de porteira fechada; ou, então, tudo o que tiver aqui dentro é seu, inclusive ela. Como é [ininteligível] pôr ela na rua, uma pessoa um ser ou que seja que está dentro da casa que senhora comprou, tá dizendo que é sua? O oficial de Justiça não sabe disso? O juiz não sabe?" — "Ah, isso aí é problema seu; eu só sei que eu quero a casa". Eu falei: "Pois é, a senhora quer a casa e eu quero ela".

E assim se deu. Sem suporte jurídico em que se apoiar, Alana só empreendeu uma única luta: levar a mãe que apresentava problemas de saúde para viver junto de si, em São Paulo. Perderam o imóvel. Mesmo com Almerinda segura sob seus cuidados, Alana remoía a dor de não conseguiu cumprir o desejo da mãe. Alana rememorou (DE SOUZA; LEITE, 2019): “Eu tenho isso guardado na memória, que ela falou: “Eu quero morrer aqui; eu quero morrer nessa casa; foi a casa que eu construí.”.

Na separação de Almerinda e da casa, ficaram para trás muitos objetos biográficos, pastas empoeiradas, miudezas da vida vivida ali. Em um tempo do passado, magoada com afastamento dos poucos parentes de sangue que lhe restavam, Almerinda fez uma promessa a Alana: “Quer saber de uma coisa, menina? É você que é minha filha mesmo, e é isso aí. Essa casa vai ficar pra você” (DE SOUZA; LEITE, 2019). A jura foi cumprida em partes. A casa de paredes firmes e janelas largas foi tomada. Hoje, a construção física é só uma lembrança. A casa que Almerinda deixou não é material. A herança é outra, diz respeito à sua presença, aos laços construídos, à memória do que viveram juntos, ao legado transmitido de geração em geração, ao senso de pertencimento. Almerinda agora é ancestral. Seus descendentes afetivos são uma filha, quatro netos e, até o momento, dez bisnetos e quatro tataranetos.

Figura 30: Registro de Almerinda e seu bisneto, Guilherme, na casa de Juliana, em São Paulo, em 1998.



Fonte: Arquivo da família

Em seu texto clássico *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, Walter Benjamin (1987b) chega à constatação que, como consequência dos modos de vida da sociedade capitalista, vivemos o declínio da experiência, assim como da tradição oral e da arte de narrar. Engolidos pelas demandas do mundo moderno, pela velocidade e emergência das notícias, pelo apelo ao consumo, perdemos o prazer de narrar e estamos ocupados demais para ouvir e aprender. O empobrecimento da experiência se articula com a extinção da tradição de narrar que garantia a transmissão de conselhos dos mais velhos aos mais jovens. Em *Experiência e Pobreza*, Benjamin questiona (1987a, p. 114):

De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; às vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos. — Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam narrar algo direito? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas de geração em geração? Quem é ajudado hoje por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando a experiência?

Halbwachs nos diz que a memória é constituída não só de datas, nomes, paisagens, mas é riquíssima, porque também carrega a dimensão da experiência (2004, p. 71). Quando a arte de contar histórias se torna rara, perde-se também a partilha da memória das experiências de vida. Ao comentar a obra de Benjamin, Patrícia Lavelle (2018, p. 275) nos fala sobre as características deste narrador que está em extinção:

A experiência transmissível da tradição é, segundo Benjamin, a fonte a que recorrem todos os contadores. O senso prático é uma característica dessa figura cuja autoridade se funda na sabedoria 'o lado épico da verdade'. Assim a arte de contar pressupõe a capacidade de aconselhar, compreendida como o talento para sugerir uma continuação de uma história que está se desenvolvendo.

Seguindo os rastros de Almerinda, suspeito que ela era um desses raros indivíduos para quem a tradição oral e a narração não se tornaram obsoletas. Há na velha Almerinda um deleite em compartilhar com outros a sabedoria acumulada, a experiência de toda uma vida. Vida esta que, segundo Benjamin (1987a, p. 221) “não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia”. Em um texto publicado na *Província do Pará* em 14 de dezembro de 1975, Almerinda reivindica seu lugar na História. Para justificar que tudo que escrevia ali era fruto unicamente de sua memória, a alagoana escreveu:

Minha contribuição é oral, é tradição. Aqui, agora, escrevo para fazer-me ouvir. Invoco para mim a afirmação do poeta que diz: “E se alguém duvidava do que ele contava, tornava, prudente: - Meninos eu vi!” Sim, sou uma testemunha da história, como aliás, todo aquele que vive conscientemente a sua época¹⁷⁶.

Almerinda tem a oferecer o conhecimento de quem lutou não somente em causa própria. Da fonte dessa experiência, fluem conselhos distribuídos aos filhos, aos vizinhos, amigos, gente que Almerinda gostava de orientar e a quem chamava de “meus protegidos” (GAMA, 1981, p. 106).

¹⁷⁶ GAMA, Almerinda. *Escreva-se a História. Província do Pará*. Belém: 14/12/1975.

Ao instruir os mais jovens, Almerinda manifestava o desejo de que a história não se encerrasse nela. Sua experiência histórica é um bastão que se entrega ao próximo corredor para que este tenha fôlego e siga a maratona. No depoimento de 1984, um conselho: “E digo aos rapazes de hoje que lutem como nós lutamos, até mais se puderem” (GAMA, 1984, p. 105). A vida e a experiência de Almerinda ainda são uma casa de portas abertas.

CONCLUSÃO

Se o ponto de partida desta pesquisa foi uma fotografia, seu ponto de chegada é um documento pessoal. No dia 6 de abril de 1999, de posse da declaração de óbito do Serviço Funerário do Município de São Paulo, Alana Mara Batista dirigiu-se até o 8º *Cartório de Registro Civil* de Santana, na cidade de São Paulo, para realizar esta que era a última burocracia da vida de Almerinda: o registro de sua certidão de óbito.

Como mencionei anteriormente, a data da morte de Almerinda era desconhecida publicamente até a realização desta pesquisa. Nos poucos espaços em que recebeu destaque por sua vida de luta, Almerinda foi apresentada em pequenos verbetes que estampavam uma interrogação no lugar destinado ao ano de sua morte. Nos obituários, livros, jornais, as pessoas “ilustres”, aquelas que tiveram uma vida digna de ser lembrada, têm sempre o registro do seu ano de nascimento e do seu ano de morte.

Quando um brasileiro ou brasileira morre sem que se saiba quem ele ou ela foi, esta pessoa é enterrada como indigente, alguém que não pôde ser identificado, um desconhecido. Quando um brasileiro ou brasileira morre de morte natural, mas nenhum parente ou responsável legal aparece para reivindicar seu corpo, ele é enterrado pelo Estado como “não reclamado”. Os indigentes são invisíveis, indocumentados, morrem à margem da legalidade.

Embora Almerinda tenha uma certidão de óbito e tenha morrido sob os cuidados de sua família, o fato de a data de sua morte não ser de conhecimento público, revela o processo de abandono e invisibilidade do qual ela foi alvo. Muitos idosos, como Almerinda, experimentam a morte social, antes mesmo da morte física. Almerinda foi uma mulher pioneira no terreno da política, do sindicalismo, da literatura, mas a sociedade brasileira se recusou a reivindicar seu corpo e sua história. Não deixa de ser simbólico também que uma mulher negra pioneira, que lutou para que as mulheres tivessem direitos políticos e que transformou solidariedade em maternidade, seja apresentada em seu último documento como: “branca, não deixou filhos, não deixou bens, não era eleitora”.

Afirmo que este documento é o ponto de chegada, porque, a partir desta pesquisa, Almerinda poderá ter a dignidade de ser lembrada publicamente como

uma cidadã de quem sabemos a data do nascimento e de falecimento. Mas, a morte não é o fim. Indo além da datação correta, propus-me com esta pesquisa a apresentar quem foi Almerinda a partir de suas convicções, sua consciência política, suas expressões artísticas e seus afetos.

Uma das questões que a pesquisa buscou responder foi quem foi Almerinda Gama. Esta não se mostrou uma tarefa simples primeiramente porque Almerinda foram muitas. Diante de uma personagem multifacetada, evidenciei algumas de suas facetas e identidades que considereei mais relevantes e que revelam aspectos de sua vida política e sua condição de trabalhadora.

Em seguida, havia os obstáculos impostos pela falta de fontes. O uso da palavra *vestígio* ao longo do texto não foi à toa, já que comecei a pesquisa unindo fragmentos, pistas. Não havia registros de nenhuma pesquisa prévia sobre Almerinda. Mesmo em trabalhos sobre a história da campanha sufragista brasileira, raras são as vezes em que Almerinda é citada. Quando é mencionada, sua atuação é apresentada como menor, quase que restrita ao episódio da eleição de representantes de associações profissionais para a Constituinte de 1933/1934.

Sem informações sobre familiares ou pessoas que conviveram com Almerinda, comecei este trabalho contando somente com a entrevista de Almerinda concedida aos pesquisadores Angela de Castro Gomes e Eduardo Stotz em 1984, e alguns poucos documentos sob a guarda do CPDOC. A pesquisa nos periódicos mostrou-se bastante promissora, porque, sendo profissional da imprensa, Almerinda era figura recorrente neles; também pelo fato de os jornais serem ricos em detalhes sobre os acontecimentos públicos, pois eram o principal veículo de informação à época.

Novas fontes foram sendo incorporadas à pesquisa, como os documentos do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, integrante do Arquivo Nacional e o curta-metragem *Almerinda, uma mulher de 30*, que localizei na videoteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, esquecido e guardado de maneira precária em *u-matic*, um formato de fita de vídeo analógico de gravação que não se usa mais e que se deteriora rapidamente. Comuniquei à videoteca a importância daquele registro, que rapidamente digitalizou o vídeo, hoje disponível no *Youtube*. Faço esse retrospecto sobre as fontes da pesquisa, para apontar que, a princípio, este trabalho se dedicaria somente a revelar a Almerinda pública em suas muitas frentes de atuação nos anos de 1930. A localização dos familiares de

Almerinda em abril de 2019 abriu as portas para sua intimidade e sua sensibilidade e trouxe uma outra dimensão dessa personagem que, como revelou esta pesquisa, levou a política para a vida e sempre buscou fazer a diferença na comunidade.

Creio que o acesso à educação e o contato com as mulheres fortes que lhe educaram e que eram as chefes da família Gama, foram determinantes para que Almerinda buscasse assumir o rumo de sua própria vida, sem viver à mercê das decisões tomadas por terceiros, inclusive por um marido. Como José, seu irmão mais velho, que era uma liderança no Sindicato dos Gráficos no Pará e, depois, no Distrito Federal, acredito que Almerinda, que cresceu vendo o irmão envolvido com as atividades de sua entidade de classe, aprendeu desde muito cedo a importância de se construir estratégias de mudança coletivamente.

Durante um período de sua vida adulta, Almerinda esteve envolvida, quase que ao mesmo tempo, em pelo menos cinco frentes de atuação política: a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas, a Ala Moça do Brasil, o Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB) e os sindicatos ligados à Federação do Trabalho do Distrito Federal. A pesquisa revelou que, em todas elas, Almerinda não teve atuação tímida, nem apenas simbólica, pelo contrário. Os arquivos mostram que suas atividades foram muitas nessas frentes de atuação. Emprestou sua competência, carisma e brilhantismo ao movimento de mulheres, ao associativismo proposto pela Ala Moça do Brasil, ao partido em que consta como única mulher entre os fundadores e aos companheiros e companheiras com quem lutava no movimento sindical. E fazia tudo isso conciliando a dupla jornada que ainda é a realidade de muitas mulheres ativistas hoje: combinava a militância com atividades domésticas, o trabalho como datilógrafa e o estudo, já que neste mesmo período buscava um diploma de advogada.

A participação de Almerinda nesses espaços, se deu, em muitos casos, simultaneamente, mas não há dúvidas de que a primeira entidade da qual fez parte e que foi, de fato, sua escola de formação política, foi a FBPF. Quando Almerinda chega à Federação Brasileira pelo Progresso Feminismo em 1930, a entidade já estava na ativa há pelo menos oito anos. Convivendo com Bertha Lutz e as demais lideranças da entidade, Almerinda aprendeu a fazer política. Foi lá onde aprendeu que na política não há lugar para o vazio. Há sempre alguém ocupando os espaços de poder e é necessário disputá-los, para então tomar posse deles e afinar bandeiras.

Dona de si e vivendo na capital federal, Almerinda lançou-se no mundo. Não esperava que ninguém lhe abrisse portas; ia ela mesma construindo suas possibilidades. Quando decidiu se lançar candidata a deputada federal, foi ao Congresso Master e propôs ela mesma seu nome para integrar a legenda. Se não existia convite por parte das editoras para lançá-la como escritora, as evidências indicam que Almerinda reuniu seus poemas e, com a ajuda do irmão tipógrafo, publicou *Zumbi* de maneira independente.

A pesquisa revelou que Almerinda estava constantemente em movimento. Quando se sentia limitada em determinado espaço, ou entendia que já tinha feito ali todas as contribuições possíveis, assumia novas missões. Foi assim que depois de anos intensos envolvida até o pescoço com movimento organizado de mulheres e já desgostosa com incoerências da FBPF, Almerinda foi em busca de outros pares. Logo depois de se distanciar das feministas, já estava contribuindo em outros grupos, como o PSPB.

Percebi em Almerinda uma enorme capacidade de adaptação e de reinvenção. Creio que isso tem relação com as perdas significativas que vivenciou e que provocaram grandes mudanças de rota em sua trajetória. Foram os infortúnios da vida que pavimentaram o caminho de Almerinda até as novas vidas e identidades que ela assumiu. Primeiro a morte do pai e, anos depois, as mortes dos filhos e dos maridos. Ouvindo inúmeras vezes seu depoimento e o depoimento de seus familiares, concluo que a vida forjou Almerinda como uma mulher que não lamentava o passado. O que passou ficava para trás, e a vida continuava seu curso. Ao falar sobre a morte dos filhos ou dos companheiros que teve ao longo da vida, por exemplo, Almerinda é muito breve, não desenvolve o assunto.

É possível que as falas sobre esses assuntos sejam resumidas, porque a remetem a episódios muito dolorosos para serem lembrados, mas os interpretei desde o princípio como uma característica de sua personalidade. A impressão que tive me foi confirmada por aquelas que conheceram Almerinda intimamente. Segundo a filha Alana: “Não, não se lamentava do leite derramado, como ela dizia” (DE SOUZA, LEITE, 2019). Os lutos tinham hora para acabar e a vida seguia.

Outra questão que busquei responder dizia respeito à identificação sobre o real papel de Almerinda na construção da emancipação política feminina. Acredito que, quando não foi completamente apagada, a contribuição de Almerinda à construção da cidadania feminina foi minimizada. Votar é ter poder e Almerinda

sabia disso. Ao desejar ocupar os espaços de representação política sendo mulher e negra, Almerinda se dispôs a enfrentar as determinações de raça e gênero que sinalizavam que sua presença nestes lugares era insólita. É preciso admirar a coragem de Almerinda ao tentar ocupar as estâncias de poder e sua recusa de viver o destino socialmente reservado às mulheres negras. Suas iniciativas tiveram um valor imenso, porque, como aponta Sueli Carneiro (2019, p. 266), falar da relação entre mulher negra e poder é como falar do ausente, porque o racismo e o ceticismo “transformam as mulheres negras na antítese da imagem com a qual se associa o poder.”

A participação de Almerinda como delegada eleitora na escolha de deputados oriundos de associações profissionais, episódio pelo qual é lembrada, a colocou como a única mulher na categoria dos trabalhadores a participar de um experimento único na história política brasileira.

Seu testemunho sobre este episódio nos apresenta um ângulo diferente sobre como se deram os acontecimentos e quem eram e como agiam os principais atores políticos na ocasião. Depois de anos incansáveis de luta empreendida por gerações de mulheres, episódios como este em que Almerinda não se intimidou diante de olhares de julgamento que atestavam o estranhamento com sua presença ali, como se ela estivesse “fora do lugar”, sinalizavam as primeiras mudanças no mundo político até então hegemonicamente branco e masculino. Sua presença ali desafiava o *status quo*.

Há o valor também de entendermos como, diante das suas limitações de diálogo com categorias profissionais femininas, a estratégia da FBPF foi criar um sindicato e deslocar Almerinda para a missão. Há neste momento, mesmo que de maneira simbólica, a convergência das lutas de gênero e classe, que se tornariam as principais bandeiras de luta de Almerinda ao longo de toda sua vida.

Criando e presidindo o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas, Almerinda figura como uma pioneira entre as lideranças sindicalistas femininas no Brasil. Ao nos contar sobre sua atuação nessa frente, Almerinda nos revela que as colegas de trabalho nos anos de 1930 não possuíam consciência de classe, tinham dificuldade de se enxergarem enquanto trabalhadoras e raramente compreendiam o papel de uma entidade sindical na luta por direitos e na defesa dos interesses da categoria. Com poucas associadas, o sindicato passou a existir quase que simbolicamente, sendo utilizado pela FBPF para “encorpar” o número de associações femininas que

assinavam os projetos e propostas da entidade. Frustradas as tentativas de convencer mulheres a se unirem ao sindicato, Almerinda decidiu somar forças na luta de outras entidades de classe.

Além da tática criada para a inclusão de uma mulher na eleição de representantes das categorias profissionais para a Assembleia Constituinte, Almerinda foi uma ativista dedicada em pelo menos quatro anos atuando junto à federação. Se a pauta feminista ganhava espaço nos jornais com facilidade, isso em partes se devia a sua competência e simpatia. Experiente no manejo da máquina de escrever, era Almerinda quem redigia as notícias sobre as atividades da FBPF e as levava pessoalmente às redações. Muitas vezes fez isso já tarde da noite, quando a cidade já dormia e os jornalistas ainda batiam o martelo sobre as manchetes que estampariam os periódicos no dia seguinte. É possível que mesmo com as edições já finalizadas, os amigos tenham encaixado uma outra nota de interesse das feministas, como um favor à amiga Almerinda.

Na FBPF, Almerinda assumiu diversas responsabilidades e foi por vezes a face pública da entidade, participando de eventos ou dando entrevistas sobre a luta das mulheres por igualdade. Era, na linguagem bélica que usou para se descrever, uma franca atiradora, ou seja, um soldado especializado a quem se confia missões especiais. Bertha sabia o valor de Almerinda e de ter alguém com seu perfil no núcleo duro da Federação. Tanto que, depois do afastamento de Almerinda, tomou a iniciativa de procurá-la para um retorno, mas a vida já havia tomado outro rumo e Almerinda estava voltada para outras lutas, inclusive a que travava pela própria subsistência.

A colaboração de Almerinda à causa das mulheres também foi enorme no terreno da imprensa, onde conseguia alçar voos solos, expressava suas opiniões individuais que muitas vezes entraram em conflito com a pauta do próprio movimento de mulheres. Nos inúmeros artigos e reportagens que localizei, nos quais Almerinda foi entrevistada e naqueles em que foi autora, a alagoana denunciou a situação de privação de direitos vivenciada pelas mulheres e o quanto parecia esdrúxula a ideia de que os homens, por sua natureza, fossem intelectualmente superiores às mulheres. Como a pesquisa apresentou, Almerinda não temeu se expor ao sair em defesa do divórcio em um dos seus artigos (assunto proibido na FBPF). Denunciou as agruras e desigualdades que as mulheres experimentavam dentro do casamento e defendeu por diversas vezes a intelectualidade feminina.

Segundo Almerinda (ALMERINDA, 1991): “Sempre eu tive consciência de que a mulher devia equipara-se ao homem, que nesse ponto não devia haver discriminação. A inteligência não tem sexo”.

Embora não tenha falado tão abertamente sobre sua identidade racial, creio que, com sua trajetória, Almerinda mostra que se recusou a ocupar o lugar social de subserviência que a sociedade brasileira destinava, e ainda destina, às mulheres negras. Almerinda rompe com a ausência e com o silêncio esperados, atreve-se a falar, apresenta seus pontos de vista para o mundo. Almerinda desloca a imagem do que era ser uma mulher negra no Brasil do pós-abolição. Graças ao seu acesso à educação, Almerinda ocupou espaços profissionais de prestígio em que mulheres mestiças como ela eram exceção.

Também buscou ocupar outro lugar de fala ao apresentar-se como literata e musicista. Mesmo que um dos primeiros romances brasileiros tenha sido escrito por uma mulher negra, *Úrsula* (1859), de autoria de Maria Firmino dos Reis¹⁷⁷, o terreno da literatura foi um espaço que mulheres negras demoraram a adentrar. Segundo a escritora Conceição Evaristo (2017), essa chegada tardia das mulheres negras ao mundo editorial está associada ao estranhamento de enxergá-las como produtoras de conhecimento:

Essa longa espera tem muito a ver com esse imaginário que se faz da mulher negra, que a mulher negra samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame. Mas reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro criado pelo racismo não concebe. Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito carnaval primeiro.

Almerinda ousou ascender, buscou melhores empregos, desejou ocupar os salões literários. Possivelmente, lidou com desqualificação e desmerecimento daqueles que não admitiam que uma mulher negra fosse altiva, assertiva, que

¹⁷⁷ Como aponta Muzart (2014), a maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917), filha de pai negro e mãe branca, foi umas das primeiras autoras femininas a terem livros publicados no Brasil. Seu romance, *Úrsula*, é considerado o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher negra.

ocupasse posições de destaque. Mulheres negras com essa postura não raramente são lidas como “negas metidas”, insolentes. São aquelas que “não sabem qual é o seu lugar” na hierarquia social.

Usando gênero como categoria de análise e trazendo as contribuições de autoras como Graciela Queirolo e Sharon Strom, fiz, a partir da experiência de Almerinda nos empregos administrativos e de reportagens e artigos dos jornais da época, uma análise sobre como a diferença sexual determinou a divisão do trabalho (e também de diferença salarial) entre homens e mulheres no ambiente do escritório. Como vimos, para as mulheres foram destinadas tarefas consideradas adequadas à sua “natureza feminina”.

Embora datilógrafas e secretárias usufríssem de certo prestígio social pelo fato de serem profissionais melhor remuneradas do que outros grupos de mulheres, como operárias e costureiras, Almerinda e suas colegas de profissão lidavam com desqualificação moral devido aos estereótipos que questionavam se elas eram, de fato, mulheres honestas.

A trajetória de Almerinda também sugere que sua busca por independência nunca foi apenas para proveito próprio, não servia a um propósito individualista. Almerinda buscava intervir no mundo para adquirir autonomia não somente para si, mas para seus pares. Foi assim na sua incursão na cena política, na luta sindical e na forma como fez do espaço privado da casa um lugar de acolhimento. Um forte sentido de comunidade permeava tudo que Almerinda se propunha a fazer.

Essa característica, que era na verdade uma prática, tem relação com o fato de Almerinda viver em uma sociedade fortemente marcada pelo racismo, pelo sexismo e pela desigualdade social e econômica, em que sujeitos negros precisam criar redes de apoio para escapar dessa confluência de opressões. São estratégias de enfrentamento para lidar com as injustiças do mundo e apoiar os recém-chegados. Gente que foi marginalizada, coisificada, injustiçada, preterida. Almerinda se reconhecia na dor destes companheiros de caminhada.

Como contraponto dessa postura, é possível concluir que, por exemplo, o que movia Bertha Lutz e outras companheiras da mesma época era um sentimento de injustiça de quem se enxerga como alienada de uma parcela importante das oportunidades de trabalho e de expressão política. A FBPF agia formando alianças, mas não havia um sentido aglutinador, comunitário. A política era vista como uma

forma de ganho de consciência e não devia se prestar à ajuda pessoal, a realizar favores.

Para Almerinda, a política também era uma prática que se desdobrava em amparo aos mais vulneráveis. Ao mesmo tempo em que se apoiou em redes em busca de oportunidades, Almerinda também acreditava que era necessário retribuir esse esteio. Apresentava-se bastante disponível em ajudar os que precisavam. Foi assim que com sua bagagem política e experiência administrativa, Almerinda auxiliou os companheiros dos sindicatos das camadas mais populares da Federação do Trabalho do Distrito Federal. Era uma mulher que podia sentar-se entre trabalhadores rústicos, de pouco estudo, entender suas demandas e respeitá-las, porque não se colocava em uma posição de superioridade. Almerinda fazia política com a empatia.

Foi também pautada por essa solidariedade horizontal que Almerinda, mesmo afastada da atuação partidária ou sindical, seguiu fazendo política a seu modo. Vimos que mais do que uma conquista pessoal, sua casa era quase que um espaço coletivo, aberto para servir aos outros. A acolhida proporcionava mais do que somente teto e comida, Almerinda era ela mesma o abrigo, com seus conselhos de mãe e a experiência de quem tocou a vida lutando por um mundo mais justo. Por causa de sua natureza comunitária, Almerinda se tornou um ponto de referência no bairro carioca em que viveu boa parte da vida, o Cachambi. Não havia ninguém nas redondezas que não tivesse ouvido ou visse falar de Dona Almerinda. Se tinha um jovem em busca de emprego, Almerinda oferecia gratuitamente aulas de datilografia para ajudar a incrementar o currículo. Se uma das crianças com quem convivia no bairro estivesse indo mal na escola, as mães já sabiam a quem pedir ajuda. Alana (DE SOUZA, LEITE, 20019) lembrou como a mãe respondia às vizinhas: “Ah, manda ele lá em casa que eu dou umas aulas pra ele”. E, assim, reunia a meninada, seus netos postiços, na sala de estar e ainda comprava bombons para adoçar as aulas.

É admirável como uma mulher que viveu experiências tão duras tenha levado a vida sem amarguras, oferecendo empatia a quem cruzava seu caminho. Esta era a política pessoal de Almerinda, sua trajetória revela que, para ela, era possível lutar pela transformação da história e, ao mesmo tempo, manter-se terna e gentil, estendendo a mão aos que, como ela, sentiam a dor histórica de viver em um Brasil de desigualdades.

Figura 31: Uma criança da vizinhança toma aulas com Almerinda



Fonte: Arquivo da família

No último capítulo deste trabalho, não hesitei em classificar Almerinda como uma das raras figuras da modernidade que mantiveram preservadas a arte de narrar e o prazer em compartilhar sua experiência. Cheguei a essa conclusão por vários motivos, entre eles o fato de ao escutar ou ler suas histórias, senti por inúmeras vezes que estava em sua presença. Segundo Benjamin (1987a, p. 213), diferente da leitura do romance feita por um leitor solitário, isolado em seu mundo, quem ouve histórias partilha da companhia do narrador. Tentei com este trabalho atender a um pedido de Almerinda manifestado ao final de sua entrevista a Angela Castro e Eduardo Stotz:

Eu é que tenho que agradecer muito, porque assim eu sei que viverei para a posteridade. Já que não deixo herdeiros, descendentes, que os descendentes de outras famílias aprendam, pela descendência da minha

imaginação, da minha memória e da minha compreensão, alguma coisa de útil que lhes possa dar vitória e uma vida social e familiar mais sólida, mais próspera (GAMA, 1984, p. 106)

Almerinda sabia aquilo que só os narradores sabem: a narrativa não se esgota e ainda possibilita a conexão entre gerações. Ela, a narrativa, conserva, como escreveu Benjamim (1992), toda sua força e pode ainda ser explorada muito tempo depois. Sempre é tempo de revisitar certas histórias, de aprender e atualizar a experiência acumulada dos que vieram antes. Eu, a descendente de outra família, fiz neste trabalho umas das milhares de leituras possíveis sobre Almerinda.

Creio que fazer uma pesquisa que resgata a trajetória de Almerinda é importante não só para que seja feita uma reparação histórica a sujeitos subalternizados, que como ela tiveram parte fundamental na construção deste país. Mais do que homenagens, honras, bustos erguidos, conhecer sua história é necessário, porque neste baú aberto de tesouros podemos encontrar ferramentas para continuar lutando por um mundo mais justo.

Também no último capítulo deste trabalho apresentei a Almerinda que faz política no seu cotidiano particular, abrindo as portas de sua residência para os oprimidos do mundo. Esse lar que Almerinda edificou do zero, onde amou e foi amada, escapou de suas mãos, quando a senilidade começou a lhe causar danos à sua lucidez. Almerinda terminou sem uma casa. Penso que cada vez que negamos seu lugar na história, nos assemelhamos àqueles que lhe usurparam a casa. Almerinda foi uma mulher extraordinária e, tendo feito parte das conquistas históricas de movimentos sociais, merecia uma casa. Em que casa Almerinda mora hoje? A casa da História não a abrigou. A casa da literatura lhe fechou as portas. Não lá lugar para ela na casa da política. Espero com esse trabalho, de alguma forma, ter garantido uma casa para Almerinda na esperança de que no futuro outros visitem esta casa e não encontrem só cômodos vazios.

BIBLIOGRAFIA

1 - Fontes Arquivísticas

ATA da sessão de assembleia geral extraordinária do Sindicato de Datilógrafos, Taquígrafos e Secretários para eleição de delegado (a) eleitor (a) à convenção que elegeria os representantes de classes, 1933. Localização: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, EAF.SDS.1 – Dossiê.

BOLETIM da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ano I, N. 1, outubro de 1934. Localização: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, BOL.4 – Dossiê.

CARTA de Almerinda Farias Gama justificando impossibilidade de viajar à Bahia, para a 2ª Convenção Nacional Feminista. Localização: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.10.

CARTA de Almerinda Farias Gama para o ministro Salgado Filho, Arquivo Nacional. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1934. Localização: Arquivo Nacional: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.60, v. 1, p. 9.

CARTA e bilhete de Almerinda Farias Gama com pedido de transferência. Localização: Arquivo Nacional, referência: BR RJANRIO Q0.BLZ, COR.TXT, A934.3 – Dossiê.

CARTEIRA representativa na Federação do Trabalho do Distrito Federal como Delegada do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos. Localização: FGV/ CPDOC, AFG.dp.33.02.17.

CENTRO Internacional de Leprologia. Relação dos funcionários técnicos e administrativos. Localização: Fundo Carlos Chagas DAD/COC/Fiocruz, BR RJCOC CC.06.096.

EXCURSÃO das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1931. Localização: Arquivo Nacional, BR_RJANRIO_Q0_ADM_EVE_CNG_FOT_0004_d0017de001.

FORMULÁRIOS de adesão ao 2º Congresso Internacional Feminista, realizado pela federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no Rio de Janeiro. Localização: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.CNG, TXT.10, v.2 – Dossiê.

GAMA, Almerinda Farias. Panfleto da campanha eleitoral de Almerinda Farias Gama para o pleito de 14 de outubro de 1934. Localização: CPDOC/FGV, AFG d 1934.10.00.

MANIFESTO Programa do Partido Socialista Proletário do Brasil, agosto de 1934. Localização: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, POI.99 – Dossiê.

RASCUNHOS da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tratando de emendas feministas na Constituição e de estratégia junto a deputados constituintes para aprová-las. Localização: Arquivo Nacional, Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.60, v.1.

TEXTOS para o programa “5 minutos de feminismo”, da emissora Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tratando de direitos femininos. Localização: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, TDU.10 – Dossiê.

2 - Depoimentos orais

DE SOUZA, Alana Mara Batista; LEITE, Juliana Souza. *Alana Mara Batista: depoimento*. Caraguatatuba, 24 e 25 de julho, 2019. Depoimento a Patrícia Cibele da Silva Tenório.

GAMA, Almerinda Farias. *Almerinda Farias Gama: depoimento*. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1984. Depoimento à Angela Maria de Castro Gomes e Eduardo Stotz.

3 - Jornais e revistas

A arte de ser bela. *Fon Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusiante*. Rio de Janeiro: 07/08/ 1943, p. 20

A concessão dos direitos políticos à mulher – A Batalha ouve, a respeito, a opinião de elementos de destaque dos círculos feministas. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 13/03/1931.

A contribuição da Master Systema do Brasil para a Festa da Primavera. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 21/06/1934, p.1

A Dactylographa. *Fon fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante*. Rio de Janeiro: 06/12/1924.

A eleitora nº 001 do país votou no PDT. *O Globo*. Rio de Janeiro: 16/11/1989, p. 12

A festa no Minerva: grande êxito da iniciativa. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro: 10/06/1947, p.6.

A guerra dos sexos na Inglaterra. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: 25/10/1924.

A manobra. *Careta*. Rio de Janeiro: 28/03/1931, p. 7

A Noite: Suplemento – Secção de Rotogravura. Rio de Janeiro: 15/10/1930, p. 4.

A orientação feminista – Personalidades feministas que serão candidatas no próximo pleito eleitoral. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 13/09/1934. p.3.

A representação de classes na Assembleia Constituinte. *A Batalha*. Rio de Janeiro:

21/07/1933, p.1

AD Imortalitatem. Uma réplica feminina ao acadêmico Humberto de Campos. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 07/03/1930, p.2

ADMINISTRAÇÃO Municipal. *Cruzeiro do Norte*. Maceió: 21/02/1893, p. 26.

AGITAM-SE as garçonetes: Reunião na F.P. F para tratar do novo horário. *A Noite*. Rio de Janeiro: 19/08/1933.

AGRADECIMENTO e convite: José Antonio Gama. *Gutenberg: Órgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos (AL)*. Maceió: 23/05/1907.

AINDA o falecimento de José da Silva Gama. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 11 de setembro de 1941, p. 10.

ALA Moça do Brasil. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 30/11/ 1933. p. 2.

ALMERINDA: a primeira mulher a votar no país. *O Globo*. Rio de Janeiro: 29/11/1989, p. 21.

AOS 90 anos a primeira a votar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/12/1989, p. 5

ATOS na Justiça. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 16/03/1967, p. 3.

AS mulheres na Academia. *Fon Fon – Semanário Alegre, Político, Crítico Espusiente*. Rio de Janeiro. Edição 021,1923

AUTORES e Livros. *Revista Fon Fon*. Rio de Janeiro: 15/08/1942, p. 54.

BENIGNO, Gama. Acreanadas: feminismo e progresso. *Commercio do Acre*. Xapury: 05/11/1916, p. 4.

BIRABEAU, André. Uma scena de amor. *Fon Fon*. Rio de Janeiro: 05 de março de 1927, p. 69.

BURNETT, Lago. Literatura in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/11/1964, Cad B, p. 3.

CADA dia melhor. *Correio Paulistano*. São Paulo: 05/01/1930.

CASTRO, Augusto. A Bengala. *A Maça*. Rio de Janeiro: 23/07/1927

CENTRO Cívico 4 de Novembro. *Revista Suburbana*. Edição n.10. Rio de Janeiro: novembro de 1932.

CLARK, Theresa. Mãe só muda o endereço. *O Dia*. Rio de Janeiro: 12/05/1991.

CLASSIFICADA no concurso do Globo uma advogada e poetisa. *O Globo*. Rio de Janeiro: 11/06 /1934, p. 1

- COMBATE ao analfabetismo. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 03/01/ 1934, p. 7
- CONFERÊNCIA de Mulheres Trabalhadoras. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro: 28/03/1956, p.1
- CONGRESSO Master. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 05/10/1934, p. 10
- CONGRESSO Master. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 05/10/1934, p. 10.
- CONVENÇÃO Nacional de Eleitoras. *Diário de Notícias*. 05/04/1933, p. 03.
- CURSO Popular Chiquinha Gonzaga: Conjunto Artístico Feminino – Sem preocupações Político-partidária – Culto à Memória da Grande Maestrina Brasileira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 12/11/1947, p. 1
- DATILOGRAFIA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 12/01/1941.
- DIA Social: Aniversários. *Estado do Pará*. Belém: 16/05/1914.
- DRA Emilia Gama. *Gutenberg: Órgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos* (AL). Maceió: 11/01/1906
- EM torno de uma exclusão do Partido Socialista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 27/09/1934.
- EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”*. *Revista Carta Capital*. São Paulo: 13/05/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.
- FÁBIO, Leo. Dactylographas. *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente*. Rio de Janeiro: 12/02/1927.
- FEDERAÇÃO Brasileira Pelo Progresso Feminino – Projecto de Lei Eleitoral. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 23/09/1931.
- GAMA, Almerinda. Cultura Feminina. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 13/12/ 1930.
- _____, Almerinda. Dia das Mães – Homenagem merecida. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 24/04/ 1932, p.19.
- _____, Almerinda. Divórcio: um bem ou um mal? *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 30/11/ 1932, p.02
- _____, Almerinda. Eros Volusia. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 12/12/1932, p.14
- _____, Almerinda. Escreva-se a História. *Província do Pará*. Belém: 14/12/1975.

_____, Almerinda. Homenagem. *O Malho*. Rio de Janeiro: 15/04/1933, p.10.

_____, Almerinda. Perspectivas. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 04/05/1930, p.10.

_____, Almerinda. Perspectivas. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 07/09/1930, p. 7.

_____, Almerinda. Perspectivas. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 20/07/1930, p.7.

_____, Almerinda. Perspectiva Semanal. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 20/07/1930, p. 34.

_____, Almerinda. Raça. *A Notícia*. Joinville: 01/05/ 1938, p. 7.

_____, Almerinda. Na conferência Nacional de Proteção à Infância. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 21/09/1933.

HORA da Arte. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 09/07/1933, p. 24.

INAUGURAÇÕES. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 17/02/1934, p. 7.

INAUGUROU-SE hontem a Convenção Feminista. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 04/04/ 1933, p. 1.

INFLUÊNCIAS. *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro: 23/06/1921.

IRRADIAÇÃO Victoriosa do Trabalho Feminino. *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro: outubro de 1930, p. 61.

MANOEL JÚNIOR, José. Almerinda: *Resgate de uma mulher*. *Jornal do Commercio*. Recife: 08/03/1991.

JUSTIÇA para o povo é gênero de primeira necessidade. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 22/05/1949, p. 2.

KEY, Ellen. Perfis Internacionais. *Fon Fon*. Edição 28. Rio de Janeiro: 1926

LIVROS do dia: "Zumbi" – Almerinda Gama. *A Manhã*. Rio de Janeiro: 22/04/1942.

NA Sociedade. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 21/04/1933.

NO templo da igreja Batista". *Estado do Pará*. Belém: 22/11/1914.

O carioca e o carnaval. *Eu sei tudo: Magazine Mensal Ilustrado*. Rio de Janeiro: fevereiro de 1937, n. 237, p. 11.

O DEPUTADO Simões Lopes matou a tiros de revólver o deputado Souza Filho. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 27/12/1929, p.1.

O pleito de hoje no Palácio Tiradentes. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro. 20/07/1933, p. 1.

O que é preciso para ser datilógrafa. *Vida Doméstica*, n. 290. Rio de Janeiro: maio de 1942, p. 30.

OS bons dactylographos. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 06/10/1930.

OS direitos da mulher na Constituição. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 23/03/1934.

PORTELA, Bastos. Os Homens e as Mulheres. *Fon Fon*. Rio de Janeiro: 12/03/1932.

PRESTES fala em divisão política. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 18/12/1989, p. 5.

PRIMEIRA reunião do Congresso Master. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 14/09/1934.

QUAL o trabalho commercial em que a actividade da mulher é mais aproveitável? *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro: Janeiro de 1931, p. 148.

QUANDO a mulher se engana. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro: Março de 1942, p. 85.

REGISTRO Civil. *Estado do Pará*. Belém: 21/05/1921.

REPRESENTAÇÃO profissional na Constituinte - Foi oferecido hontem um jantar aos deputados e delegados-eleitores. *Diário da Noite – Terceira edição*. Rio de Janeiro: 22/07/1933.

SE fosse eleita. As ideias e as impressões da única mulher que votou na primeira eleição dos representantes de classe”. *A Noite*. Rio de Janeiro: 21/07/1933, p. 1.

SEGUNDO Congresso Feminista Internacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 26/06/1931, p.1 e 4.

SEGUNDO Congresso Internacional Feminista – O caso Arroxelas Galvão – Plenário de Educação. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 27/07/1931.

SOLAR, Eugenia. A Belezza na repartição. *O Cruzeiro: Revista Semanal Ilustrada*. Rio de Janeiro: 29/02/1936.

SYNDICATO e Associações. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro: 20/06/1933, p. 4

TURGOR. A Mulher na China. *O Careta*. Rio de Janeiro: 1937.

UNIÃO Feminina de Classes. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 14/09/1947.

VARIAS. *Commércio do Acre*. Xapury: 10 de setembro de 1916, p. 14.

VIEIRA, José. Vida Literária in: *Revista Brasileira*, ano III, n. 5. Rio de Janeiro: março de 1943.

WALKYRIAS – *Revista Mensal Feminina*. Rio de Janeiro: julho de 1936, p.55.

4 - Bibliografia geral

ALMERINDA, a luta continua. Direção de Cibele Tenório. Rio de Janeiro: CPDOV/ FGV, 2015. (9 min). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yl&t=7s> Acesso em: 14 de outubro de 2020

ALMERINDA, *uma mulher de 30*. Direção: Joel Zito Araújo. Recife: SOS Corpo, 1991. (26 minutos). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9jfbUM_zGQ

ALVES, Fabíola Cristina. *Do metafísico ao documental: projeto, realização e recepção da obra de Eliseu Visconti para o Palácio Tiradentes*. Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, julho – dezembro de 2018. Disponível em:
http://www.dezenovevinte.net/obras/fca_visconti.htm Acesso em: 10 de maio de 2019

ANNAES da Assembla Nacional Constituinte. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Disponível na Biblioteca Digital do Congresso Nacional:
<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8168>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. Traducción Carmen Valle. Madrid, España: Capitán Swing Libros S.L., 2016.

ARAUJO, Ângela. *Construindo o Consentimento: corporativo e trabalhadores no Brasil dos anos 1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1994, p. 243.

ARFUCH, Leonor. *La vida narrada: memória, subjetividade y política*. Vila María: Edivim, 2018.

ATAIDE, Debora. *Jaraguá ontem e hoje: um lugar sob a ótica dos idosos*. Dissertação (Mestrado em arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2015.

AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. *Dimensões*, v. 24, 2010, p. 157-172.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). 181-349p.

BAIRROS, Luiza. *Lembrando Lélia Gonzalez*. In, WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas. 2000

BARRETO, Alvaro. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BEAUVOIR, Simone. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENJAMIN, Walter. *Experiência e Pobreza*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água, 1992

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas: Unicamp, 2007.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero o Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BITTENCOURT, Maria Luiza Doria. *Trabalho Feminino*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1938.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

Boletim Eleitoral n. 28 de 1935, p. 566 e 573.

BOMFIM, Edilma Acioli; ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira (Orgs.). *Dicionário mulheres de Alagoas: ontem e hoje*. Maceió: Edufal, 2007, p. 195.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p.183-191. 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTAS, N.C.; KOURY, A. *A cidade industrial brasileira e a política habitacional na Era Vargas (1930-1954)*. Urbana, v. 6, nº 8, jun. 2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana_old/article/viewFile/1721/pdf.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Edição Kindle.

_____. *A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista* In: MUNANGA, Kabengele (Org.) História do negro no Brasil, Vol. 1. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004, p. 286-336.

_____. *Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. 06 de março de 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>; Acesso em: 25/09/2020.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

CENSO Demográfico – População e Habitação. Série Regional, parte XVI – Distrito Federal. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (org), (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Companhia das Letras. São Paulo: 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. 1994. Disponível em: <<https://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CUNHA, Vívian da Silva. *Centro Internacional de Leprologia: Ciência, Saúde e Cooperação Internacional no Brasil entre guerras (1923-1939)*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro, 2011.

DAVIS, ANGELA. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIÁRIO OFICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 29/07 e 3/08/1933, p. 15106, 15420.

DOLIVEIRA, Clodoveu. *O Trabalhador Brasileiro – Esboço antropológico*

seguido de inquéritos sobre salários e sobre trabalho feminino no Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia A Balança, 1933.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX: Dicionário Ilustrado.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA, 2008.

FLORES, Elio Chaves. *Jacobinismo Negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-1964).* In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Vol. I (A Formação das Tradições, 1889-1945).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRACCARO, Glaucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937).* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Curso de Direito constitucional brasileiro.* 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 370.

GAMA, Almerinda. *Solidão.* Rio de Janeiro: Escola Nacional de Música da UFRJ, 19-
.

_____. *Zumbi.* Rio de Janeiro: 1942.

_____. *O Dedo de Luciano – Noções de Higiene.* São Paulo: Guaraá Champagne Antartica, 1964

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio.* E da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda, 2010.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

_____. *A representação de classes na Constituinte de 1934.* Revista de Ciência Política, nº 21. Rio de Janeiro, setembro de 1978.

_____. *Velhos militantes: depoimentos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____ (coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *A representação de classes na Constituinte de 1934.* In: GOMES, A. C. (coord), *Regionalismo e centralização política.* Coord. Angela Maria de Castro

Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HALBWACKS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JAMES, Daniel. *Doña Maria: história de vida, memória e identidade política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J.C. E FACCIOLI, V. *Memória: Plínio Mello In: Teoria e Debate*, n. 7, 1/07/1989, p. 34.

LAVELLE, Patrícia. *O crítico e o contador de histórias*. In: BENJAMIN, Walter. *A arte de contar histórias*. Org. Patrícia Lavelle. Trad. George Otte, Marcelo Backes e Patrícia Lavelle. São Paulo: Hedra, 2018.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Maceió de outrora*, volume 2. Maceió: Edufal, 2001

LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras em la Argentina (1869-1960)*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

_____. *Las rutas de las ideas: "cuestión social", feminismos y trabajo femenino*. *Revista de Indias*, Buenos Aires, v. LXXIII, n. 257, p. 131-156, 2013.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: ACESS Editora, 1992.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACHADO, Gilka. *Poesia Completa*. Org. Jamyle Rkain. São Paulo: Selo Demônio Negro, 2017

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 132-214.

MARQUES, Teresa C. de N. *A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. Estudos Históricos* (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: v. 29, n. 59, p. 667-686, set./dez. 2016a. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862016000300667&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 mar. 2020.

_____. *Bertha Lutz – Perfis Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016b.

_____. *Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932*. Revista Gênero. 1º sem. 2004 – v. 4 – nº 2, Niterói: EdUFF, 2004.

_____. *O Voto Feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. *Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis*. Florianópolis: *Estudos feministas*, v. 16, n. 2, 440, maio/ago. 2008.

MARTIN-FUGIER, A. *Os ritos da vida privada burguesa*. In: PERROT, M. (Org.) *História da vida privada, v.4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p.176-245.

MARTINS, Carla Guedes. *Revista do Trabalho: um estudo do direito do trabalho*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

MEIRELLES, N.; SANTOS, F.C.; OLIVEIRA, V. L.; LEMOS-JUNIOR, L.P.; TAVARES-NETO, J. *Teses Doutoriais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928*. *Gazeta Médica da Bahia* 2004;74(1): Jan-Jun:9-10.

MEMÓRIA de mulheres. Direção: Direção: Maria Angélica Lemos, Márcia Meirelles. São Paulo: COMULHER (37 min.)

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. Muitas Vozes*, v.2,n.2,p.247-260, 2014.

NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2004.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru (São Paulo): EDUSC, 2005.

_____. *À margem: solteiros e solitários*. In: PERROT, M. (Org.) *História da vida privada, v.4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 268-282.

_____. *As novas profissões do setor terciário: vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras primárias*. In: *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 123-126.

_____. *Maneiras de morar*. In: PERROT, M. (Org.) *História da vida privada, v.4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p.284-301.

_____. *Práticas da memória feminina*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 18, p. 9-18, 1989.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.5, n.10, 1992.

QUEIROLO, Graciela A. *Dactilógrafas y secretarias perfectas: el proceso de feminización de los empleos administrativos (Buenos Aires, 1910-1950)*. *Historia Crítica*, Universidad de los Andes Colombia, Bogotá, 2015, N° 57, pp. 117-137.

_____. *Mujeres em las oficinas: trabajo, género y classe en el sector administrativo*. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2018.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIO, João do. *As mariposas do luxo*. In: *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 245-255.

ROCHA, Elaine Pereira. *Antes índio que negro*. Universidade do Espírito Santo: *Dimensões*, vol. 18, 2006, p. 203 – 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2444>. Acesso em: 05/08/2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANT'ANNA, Adelle Jeanne Santos. *A Delegação Suburbana da Frente Negra Brasileira: Apontamentos sobre a sede fretenegriana do bairro de Madureira*. Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2019.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade*. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 423-512.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Erico. *Mulheres Negras do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL História do Brasil, 2007.

_____. *Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas*. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, 20, 71-99. Porto Alegre: 1990.

_____. *Gender and the politics of Hystory*. New York: Columbia University

Press, 1988.

_____. *Only paradoxes to offer: French Feminists and the Rights of Man*
Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: *O Brasil republicano: o tempo da ditadura–regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Midihã Ferreira. *Gênero e pobreza: um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Caju*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 137.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)*. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

SODRÉ, Lauro. *Mensagem apresentada pelo senhor Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo Estado do Pará. Em sessão solene de abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919*. Pará, Typ. da Imprensa Oficial do Estado 1918, p.123.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2014.

STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos trabalhadores metalúrgicos na construção do sindicato corporativista 1932-1945*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1986.

STROM, Sharon Hartman, *Beyond the Typewriter: Gender, Class, and the Origins of Modern American Office Work, 1900–1930*. Illinois: University Illinois Press, 1992.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar. história, memória e política*. Lisboa, Edições Unipop, 2012.

WEINSTEIN, Bárbara. “*Elas nem parecem operárias*” – feminilidade e classe na América Latina no século XX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010, p. 146-147.

ANEXOS

ANEXO 1: O título eleitoral de Almerinda Farias Gama emitido em 1933

N. 13441
 (Dados do Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

DISTRITO FEDERAL

1.ª zona _____ (Municipal)

Domicílio eleitoral Sacramento

Número de ordem da inscrição 4468

Data da inscrição no cartório 17-2-1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
 Almerinda Farias Gama

Filiação José Antonio Gama

Naturalidade Macaé - E. de Alagoas

Idade 23 anos - Data do nascimento 16 de
 Maio de 1889

Qualificativos
 Estado civil Viúva
 Profissão Secretária

Ilídio Soares Almeida

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República
 em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional do Distrito Federal e recebeu o número _____
 do mês de _____ do ano de mil novecentos e trinta e _____

Exator da Secretaria

Polegar direito

Formata
 dactiloscópica

CHUVA




Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG dp 1933.02.17

ANEXO 2: Almerinda Gama em 1928



Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG foto001_2

ANEXO 3: Almerinda Gama na infância. Data provável: 1910

Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG foto001_1

ANEXO 4: Almerinda Farias Gama e outros na eleição de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934.





Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG foto 004_1, AFG foto 004_2, AFG foto 004_3, AFG foto 004_4

ANEXO 5: Almerinda Farias Gama, Eunice Weaver e outras no II Congresso Internacional Feminista em 1931



Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG foto 003

ANEXO 6: Almerinda Farias Gama e outros no aniversário do sindicato dos guindasteiros do porto do Rio de Janeiro. Data de produção: entre 1930 e 1945



Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG foto 002

ANEXO 7: Carteira do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo da família

ANEXO 8: Carteira de sócia da Associação dos Escreventes da Justiça no Distrito Federal



Fonte: CPDOC- FGV, Localização: AFG dp 1933.02.17

ANEXO 9: Almerinda Farias Gama e outro por ocasião das eleições de 1950



Fonte: CPDOC/FGV, localização: AFG foto 008

ANEXO 10: Almerinda exercendo sua função de repórter. Entrevistado desconhecido



Fonte: Arquivo familiar

ANEXO 11: Foto de Almerinda Gama, data desconhecida



Fonte: Arquivo familiar

ANEXO 12: Almerinda em uma de suas viagens pelo Brasil



Fonte: Arquivo familiar

ANEXO 13: Almerinda voa no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989.



Fonte: "A eleitora nº 001 do país votou no PDT". O Globo. Rio de Janeiro: 16/11/1989, p. 12

ANEXO 14: Carta de Almerinda Farias Gama justificando impossibilidade de viajar à Bahia, para a 2ª Convenção Nacional Feminista.

Q0ADM, COR.A934.10, P. 1

CENTRO INTERNACIONAL DE LEPROLOGIA
 FUNDADO SOB OS AUSPÍCIOS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES
 Séde: Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
 End. telegraphico: «Mangalves», Rio. Caixa postal 926.

Rio, 22 de Agosto de 1934.

Bertha: boa tarde.

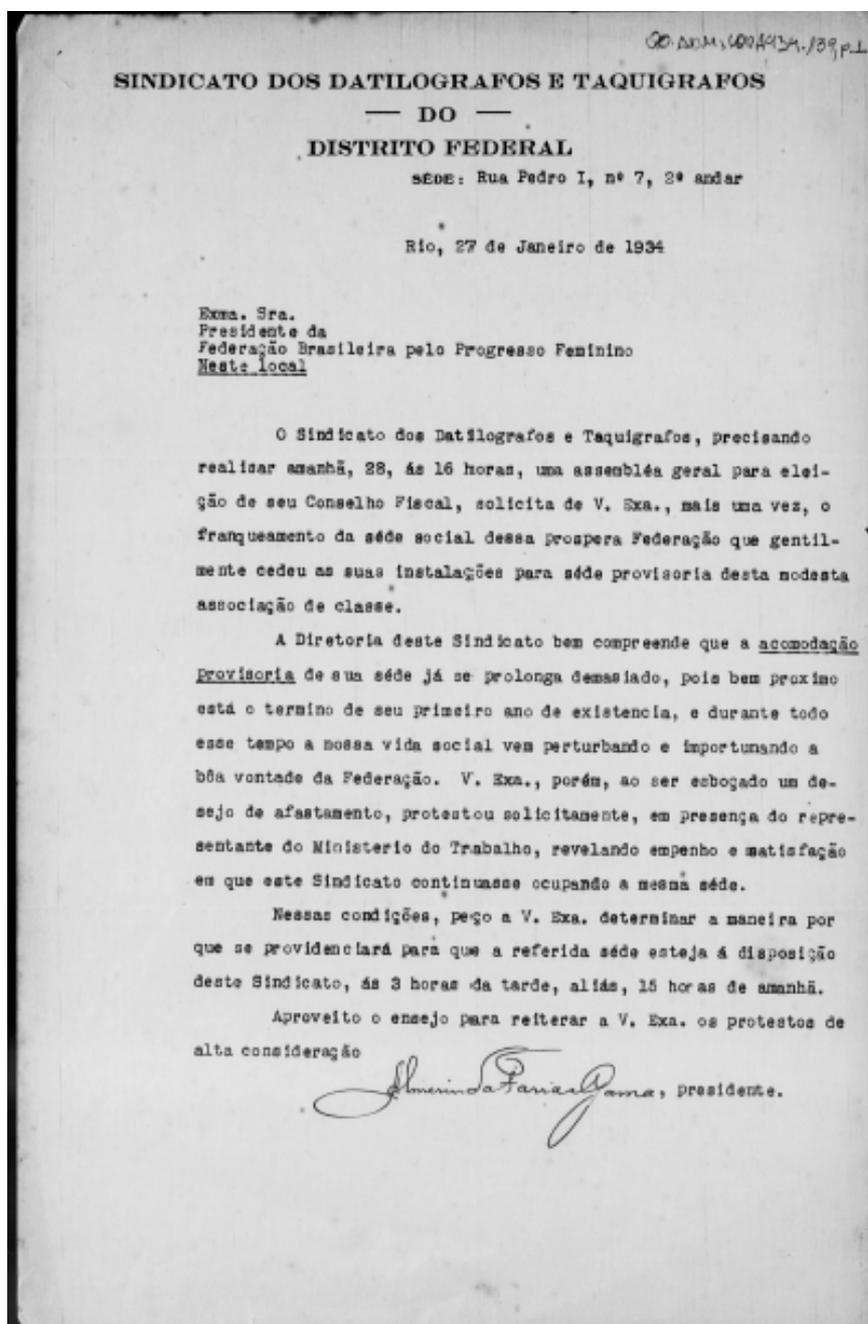
Falei com o Dr. Chagas, perguntando-lhe qual a solução que elle dava ao meu pedido. Respondeu-me que isso ficava para o Dr. Varga decidir. Várias vezes eu já conversei com este ultimo a respeito do meu caso, e elle mostrava a impossibilidade do Centro dispensar-me. Com a resposta do Dr. Chagas que não é totalmente semiauto-rigado, elle me disse que não devia embarcar a minha ida, mas obstante manter a opinião anterior. Não que também não é do agrado do Dr. Chagas o meu apartamento, o que talvez seja prejudicial, visto ser eu uma simples contractada, e lá três vezes apenas.

Quanto à requisição de passagem, de maneira nenhuma poderia ser feita pelo Instituto, visto que não sou funcionaria do mesmo, e sim do C. I. L., que é fundação autonoma. Sei que Maria Luiza e D. Bealys, Dantas de Miranda estão providenciando para conseguirem passagem gratuita ou com abatimento, e eu lhes vou agradecer muito por todo esse interesse. Mas esse problema economico é-me insolutel por varias faces. Estamos ás portas da Convenção, e eu não estou aparelhada a suspender uma viagem com guarda roupa proprio, por modesto que seja. Bem sabes que meus recursos limitam-se ao ordinado, sempre consumido ás despesas habituaes, agrando-se a situação presente com o facto de se fim de mez. Uma viagem qualquer acarreta ainda despesas eventuaes, contribuindo tudo isso para me deixar seriamente endividada.

Agradeço, Bertha, toda a boa vontade e esforço que podes emprestar para proporcionar-me essa ida à Bahia, mas, como ves, só será possível quando a situação me for mais propicia. Por isso te vim apenas agradecer, e pedir a falta de prestimo da amiga Almerinda Gama.

Fonte: Arquivo Nacional, localização: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.10 – Dossiê

ANEXO 15: Carta do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal solicitando a cessão da sede social da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para a realização de assembleia geral da entidade.

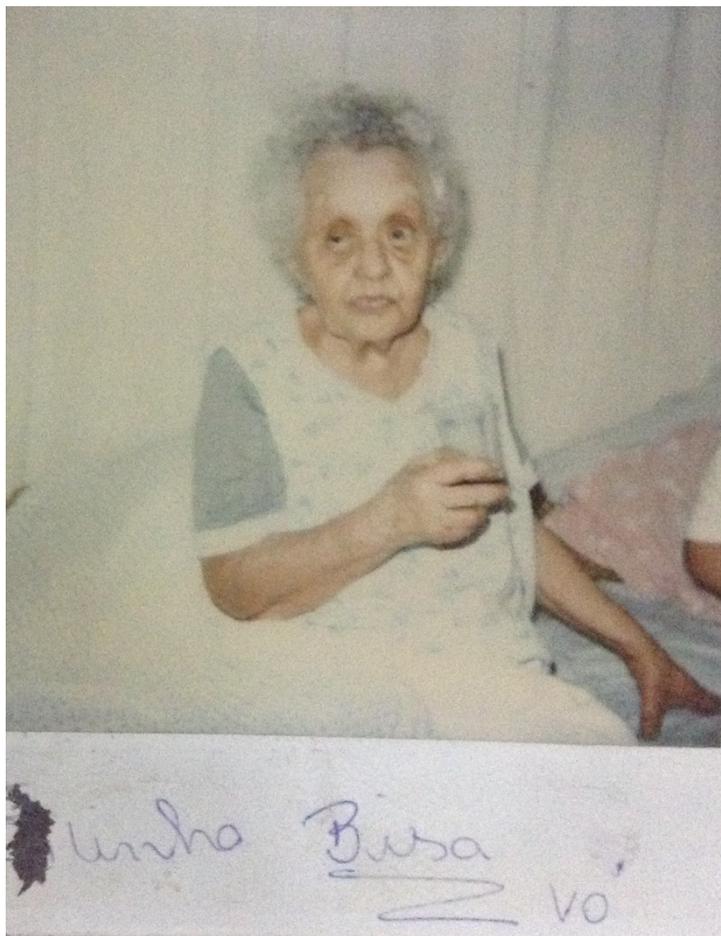


Fonte: Arquivo Nacional, localização: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A934.139 - Dossiê

ANEXO 16: Festa de aniversário de Almerinda Gama de 97 anos.

Fonte: Arquivo Familiar

ANEXO 17: Almerinda na casa da neta Juliana, em São Paulo em 1998



Fonte: Arquivo Familiar

ANEXO 18: Registro da entrevista de historial oral com Alana Mara Batista de Souza (ao centro) e Juliana Leite (à direita). Caraguatatuba –SP, julho de 2019.



Fonte: Fotografia de Gésio Passos